

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE ARQUITETURA E *DESIGN*  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

**WILLIAN CARLOS SIQUEIRA LIMA**



**PAISAGEM SOCIALIZADA:  
RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E SUA  
APROPRIAÇÃO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ÁREAS PERIFÉRICAS  
DA GRANDE CURITIBA, PARANÁ**

**CURITIBA  
2015**

**WILLIAN CARLOS SIQUEIRA LIMA**

**PAISAGEM SOCIALIZADA:  
RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS E SUA  
APROPRIAÇÃO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ÁREAS PERIFÉRICAS  
DA GRANDE CURITIBA, PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Escola de Arquitetura e *Design* e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de Pesquisa: Planejamento e Projeto em Espaços Urbanos e Regionais

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt

**CURITIBA  
2015**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

L732p  
2015

Lima, Willian Carlos Siqueira

Paisagem socializada : relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da grande Curitiba, Paraná / Willian Carlos Siqueira Lima ; orientadora, Letícia Peret. Antunes Hardt. – 2015  
215, [21] f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2015  
Bibliografia: p. 202-215

1. Paisagens. 2. Espaços públicos. 3. Interação social. 4. Planejamento urbano. I. Hardt, Letícia Peret Antunes. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

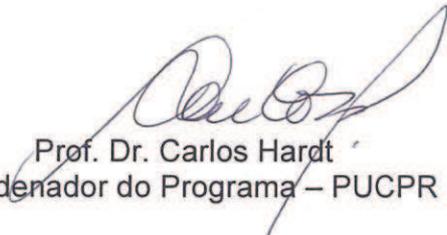
TERMO DE APROVAÇÃO

**“PAISAGEM SOCIALIZADA: RELAÇÕES ENTRE QUALIDADE DE ESPAÇOS  
LIVRES PÚBLICOS E SUA APROPRIAÇÃO POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM ÁREAS PERIFÉRICAS DA GRANDE CURITIBA, PARANÁ”**

Por

**WILLIAN CARLOS SIQUEIRA LIMA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Arquitetura e Design, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

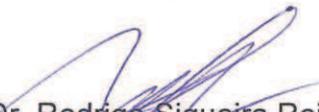


Prof. Dr. Carlos Hardt

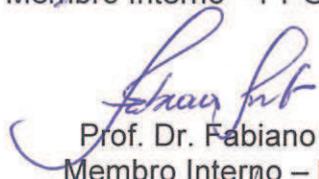
Coordenador do Programa – PUCPR



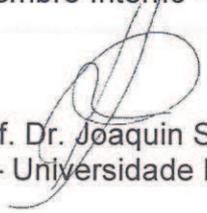
Profª. Dra. Leticia Peret Antunes Hardt  
Orientadora – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Rodrigo Siqueira Reis  
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Fabiano Incerti  
Membro Interno – PUCPR



Prof. Dr. Joaquin Sabaté Bel  
Membro Externo – Universidade Politécnic da Catalunha

Curitiba, 29 de outubro de 2015.

Ao meu avô, que vibrava com cada nota azul do boletim do primeiro grau, dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Profa. Dra. Letícia Peret Antunes Hardt, pela incansável disposição em me orientar, desde os idos da especialização, e pelo exemplo como pesquisadora e profissional.

À Renata, minha esposa, companheira de todas as horas, principalmente nas que eu não estava presente. Ao Miguel, o maior presente.

Aos meus pais, que nunca pouparam esforços na minha educação, escolar ou para a vida. À minha mãe, pela dedicação e força de vontade. Ao meu pai, pelo exemplo.

Ao Victor Abade, pelo apoio, disposição e solicitude no desenvolvimento deste trabalho.

À Anny Biernasky, pela importante ajuda na reta final com a formatação.

Aos colegas de caminhada no mestrado, em especial à Dyala Sehli e Manon Garcia, pelo enriquecimento mútuo na troca de ideias.

Vocês todos fizeram esta jornada mais leve e prazerosa. Meu muito obrigado!

Foi o tempo que dedicaste a tua  
rosa que a fez tão importante.

Antoine de Saint-Exupéry

## RESUMO

Quando não qualificados, os espaços livres, principalmente aqueles localizados em áreas periféricas, tornam-se esquecidos pela população e pela administração pública, reforçando aspectos negativos da problemática urbana contemporânea. Assim, perdem seu potencial para convivência e vida comunitária, especialmente para indivíduos em fase inicial de desenvolvimento, em que a interação social e o convívio com seus pares, além de importantes para a sua formação, são direitos fundamentais garantidos em lei. A partir desses pressupostos e entendendo a necessidade de subsídios ao planejamento e projeto desses locais, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em avaliar as relações entre a qualidade de espaços livres públicos em paisagens periféricas e os padrões de sua utilização, especialmente por crianças e adolescentes, adotando-se a Grande Curitiba, Paraná, como área de estudo. De caráter exploratório e com abordagem multimétodos, a investigação é estruturada em duas fases principais: fundamentação teórica e estudo de caso de rede de sete praças e um parque, inseridos em um mesmo compartimento físico-territorial da capital paranaense e integrantes do bairro Cidade Industrial de Curitiba, sendo esta última fase desenvolvida em quatro etapas essenciais: contextualização da área de estudo, inclusive como paisagem periférica; qualificação dos espaços livres selecionados pela análise de seus componentes funcionais e equipamentos; identificação dos padrões de utilização desses ambientes por crianças e adolescentes; e avaliação integrada das variáveis estudadas com vistas à formulação de indicativos para a gestão socioespacial e urbana. Pelos resultados alcançados, comprova-se a hipótese aventada de que espaços livres com qualidade mais elevada tendem a atrair maior contingente das classes etárias consideradas, especificamente em periferias socialmente deprimidas, ainda que a variável qualitativa não seja a única determinante do modo e da intensidade de uso desses locais. Mesmo perante a tendência do público alvo de concentração em lugares de maior qualidade, entende-se que pesquisas complementares podem versar sobre outras variáveis interferentes nas maneiras de utilização dos espaços livres. Também se diagnostica que não há relação direta entre a qualidade espacial e a exposição da infância e da juventude a riscos especialmente vinculados ao consumo de substâncias psicoativas, uma vez que esta prática é mais concernente a atividades sociais do que a condições físicas do local. Como contribuições à gestão, destaca-se o fato de que as diferentes formas de apropriação espacial por crianças e adolescentes demandam soluções que, além do elevado nível de manutenção, devem propiciar a multifuncionalidade e fomentar a aproximação de usos, ampliando a interação dos usuários no espaço.

Palavras-chave: Paisagem periférica. Espaços livres. Qualidade de praças e parques. Crianças e adolescentes. Riscos sociais. Planejamento e gestão.

## **ABSTRACT**

*When unqualified, open spaces, especially those located in remote areas, become forgotten by the population and public administration, reinforcing negative aspects of contemporary urban problems. Thus, they lose their potential for coexistence and community life, especially for individuals in the early stages of human development, where social interaction and socializing with their peers are fundamental rights guaranteed by Law. Understanding the need for subsidies to the planning and design of these sites, the general aim of this research is to evaluate the relationship between the quality of public open spaces in remote landscapes and patterns of use, especially by children and adolescents, adopting the great Curitiba, Paraná, as the study area. Using an exploratory and multimethod approach, this research is structured in two main phases: a theoretical foundation and a case study of a network made of seven squares and a urban park, all located in the same physical-territorial compartment of Curitiba, part of the Cidade Industrial de Curitiba. The case study phase is developed in four essential steps: contextualization of the study area as peripheral landscape; qualification of open spaces selected by analysis of its functional components and equipment; identify usage patterns of these environments for children and adolescents; and integrated assessment of the variables studied with a focus on formulation of ideas for socio-spatial and urban management. The results obtained proves the hypothesis that free spaces with higher quality tend to attract larger number of studied age classes, specifically in socially depressed periphery, although the qualitative variable is not the only one decisive about intensity of use of these sites. Although the target audience present the tendency to focus on higher quality sites, it is understood that additional research may be about other confounding variables in the forms of use of open spaces. Also, the study diagnoses that there is no direct relationship between spatial quality and exposure of children and adolescents to linked risks, especially the consumption of psychoactive substances, as this practice is much more concerning to social activities than the physical site conditions. As indicative to the management process of these spaces, there is the fact that different forms of spatial appropriation by children and adolescents demand solutions that, in addition to the high level of maintenance, should provide multifunctionality and promote the approach of uses, increasing user interaction in space.*

*Key-words: Peripheral landscape. Free spaces. Quality of squares and parks. Children and adolescents. Social risk. Planning and management.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Organograma da estrutura da pesquisa central .....	18
Figura 2:	Mapas de localização da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da área de estudo .....	28
Figura 3:	Imagem aérea de localização dos espaços livres objetos de estudo .....	30
Figura 4:	Exemplo esquemático de ficha de levantamento das informações sobre qualidade dos espaços livres selecionados segundo sua infraestrutura .....	37
Figura 5:	Exemplo esquemático de ficha de levantamento das informações de utilização dos espaços livres selecionados .....	40
Figura 6:	Organograma da estrutura da fundamentação teórica.....	44
Figura 7:	Organograma dos principais componentes da paisagem urbana .....	47
Figura 8:	Mapa de bairros integrantes da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) .....	94
Figura 9:	Mapa esquemático de localização da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no território municipal.....	96
Figura 10:	Esquema geral de implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).....	97
Figura 11:	Mapa de loteamentos aprovados no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) de 1939 a 2002 .....	99
Figura 12:	Gráfico de população por regionais administrativas de Curitiba em 2010 .....	100
Figura 13:	Pirâmide etária da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010 .....	101
Figura 14:	Mapa de densidade populacional por setor censitário na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010 .....	102
Figura 15:	Gráfico de rendimento domiciliar médio por regionais administrativas de Curitiba em 2010 .....	103
Figura 16:	Gráfico de distribuição percentual dos domicílios por classe de renda per capita na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e no município em 2010.....	103
Figura 17:	Mapa de distribuição por setor censitário de faixas de renda média por responsável do domicílio na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010 ....	104
Figura 18:	Gráfico de número de domicílios em situação de extrema pobreza por regionais administrativas de Curitiba em 2010 .....	105
Figura 19:	Mapa de unidades de ensino por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	106
Figura 20:	Mapa de unidades de saúde por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	107
Figura 21:	Mapa de localização dos homicídios dolosos por método na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	109
Figura 22:	Mapa de localização de equipamentos de segurança pública da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	110
Figura 23:	Mapas de bairros com maior número de domicílios em Curitiba no período de 1980 a 2010 .....	114
Figura 24:	Mapa de áreas irregulares por categoria na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	115
Figura 25:	Proporção das zonas urbanísticas dentro da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC).....	116

Figura 26:	Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) .....	117
Figura 27:	Mapas de evolução da ocupação urbana do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no período de 1972 a 1990 .....	119
Figura 28:	Mapa de hidrografia da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) .....	122
Figura 29:	Mapa de altimetria da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC).....	123
Figura 30:	Mapa de ocorrência de cheias da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) .....	124
Figura 31:	Gráfico de área verde por habitantes das Regionais de Curitiba em 2010.....	125
Figura 32:	Mapa de espaços livres públicos da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	126
Figura 33:	Imagem aérea com mapeamento de classes de qualidade do espaço livre 01 – Praça Vale Verde.....	128
Figura 34:	Imagem aérea com mapeamento de classes de qualidade do espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski .....	131
Figura 35:	Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo .....	133
Figura 36:	Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos .....	135
Figura 37:	Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas .....	137
Figura 38:	Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 06 – Praça São Rafael.....	139
Figura 39:	Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira .....	141
Figura 40:	Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 08 – Parque Cambuí.....	145
Figura 41:	Gráficos de classificação geral dos espaços livres selecionados por compartimentos e equipamentos.....	147
Figura 42:	Gráficos de classificação de qualidade do Parque Cambuí e dos demais espaços livres.....	147
Figura 43:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários dos espaços livres selecionados por dia de utilização.....	149
Figura 44:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários dos espaços livres selecionados por horário de utilização .....	149
Figura 45:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários levantados por espaços livres selecionados.....	150
Figura 46:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários dos espaços livres selecionados.....	151
Figura 47:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade das principais atividades realizadas pelos usuários nos espaços livres selecionados .....	152
Figura 48:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes usuários dos espaços livres selecionados por dia de utilização .....	154
Figura 49:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes identificados nos espaços livres selecionados .....	155
Figura 50:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes usuários dos espaços livres selecionados por horário de utilização.....	156

Figura 51:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros de crianças e adolescentes usuários dos espaços livres selecionados.....	156
Figura 52:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de atividades praticadas por crianças e adolescentes nos espaços livres selecionados.....	157
Figura 53:	Gráficos de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes segundo condição de acompanhamento nos espaços livres selecionados.....	159
Figura 54:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes em situação de risco nos espaços livres selecionados.....	160
Figura 55:	Gráfico de proporcionalidade de atividades de risco envolvendo o uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes nos espaços livres selecionados.....	161
Figura 56:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 01 – Praça Vale Verde.....	162
Figura 57:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 01 – Praça Vale Verde.....	163
Figura 58:	Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 01 – Praça Vale Verde.....	164
Figura 59:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 01 – Praça Vale Verde.....	165
Figura 60:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski.....	166
Figura 61:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski.....	167
Figura 62:	Gráfico de quantidade e proporcionalidade de atividades de risco para crianças e adolescentes identificadas no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski.....	168
Figura 63:	Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski.....	169
Figura 64:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski.....	170
Figura 65:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	171
Figura 66:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	172
Figura 67:	Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	173
Figura 68:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	174
Figura 69:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos.....	175
Figura 70:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos.....	176
Figura 71:	Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos.....	177
Figura 72:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos.....	178
Figura 73:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas.....	179

Figura 74:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas.....	180
Figura 75:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas.....	181
Figura 76:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 06 – Praça São Rafael .....	182
Figura 77:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 06 – Praça São Rafael .....	183
Figura 78:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 06 – Praça São Rafael.....	184
Figura 79:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira .....	185
Figura 80:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira .....	186
Figura 81:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira .....	187
Figura 82:	Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 08 – Parque Cambuí .....	189
Figura 83:	Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 08 – Parque Cambuí .....	190
Figura 84:	Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 08 – Parque Cambuí .....	191
Figura 85:	Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 08 – Parque Cambuí.....	192

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Localização e áreas dos espaços livres objetos da pesquisa .....	31
Quadro 2:	Síntese das etapas metodológicas da pesquisa .....	32
Quadro 3:	Principais autores de referência para a pesquisa e seus conceitos .....	34
Quadro 4:	Escala adotada para levantamento de utilização dos espaços livres selecionados com ênfase no seu uso por crianças e adolescentes.....	40
Quadro 5:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 01 – Praça Vale Verde .....	127
Quadro 6:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski.....	130
Quadro 7:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	132
Quadro 8:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos.....	134
Quadro 9:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas .....	136
Quadro 10:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 06 – Praça São Rafael .....	138
Quadro 11:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira.....	140
Quadro 12:	Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 08 – Parque Cambuí .....	142
Quadro 13:	Matriz de síntese de classes gerais de qualidade e de utilização dos espaços livres selecionados associadas à classificação de riscos envolvendo crianças e adolescentes usuários dos locais .....	194

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Quantidade de espaços livres em Curitiba por tipologia em 2012 .....	27
Tabela 2:	Quantidade de espaços livres na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) por tipologia em 2012.....	28
Tabela 3:	Descrição dos elementos de análise e respectiva quantidade de critérios adotados para qualificação dos espaços livres selecionados segundo sua infraestrutura .....	38
Tabela 4:	Porcentagem de estudantes do ensino fundamental e médio de Curitiba declarantes de utilização de substâncias psicoativas, por frequência, gênero e faixa etária – 2004 .....	88
Tabela 5:	Distribuição de usos da terra por superfície e proporcionalidade na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) de acordo com o zoneamento urbano de 1981 .....	98
Tabela 6:	Quantidade de unidades de ensino por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	105
Tabela 7:	Quantidade e proporcionalidade de ocorrências de homicídios dolosos por método no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	108
Tabela 8:	Quantidade de equipamentos de segurança por corporação na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	108
Tabela 9:	Produção habitacional por regionais administrativas de Curitiba entre as décadas de 1970 e 1990 .....	111
Tabela 10:	Produção habitacional do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) por tipologia entre as décadas de 1970 e 1990 .....	112
Tabela 11:	Quantidade de ocupações irregulares por categoria no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010 .....	113
Tabela 12:	Quantidade de espaços livres públicos por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012 .....	125
Tabela 13:	Classificação geral de qualidade dos espaços livres por compartimentos, equipamentos e total.....	146
Tabela 14:	Quantidade e proporcionalidade de faixas etárias dos usuários dos espaços livres selecionados .....	153

## LISTA DE SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency Syndrome (síndrome da imunodeficiência adquirida – SIDA)
BRAT-DO	Bedimo-Rung Assessment Tool – Direct Observation
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDC	Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEI	Centro de Educação Infantil
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CMAE	Centro Municipal de Atendimento Especializado
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DDC	Declaração sobre os Direitos da Criança
DUDC	Declaração Universal dos Direitos da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GIS	Geographic Information System (Sistema de Informações Geográficas – SIG)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PPGTU	Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RMS	Rede Marista de Solidariedade
SEHIS	Setor Especial de Habitação de Interesse Social
SOPARC	System for Observing Play and Recreation in Communities
UNFPA	United Nations Population Fund (Fundo de População das Nações Unidas)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZI	Zona Industrial
ZOO	Zona de Ocupação Orientada
ZR2	Zona Residencial 2
ZS1	Zona de Serviços 1
ZUM	Zona de Uso Misto

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
1.1	PROBLEMÁTICA .....	20
1.2	JUSTIFICATIVAS .....	23
1.3	OBJETIVOS .....	25
<b>2</b>	<b>ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA</b> .....	26
2.1	ABRANGÊNCIA .....	26
2.2	MÉTODOS E TÉCNICAS .....	31
<b>2.2.1</b>	<b>Fundamentação teórica</b> .....	33
<b>2.2.2</b>	<b>Estudo de caso</b> .....	33
2.2.2.1	Contextualização da área de estudo: sondagem geoestatística .....	35
2.2.2.2	Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta .....	35
2.2.2.3	Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta .....	39
2.2.2.4	Avaliação integrada: síntese analítica .....	41
2.3	VARIÁVEIS DEPENDENTES, INDEPENDENTES E INTERVENIENTES....	42
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	44
3.1	PAISAGEM URBANA .....	45
<b>3.1.1</b>	<b>Paisagem periférica</b> .....	48
3.1.1.1	Processo de periferização .....	50
3.1.1.2	Novas periferias urbanas.....	52
3.2	ESPAÇOS LIVRES .....	54
<b>3.2.1</b>	<b>Evolução histórica</b> .....	56
<b>3.2.2</b>	<b>Usos e funções</b> .....	58
3.2.2.1	Espaços esquecidos.....	60
<b>3.2.3</b>	<b>Paisagem periférica e espaço livre</b> .....	63
<b>3.2.4</b>	<b>Sistema de espaços livres</b> .....	65
3.2.4.1	Praças .....	66
3.2.4.2	Parques urbanos .....	70

3.2.4.3	Relações entre qualidade e padrões de utilização de praças e parques .....	74
3.3	CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	78
3.3.1	<b>Perfil social histórico</b> .....	80
3.3.2	<b>Sociedade contemporânea</b> .....	81
3.3.3	<b>Direitos fundamentais</b> .....	83
3.3.4	<b>Risco, vulnerabilidade e drogadição</b> .....	87
3.3.5	<b>Uso de espaços livres</b> .....	89
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>93</b>
4.1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	93
4.1.1	<b>Histórico da Cidade Industrial de Curitiba</b> .....	94
4.1.2	<b>Aspectos antrópicos</b> .....	99
4.1.2.1	Demografia .....	100
4.1.2.2	Renda e pobreza .....	102
4.1.2.3	Serviços sociais.....	105
4.1.2.4	Habitação e ocupação irregular.....	111
4.1.2.5	Zoneamento de uso e ocupação do solo.....	116
4.1.2.6	Morfologia urbana e paisagem .....	118
4.1.3	<b>Aspectos naturais</b> .....	121
4.1.3.1	Componentes físicos .....	121
4.1.3.2	Componentes biológicos .....	125
4.2	QUALIDADE DOS ESPAÇOS LIVRES SELECIONADOS.....	127
4.2.1	<b>Espaço livre 01 – Praça Vale Verde</b> .....	127
4.2.2	<b>Espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski</b> .....	129
4.2.2	<b>Espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo</b> .....	132
4.2.4	<b>Espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos</b> ...	133
4.2.5	<b>Espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas</b> .....	136
4.2.6	<b>Espaço livre 06 – Praça São Rafael</b> .....	138
4.2.7	<b>Espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira</b> .....	140
4.2.8	<b>Espaço livre 08 – Parque Cambuí</b> .....	141
4.2.9	<b>Classificação geral</b> .....	146

4.3	UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES SELECIONADOS .....	148
4.3.1	<b>Perfil geral</b> .....	148
4.3.2	<b>Perfil de crianças e adolescentes</b> .....	154
4.3.2.1	Espaço livre 01 – Praça Vale Verde .....	162
4.3.2.2	Espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski .....	166
4.3.2.3	Espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo.....	171
4.3.2.4	Espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos .....	175
4.3.2.5	Espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas .....	179
4.3.2.6	Espaço livre 06 – Praça São Rafael .....	182
4.3.2.7	Espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira .....	185
4.3.2.8	Espaço livre 08 – Parque Cambuí .....	188
4.4	AVALIAÇÃO INTEGRADA .....	193
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	198
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	202
	<b>APÊNDICES</b> .....	216
	APÊNDICE A: Formulário de levantamento de padrões de utilização dos espaços livres .....	216
	APÊNDICE B: Fichas e critérios de levantamento de qualidade de infraestrutura .....	227

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é derivada do projeto intitulado “Paisagem Socializada: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos”, iniciado em 2012 com o objetivo de “propor alternativas para espaços de lazer visando ao controle ambiental e ao resgate de populações sujeitas a riscos sociais” (HARDT; HARDT, 2015, p.2). O envolvimento na investigação central de estudantes inseridos nos programas institucionais de bolsas de iniciação científica (PIBIC) e em desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI), além de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU), nos níveis *stricto* e *lato sensu*, tem o intuito de abarcar diversas facetas dos temas abordados. A pesquisa principal é voltada à percepção dos grupos envolvidos na gestão desses espaços (entidades do setor público) e na sua utilização (moradores próximos e usuários), além da análise técnica e científica da infraestrutura disponível nessas áreas. Sua estrutura no âmbito da pós-graduação e os principais temas estudados estão apresentados na Figura .

Figura 1: Organograma da estrutura da pesquisa central



Fonte: Elaborada com base em Hardt e Hardt (2015).

Nota: Destaque em cinza para o tema da presente pesquisa.

Uma das suas vertentes, sob o título “Paisagem Socializada: promoção e defesa dos direitos de crianças e jovens em situações de risco em espaços relacionados a populações empobrecidas”, foi apoiada, no período de 2013 a 2015, pela Rede Marista de Solidariedade (RMS), possibilitando o desenvolvimento desta pesquisa.

Como conjuntura básica do estudo, a paisagem urbana deve ser entendida como a relação entre seus espaços livres (vazios) e construídos (cheios). Responsáveis por múltiplas funções, essas tipologias espaciais acompanham o desenvolvimento dos assentamentos humanos desde a sua origem, desempenhando diversos papéis ao longo da história (HARDT; HARDT, 2007).

Atualmente, essas finalidades são confrontadas com um novo paradigma, promovido pelo entendimento de que os espaços livres não podem ser compreendidos individualmente, mas devem ser considerados como partes de amplo sistema, compartilhando, entre suas diversas modalidades, usos diferentes e complementares (PRETO, 2009).

Essa visão sistêmica depende, necessariamente, da compreensão do cenário em análise. A profusão de circunstâncias sociais, econômicas, ambientais e urbanísticas resulta em alto grau de complexidade nas relações e, conseqüentemente, interfere nas atribuições que podem ser desempenhadas pelos espaços livres. Pela interpretação dos seus contextos de inserção, nota-se que, quando situados em paisagens periféricas das cidades, são apropriados de forma diferenciada daqueles localizados em regiões centrais. Como processo, a periferação se efetiva social e geograficamente em diferentes pontos da malha urbanizada. Em muitas cidades, o contingente populacional menos favorecido ocupa porções intercalares do tecido urbano, fazendo com que a periferia nem sempre se localize nos anéis mais externos (PAVIANI, 2002).

Impulsionadas pelas transformações advindas da industrialização e conseqüente adensamento urbano (LEFÈBVRE, 2006), essas áreas periféricas são carentes de inúmeros elementos de infraestrutura comuns em setores privilegiados, a exemplo do que frequentemente ocorre nos seus espaços livres. Não raro, estes se encontram abandonados, se não pela população, pelo poder público, que concentra seus esforços na valorização de regiões mais nobres (LANSKY, 2006).

Dessa forma, em vez de locais vitalizados, tornam-se “esquecidos” e abandonados pela sociedade, que os interpreta como parte e não como resultado do problema (HARDT; HARDT, 2015).

Espaços livres promotores de vida comunitária são especialmente importantes para crianças e adolescentes que, por sua condição de indivíduos em crescimento e com constantes transformações de ordem física, emocional e psicológica (JATAHY, 2011), necessitam de lugares de qualidade para o convívio em sociedade e para a prática de atividades de lazer e recreação, fundamentais para o seu desenvolvimento.

Nesse quadro, a presente pesquisa se volta à investigação da relação entre a qualidade dos espaços livres inseridos em áreas periféricas e seus padrões de utilização por aquele público alvo. Assim, abrange uma rede de sete praças e um parque inseridos em um mesmo compartimento físico-territorial da capital paranaense, integrante do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Diante dessa perspectiva, os espaços selecionados são analisados sob duas óticas principais: a da qualidade da sua infraestrutura, a partir da interpretação das condições de manutenção e de relações entre componentes de cada local, e a do perfil de sua utilização pelos usuários, especialmente por crianças e adolescentes, por meio da observação dos modos de apropriação espacial. Na sequência, é estabelecido o relacionamento entre estas duas abordagens, com vistas à identificação das possíveis afinidades entre questões de qualidade espacial e de comportamento social.

## 1.1 PROBLEMÁTICA

Sob a visão da construção social do espaço, a periferia de áreas urbanizadas é refletida em territórios que surgem com a dinâmica de segregação social, econômica e cultural, dentre outras vertentes (FERREIRA et al., 2008).

Villaça (2001) denuncia o aprofundamento da diferenciação das metrópoles nacionais em duas cidades separadas: a dos excluídos em contraposição à dos ricos. Este encadeamento de distinção e exclusão é lento e tem sua origem no próprio processo de urbanização nacional. A periferização se efetiva social e geograficamente em variados pontos de uma metrópole.

Por vezes, as periferias mais empobrecidas ocupam porções mais limítrofes das cidades. Em outras ocasiões, essas regiões mais distantes do centro urbanizado têm configuração mais "nobre" (amplas glebas com mansões, condomínios fechados etc.), sendo habitadas por cidadãos de renda mais elevada usufrutuários da "qualidade ambiental" desses locais (PAVIANI, 2002).

Assim, muito mais que uma questão de antagonismo, a relação entre centro e periferia é resultante de uma hierarquização simbólica da cidade, refletida no isolamento das suas classes sociais (MEDEIROS, 2008). Essa separação é reproduzida nos espaços livres, que, por motivos diversos, passam a ser abandonados por diferentes segmentos da sociedade, que não mais os interpretam como locais de convívio comunitário e de interação social.

Para Magnoli (2006, p.179), espaço livre é definido como todo aquele “não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso)”. Em alguns casos, a dinâmica urbana altera as suas funções, tornando-o “esquecido” na configuração social e desprovidos de significado na memória individual, possibilitando o surgimento de focos de riscos socioambientais, principalmente em periferias segregadas (HARDT; HARDT, 2015). Passa, então, a ser entendido pela população do seu entorno como “espaço-problema”, por abrigar ações e práticas ilícitas, perpetuando o círculo vicioso do abandono, o qual, além de comunitário, é institucional, uma vez que a falta de manutenção e a persistência de problemas de infraestrutura, notadamente em paisagens periféricas, acabam por reforçar a sua imagem negativa.

Vários dos espaços livres são relacionados a áreas verdes, as quais, para Loboda e De Angelis (2005, p.129), “[...] tornaram-se os principais ícones de defesa do meio ambiente, pela sua degradação e pelo exíguo espaço que lhes é destinado nos centros urbanos”.

A conceituação do espaço livre público apresenta uma dificuldade gramatical, sobre a qual Lima et al. (1994, p.540) exprimem preocupação pelo excesso de palavras que, apesar de parecerem semelhantes, não correspondem exatamente ao mesmo objeto.

As diferentes conceituações nas definições dos termos “área verde”, “área livre”, “espaço livre”, “arborização urbana”, “área de lazer”, entre outros, têm-se mostrado, no mínimo, preocupantes, quer no ensino ou na pesquisa, bem como no planejamento e gestão desses espaços, onde profissionais da área, constantemente, deparam-se com a necessidade de uma linguagem única, que expresse, sem dar margem a erros, suas deliberações (LIMA et al., 1994, p.540).

Assim, a presente pesquisa utiliza como conceito-chave, a expressão “espaço livre público”, adaptando as possíveis acepções vinculadas a outros termos.

Gadens, Hardt e Frey (2012) citam que as cidades enfrentam um momento de crise estrutural, com sua transformação em mercadoria. Nesse cenário de relações desequilibradas de “contraposições entre questões socioambientais e econômicas, em que, de modo geral, esta última se sobressai, geralmente fica aquilo que é público sem segundo plano ou ainda considerado como problema” (LOBODA; DE ANGELIS, 2005, p.129).

As crianças e adolescentes, por sua vez, formam um importante público que poderia ter, nos espaços livres, um local de interação e desenvolvimento físico-social. Contudo, Lansky (2006) entende que a cidade moderna o está relegando à esfera privada de vivência, principalmente nos âmbitos da família e da escola, enquanto a vida comunitária e as práticas espontâneas são preteridas.

Essa situação traz alterações nos modos como a criança e o jovem entendem a si próprios e à cidade e seus lugares. Além disso, a fase de descobertas, característica desses dois grupos etários, pode alterar o posicionamento dos espaços livres de um patamar de aliança para uma situação de perigo, ao receberem, em seu interior, usos incompatíveis com o bem-estar desses atores sociais.

Diante dessas assertivas, o problema central desta pesquisa diz respeito à possível existência de relações entre a reduzida qualidade dos espaços livres em áreas periféricas, analisada do ponto de vista da infraestrutura disponível, e inadequados padrões da sua utilização por crianças e adolescentes.

Assim, tem-se como hipótese que espaços livres com qualidade mais elevada tendem a atrair maior contingente de crianças e adolescentes, especificamente em periferias socialmente deprimidas.

Para a sua comprovação, a Grande Curitiba constitui relevante área de estudo, dada a ampla manifestação dos problemas apontados em seu território. Nessa esfera, os principais efeitos deletérios são diagnosticados no seu bairro CIC (IPPUC, 2013), delimitando o recorte geográfico da investigação nesta área periférica da capital paranaense. Este contorno vem ao encontro das prerrogativas da RMS em relação ao estudo.

## 1.2 JUSTIFICATIVAS

No âmbito dos espaços livres, Loboda e De Angelis (2005, p.131) afirmam que:

a qualidade da vida urbana está atrelada a vários fatores que estão reunidos na infraestrutura e no desenvolvimento econômico social, e àqueles ligados à questão ambiental. No caso do ambiente, as áreas verdes públicas constituem elementos imprescindíveis para o bem-estar da população, pois influencia diretamente a [sua] saúde física e mental [...].

Essa ideia é compartilhada por Magnoli (2006), para quem a qualidade espacial urbana, uma das condições para adequada vivência nas cidades, é seriamente influenciada pela configuração física dos espaços abertos.

Oriunda da Revolução Industrial, a deterioração da qualidade de vida implicou no estabelecimento de funções voltadas à amenização das precárias características urbanas. Foi, portanto, a partir desse processo de industrialização e da conseqüente concentração populacional em territórios urbanizados, que tais espaços adquiriram importância e passaram a ser paulatinamente demandados.

Hoje, essa relevância é ainda mais marcante em regiões periféricas, as quais carecem de alternativas de contraposição a ambientes intensamente ocupados.

Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a demanda crescente de locais de recreação e lazer, e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, a temática do parque [... e da praça] assume papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos (MACEDO; SAKATA, 2003, p.7).

Lopes et al. (2011) também afirmam que os espaços livres “são necessários para o bem-estar da população das cidades, principalmente para aquela de menor poder aquisitivo”, geralmente instalada em áreas urbanas periféricas.

A Lei Federal No 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, preconiza, como diretriz geral da política urbana, que se deve garantir o princípio de “cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001, Artigo 2º, Parágrafo I).

Ainda que o viés desse estatuto seja majoritariamente centrado em imóveis particulares, com vistas à garantia da função social da propriedade e da cidade, seus instrumentos revelam preocupações intrínsecas com o espaço de uso comunitário e com os impactos que a utilização dos locais privados gera nos lugares públicos.

De outra maneira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990), preconiza, em sua apresentação dos direitos fundamentais, aqueles voltados à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer (BRASIL, 1990). Nessa abordagem, entende-se que os espaços livres são elementos fundamentais para a sua garantia, obviamente se devidamente estruturados e adequadamente mantidos.

Assim, o presente trabalho é justificado pela necessidade de interpretação das relações entre qualidade de infraestrutura de espaços livres em áreas periféricas e modos de sua apropriação por crianças e adolescentes, possibilitando, assim, formular indicativos de práticas que visem à potencialização das interações positivas.

Como mencionado, o seu recorte espacial também é justificado pela constatação da existência dos problemas antes aventados, bem como pela possibilidade de averiguação dos supracitados relacionamentos na rede de espaços livres selecionados na CIC.

### 1.3 OBJETIVOS

De acordo com o exposto, o objetivo geral da pesquisa é avaliar as relações entre a qualidade de espaços livres públicos em paisagens periféricas e os padrões de sua utilização, especialmente por crianças e adolescentes, adotando-se a Grande Curitiba como estudo de caso. A partir da estruturação metodológica e da fundamentação teórica sobre os temas principais de investigação, seus objetivos específicos são:

- a) contextualizar a área de estudo, por meio de suas condições históricas, antrópicas e naturais, identificando suas características de região periférica no contexto da cidade;
- b) classificar a qualidade de infraestrutura dos locais e equipamentos formadores dos espaços livres objetos de estudo;
- c) analisar os perfis de utilização desses espaços – geral e específico de crianças e adolescentes –, incluindo possíveis situações de riscos socioambientais, notadamente referentes ao consumo de substâncias psicoativas;
- d) relacionar a qualidade dos espaços analisados e os perfis de uso observados;
- e) avaliar, de forma integrada, os resultados alcançados com vistas à sistematização de fundamentos básicos para gestão socioespacial e urbana.

## 2 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Para Lakatos e Marconi (2011, p.46), “método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. As autoras ainda evidenciam que, necessariamente, toda pesquisa relacionada à ciência deriva de opções metodológicas com o mesmo caráter.

Por sua vez, Yin (2001, p.vii) afirma que “a essência do método científico não é a experiência per se, e sim a estratégia conotada pela expressão ‘hipóteses concorrentes plausíveis’”. Assim, o processo investigativo tem esteio fundamental na estruturação dos procedimentos que permitem alcançar os objetivos propostos.

Nessa conjuntura, esta seção apresenta os métodos e técnicas adotados na presente pesquisa, bem como sua respectiva área de estudo.

### 2.1 ABRANGÊNCIA

Conforme Gil (2002), a definição da abrangência ou amostra se faz necessária pela impossibilidade de se englobar todo o universo de elementos que podem ser levantados. Quanto ao rigor dessa seleção, o autor explica que os resultados alcançados tendencialmente se aproximam dos que seriam obtidos caso houvesse possibilidade de estudar todos os componentes.

Segundo dados disponibilizados pelo IPPUC (2013), Curitiba dispunha, em 2012, de cerca de 2.330 hectares de espaços livres, divididos em oito distintas tipologias, totalizando 1.039 unidades de lazer (Tabela 1).

Tabela 1: Quantidade de espaços livres em Curitiba por tipologia em 2012

<b>Espaço Livre</b>	<b>Quantidade</b>
Praças	453
Parques	21
Bosques	14
Eixos de animação	16
Jardinetes	444
Jardins ambientais	3
Largos	56
Núcleos ambientais	32
<b>TOTAL</b>	<b>1.039</b>

Fonte: Baseado em IPPUC (2013).

Apesar de integrar as áreas verdes ao seu processo de evolução urbana, destacando-se a criação do Passeio Público ainda no século XIX, apenas na década de 1970, Curitiba passou a aproveitar tais espaços como locais de lazer e de importância para contexto ambiental da cidade (CASTELNOU, 2006). A rede desses espaços, formada principalmente pelos parques, bosques e áreas de preservação permanente, foram incorporados especialmente ao longo dos rios Barigui, Belém e Atuba, servindo como importantes regiões de amortecimento e contenção das precipitações incidentes na capital. Teve início, então, um processo de valorização da imagem da cidade por meio da criação e qualificação de suas áreas verdes, as quais se tornaram referencial positivo no imaginário de seus moradores e visitantes (CHIESA et al., 2012).

Essa cultura de preservação e criação de espaços de lazer perdurou por décadas. Nos anos 1990, foram incorporadas novas funcionalidades aos locais, tornando-os áreas de manifestações culturais e de representação de diversas etnias, raças e culturas, por meio de memoriais específicos (CASTELNOU, 2006).

No caso da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o planejamento de espaços livres é vinculado ao processo de parcelamento do solo voltado às classes trabalhadoras. Assim, o próprio projeto desses assentamentos contempla a previsão daquelas áreas. Assim, a regional possui um grande número de espaços livres, respondendo por quase 10% de todos os existentes no município em 2012. Destacam-se as quantidades de praças, jardinetes e parques, sendo que quase 25% do total destes últimos encontram-se na CIC (Tabela 2).

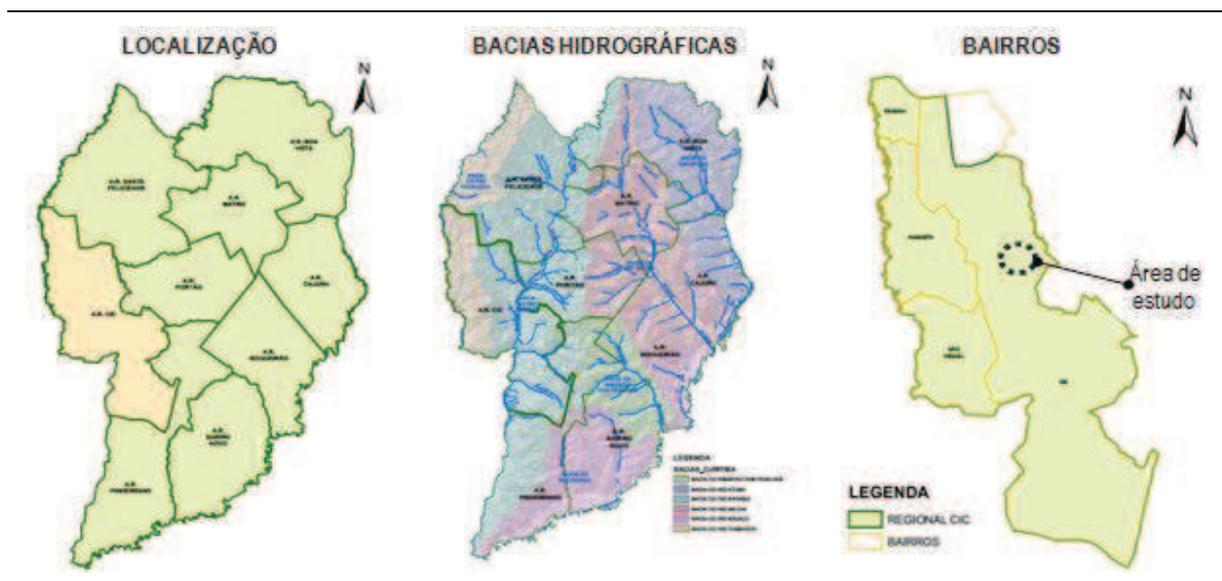
Tabela 2: Quantidade de espaços livres na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) por tipologia em 2012

<b>Espaço Livre</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% do município</b>
Praças	58	12,8
Parques	5	23,8
Bosques	2	14,2
Eixos de animação	1	6,2
Jardinetes	32	7,2
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>	<b>9,4</b>

Fonte: Baseado em IPPUC, 2013.

No entanto, apesar da grande quantidade, percebe-se menor preocupação do poder público com a manutenção desses espaços, principalmente no caso das praças. Nesse âmbito, como universo da pesquisa foram considerados os espaços livres localizados em áreas urbanas periféricas e em situação de “esquecimento” e degradação física (ver subseção 3.1.1.2 – Novas periferias urbanas). Assim, a identificação da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) (Figura 2) como universo se mostrou oportuna pelo fato do bairro homônimo apresentar indicadores sociais, econômicos e de infraestrutura que o caracterizam como área de ocupação periférica, conforme conceituado na seção 3 – Fundamentação teórica.

Figura 2: Mapas de localização da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da área de estudo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e em IPPUC (2013).

Baseada na simples observação direta, a análise preliminar dos seus espaços livres já indicava que vários se encontram em situação de esquecimento e degradação (ver subseção 3.2.2.1), enquadrando-os nos objetivos da pesquisa. Portanto, sua abrangência foi definida pelos seguintes critérios:

- a) existência de espaços livres esquecidos e degradados;
- b) caracterização da região como área urbana periférica.

É importante ressaltar o interesse da Rede Marista de Solidariedade (RMS) como financiadora da presente pesquisa. Atuando na defesa e promoção dos direitos das infâncias e juventudes (RMS, 2015) e, para tanto, contando com um conjunto de unidade sociais distribuídas por vários estados brasileiros, a rede objetiva promover a educação e o desenvolvimento de projetos para crianças e adolescentes, principalmente em situação de vulnerabilidade (RMS, 2015). Assim, a pesquisa vem ao encontro ao interesse da RMS para identificar possíveis interações, positivas e negativas, entre crianças e adolescentes e o espaço livre.

Conforme Santos e Parra Filho (2012, p.208), “dependendo da disponibilidade de tempo e de outros recursos necessários ao desenvolvimento de determinada pesquisa e da abrangência do tema, às vezes torna-se necessária uma delimitação daquilo que será pesquisado”. Assim, dentre as possibilidades de localização do estudo, optou-se pelas proximidades do Centro CIC da RMS.

Nesse contexto, a abrangência da investigação foi caracterizada por uma rede de espaços livres inseridos em um mesmo compartimento físico-territorial localizado na área urbana periférica da Regional CIC (Figura 3).

Essa rede engloba, no total, sete praças e jardins<sup>1</sup>, localizados em um setor espacial definido pela existência das seguintes barreiras naturais e antrópicas da região:

- a) rio Barigui, a leste;
- b) Rua Raul Pompéia, ao sul;
- c) Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, a oeste;
- d) córrego dos Andradas, afluente do rio Barigui, ao norte.

---

<sup>1</sup> Para fins de homogeneização com outras pesquisas paralelas, todos esses espaços livres são, no presente estudo, denominados indiscriminadamente de praças, à exceção do Parque Cambuí.

Figura 3: Imagem aérea de localização dos espaços livres objetos de estudo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014).

Notas:

- Espaço livre 01 = Praça Vale Verde
- Espaço livre 02 = Praça Gregório Piatkowski
- Espaço livre 03 = Praça Jocelina Dias de Melo
- Espaço livre 04 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
- Espaço livre 05 = Praça da Rua Darci Vargas
- Espaço livre 06 = Praça São Rafael
- Espaço livre 07 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Além dos espaços livres selecionados, foi incluído o Parque Cambuí, localizado junto ao rio Barigui, no entorno imediato da área de estudo, sob a justificativa da necessidade de comparação do padrão de utilização dos sete locais entendidos como “esquecidos” com outro considerado “ativo” no contexto do bairro. O fato de o parque estar inserido em um mesmo contexto socioeconômico o torna pertinente como objeto de confrontação. O Quadro 1 apresenta os espaços livres objetos de estudo da presente pesquisa.

Quadro 1: Localização e áreas dos espaços livres objetos da pesquisa

Nº	Tipo	Nome Oficial	Localização	Área (m <sup>2</sup> )
01	Praça	Vale Verde	Rua Leopoldo de Lazari x Rua Dorvalino Moura Silva x Rua Aristides Tissot	3.516,38
02	Praça	Gregório Piatkowski	Rua Cidade de Laguna X Rua São Miguel do Oeste X Rua Profa. Hilda Hanke Gonçalves	22.027,11
03	Praça	Jocelina Dias de Melo	Rua Município de Campo Novo	9.358,10
04*	Praça	Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	Rua Formosa do Oeste x Rua Darci Vargas x Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira	6.927,82
	Jardinete	Doutor Bernardo Garcez de Barros	Rua Formosa do Oeste x Rua Darci Vargas x Rua Prof. Osvaldo Ormiamim	
	Jardinete	Inexistente	Rua Formosa do Oeste x Rua Prof. Osvaldo Ormiamim x Rua Nicolau Vorobi	
05	Jardinete	Inexistente <sup>1</sup>	Rua Darci Vargas x Rua Cidade de Campos Novos x Rua Profa. Hilda Hanke Gonçalves	2.980,13
06	Praça	São Rafael	Rua Dr. José Guilherme Loyola x Rua Nicolau Vorobi x Rua Dr. Nelson Luiz Wolski Velloso	2.340,00
07	Jardinete	Inexistente <sup>2</sup>	Rua Joana Maria Ferreira x Rua Waldemar Cavanha	2.609,48
08	Parque	Cambuí	Rua Carlos Klemtz	99.301,00

Fonte: Baseado em IPPUC, 2013.

Notas: \* = espaços livres agrupados e considerados como uma única área (Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos) por serem lindeiros uns aos outros e por possuírem continuidade visual e de estrutura

1 = doravante denominado Praça da Rua Darci Vargas

2 = doravante denominado Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Visando ao adequado entendimento do estudo, adiante são detalhadas as opções técnicas e metodológicas adotadas.

## 2.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

As técnicas de pesquisa derivam do delineamento metodológico em que se dá a investigação (GIL, 2002), o qual, no presente caso, tem caráter exploratório, descritivo e analítico, baseado na estrutura de um estudo de caso (Quadro 2).

Quadro 2: Síntese das etapas metodológicas da pesquisa

<b>Etapas</b>	<b>Métodos</b>	<b>Técnicas</b>	<b>Fontes</b>	<b>Dados</b>	<b>Resultados</b>
<b>Fundamentação Teórica</b>					
Elaboração do referencial teórico	Exploratório e descritivo	Pesquisa documental e bibliográfica,	Portal de periódicos da CAPES e outras fontes secundárias	Artigos e demais publicações científicas	Compreensão dos temas: paisagem, espaços livres, crianças e adolescentes (Seção 3 – Fundamentação teórica)
<b>Estudo de Caso</b>					
Contextualização da área de estudo	Exploratório e descritivo	Pesquisa documental e geoprocessamento	Documentos oficiais de órgãos públicos e outras fontes pertinentes	Arquivos base em formato GIS, mapas, tabelas e demais informações pertinentes	Identificação das principais características históricas, antrópicas e naturais da área de estudo (Seção 4 – Discussão dos resultados)
Qualificação dos espaços livres selecionados	Exploratório, descritivo e analítico	Observação direta	Adaptação do método BRAT-DO	Critérios de qualidade dos equipamentos e áreas do espaço livre	Classificação de qualidade dos equipamentos e áreas dos espaços específicos (Seção 4 – Discussão dos resultados)
Utilização dos espaços livres selecionados	Exploratório, descritivo e analítico	Observação direta	Adaptação do método SOPARC	Perfil geral dos usuários e específico de crianças e adolescentes	Classificação de usos dos espaços específicos por crianças e adolescentes e inter-relacionamento de utilização e qualidade (Seção 4 – Discussão dos resultados)
Avaliação integrada	Sintético analítico	Análise relacional	Anteriores	Anteriores	Discussão integralizada dos resultados e estruturação de fundamentos para gestão urbana (Seção 4 – Discussão dos resultados)

Fonte: Elaborado com base nos objetivos específicos do estudo.

Notas:  
 BRAT-DO = Bedimo-Rung Assessment Tool – Direct Observation  
 CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
 GIS = Geographic Information System (Sistema Geográfico de Informações – SIG)  
 SOPARC = System for Observing Play and Recreation in Communities

### **2.2.1 Fundamentação teórica**

A pesquisa partiu da elaboração do referencial teórico e conceitual, por meio da investigação documental e bibliográfica, em material impresso ou disponível *online*. Para compreensão do tema, foi utilizado como instrumento o fichamento das referências analisadas, a partir da busca dos principais artigos versando sobre espaços públicos, áreas urbanas periféricas e crianças e adolescentes, além de outros assuntos relacionados.

Conforme Yin (2001), as unidades de observação podem compreender tanto um indivíduo quanto um grupo de elementos, uma entidade, um evento, um sistema ou uma mudança organizacional. As utilizadas nesta etapa compreenderam artigos de revistas qualificadas, livros, textos de eventos científicos e demais fontes secundárias procedentes.

A partir do aprofundamento nos temas de estudo foi possível identificar os principais marcos conceituais sobre o objeto estudado e definir com maior propriedade os aspectos da investigação metodológica das demais etapas. Assim, a pesquisa se baseia em alguns autores e obras notadamente relevantes na formulação desses marcos, os quais são brevemente apresentados no Quadro 3.

Os resultados desta etapa, de cunho exploratório e descritivo, são apresentados na seção 3 – Fundamentação teórica.

### **2.2.2 Estudo de caso**

Este estudo teve início com a coleta de dados, interpretada por Yin (2001) como passível de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. A fim de alcançar os objetivos da presente pesquisa, foram coletadas informações a partir de documentos diversos e de observação direta, abaixo apresentados.

As unidades de observação são identificadas de acordo com a estrutura de levantamento e análise de dados, esta última destinada a “examinar, categorizar, classificar em tabelas ou, do contrário, recombina as evidências tendo em vista proposições iniciais de um estudo” (YIN, 2001, p.131).

Quadro 3: Principais autores de referência para a pesquisa e seus conceitos

Tema	Autor	Conceito
PAISAGEM URBANA	HARDT (2000)	Paisagem como ecossistema, envolvendo questões de ordem natural e antrópica
	CORRÊA (2002)	Espaço da cidade desigual, reflexo da segregação
	PAVIANI (2002)	Periferia como fruto passivo do processo de ocupação metropolitana
	LEFEBVRE (2006)	Surgimento da problemática urbana com a industrialização
	SANTOS (2007)	Valor do indivíduo na sociedade contemporânea relacionado à porção do território por este ocupado, definida por forças de mercado e decisões do poder público
ESPAÇOS LIVRES	WHYTE (1980)	Indicadores de qualidade do espaço livre por meio da observação direta
	JACOBS (2000)	Importância do entorno para a apropriação do espaço por meio dos “olhos da rua”
	HAESBAERTH (2004)	Processo contínuo de reterritorialização do espaço condicionando a consideração desta dinâmica por toda ação proposta
	BEDIMO-RUNG et al. (2005)	Indicadores de qualidade do espaço livre por meio da observação direta.
	LIMA (2005)	Espaços livres periféricos como áreas residuais, fadadas ao abandono e não apropriadas pela população
	CECILIA (2008)	Espaços livres como articuladores das funções urbanas
	ALEX (2011)	Necessidade de certo nível de neutralidade para espaços livres para viabilização de diferentes formas de apropriação
	LYNCH (2011)	Necessidade de legibilidade dos espaços para sua inserção no imaginário da sociedade
	DARODA (2012)	Rigidez formal dos espaços com tendência à inflexibilidade do seu modo de apropriação e à redução da sua atratividade.
	RICARDO et al. (2013)	Abandono dos espaços gerando círculo vicioso de insegurança e mais “esquecimento”
CRIANÇAS E ADOLESCENTES	ARIÈS (1981)	Perfil social histórico da criança e do adolescente
	PAULILO; JEOLÁS (2000)	Adolescência como fase de maior susceptibilidade a situações de risco
	ABBUD (2006)	Elementos espaciais convidativos à sua utilização
	COELHO et al. (2006)	Brincadeira como forma de transformação do espaço vivido em afetivo
	OLIVEIRA (2006)	Importância dos espaços de encontro para a construção do perfil social do adolescente
	FRANCO (2008)	Direito de brincar relacionado ao próprio direito à infância e à liberdade
	LANSKY (2008)	Diminuição dos espaços de brincadeira e de encontro mudando as formas de percepção do espaço pelos jovens e, conseqüentemente, seu comportamento
	RODRIGUES (2009)	Mudança no padrão do “brincar” do espaço público para o privado relacionada com a insegurança e o modo de vida contemporâneo
	FLORES (2011)	Modos de apropriação e uso dos espaços por crianças e adolescentes

Fonte: Elaborado com base na seção 3 – Fundamentação teórica.

Os procedimentos metodológicos voltados especificamente ao estudo de caso foram divididos em quatro etapas principais, sendo, na sequência, detalhados os seus respectivos processos de investigação.

#### 2.2.2.1 Contextualização da área de estudo: sondagem geoestatística

Para a descrição do contexto dos espaços e da sua área de inserção, foram utilizados, além de outras fontes secundárias pertinentes, dados geoestatísticos provenientes da administração pública referentes aos aspectos antrópicos (demografia, renda e pobreza, serviços sociais, habitação e ocupação irregular) e naturais (componentes físicos e biológicos), especialmente aqueles disponibilizados pelo *site* do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), na escala da regional e do bairro.

Datadas de 2013, essas informações são provenientes de levantamentos das secretarias municipais específicas e também do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Para essa contextualização, também foram utilizados dados brutos do mesmo censo, agregados por setor censitário, visando à avaliação socioeconômica da área de estudo.

Os dados geoestatísticos obtidos para a descrição contextual foram tabulados no programa Excel for Windows, visando à interpretação das condições socioeconômicas. Além disso, a distribuição espacial dos elementos e das suas relações foi estudada com o auxílio do *software* ArcGis 10, que permite relacionar diferentes variáveis espaciais.

De caráter exploratório e descritivo, esta etapa produziu as informações constantes da primeira parte da seção 4 – Discussão dos resultados.

#### 2.2.2.2 Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta

Para a análise da qualidade dos espaços livres, foi utilizada a observação direta, por meio da adaptação do instrumento Bedimo-Rung Assessment Tool – Direct Observation (BRAT-DO – BEDIMO-RUNG, 2007).

Os dados obtidos foram divididos em seis domínios de avaliação do espaço (CASSOU, 2009):

- a) aspectos – número, tamanho e tipos de estruturas<sup>2</sup> disponibilizadas, programas<sup>3</sup> oferecidos, bem como a diversidade de usos identificados ;
- b) condições – características de manutenção e reparos das estruturas disponíveis;
- c) acesso – viabilidade, acessibilidade, meios de chegada e circulações internas;
- d) estética – aparência e atratividade dos diversos elementos;
- e) segurança – níveis de criminalidade e de riscos à saúde;
- f) política – planejamento do funcionamento e de práticas de gerenciamento, disponíveis por meio de informações oficiais.

A adaptação do instrumento permitiu aproximá-lo da realidade dos espaços livres selecionados. Dessa forma, elementos desnecessários, como vestiários, piscinas, áreas de pesca e outros espaços de esportes muito específicos, foram eliminados, enquanto outros foram inseridos, de acordo com as infraestruturas identificadas nas áreas de análise.

Assim, foi elaborada uma ficha de levantamento para cada equipamento dos espaços selecionados, a qual contém vinte itens, cada um possuindo diversos critérios de análise específicos, os quais, qualificados e somados, atribuem uma nota de qualidade de infraestrutura para aquele equipamento.

Para tanto, cada elemento foi espacializado no *software* ArcGis 10 e recebeu um código relativo à sua função e ao espaço livre em que está inserido. A tal código corresponde uma tabela de atributos, correlatos aos critérios de levantamento.

---

<sup>2</sup> Entende-se por estruturas, as áreas que, no caso deste instrumento, promovem a atividade física ou lhe servem de apoio. Podem ser, por exemplo, campos esportivos, pistas de caminhada, *playgrounds* ou equipamentos complementares, como vestiários e espaços de descanso e permanência.

<sup>3</sup> São considerados programas, as atividades realizadas no espaço de análise, organizadas pelo poder público ou pela sociedade civil. As atividades físicas voltadas a grupos de idosos ou campeonatos de futebol de bairro são exemplos de programas comumente encontrados nessas áreas.

A Figura 4 apresenta um exemplo de modelo de ficha de levantamento da qualidade do espaço, a qual também pode ser consultada no Apêndice B.

Figura 4: Exemplo esquemático de ficha de levantamento das informações sobre qualidade dos espaços livres selecionados segundo sua infraestrutura



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos adotados.

Notas:

03.A	=	espaço aberto
05.A, 05.B, 05.C	=	áreas arborizadas
07.A	=	rio
08.A	=	banco
16.A	=	luminária
14.A	=	<i>playground</i> (geral)
16.A, 16.B, 16.C	=	<i>playgrounds</i> (brinquedos)
18.A, 18.B	=	campos de esporte

Os elementos analisados e a quantidade de critérios avaliados por equipamento estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Descrição dos elementos de análise e respectiva quantidade de critérios adotados para qualificação dos espaços livres selecionados segundo sua infraestrutura

<b>Elemento de análise</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade de critérios<sup>1</sup></b>
Trilhas pavimentadas	Estruturas para prática de caminhada, <i>cooper</i> e esportes de rodas	34
Caminhos	Estruturas de circulação e conexão entre os demais equipamentos do espaço	14
Espaços abertos	Áreas abertas, geralmente destinadas à recreação e comumente maiores que 30 x 30 m, sem uso específico, não delimitadas por elementos naturais ou construídos, e sem a presença de vegetação de maior porte	11
Áreas arborizadas	Maciços de vegetação, considerado a partir do conjunto de três árvores	10
Espaços de convivência	Áreas de permanência de usuários dentro dos espaços de análise	20
Lagos / lagoas	Corpos hídricos circundados ou limítrofes ao espaço de análise	08
Rios / córregos	Corpos hídricos lineares que cortam ou tangenciam o espaço de análise	10
Bancos	Mobiliário disponível para o descanso e encontro dos usuários	8
Vegetação não arbórea	Elementos vegetais de pequeno porte, de implantação deliberada com função de melhoria paisagística do espaço	7
Entorno Imediato	Infraestrutura do entorno, incluindo as edificações e o espaço público	7
Lixeiras	Estrutura para disposição dos resíduos sólidos gerados pelos usuários	6
Estacionamentos	Área destinada à permanência dos veículos dos usuários dos espaços livres.	7
Calçadas adjacentes	Estrutura de circulação de pedestres localizadas nas vias de entorno do espaço de análise	8
<i>Playground</i> – geral	Condições gerais do espaço de recreação infantil, como limpeza, condições de piso e iluminação	12
<i>Playground</i> – brinquedos	Condições individuais de cada equipamento do espaço de recreação infantil	4
Exercícios de força	Academias ao ar livre e equipamentos de ginástica	14
Campos de esporte	Espaços não pavimentados destinados à prática esportiva	15
Quadras de esporte	Espaços pavimentados destinados à prática esportiva	12
Questões gerais	Nível geral de manutenção, limpeza e iluminação do espaço de análise	2

Fonte: Elaborada com base em Bedimo-Rung (2007) e em Cassou (2009).

Nota: 1 = ver critérios no Apêndice B.

Assim, a cada critério analisado correspondeu um atributo, com a soma dos valores resultando em uma nota relativa de qualidade de infraestrutura daquele elemento, a qual foi classificada em quatro intervalos (alta, média alta, média baixa e baixa) a partir da diferença entre a nota máxima potencial e a mínima possível.

O levantamento de campo foi realizado durante o mês de setembro e outubro de 2014. O processo de análise dos dados coletados sobre a infraestrutura do espaço teve início com a tabulação dos atributos coletados em campo de cada elemento individualizado no programa Excel for Windows.

Na sequência, os valores atribuídos foram vinculados a uma feição geográfica representativa do elemento no *software* ArcGis 10.

Com procedimentos exploratórios, descritivos e analíticos, a classificação de qualidade dos equipamentos e áreas dos espaços específicos é apresentada na segunda parte da seção 4 – Discussão dos resultados.

#### 2.2.2.3 Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta

Para a análise do perfil de utilização dos espaços públicos por crianças e adolescentes, os dados foram coletados por meio de observação direta, a partir de ficha de levantamento do padrão de utilização dos espaços (Figura 5 e Apêndice A), adaptada da metodologia System for Observing Play and Recreation in Communities, a qual se baseia em levantamentos momentâneos, sistemáticos e periódicos, focados nos indivíduos e no contexto de áreas definidas de um parque. (McKENZIE; COHEN, 2006). A adaptação permitiu vincular o tipo de atividade efetuada pelos indivíduos à sua localização no espaço, fundamental para a posterior inter-relação com as informações de qualidade espacial.

Na metodologia original, é recomendado o levantamento momentâneo em quatro horários diários distintos, em três dias diferentes (McKENZIE; COHEN, 2006). No entanto, devido às características de utilização espacial percebidas em observações preliminares, optou-se por ampliar para seis momentos por dia, em cinco dias diferentes da semana, sendo que dois necessariamente compreenderam o sábado e o domingo. Os períodos de coleta dos dados corresponderam ao intervalo de uma hora para todos os espaços livres da rede selecionada. O Quadro 4 apresenta a escala adotada para as idas a campo.



Os principais dados coletados por essa técnica, para cada indivíduo utilizando o local, foram gênero, faixa etária, tipo de atividade em desenvolvimento, posição utilizada no espaço e possíveis situações de risco, além da sua localização espacial dentro do espaço livre.

As informações coletadas entre setembro e outubro de 2014, por meio da observação direta dos usuários dos espaços, foi tabulada no programa Excel for Windows e, na sequência, espacializadas no *software* ArcGis 10 para representação da localização do indivíduo no espaço, sendo a ela vinculados os dados colhidos em campo.

Visando responder à questão central da pesquisa mediante o cruzamento dos resultados dos perfis de utilização espacial, especialmente por crianças e adolescentes, e dos níveis de infraestrutura, a partir de fontes e dados das etapas anteriores, foram interpretadas as relações entre qualidade do espaço e sua intensidade de uso, bem como os modos de sua apropriação pelos indivíduos, com base na sobreposição das informações no *software* ArcGis 10, resultando em mapas locais de classes qualitativas dos espaços e pontos de presença de usuários sob cortes pertinentes à pesquisa.

Em contextos exploratório, descritivo e analítico, a classificação de usos dos espaços específicos – geral e por crianças e adolescentes – e a sua análise integrada com os padrões qualitativos espaciais compõem a terceira parte da seção 4 – Discussão dos resultados.

#### 2.2.2.4 Avaliação integrada: síntese analítica

Baseada nas fontes e dados das etapas anteriores, a avaliação integrada partiu da análise matricial, estruturada em classes gerais de qualidade e de utilização dos espaços livres selecionados associadas à classificação da drogadição de crianças e adolescentes usuários dos locais.

Para cada variável foi necessário estabelecer critérios que possibilitassem a definição das classes de qualidade. No caso da qualidade do espaço, o resultado para o espaço livre surge da média de qualidade entre todos os itens existentes na praça, tanto em termos de espaço quanto de equipamentos.

Para a definição da classificação geral para a utilização, trabalhou-se com uma relação entre o número de usuários e a quantidade de equipamentos e espaços disponíveis em cada área de análise.

A classificação geral para a drogadição de crianças e adolescentes nos espaços de análise toma como referência a relação entre o número de usuários de substâncias psicoativas e a quantidade total de representantes desta faixa etária que frequentaram o espaço. Este resultado é classificado nos três intervalos propostos para a análise.

A interpretação da matriz, associada aos resultados anteriores, permitiu a discussão integralizada dos resultados e a estruturação de fundamentos para gestão urbana, para os quais foram consideradas questões que envolvem o planejamento e o projeto destas áreas.

Com estrutura sintética analítica, suas considerações são sumarizadas na quarta parte da seção 4 – Discussão dos resultados.

### 2.3 VARIÁVEIS DEPENDENTES, INDEPENDENTES E INTERVENIENTES

Por se tratar de pesquisa de caráter transversal, que visa testar uma hipótese de relação e não de causalidade, a identificação das variáveis dependentes e independentes parte do pressuposto de que, ainda que ambas ocorram simultaneamente no espaço, uma acabaria por gerar maior impacto sobre a outra.

Assim, partindo da hipótese que há relação entre qualidade de infraestrutura e padrão de uso dos espaços pelos usuários, entende-se que a variável dependente da pesquisa é o próprio perfil de utilização espacial, o qual foi definido a partir dos levantamentos de campo.

A variável independente pode ser identificada como a qualidade de infraestrutura, que acabaria por interferir nos modos com as pessoas se apropriam de determinada área.

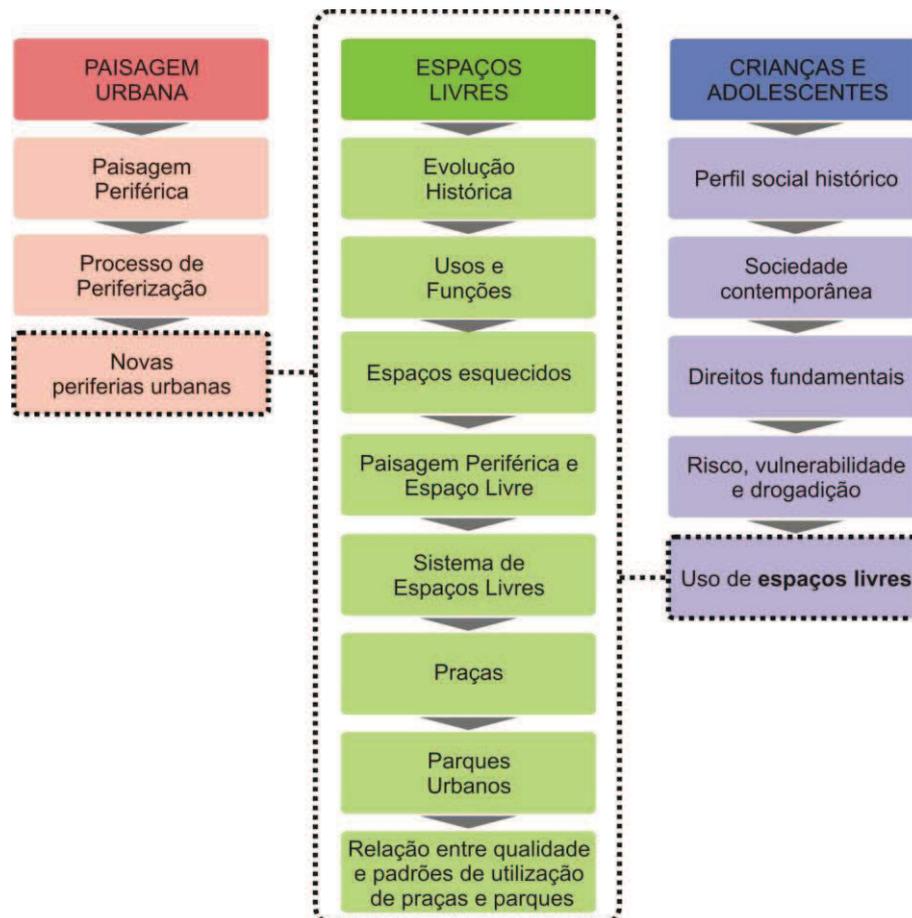
Por outro lado, foram identificadas duas possíveis variáveis intervenientes:

- a) perfil socioeconômico da população – entende-se que, ao mudar a localização do estudo, tratando de situações populacionais diferentes, os resultados de padrão de utilização também seriam diversos. Para evitar essa condição, foi focado um mesmo compartimento do município, garantindo a homogeneidade de análise sob os aspectos em questão;
- b) fatores externos à área de estudo – a variação de algumas características exteriores, como, por exemplo, clima, temperatura ou época do ano, poderia alterar o padrão de uso dos espaços. Para controlar essas variáveis, o levantamento do perfil de utilização foi executado em um período curto de tempo (aproximadamente quatro semanas), havendo o cuidado de se realizar as atividades em dias semelhantes do ponto de vista climático (sem chuvas e sem variações grandes de temperatura), o que foi registrado nas fichas de levantamento.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Parra Filho e Santos (2012) atestam o grau de importância do embasamento teórico ao apontá-lo como item indispensável no processo de pesquisa, independente de qual seja o campo da ciência. Marconi e Lakatos (2007, p.99) reforçam sua importância ao afirmar que “teoria não é especulação, mas um conjunto de princípios fundamentais que se constituem em instrumento científico apropriado na procura e, principalmente, na explicação dos fatos”. Dessa forma, o referencial teórico da presente pesquisa é estruturado em três temas principais: paisagem urbana, espaços livres, e crianças e adolescentes. O segundo é seu fio condutor, uma vez que é por seu intermédio que são estabelecidas as relações entre os assuntos, conforme pode ser notado na Figura 6.

Figura 6: Organograma da estrutura da fundamentação teórica



Fonte: Elaborada com base nas referências consultadas.

O primeiro tema é apresentado a partir de marcos conceituais introdutórios à compreensão dos espaços livres inseridos em determinada tipologia de paisagem. A seguir, a segunda temática é detalhada com base na sua contextualização histórica e na interpretação mais específica de praças e parques urbanos, objetos desta investigação. Por fim, o último assunto é estudado visando ao entendimento das interações de crianças e adolescente com os espaços livres, fundamentando a análise social e legal da questão.

### 3.1 PAISAGEM URBANA

Como elemento material, a paisagem surgiu ao mesmo tempo em que se formou o planeta. Até o século XV, foi estudada sob um viés apenas físico. A partir de então, passou a ser também considerada em um contexto cultural, no momento em que o homem passou a se distanciar da natureza e a adquirir meios de transformá-la e moldá-la à sua vontade (SCHIER, 2003). Assim, deixou de ser analisada apenas como uma referência espacial e passou a ser estudada como um reflexo das intervenções humanas no espaço.

A evolução conceitual da paisagem a vinculou, no século XVII, a um discurso meramente científico. A partir do período seguinte, os cenários passaram a ser entendidos como resultantes da relação entre homem e natureza, sendo que, na maioria das abordagens dos anos 1800 e 1900, são entendidos como:

entidades espaciais que dependem da história econômica, cultural e ideológica de cada grupo regional e de cada sociedade e, se compreendidas como portadoras de funções sociais, não são produtos, mas processos de conferir ao espaço significados ideológicos ou finalidades sociais com base nos padrões econômicos, políticos e culturais vigentes (SCHIER, 2003, p.82).

Macedo (1999, p.11) analisa a paisagem sob duas vertentes: como um produto, por ser resultado de um “processo social de ocupação e gestão de determinado território”, e como um sistema, “na medida em que, a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total”. De fato, a paisagem reflete as interferências geradas por seus ocupantes e, ao mesmo tempo, também os impacta por meio de sua nova condição, em um ato contínuo de modificações mútuas.

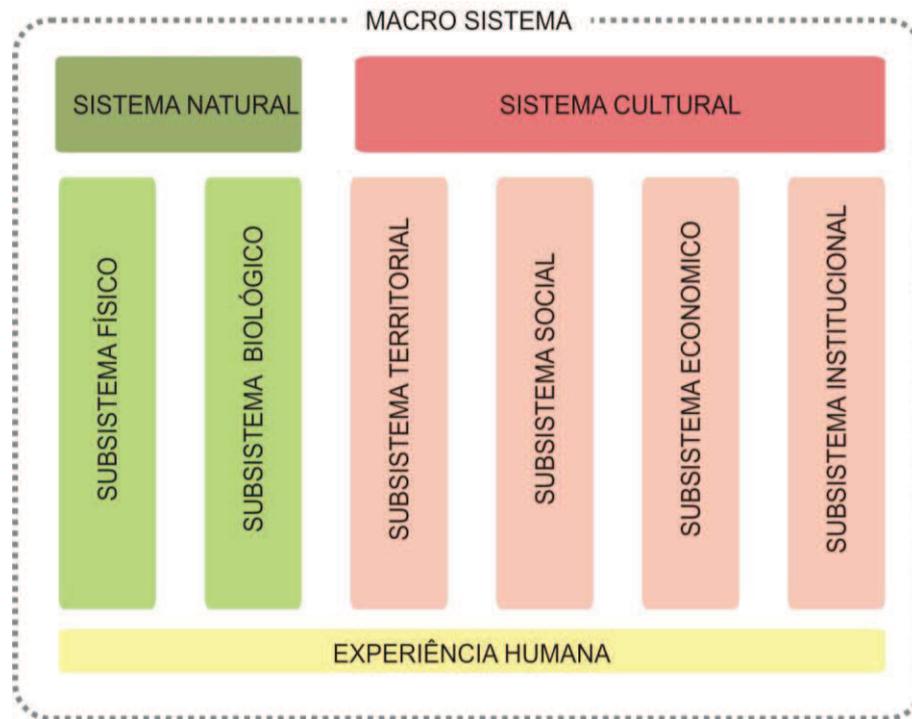
Assim, com base na sua compreensão como um processo e como uma relação entre elementos, Santos (2008, p.61) afirma que se trata do “domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”.

A partir de um escalonamento de intervenção humana, Forman e Godron (1986) apresentam a seguinte classificação de diferentes tipologias de paisagem:

- a) natural – sem impacto humano significativo;
- b) manejada – ainda de caráter natural, mas com manejo tendendo à homogeneização das espécies presentes, alterando significativamente as características paisagísticas;
- c) cultivada – com alguns assentamentos humanos, mas com predominância das formas geometrizadas dos espaços de cultivo;
- d) suburbana – mosaico com coexistência de áreas cultivadas e ocupações humanas de maior porte
- e) urbana – com forte geometrização pelo ambiente construído, além de maior proporção de locais impermeabilizados.

O lócus de inserção do presente trabalho é referente a este último tipo. Cullen (2013) conceitua a paisagem urbana minimamente como a relação entre dois edifícios próximos. Relph (1990) amplia este conceito, englobando as relações sociais ao contexto ótico da existência cotidiana. Tal afirmação é respaldada por Hardt (2000, p.40), que a define genericamente como a “visualização do ecossistema urbano, envolvendo percepções mentais, especialmente sensoriais, com destaque para as visuais, e sensações estéticas”. Esta autora ainda reforça a sua conformação pela estreita inter-relação de elementos naturais e antrópicos, cujos sistemas coexistem em um mesmo espaço e em um tempo determinado, conformando o ambiente, ao qual é somada a experiência humana, complementando, assim, o macro sistema (HARDT, 2000). A Figura 7 traz a esquematização desse conceito.

Figura 7: Organograma dos principais componentes da paisagem urbana



Fonte: Adaptada de Hardt (2000).

Aplicando os conceitos ora apresentados de Macedo (1999) e Santos (2008) à análise urbanística, Corrêa (2002) diz que os processos sociais imprimem à paisagem urbana um caráter, ao mesmo tempo, articulado e fragmentado. Essas concomitantes segregação e conexão são frutos da produção, pelos cidadãos, do meio urbanizado em certo lugar e em época definida. Nesse mesmo sentido, Macedo (1999, p.11) ressalta que a resultante paisagística é a “expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e, portanto, de transformação do ambiente em um determinado tempo”.

Conforme Corrêa (2002), as áreas residenciais segregadas do tecido urbano refletem o próprio processo de reprodução do espaço, a partir da relação de diferentes classes sociais habitando em uma mesma cidade. Assim, os bairros, como unidades espaciais relativamente homogêneas, tornam-se as áreas de apropriação dos diversos grupos sociais.

Com referência à produção do espaço e às relações de segregação e articulação da paisagem urbana, Serpa (2002, p.162) adverte que “o espraiamento do ‘padrão periférico’ na escala metropolitana faz surgir verdadeiras colchas de retalhos, com usos e sentidos de tempos diferenciados, convivendo no mesmo espaço geográfico”. Esta assertiva se aproxima do conceito de “não lugar”, proposto por Del Rio (1997), para quem a fragmentação paisagística é consequência direta dos modelos urbanísticos vigentes. Assim, é fundamental a compreensão dos papéis das áreas periféricas no processo de formação da paisagem urbana contemporânea, uma vez que os padrões de produção e reprodução espacial impõem que tais áreas sejam indissociáveis do imaginário das grandes cidades atuais.

### **3.1.1 Paisagem periférica**

De um ponto de vista estritamente geográfico, a periferia<sup>1</sup> surgiu no exato momento em que foi criado o centro, pois um não existe sem o outro. Essa definição, ainda que reduzida a um caráter geométrico, expõe a relação de dependência entre as duas feições e a sua indispensável coexistência.

No entanto, apenas a localização geográfica não é capaz de abarcar a complexidade das relações entre centro e periferia. O processo de formação de uma centralidade – no caso, uma área central urbana – é um processo social de construção de um espaço referencial (VILLAÇA, 2001). Ou seja, o centro de uma cidade não se torna essa referência porque assim foi definido em algum momento da história daquela aglomeração. A sua imposição nessa situação ocorre porque os habitantes daquele território assim o entendem. Nessa conjuntura, Bonametti (2010, p.260) afirma que:

a evolução histórica da paisagem urbana e dos seus processos de intervenções mostra claramente que sempre se procurou formas para expressar o ideal de poder; refletindo os seus padrões políticos, econômicos, estéticos e culturais, a integração e a compatibilidade entre a arte e a técnica.

---

<sup>1</sup> O termo se refere a “áreas localizadas fora ou nas imediações de algum centro” (SERPA, 2002, p.161).

Santos (2007) atribui às forças de mercado e às decisões do governo a definição da localização dos indivíduos em determinado território. Ou seja, estes dois atores se tornam os grandes causadores da segregação urbana: de um lado, as prioridades mercadológicas impedem ou dificultam o acesso à terra e, de outro, as ações governamentais privilegiam o próprio mercado em decisões que impactam a cidade como um todo.

Um claro exemplo do mercado como segregador repousa no conceito de custo da terra, com as classes menos abastadas sendo obrigadas a se instalar em regiões mais distantes do centro, conseqüentemente mais baratas. À terra se juntam outros fatores (escolaridade, tipos de emprego, saúde etc.) na organização socioespacial do meio urbano (PAVIANI, 1987).

Costumeiramente, a periferia é apresentada como fruto passivo de um processo que ocorre indiscriminadamente nas metrópoles nacionais (MARICATO, 1996; PAVIANI, 2002). Resultado de fenômenos econômicos e sociais desfavoráveis (concentração de renda, baixo crescimento, êxodo rural etc.), representa a face geográfica da exclusão e da segregação (MARICATO, 1996). Santos (2007) vincula a discriminação ao espaço habitado ao afirmar que o valor do indivíduo na sociedade está relacionado com a acessibilidade deste aos diversos bens e serviços que ela disponibiliza. Tal acesso deve ser equânime e comunitária, a fim de garantir a todos um mínimo de dignidade.

Dessa maneira, a periferia, sob a ótica da construção social do espaço, é refletida em territórios que surgem com a dinâmica de segregação social, econômica e cultural, dentre outras facetas (FERREIRA et al., 2008).

Villaça (2001) afirma que a divisão das metrópoles em duas cidades distintas – a dos ricos e a dos pobres – é um fenômeno em progressão. Nesse sentido, Corrêa (2002, p.8) reforça que “por ser reflexo social e fragmentado, o espaço urbanizado, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual [...]”. Ou seja, muito além de se colocar à margem geográfica de um centro, a periferia também se coloca à margem social do contexto urbano, como território degradado ou sem infraestrutura (BORGES; ROCHA, 2004).

Conforme apresentado, a paisagem urbana e, conseqüentemente, a periférica são resultantes do processo de produção do espaço da cidade, o qual, conforme Corrêa (2002, p.11), é fruto da complexa ação de agentes sociais

concretos, “derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”.

Em síntese, a periferização traz consigo a exclusão social, sendo objeto direto da realidade da sociedade, que, em um processo capitalista de apropriação espacial, relega as áreas menos valorizadas à população mais desfavorecida.

#### 3.1.1.1 Processo de periferização

De modo geral, a expansão das cidades brasileiras pode ser entendida, sob um contexto histórico, como o crescimento contínuo de um núcleo urbanizado sobre áreas periféricas não ocupadas (OJIMA et al., 2015). Para a compreensão do processo de urbanização nacional e sua característica de periferização dispersa e desigual, é necessário contextualizá-lo com a realidade econômica e social do país, atrelada ao lento fenômeno de diferenciação e exclusão.

Santos (2009) explica que, ainda que esse processo tenha iniciado com as cidades do Brasil Colônia, nos anos 1500, é a partir do século XIX que atinge sua maturidade e apenas no século XX que adquire suas feições atuais. Ainda para este autor, a recente urbanização brasileira pode ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro, anterior às décadas de 1940 e 1950, quando as funções administrativas urbanas eram preponderantes, e o seguinte, iniciado nos anos 1960, quando a dinâmica econômica se impôs à formação do território.

Este segundo período, dominado pela lógica da industrialização em seu sentido mais amplo de processo social, efetivamente provoca a intensificação da urbanização nacional. Esse fato é corroborado pela aceção de Lefévre (2006, p.3), para quem a problemática urbana surgiu com a industrialização, considerada pelo autor como o “motor das transformações na sociedade”.

Se, por um lado, a industrialização provocou o crescimento das grandes e médias cidades brasileiras, por outro, este aumento foi apenas quantitativo, inchando as malhas urbanizadas, prescindindo de atributos qualitativos para a melhoria das condições de vida da população.

De um tecido coeso, que decorre da lógica do valor de uso da habitação e da cidade, representado pelo processo de urbanização colonial que criou cidades

memoráveis, passou-se a lugares contemporâneos onde a segregação derruba processos seculares de produção do espaço urbano e atinge formas e normas impensáveis a bem poucas décadas (COUTO, 2003, p.114).

Na visão de Mumford (2004), as referências da cidade industrial são a fábrica, a estrada de ferro e o cortiço, com a industrialização do urbano intimamente atrelada ao próprio processo de segregação. De fato, o aparecimento e a manutenção de diferentes classes sociais foram imperativos para o surgimento das cidades desde as primeiras civilizações (BAPTISTA, 2003), gerando óbvias interferências nas suas estruturas espaciais. Muito mais que um fenômeno espontâneo, a autora evidencia a necessidade de conservação dessa diferenciação social por parte das classes dominantes, a qual é refletida no espaço. Ainda que isto por si só não seja fator decisivo para a segregação socioespacial, as características intrínsecas do sistema produtivo vigente no mínimo favorecem o regime segregatório.

Nesse processo de desenvolvimento urbano, é importante destacar também que essa segregação socioespacial se dá de forma extremamente perversa através da especulação dos agentes imobiliários e nas dificuldades encontradas pelos mais pobres no acesso ao solo urbano (OJIMA et al., 2015, p.11).

Conforme já relatado, esse processo é fruto da ação de diversos grupos sociais que convivem no meio urbano, apresentados por Corrêa (2002) da seguinte forma:

- a) proprietários dos meios de produção;
- b) proprietários fundiários;
- c) promotores imobiliários;
- d) agentes estatais;
- e) comunidades excluídas.

Silva (2013) destaca a visão mercadológica do espaço urbano, ao qual são atribuídos preços com vistas à reprodução e acumulação do capital por meio do lucro. Dessa forma, diferentes classes sociais possuem diferenciados níveis de acesso ao território. Conforme Ribeiro (2005, p.50), esse movimento ocorre:

pelo afastamento territorial, pela construção de enclaves territoriais, pela construção de barreiras simbólicas resultantes de monopolização da honra social das classes altas ou da institucionalização da desonra social dos pobres e de seus territórios, nos quais são concentrados na forma de guetos urbanos.

Dessa forma, é impossível dissociar tal processo da capacidade de geração de riqueza das famílias, já que é a renda que determina em qual parte do tecido urbano os indivíduos se instalarão. Obviamente, quanto mais elevada a renda, maior o poder de escolha dos cidadãos, que tendem a habitar as melhores áreas da cidade (SILVA, 2013)..

A visão do espaço urbano como mercadoria e, portanto, objeto passível de compra e de valorização, é sistematizada por Gonçalves (2002, p.14), que expõe que “no sistema capitalista de produção da cidade, quem pode pagar pela terra, pela boa localização, pelo ‘ponto’, fica mais próximo do centro e dos bairros mais bem servidos de infraestrutura e empregos”.

Assim, o desigual potencial econômico das classes sociais, aliado a políticas institucionais de provimento de habitação popular em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura, gera esse processo de periferização, que, atualmente, adquire novos contornos com a ocupação de regiões ditas “periféricas” por classes mais abastadas.

### 3.1.1.2 Novas periferias urbanas

Com base na abordagem do tópico anterior da relação entre centro e periferia em contextos de evolução histórica e de acentuada urbanização nas últimas décadas do século XX, identifica-se, atualmente, diversos estudos mostrando que essa configuração vem mudando desde o início dos anos 2000. Para Ojima et al. (2015), a expansão urbana linear vem sendo substituída por uma conformação fragmentada, sem a necessária continuidade entre os novos núcleos urbanos e os antigos. Barcellos e Marmarella (2007) atribuem essa nova fragmentação a uma mudança comportamental das parcelas mais ricas da população, que passam cada vez mais a optar por ter sua moradia no formato de condomínios fechados, com alto grau de elitização e isolamento em relação ao demais moradores da região.

Nesse cenário, a compreensão da segregação como resultado da relação desconexa entre centro e periferia é substituída pela fragmentação do tecido urbano com “isolamento de várias camadas sociais que se constituem, na verdade, em reflexo das hierarquias socioespaciais simbólicas” (MEDEIROS et al., 2008).

Para Caldeira (2000), surge, então, a figura do “enclave fortificado”, instrumento que reforça a segregação espacial a partir da privatização total de áreas representativas do tecido urbano, isolado do seu contexto e autossuficiente em termos de habitação, consumo, lazer e trabalho.

Caldeira (2000) e Castells (2002) vinculam esse isolamento periférico à violência urbana. Para este autor, “no limite, quando surgem as tensões e as cidades decaem, as elites se refugiam entre os muros das comunidades fechadas” (CASTELLS, 2002, p.506). Essa relação entre os espaços urbanos privatizados e a segurança também é feita por Deschamps (2004), que denomina “auto segregação” esse processo de enclave urbano a que se submete a fatia da população com melhores condições financeiras, na expectativa de, assim, garantir sua segurança.

Essa suposta segurança é incorporada aos discursos do mercado imobiliário no intuito de valorizar o seu produto. Segundo Barcellos e Mamarella (2007), junto com a proposta de uma área multifuncional, com lazer e serviços e amplo contato com a natureza, esses empreendimentos vendem a ideia de um “ideal de moradia e de convivência e vizinhança, alternativa de uma situação privilegiada frente aos que estão fora dos ‘muros fortificados’ [...] e de proteção contra a violência das grandes cidades” (BARCELLOS; MAMARELLA, 2007 p.6).

Portanto, por motivos comerciais, veicula-se a noção de que os moradores dessas áreas privilegiadas não seriam dependentes dos serviços e dos espaços presentes na sua vizinhança, pois os teriam à sua disposição intramuros ou, dependendo do caso, em outros locais privilegiados semelhantes.

Dessa forma, a dicotomia entre centro e periferia, que opunha duas situações com relativa homogeneidade interna, é substituída pela segregação interna ao território ocupado, promovida pelo isolamento de espaços em benefício de poucos. Além disso, Caldeira (2000, p.211) lembra que:

sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns.

Essa situação reforça a conduta de segregação socioespacial que acaba por impactar os próprios espaços livres públicos disponíveis, tornando-os desconhecidos para parcela da população residente no seu entorno e aprofundando seu caráter de “esquecido” e desqualificado. Com isso, tanto os moradores dos

condomínios não se relacionam com os locais nas suas vizinhanças quanto, obviamente, os residentes do entorno não gozam da estrutura disponibilizada na propriedade elitizada. Gera-se, portanto, uma mútua segregação, ainda que em diferentes níveis de perversidade.

### 3.2 ESPAÇOS LIVRES

A cidade pode ser definida como a relação entre espaços públicos e privados; mesmo que estes representem a maior parte das áreas urbanizadas, são aqueles que melhor caracterizam a paisagem urbana (MATOS, 2010). Já Magnoli (1982) estrutura a cidade em espaços edificados e livres de edificação, sendo sua diferenciação estabelecida pela inexistência de limites físicos construídos.

De fato, o termo prescinde de definição mais clara, já que diversos autores utilizam termos diferenciados para explicar o mesmo fenômeno. Nesse quadro, Lima et al. (1994, p.540) afirmam que:

as diferentes conceituações nas definições dos termos ‘área verde’, ‘área livre’, ‘espaço livre’, ‘arborização urbana’, ‘área de lazer’, entre outros, tem-se mostrado, no mínimo, preocupantes, quer no ensino ou na pesquisa, bem como no planejamento e gestão desses espaços, onde profissionais da área, constantemente, deparam-se com a necessidade de uma linguagem única que expresse, sem dar margem a erros, suas deliberações.

Para esses autores, o conceito mais abrangente – e que engloba os demais – é o de espaço livre, como aquele inserido no contexto urbano e que se contrapõe ao construído (LIMA et al., 1994).

Kliass e Magnoli (2006) também apresentam o mesmo termo como algo mais genérico quando citam que “o conceito urbanístico de espaço livre está intimamente ligado à vida das cidades; estas são sentidas por suas ruas, praças e parques, que caracterizam a paisagem urbana” (KLIASS; MAGNOLI, 2006, p.247).

A expressão “espaço público” também é frequentemente encontrada na literatura sobre o tema e sua definição se assemelha à de “espaço livre”. De acordo com Matos (2010), sua conceituação é muito genérica e abrange uma série de estruturas urbanas, as quais, até o século XIX, eram diferenciadas pelos seus nomes específicos (rua, praça, jardim, mercados etc.). Ou seja, sua recente origem visou abarcar essas áreas específicas da cidade sob um mesmo conceito.

Há, porém, uma pequena, entretanto fundamental, diferença entre os dois termos. Enquanto espaço livre corresponde a áreas necessariamente abertas e livres de edificação, os notadamente “públicos” podem estar inseridos dentro de determinado objeto edificado. Uma biblioteca, por exemplo, é um espaço essencialmente “público”, porém não necessariamente “livre” do ponto de vista espacial.

Por sua vez, Hardt e Hardt (2008) descrevem a cidade como um conjunto de áreas permeáveis e impermeáveis, entendendo estas como algo limitado por barreiras físicas ou visuais, em qualquer direção. De outra maneira, aquelas podem ser penetradas, também física ou visualmente. Para estes autores, embora espaços abertos não estejam ocupados ou sejam liberados de construções, não constituem, necessariamente, regiões permeáveis, enquanto os livres, por definição, devem manter a permeabilidade quando necessitam desempenhar finalidades públicas no contexto da cidade.

Nessa mesma linha de pensamento, Cecília (2008, p.62) afirma que “de fato, em toda a história da arquitetura, os espaços livres mantêm papel fundamental como articuladores das funções urbanas e dos domínios público e privado”.

A abrangência da expressão “espaço livre” permite incorporar alguns tipos espaciais que são, conceitualmente, diferentes. Sob essa ótica, Lima et al. (1994) apontam a seguinte classificação:

- a) parque urbano – área verde com função ecológica, estética e de lazer, com extensão maior que praças e jardins comunitários;
- b) praça – espaço livre público, cuja principal função é o lazer, podendo ou não constituir uma área verde;
- c) arborização urbana – elementos vegetais de porte não integrantes dos espaços citados.

Nota-se que os conceitos apresentados estão muito vinculados à questão funcional do espaço, o que encontra respaldo na conceituação de Del Rio (1997), para quem os espaços livres devem ser conceituados não só pela sua concepção formal, mas também pelas funções desempenhadas e pelas relações estabelecidas com a cidade. De modo geral, a funcionalidade espacial é vinculada à própria perspectiva histórica de evolução da sociedade urbana, pois “desde as suas origens,

o homem tem modelado o espaço, transformado o meio natural em outro ordenado, de acordo com as suas conveniências” (HARDT; HARDT, 2007, p.101).

### 3.2.1 Evolução histórica

Entre os diversos fatores que assentaram o homem paleolítico ao sítio e o fizeram abandonar a situação nômade, Mumford (2004, p.12) destaca a edificação de templos de culto aos mortos:

em meio às andanças inquietas do homem paleolítico, os mortos foram os primeiros a ter uma morada permanente: uma caverna com a cova assinalada por um monte de pedras, um túmulo coletivo. Constituíam marcos aos quais provavelmente voltavam os vivos, a intervalos, a fim de comungar com os espíritos ancestrais ou aplacá-los.

Evidencia-se, portanto, que os espaços “privados” (as necrópoles) surgiram antes dos públicos nos assentamentos que já podiam ser considerados como “urbanos” (ou protourbanos), sendo responsáveis pelos primeiros movimentos de reunião ao ar livre de indivíduos congregados, formando as primeiras “praças” em um contexto simbólico (HARDT; HARDT, 2007).

Remete-se à Grécia antiga, em especial à cidade de Atenas, a organização do espaço público, cuja configuração “aberta” dentro do contexto urbano tomou forma com a constituição da polis como oposição ao campo. Era nesse local que os cidadãos, livres e autodeterminados, se reuniam para deliberações políticas e relações sociais. O espaço livre, portanto, assumiu caráter de cidadania, de tal forma que os excluídos dessas áreas (escravos e estrangeiros, por exemplo) não podiam participar da vida pública (MENEGAT, 2000).

Essa tipologia perdeu dinamismo com a chegada da Idade Média, pois a necessidade de proteção intramuros nas cidades as constituiu como verdadeiras fortalezas, fazendo com que os espaços livres fossem ocupados por habitações.

O desenho das ruas e praças do burgo – assim poderia ser chamada a cidade medieval – não obedecia a qualquer traçado preestabelecido. Não havia portanto uma prévia demarcação de lotes ou desenho de uma rua. Sendo comunal, a terra urbana era simplesmente ocupada pelos moradores, à medida que ali iam se instalando (ROLINK, 1995, p.32).

Com isso, as poucas áreas não ocupadas da cidade não mais eram, em sua maioria, públicas, uma vez que se configuravam como irregulares pátios internos das edificações. As poucas exceções eram as praças de comércio, jogos e torneios (LIMA, 2005).

O Renascimento trouxe novamente a preocupação projetual com o espaço livre, apesar de, neste período, ainda se manter a tipologia de áreas livres internas à edificação, a qual passou a tomar o formato da quadra. No entanto, surgiram, nas principais cidades europeias, praças projetadas, com intensa frequência pelas mais diversas classes sociais. Lima (2005) destaca as praças comerciais italianas, as reais francesas e as *squares* britânicas como grandes símbolos dos espaços livres desta época.

Grosbaun (2012) atribui à Europa do século XVIII o surgimento do espaço coletivo nos modelos atuais, a partir da implantação de passeios e parques públicos para a população. Todavia, o autor destaca que a deterioração da qualidade de vida provocada pela Revolução Industrial permitiu que essas áreas assumissem funções de amenização das precárias condições urbanas. É, portanto, a partir desse processo de industrialização urbana e da conseqüente concentração populacional que tais espaços adquiriram importância e passaram a ser mais demandados. Lima et al. (1994, p.540) corrobora essa acepção dizendo que “a preocupação com a disposição de áreas verdes para a população das cidades é assunto que começou a ser cogitado, com frequência, somente a partir da Revolução Industrial, na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos”.

Porém, essa apreensão não resultou necessariamente em qualificação espacial. O movimento moderno e o fenômeno acelerado de ocupação e adensamento do tecido urbano tiraram, novamente, o foco da qualidade do desenho do espaço livre, com seu conceito como área residual da ocupação tomando forma. Em síntese, o espaço livre surgiu dos recortes não aproveitados para edificação. Esta situação é ainda mais pronunciada nas áreas periféricas onde, apesar da intensidade e complexidade de relações que poderiam se beneficiar do convívio no espaço livre, este é inexistente ou improvisado (LIMA, 2005)

Quando se configuram dessa forma, como espaços residuais – forçados à informalidade –, as áreas livres são fadadas ao abandono, sem identidade e, conseqüentemente, sem apropriação pela população, “sem sistema simbólico preciso, em geral sem qualquer nome” (LIMA, 2005, p.5). Essa situação é muito perceptível na periferia em geral. Muitas vezes, o problema não é a falta dos espaços livres, mas a sua reduzida qualidade – inclusive em termos de usos e funções – para gerar a sua efetiva adoção pela população local, que, caso houvesse, aumentaria a percepção espacial, gerando um círculo virtuoso altamente benéfico à melhoria do ambiente local.

### 3.2.2 Usos e funções

Aos espaços livres, são associadas diversas finalidades no contexto urbano. Cunha (2003) aponta a relevância de tais áreas como protagonistas de papéis funcionais, ambientais, sociais e culturais, justificando a necessidade de aprofundamento de seus estudos com o intuito de potencializá-las como locais de convívio comunitário.

De forma geral, o conceito de espaço livre está intimamente ligado à sua funcionalidade. Para Clawson (1969<sup>2</sup> apud KLIASS; MAGNOLI, 2006, p.179), suas funções estão vinculadas à perspectiva paisagística do ambiente, à recreação em seu sentido amplo, à proteção ecológica, à complementaridade da morfologia urbana ou à reserva de futuras áreas de expansão da cidade. Tunnard e Puskarev (1963<sup>3</sup> apud MAGNOLI, 2006, p.179) resumem quatro usos principais: produtivo, ornamental, protetor e recreativo.

---

<sup>2</sup> Ver consideração da autora em:  
CLAWSON, Marion. Open (uncovered) space as a new urban resource. In:  
PERLOFF, Harvey S. (ed.). **The quality of the urban environment: essays on new resources in an urban age.** Baltimore; London: Resources for the Future, 1969.  
p.139-175.

<sup>3</sup> Ver argumentação dos autores em:  
TUNNARD, Christopher; PUSHKAREV, Boris. **Man-made America: chaos or control?**  
New Haven: Yale University Press, 1964.

Costa (1993

<sup>4</sup> apud CUNHA; ORTH, 2000, p.5) apresenta as seguintes funções:

- circulação – quando o espaço é passagem entre pontos significativos dentro da dinâmica da cidade;
- amenização – quando a área apresenta vegetação que ofereça contraste em relação ao entorno, podendo influenciar o clima local. a amenização não é um critério apenas ambiental no sentido climático ou de saneamento pela presença do verde, mas também paisagístico, quando quebra o ritmo da volumetria local das edificações e da trama das ruas. assim, dividiu-se a categoria em amenização ambiental (salubridade) e amenização paisagística;
- recreação – quando o espaço oferece equipamentos para tal como parques infantis, áreas ou quadras para jogos etc.;
- embelezamento – quando o espaço apresenta elementos que agregam valores estéticos ao entorno, destacando-se no todo ou ainda quando oferece encantos paisagísticos artificiais ou disponibiliza o contato aberto com as belezas naturais do entorno (morros, mar, praias, lagos etc.).

Essa visão funcional do espaço é reiterada por Matos (2010), que a vincula às atividades realizadas por possíveis usuários. Para esta autora, o espaço público tem uma função e esta pressupõe um uso, a essência do espaço público está na forma como este é utilizado pelos atores sociais, ou seja, das práticas que possa acolher, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas (MATOS, 2010).

A mesma autora analisa a questão sob a ótica do indivíduo que usufrui do espaço. Dessa forma, são incorporados aspectos objetivos (idade, gênero, classe social etc.) e subjetivos (motivações, aspirações e valores) para a composição funcional do local. Assim, é valorizada a sua dimensão simbólica e seu significado perante os usuários, o que vem ao encontro da concepção de Cunha e Orth (2000), que apontam que o uso do espaço está intimamente relacionado com as suas funções, sejam estas frutos de uma intenção projetual ou da apropriação de tais áreas de acordo com as necessidades dos usuários.

---

<sup>4</sup>

Ver explicação do autor em:  
 COSTA, Geraldo Roberto Martins. Urbanismo e paisagismo na concepção de praças. In: Encontro Nacional de Estudos do Meio Ambiente – ENEMA, 4º, Cuiabá, 1993. **Anais...** Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso – ICHS/UFMT, 1993. p.241-249.

Esse significado dos espaços livres se aproxima do conceito de legibilidade proposto por Lynch (2011), o qual é dividido em três componentes:

- a) legibilidade – capacidade de individualização do objeto dentro do contexto em que está inserido;
- b) estrutura – relação espacial entre objetos e observador;
- c) significado – interação não física entre objeto e observador, correspondendo ao que aquele elemento (ou espaço) exprime no imaginário do indivíduo que o observa.

Para Cunha e Orth (2000), é possível que determinados espaços livres condicionados a determinada função pelos responsáveis pela política urbana local recebam usos diversos daqueles propostos originalmente. Por exemplo, uma praça que tenha recebido a função de área de lazer torna-se, além disso, uma importante conexão espacial entre equipamentos públicos do seu entorno. Para essas autoras, uma análise com relação aos usos de um espaço deve considerar três fatores de adequação: funcional (questões morfológicas e de dimensionamento), ambiental (salubridade e conforto) e estético-simbólica (padrões, estilos e expectativas da população) (CUNHA; ORTH, 2000).

Nota-se, portanto, que ainda que seja possível classificar as funções, é difícil identificar os usos a serem efetivamente adotados pelos futuros usuários do espaço, os quais estão relacionados com modos de apropriação da área, anseios e expectativas, ou seja, com conceitos subjetivos que moldam relações do indivíduo com o local. Como visto anteriormente, essas condições demandam especial atenção em áreas periféricas das cidades, na medida em que as áreas livres não são, em geral, preparadas e mantidas para funcionalidades requeridas pelas comunidades ali assentadas, correndo um forte risco de, pela falta de apropriação pelos moradores do entorno, tornarem-se esquecidas e abandonadas.

#### 3.2.2.1 Espaços esquecidos

Jeffery (1971) apresenta uma teoria que relaciona a configuração do espaço público e sua potencialidade para prevenir ou acentuar delitos. Ainda que tenha sido erigida sob uma forte ótica criminalista, suas ideias permitem visualizar

como a morfologia do espaço pode auxiliar na sua apropriação positiva por parte dos usuários, destacando-se três princípios norteadores:

- a) territorialidade, quando a população do entorno se sente proprietária do espaço e passa a cuidar dele, o que pode ser obtido por meio de um desenho espacial único e diferenciado ou pela inclusão da comunidade no seu planejamento;
- b) controle social do acesso, que diz respeito à identificação clara dos locais de entrada e saída do espaço, o que desencoraja que indivíduos o utilizem para práticas ilícitas;
- c) manutenção do espaço, tanto por parte do poder público quanto da comunidade.

Cabe destaque à questão da territorialidade como elemento fundamental de apropriação dos espaços livres, a qual pode ser entendida como as estratégias e ações que exprimem o poder ou o domínio sobre o espaço e, assim, exprime uma forte relacionamento entre as características morfológicas da área e os processos comportamentais dos grupos que venham a ocupá-la (SCHLEE et al., 2009). Representa, portanto, os laços afetivos e as relações sociais de poder que se materializam no espaço (HAESBAERT, 2004). Conforme Santos (2002, p.84), o território “deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas, seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo”. É importante notar o caráter mutante da territorialização, pois, segundo Haesbaert (2005, p.6.775), “enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica”.

Para Haesbaert (2004), a alteração da relação do indivíduo e dos grupos sociais com o território está vinculada a um processo econômico, político ou social, não havendo desvinculação, mas novas formas de territorialidade. Para este autor, toda ação proposta no território deve ser defrontada com essa multiplicidade de territorial, não podendo se restringir ao imobilismo de um conceito pré-fixado para o espaço.

Castells (2002) apresenta o conceito de cidade informacional, na qual um novo tipo de espaço, o de fluxos, dependente das novas formas de comunicação e informação, permite também diferentes entendimentos e utilizações da urbe. Tal espaço não é antagônico ao modo tradicional de apropriação espacial (principalmente os livres), mas abre a possibilidade de potencialização desse fenômeno por meio de novas alternativas de interatividade e de comportamento.

Esse conceito é relevante para a compreensão de que, ao contrário do senso comum de que as atuais tecnologias afastaram o homem contemporâneo do convívio – notadamente no espaço público –, estas permitem outras formas de utilização e comportamento em tais locais, intensificando as relações sociais urbanas.

Não se deve, no entanto, menosprezar a concorrência aos espaços livres que surge na forma de novas áreas privadas de uso coletivo, como os *shoppings centers*. Porém, a partir dos conceitos de Schjetnan et al. (2008), é possível inferir que as principais causas possíveis da problemática do abandono dos espaços livres estão ligadas à falta de compreensão das relações sociais e naturais do espaço com o seu entorno e de percepção das necessidades da população alvo daquele determinado local.

Daroda (2012) afirma que a rigidez formal dos espaços livres tende a inflexibilizar as suas possibilidades de uso, fazendo com que o possível usuário o abandone e dê preferência às outras opções disponíveis no contexto urbano.

O abandono desses espaços induz a população a percebê-los como inseguros, gerando ainda mais afastamento dos usuários, em um círculo vicioso que, para Ricardo et al. (2013), aprofunda o nível de esquecimento da área. Estes autores também apontam que a insegurança não advém apenas do abandono, mas inclusive da utilização espacial para situações indevidas ou que proporcionem algum risco como, por exemplo, o consumo de substâncias psicoativas.

Conforme visto, o planejamento de espaços livres deve levar em conta o ambiente em que se insere e o seu futuro usuário. Por outro lado, a configuração urbana do entorno também impacta o modo como o espaço é percebido. Jacobs (2000), ao criar o conceito de “olhos da rua”, aponta que um maior nível de circulação de pessoas em um determinado local aumenta a percepção de segurança desta área.

Ricardo et al. (2013) apontam os seguintes critérios para o funcionamento equilibrado de determinado espaço urbano:

- a) demarcação clara entre o público e o privado, o que facilita a identificação de responsabilidades e possibilidades de ação sobre o espaço;
- b) vigilância natural, que diz respeito à constante permanência ou circulação de pessoas naquele espaço, conforme o citado conceito de “olhos da rua” de Jacobs (2000);
- d) calçadas e passeios que proporcionem utilização contínua e confortável, o que proporciona o aumento do item anterior.

Assim, a falta ou má conservação das calçadas, situação comumente encontrada em periferias urbanas, é um dos fatores acabam por impactar a (não) utilização dos seus espaços livres, conforme será visto no próximo tópico.

### **3.2.3 Paisagem periférica e espaço livre**

De Paoli (2005) afirma que os espaços livres na periferia podem ser entendidos como inacabados; ainda que possuam alguns elementos que os configurem como áreas destinadas ao lazer e à recreação da população, a falta ou a não completude de um desenho que enfatize essas características impedem a sua apropriação como um lugar disponível aos usuários. O autor atribui a esses locais um “caráter residual”, produto que sobra da expansão urbana, “uma categoria de espaços identificáveis como públicos, mas eles não estão consolidados, possuindo apenas um mínimo das características arquetípicas que o imaginário coletivo atribui ao espaço público” (DE PAOLI, 2005, p.7).

Em diferentes tecidos urbanos habitados encontrados na periferia – favelas, ocupações, conjuntos habitacionais e outros tipos de loteamentos, pode-se identificar diferentes formas de apropriação pública dos espaços livres, estabelecedoras de vínculos sociais de identidade, solidariedade e ação comunicativa (ALVAREZ, 2008, p.48).

Em áreas periféricas, essa tipologia espacial apresenta significativa diferenciação em relação aos localizados em regiões centralizadas. Lansky (2006) identifica um processo simultâneo de renovação e valorização dos espaços públicos em regiões urbanas centrais e constante abandono de tais áreas em periferias.

A conservação parece ser um dos principais fatores de diferenciação entre espaços livres periféricos e centrais. De modo geral, aqueles inseridos em contextos elitizados e frequentados – principalmente por população de renda mais elevada – tendem a receber manutenção mais eficiente e constante (GONÇALVES, 2002).

Um dos fatores que explica a concentração do investimento governamental nessas áreas livres é o fato de o centro da cidade constituir a “representação oficial” da sua identidade (DE PAOLI, 2005). As áreas periféricas, por sua vez, não contribuem para a formação identitária da urbe, ainda que possuam sua individualidade. Para Koolhaas (2010), essa polarização central não legitima os demais espaços urbanos, que não têm seus valores e significados valorizados.

Ao não ser pensada como espaço representativo da cidade, ela [a periferia] transforma-se numa área negligenciável da qual o poder público frequentemente se ausenta, concentrando seus esforços de “urbanização” nas áreas centrais, depositárias dos valores da identidade (DE PAOLI, 2005, p.2).

Os espaços livres, de modo geral, contribuem para “a formação da identidade cultural das cidades, configurando-se como locais referenciais de lazer para a população. Tais áreas caracterizam a paisagem urbana, pois são espaços que criam valores referenciais para seus habitantes” (LOPES et al., 2015, p.12). Assim, por não serem referenciais no imaginário coletivo, quando periféricos, são objetos da mesma negligência dispensada ao seu entorno.

Huet (2001, p.148) afirma que “os espaços públicos não funcionam de modo isolado, eles são sempre parte de um complexo sistema contínuo e hierarquizado”. Assim, independentemente de posicionamento geográfico, a análise de tipologias de espaços livres está intimamente relacionada com as suas funções no contexto da cidade, devendo, por princípio, ser inseridos em uma rede sistêmica mais ampla.

### 3.2.4 Sistema de espaços livres

Visando à análise mais detalhada de praças e parques como objetos deste trabalho, é necessário contextualizar essas duas tipologias espaciais em uma estrutura mais abrangente. Para tanto, são retomados os conceitos abordados na subseção 2.1 – Paisagem urbana, que a interpretam como um sistema conformado por diversos elementos de subsistemas que convivem em um mesmo espaço e em um tempo delimitado.

Quando vinculado a uma abordagem mais ampla de espaço urbano, o conceito de sistema é determinado como a junção da forma (elementos físicos estruturantes da morfologia espacial) e da função (ações humanas intervenientes sobre a paisagem), ocorrendo em um mesmo momento e em um mesmo local (SANTOS, 2006).

Segundo Preto (2009, p.33), “os espaços livres devem ser analisados não por seus elementos isolados, mas por suas relações, continuidades e complementaridades para suporte do conjunto das ações sociais, portanto, enquanto ‘sistema’”, o que, para esta autora, diz respeito a “uma estrutura organizada à qual podem ser relacionadas características funcionais, de porte, nível hierárquico, entre outras” (PRETO, 2009, p.33).

O sistema dos espaços livres urbanos constitui um complexo em inter-relação com outros sistemas – de drenagem, de transportes, de proteção – cujas funções podem com as dele coincidir ou apenas justapor-se, tecendo relações de conectividade e complementaridade com a preservação, a conservação e a requalificação ambientais, a circulação e a drenagem urbanas, as atividades de lazer, o imaginário, a memória e o convívio social públicos (LEITE, 2011, p.159).

Ao se aplicar essa visão sistêmica sobre as diversas tipologias de espaços livres em determinado recorte analítico, percebe-se que, além das características e funções próprias de cada elemento, esses locais, ao interagirem entre si, ajudam a reforçar a imagem da cidade e a identidade do lugar em que se inserem. De fato, “somente na articulação dos espaços livres, e portanto, do sistema, a leitura da cidade é possível” (PRETO, 2009, p.33).

Leite (2011) elenca uma classificação extensa de elementos que formam o sistema de espaços livres: ruas, praças, parques, quintais, pátios, estacionamentos descobertos, lotes vagos, glebas, rios, represas, áreas cultivadas ou remanescentes da cobertura vegetal original. A autora ainda afirma que todos estão, de alguma maneira, “relacionados aos processos urbanos e econômicos que incidem sobre a cidade e a intensa convivência social que se constitui por meio de relações complementares entre o público e o privado” (LEITE, 2011, p.159).

Apesar de estruturar uma grande lista de componentes do sistema, as praças, ruas, jardins e parques formam a sua base, onde, por meio de suas variadas funções, existe a sociabilidade (LEITE, 2011). Apesar de espaços livres tanto públicos quanto privados colaborarem para a formação do sistema, são os primeiros que se destacam como primordiais para a sua configuração.

Após essa breve contextualização da praça e do parque urbano no âmbito de um sistema mais amplo, o foco é adiante voltado à sua interpretação para conformação dessa rede de elementos urbanos de referência.

#### 3.2.4.1 Praças

A praça pode ser entendida como um espaço criado pelo homem onde a vida coletiva da cidade toma forma (PEREIRA, 2008). Sob uma perspectiva histórica, Caldeira (2007, p.13) diz que:

a praça constitui um importante espaço urbano na cultura ocidental. Como espaço coletivo abrigou importantes acontecimentos da vida cotidiana, estando atrelada aos diversos momentos de transformações das cidades. Da antiguidade clássica à era contemporânea, as praças representam elementos-síntese da organização urbana por constituírem lugares de manifestação e de culto, propícios à interação social.

Deve-se ressaltar, também, o seu caráter multifuncional, capaz de atender às transformações da cidade e às novas formas de apropriação pela população (CALDEIRA, 2007). Essa adaptação de uso e função permite a sua contínua relevância como elemento fundamental da vida urbana.

Na Grécia antiga, a ágora era destacada como um espaço público e aberto, sem forma muito definida, circundado por edifícios com funções administrativas (OLIVEIRA, 2005). Multifuncional, era destinado aos mais diversos propósitos comuns aos cidadãos atenienses, como o comércio e as reuniões

políticas, apresentando um processo de “evolução da praça de mercado para o espaço político” (HARDT; HARDT, 2007, p.103).

Mumford (2004) atesta o caráter de encontro da ágora, notadamente por conta das negociações de mercado que ali ocorriam. Para o autor, as relações comerciais constituíam um motivo de reunião das pessoas, que tratavam de outras questões além de seus negócios.

O equivalente romano – a praça do fórum –, localizada na encruzilhada dos dois eixos que ordenavam o tecido urbanizado (cardo e decumanus), era o “centro vital da malha urbana. Nesse cruzamento, formava-se o coração da cidade, com seu aparato político administrativo” (CALDEIRA, 2007, p.17).

Os espaços livres mais significativos da cidade medieval eram as praças da igreja e do comércio. Enquanto esta refletia o caráter eminentemente mercantil da urbe naquele período, aquela demonstrava a ascensão burguesa, responsável pela construção de diversas catedrais da época (PINTO, 2003).

A praça na Idade Média se assemelhava à clássica como local de convívio na cidade e receptáculo de diversas funções urbanas. No entanto, a carência de espaços livres na cidade medieval a transformou em um elemento muito mais representativo do traçado urbano.

Caldeira (2007) aponta o relevante contraste entre o espaço livre da praça e o construído como um fator fundamental para a sua interpretação como marcos visuais de significância. O extremo adensamento de ocupação, provocado pela impossibilidade quase invariável de construção extramuros, gerou uma pressão do espaço construído sobre o livre (MUMFORD, 2004).

Para Pereira (2008), apenas a partir do Renascimento a praça foi entendida como elemento de uso público pertencente à estrutura urbana, fruto de um desenho intencional e relacionado com o seu contexto.

A cidade renascentista, resultante da busca por padrões estéticos clássicos, apresentava seus espaços livres com um desenho “baseado na composição arquitetônica, com emprego sistemático das ordens antigas” (HARDT; HARDT, 2007, p.104). Esta acepção encontra eco nas palavras de Oliveira (2005), que identifica a intencionalidade compositiva na relação entre a praça, suas vias de acesso e os edifícios do seu entorno. Esse conjunto integrado de elementos maximiza seu valor como símbolo e como forma de expressão artística.

A praça renascentista ainda não prescindia de funções sociais e comerciais, o que só ocorreu na barroca. Esta, muito mais voltada à reflexão da suntuosidade e do valor ornamental, foi objeto de intervenções urbanísticas que visavam um caráter monumental e cenográfico (CALDEIRA, 2007).

Oliveira (2005) aponta que, apesar da sua significativa alteração ao longo do tempo e da evolução das cidades, a praça mantém seu caráter de espaço social na contemporaneidade. Nesse sentido, Pires e Santos (2008, p.441) afirmam que “a praça é um típico produto da industrialização da cidade, pois foi pensado com o objetivo de aparelhar a cidade com um local voltado ao atendimento dos anseios sociais referentes às suas práticas de lazer das classes trabalhadoras”.

No que tange a conceitos sobre a praça contemporânea, Lamas (2007) a define como o vazio que se relaciona estreitamente com os edifícios e fachadas do seu entorno. Este autor tem, notadamente, um método de análise espacial voltado à interpretação dos impactos das áreas construídas sobre as livres, justificando a sua definição do espaço aberto por meio do fechado. Porém, além disso, destaca a praça de outras áreas livres quaisquer pela intencionalidade do seu programa e pelas relações de convívio que ali podem ser estabelecidas (LAMAS, 1990).

A partir deste conceito mais genérico, Macedo e Robba (2002, p.17) conceituam a praça como “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Mendonça (2007, p.299) traz uma acepção ainda mais detalhada ao dizer que as praças são:

espaços livres públicos, com função de convívio social, inseridos na malha urbana como elementos organizadores da circulação e de amenização pública, com área equivalente à da quadra, geralmente contendo expressiva cobertura vegetal, mobiliário lúdico, canteiros e bancos.

As definições trazidas até o momento versam, principalmente, sobre a questão funcional da praça. Entretanto, Macedo e Robba (2002) revelam uma classificação tipológica de acordo com o sentido que a palavra possa receber e mais atrelada à configuração morfológica, sintetizada em praças:

- a) jardins – onde é priorizada a circulação e o contato com a natureza;
- b) secas – onde inexistente qualquer espécime vegetal e são privilegiados tanto o contato do espaço com a arquitetura que o delimita quanto a circulação, geralmente de grandes contingentes de pedestres;

- c) azuis – onde é marcante a presença do elemento água;
- d) amarelas – onde são encontradas as praias e suas faixas de areia.

Ainda do ponto de vista morfológico, Oliveira (2005) elenca uma série de formas geométricas que podem compreender um espaço de praça, apontando que o formato de seu perímetro não é fator fundamental na sua definição.

A respeito dos aspectos formais que as praças adquirem no contexto urbano, Pires e Santos (2008) atrelam esse fenômeno ao próprio processo social de formação das cidades.

A praça é um elemento urbano que foi transformado num mosaico espacial, no qual se materializam as subjetividades da cidade através dos discursos referentes aos seus aspectos sociais, formais e estéticos, ou seja, é impossível se pensar o espaço público, seja ele a praça, o parque ou a rua, sem tomarmos para análises o contexto da materialidade discursiva na qual a cidade é construída (PIRES; SANTOS, 2008, p.441).

Relacionando a praça com a cidade propriamente dita, Caldeira (2007, p.13) afirma que aquelas se “diferenciam de outros espaços por representarem vazios na malha urbana, os quais proporcionam uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações”. Para a autora, essa característica única é observada desde os primeiros assentamentos, que privilegiavam essas configurações espaciais na sua organização urbana rudimentar, até a cidade atual, que transforma tais espaços em alvos de projetos de revitalização.

“Para a cidade, ela é um espaço desafogado e livre de construções onde o terreno permeável e a estrutura verde podem ser entendidos como um oásis no tecido urbano” (PEREIRA, 2008, p.12). Essa função de conforto em meio ao caos das cidades é corroborada por Lynch (2007, p.19), para quem “as praças são espaços de encontro e lazer dos transeuntes; são locais de escape dentro do contexto urbano, onde proporcionar o bem-estar dos indivíduos é o principal objetivo”.

Para se pensar e (re) pensar a rua, a praça e o parque, é necessário não esquecermos que eles só existem por que existem as cidades, e que orienta [...] o olhar que [se] lança [...] sobre elas a partir de sua concepção enquanto distintos espaços simbólicos portadores de uma materialidade e maneiras singulares de significarem, ou seja, espaço que significa e que é significado (PIRES; SANTOS, 2008, p.440).

Essa dependência entre o espaço e o seu ambiente de inserção é muito mais forte no caso da praça. Nela, o entorno e a área livre se impactam simultaneamente, pela proximidade e imediatismo das relações. O parque urbano, por outro lado, tem relativizada a importância do contexto, que divide sua relevância com outras condicionantes espaciais.

#### 3.2.4.2 Parques urbanos

A conjuntura histórica de surgimento do parque urbano se relaciona com a evolução dos jardins nas cidades. No século XVI, ambos surgiram para materializar a transformação da percepção da natureza como um ambiente hostil para uma noção espiritual (FERREIRA, 2005). Tais espaços passaram, então, a representar a busca da natureza no meio urbanizado, como modo de aliviar o convívio com os problemas da cidade.

Apenas três séculos depois, o parque urbano tomou as feições que mantém até hoje: de espaço de atendimento à demanda de ócio e tranquilidade, como antagonista da realidade agitada do ambiente urbano (MACEDO; SAKATA, 2003).

De fato, sua função de contraponto à cidade e de amenização da vida urbana cada vez mais acelerada só faz sentido a partir de um momento que a urbe se adensou excessivamente, por meio de intensa industrialização.

O parque urbano responderá às demandas de equipamentos para as atividades de recreação e lazer decorrentes da intensificação da expansão urbana e do novo ritmo introduzido pelo tempo artificial – tempo da cidade industrial – em contraposição ao tempo natural inerente à vida rural (KLIASS, 1993, p.19).

Entretanto, muito mais do que apenas uma questão de amenização, a “domesticação” da natureza refletiu o imaginário de progresso do homem frente um mundo ainda selvagem. Sobre essa questão, Segawa (1996, p.23) aponta que “era usual, no imaginário seiscentista e setecentista, que o progresso da humanidade pressupusesse o domínio das florestas ‘lar de animais e não de homens’”

Trata-se, portanto, da interpretação de uma situação desconhecida à luz de um pensamento racionalista. Kliass (1993) identifica o século XVIII como o de surgimento do parque urbano como fator de relevância na cidade, porém apenas se desenvolvendo completamente no período seguinte.

Nos anos 1800, tiveram destaque os planos urbanísticos coordenados pelo Barão George-Eugène Haussmann em Paris e o Movimento de Parques Americanos liderado por Frederick Law Olmsted nos Estados Unidos (FERREIRA, 2005).

Essas intervenções buscavam referência nos jardins ingleses do século XVIII como modelo de paisagem, atendo-se aos seus preceitos românticos de volta do homem à natureza, vigentes no período anterior. Então, conceitualmente, “o parque tem como base um ideal paisagístico, entendido como um espaço livre de grande dimensão, em que predominam elementos naturais e onde o ambiente construído é visto apenas como uma projeção de pano de fundo” (FERREIRA, 2005, p.23).

Nos séculos seguintes (XIX e XX), o parque urbano evoluiu no mesmo compasso das mudanças das cidades, refletindo, conforme Macedo e Sakata (2003), seus valores sociais e culturais. Ainda para estes autores, “o parque público, como [...] hoje [é conhecido], é um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de recodificação” (MACEDO; SAKATA, 2003, p.13).

Essa evolução é conceitual e formal. Enquanto os parques dos anos 1600 atendiam à burguesia e eram símbolo de ostentação social, os do século seguinte e os provenientes do movimento americano dos anos 1800 eram espaços de acesso universal, principalmente para a fatia oprimida da população, que neles encontrava o contato com a natureza e as oportunidades de recreação. Formalmente, passaram de uma influência francesa, de caráter monumental e rigidez formal, para, no século XIX, adotarem uma conformação mais contemplativo, voltada à vizinhança e à valorização da paisagem natural (COSTA, 2011).

Essa característica conceitual formulada nos anos 1800 se manteve e foi aprofundada no século XX, quando “foi reforçada a concepção de parques criados para uso coletivo, promovendo a sociabilidade e o contato físico com a natureza e recriando condições naturais em meio urbano” (COSTA, 2011, p.35).

No Brasil, o surgimento desses componentes das cidades seguiu encaminhamentos diferentes do modelo europeu. Costa (2011) atrela o surgimento dos parques urbanos nacionais à vinda da corte de D. João VI, no início do século XIX. Todavia, Macedo e Sakata (2003, p.16) revelam que “não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX”, pois nos anos 1800, o país ainda não possuía densidade urbana expressiva que gerasse essa demanda por espaços livres de contraponto a áreas extremamente adensadas. Assim, o parque foi criado como:

uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses (MACEDO; SAKATA, 2003, p.16).

Portanto, o parque brasileiro surgiu mais como um símbolo aristocrata e uma autoafirmação de uma sociedade que se espelhava nos moldes europeus do que efetivamente como uma necessidade das cidades no país. Com efeito, o interesse nacional no parque público como área de lazer e preservação ambiental surgiu apenas nas décadas finais do século passado.

Conforme Silva (2003), os parques podem possuir os seguintes significados quando inseridos no contexto urbanizado:

- a) metáfora da natureza – refletindo a busca pela inserção de fragmentos naturais dentro da cidade, entendendo a natureza como um espetáculo, ainda misterioso, esperando por ser desvendado e domado pelo homem;
- b) lugar de socialização e formação de consciência ambiental – cumprindo as finalidades de encontro e de ócio como contraponto às exaustivas horas de trabalho, de garantia da saúde pública e mental, de promoção da vida em comunidade e de geração de consciência nos seus usuários por meio do seu contato com processos naturais e biológicos;
- c) ambiente de conservação – funcionando como “respiros” do próprio tecido da cidade, ao representarem áreas de alta permeabilidade e de grande potencial de preservação de recursos ambientais urbanos, tais como a água, o ar e a vegetação;

- d) local de conflitos e mercantilização – configuração de meios propícios à confrontação de interesses dos diversos atores sociais, podendo, naturalmente, sofrer pressões advindas da crescente urbanização e do adensamento da ocupação.

Kliass (1993, p.19) sintetiza a conceituação dos parques urbanos como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação”. Todavia, Macedo e Sakata (2003) afirmam que existem diversos conceitos, que variam com relação ao porte, à morfologia e às funções dos equipamentos.

[Entende-se] como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2003, p.14).

A constante recodificação desses espaços resulta em uma série de novas funções introduzidas a partir do século passado, tais como as “esportivas, de conservação de recursos naturais, típicas dos parques ecológicos, e as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos” (MACEDO; SAKATA, 2003, p.13).

Vale ressaltar que a classificação de parque ecológico agrupa aqueles que têm como meta principal a conservação de recursos naturais e que possuem, ao mesmo tempo, locais concentrados para “atividades de lazer ativo – como jogos e recreação infantil –, ao lado de áreas voltadas para o lazer passivo – como caminhadas por trilhas bucólicas e esparsas” (MACEDO; SAKATA, 2003, p.13). Entretanto, Hardt et al. (2011) alertam para a imperativa necessidade de distinção entre essas tipologias de áreas verdes e as chamadas “unidades de conservação ambiental”, instituídas pela Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000 – BRASIL, 2000), as quais visam, em primeira instância, a preservação da natureza (grupo de proteção integral) ou a conservação dos seus atributos (grupo de uso sustentável).

Os parques temáticos, por sua vez, são comumente relacionados com cenários construídos, representativos de locais imaginários ou reais, geralmente pertencentes ao setor privado (MACEDO; SAKATA, 2003).

Rezende et al. (2012, p.53) apontam que os parques urbanos “permitem e proporcionam lazer, pesquisas, educação ambiental, conforto, distração, saúde, interação homem-meio, cumprindo assim um papel fundamental na harmonização do espaço e da paisagem urbana”. Esses mesmos autores identificam que é evidente a sua importância para as cidades, mas que “é possível perceber que muitas vezes a gestão desses espaços não é realizada de forma concisa, sendo que problemas ambientais não são tratados ou mitigados” (REZENDE et al., 2012, p.56). Essa falta de cuidado com os parques, e com os espaços livres em geral, compromete a sua qualidade, gerando interferências negativas às suas capacidades de cumprimento das suas funções urbanísticas.

#### 3.2.4.3 Relações entre qualidade e padrões de utilização de praças e parques

Neste tópico, são elencados alguns parâmetros que possam subsidiar a avaliação da qualidade de espaços livres, com foco, principalmente, na infraestrutura, e na sua decorrente reflexão sobre padrões de utilização dessas áreas.

De modo geral, pesquisas que versam sobre qualidade espacial normalmente o fazem por meio de percepções ou de análises qualitativas do espaço, seja do ponto de vista do pesquisador ou do público usuário (ANDRADE, 2003; CARDEMAN, 2010; HARDT, 2000; 2004; SEHLI, 2014).

No entanto, para o estudo mais detalhado da qualidade dos espaços refletida na sua infraestrutura, faz-se necessária a obtenção de parâmetros mais específicos de avaliação de um ponto de vista morfológico.

Whyte (1980), baseado na técnica da observação direta (a qual também é de grande utilidade para este trabalho), estabelece uma série de critérios que diferenciam praças “muito utilizadas” daquelas “pouco usadas”. Sua pesquisa, aplicada em Nova Iorque, surgiu da percepção de que alguns espaços livres, a despeito de estarem inseridos em áreas altamente adensadas, encontravam-se quase sempre vazios.

A partir de uma análise de padrões de uso por meio da interpretação de longas filmagens feitas em diversos espaços, o autor traz alguns princípios fundamentais para o relacionamento das formas de utilização às condições qualitativas do local:

- a) a oferta cria a demanda – bons espaços livres criam o seu público cativo ao estimular pessoas a os utilizarem para novos hábitos, caminhos ou modos de permanência no lugar;
- b) as praças de maior qualidade abrigam interações sociais mais estreitas – nesses locais, é mais comum encontrar casais ou grupos maiores; se vários indivíduos decidem, em conjunto, frequentar determinada área, é sinal de que é agradável a todos;
- c) as praças de maior qualidade apresentam quantidade mais expressiva de mulheres – pessoas do gênero feminino tentem a ser mais seletivas sobre os lugares que frequentam e perdem mais tempo na escolha, além de serem mais sensíveis a perturbações que possam ocorrer nos espaços;
- d) o ritmo de uso de praças varia muito de uma para outra – os padrões de utilização, seja por horário de frequência, seja por tipo de público, estão fortemente relacionados com a conformação do entorno em que a área está inserida;
- e) as utilizações fora do horário de pico geralmente apontam as áreas preferenciais – quando as praças estão cheias, os usuários utilizam os locais disponíveis; no entanto, em momentos de menor movimento, podem exercitar sua preferência por determinados limites do espaço;
- f) a apropriação espacial por homens e por mulheres ocorre de forma diversa – representantes do gênero masculino tendem a se localizar próximos às entradas e junto aos bancos mais visíveis, enquanto as personagens femininas optam pela utilização de lugares menos expostos;

- g) os casais e os usuários de substâncias psicoativas tendem a usar áreas mais visíveis – ao contrário do que se poderia esperar, esses grupos preferem se localizar nas áreas principais, junto aos demais visitantes;
- h) alguns espaços são transformados em pontos de encontro para os mais variados grupos – essa situação pode ser efêmera ou duradoura por muitos anos, mudando, inclusive, os participantes, mas mantendo o espaço como área de reunião (WHYTE, 1980).

Assim, áreas para permanência e lugares para sentar são mais importantes do que a forma, as dimensões ou algum desenho específico do espaço. Aquele de qualidade é utilizado frequentemente, funcionando como extensão das próprias vias que o circundam. Whyte (1980, p.19) confirma: “o que mais atrai as pessoas, parece, são outras pessoas”.

Alex (2011) também analisa compartimentos de seis praças em São Paulo, identificando suas condições de infraestrutura que acarretam alterações nos modos da sua utilização pela população. O autor atesta que “a preocupação central é com o projeto da praça, cuja configuração e transformação afetam diretamente o convívio social e, portanto, o exercício da cidadania, assim como a construção da democracia” (ALEX, 2011, p.19). Como metodologia, utiliza a avaliação pós-ocupação, a partir da observação do comportamento dos usuários no seu relacionamento com os diversos compartimentos das praças, elaborando um detalhado diagnóstico da situação atual de cada espaço analisado e trazendo algumas propostas de intervenções pontuais para sanar os principais problemas encontrados.

Para Alex (2011), espaços livres de qualidade devem garantir fácil permeabilidade de acesso e multifuncionalidade de suas áreas.

Os estudos mostraram que os espaços acessíveis e adaptáveis nas praças são frequentemente usados, e esse uso não apenas satisfaz aspirações individuais, como descanso ou esporte, mas também promove o contato entre estranhos, estimula atividades variadas no entorno e, especialmente, consolida a presença e a permanência no lugar (ALEX, 2011, p.279).

Para garantir essa característica de adaptabilidade espacial, o desenho dos espaços deve conter um determinado nível de neutralidade, a fim de permitir a sua apropriação da maneira que convier ao usuário, além de se relacionar mais diretamente com o seu entorno (ALEX, 2011).

Tais afirmações possuem relação com as ideias de Gomes (2012, p.138), para quem:

a qualidade do espaço livre não está diretamente relacionada à quantidade de equipamentos para recreação, pois talvez o mais importante seja a existência e a potencialidade ecológica de tais espaços, deixando para a comunidade o direito de usufruí-la da maneira que desejar.

Assim, mais relevância que a quantidade de infraestrutura disponível é a sua qualidade intrínseca, a qual permite o uso do espaço em sua plenitude.

De outra parte, Bedimo-Rung et al. (2005) elaboraram uma classificação ambiental de atributos em parques, que, de modo conceitual, analisa seis características. Ainda que esse esquema conceitual esteja voltado para a avaliação das condições das áreas para a prática de atividade física, os seguintes seis domínios podem ser facilmente ampliados para um conceito mais abrangente:

- a) características – elementos físicos que prestam um caráter de uso; por exemplo, a presença de quadras de esporte destina à área uma conotação de lazer ativo, enquanto a existência de grandes maciços vegetais indicam o atributo de lazer contemplativo;
- b) condições – além da sua presença, boas condições de uso dos equipamentos estimuladores da frequência, pois os usuários tendem a evitar locais com elementos danificados;
- c) acesso – capacidade dos indivíduos de chegar e circular dentro do espaço; é avaliado sob quatro categorias – disponibilidade, condições iguais para diferentes indivíduos, aptidão para ingresso individual e circulações internas;
- d) estética – atratividade visual dos elementos; espaços mais atrativos tendem a estimular a realização de atividade física em seu interior;
- e) segurança – uma das principais barreiras ao uso dos locais, sendo interpretada tanto na sua dimensão de percepção subjetiva quanto por meio de situações objetivas retratadas em números e estatísticas de violência;

- f) políticas – modos de atuação da gestão pública; por meio de intervenções projetuais, políticas de manutenção ou de avivamento dos espaços por meio de atividades programadas (BEDIMO-RUNG et al., 2005).
- g) Por fim, os autores asseveram que essas diretrizes devem subsidiar pesquisas futuras sobre o tema, focadas em um ou vários atributos apresentados.

A partir de adaptação dessa metodologia, Cassou (2009) fez uma análise de diversos parques e praças em Curitiba, tanto em termos de infraestrutura quanto em relação ao perfil de utilização, a fim de identificar níveis de atividades físicas dos seus usuários. Com relação à qualidade, a autora aponta que “entre os locais, verificou-se que nem todos os parques com maior quantidade de estruturas foram classificados com maior potencial de qualidade de ambiente” (CASSOU, 2009, p.88).

Cassou (2009, p.98) também aponta que “locais com maior qualidade no ambiente, considerando a estética, acesso, condições, políticas do parque, segurança e aspectos físicos presentes, estão associados a um maior percentual de frequência de uso”. Essa frequência de utilização é notada tanto nas faixas etárias adultas quanto nos estratos relacionados à infância e à juventude.

### 3.3 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Quando se aborda questões pertinentes a esse segmento, a primeira demanda a ser atendida consiste na conceituação dessas acepções. Não há definições convencionadas internacionalmente, porém a Convenção dos Direitos da Criança define, em seu primeiro artigo, que esse indivíduo “é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (ONU, 1989, p.6).

No Brasil, o marco legal que estabelece as faixas etárias para seu enquadramento é o próprio Estatuto da Criança e Adolescente (Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990). O texto considera a primeira como “a pessoa até doze anos de idade incompletos” e o segundo como “aquele entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, s.p.).

Porém, apesar da sua importância legal, a definição precisa baseada na idade é insuficiente para abarcar as questões que envolvem os indivíduos dessas faixas etárias. Para Jatahy (2011, p.1.403), “a infância caracteriza-se pelo mundo das transformações, sejam elas emocionais, físicas ou psicológicas. Nesta etapa da vida, há uma grande dependência da criança em relação aos seus pais, há necessidade de cuidado, de carinho, de aconchego”. A adolescência, por sua vez, encontra-se em um estado entre a dependência infantil e a independência adulta, já que, comparativamente “o jovem não precisa de tantos cuidados, e quer alcançar a sua própria liberdade” (JATAHY, 2011, p.1403).

Para Nascimento (2013, p.32), “não existe uma categoria de juventude universalizante e naturalizada no decorrer da história, ou seja, o ideal de adolescência enquanto essência e condição humana consiste numa construção que foi continuamente reformulada”. Tal ideia é reforçada por Leite (2001, p.21), que explana que “a infância não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica, compreendendo-se que as abstrações numéricas não podem dar conta de sua variabilidade”.

Dentro deste contexto de construção cultural, Eisenstein (2005, p.6) conceitua adolescência como:

o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que se vive. A adolescência se inicia com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu crescimento e sua personalidade, obtendo progressivamente sua independência econômica, além da integração em seu grupo social.

Conforme Salles (2005, p.33), “a criança e o adolescente, com seus modos específicos de se comportar, agir e sentir, só podem ser compreendidos a partir da relação que se estabelece entre eles e os adultos”. Portanto, a compreensão desses conceitos vai além da sua condição etária, sendo necessário o seu entendimento em um cenário sociológico de desenvolvimento humano.

### 3.3.1 Perfil social histórico

Lansky (2008) cita que “a infância é entendida como construção social, não como algo universal ou natural, na visão que embasa os estudos da [respectiva] sociologia [...]”. Dessa forma, a análise do seu perfil social deve, necessariamente, ser embasada a partir de um viés histórico.

Ariès (1981) traça um paralelo entre a evolução do papel da infância na sociedade ao longo da história com a sua representação iconográfica nas artes da Era Medieval e do Período Renascentista. O autor identifica que “na Idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda da mãe ou das amas [...]” (ARIÈS, 1981, p.275). A civilização medieval não identificava um momento de passagem do estágio infantil para a maturidade, sendo a criança era entendida como um “pequeno adulto” que compartilhava das mesmas rotinas do restante da família. A infância, até então, era tratada como “uma etapa apenas biológica da vida humana, na qual a natureza agiria sem a necessidade de grandes intervenções externas” (MEC, 2009, p.2).

Somente no século XVI, houve uma mudança significativa, provocada pelo processo de escolarização iniciado na Europa, produzida, principalmente, por membros das igrejas católica e protestante. Segundo Del Priore (2000, p.9), essa alteração “provocou uma metamorfose na formação moral e espiritual da criança, em oposição à educação medieval feita apenas pelo aprendizado de técnicas e saberes tradicionais [...]”. Para Ariès (1981, p.277), passou-se à admissão de que a classe infantil “não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena antes de deixá-la unir-se aos adultos”.

Essa situação foi mantida mais ou menos constante até o século XIX, quando houve um novo ponto de ruptura, provocado pela Revolução Industrial. As mudanças no modo de vida e nos processos sociais deram novo significado ao papel da criança na sociedade, que passou a ser vista como “objeto de preocupação das sociedades que querem potencializar o presente para preparar o futuro” (MEC, 2009, p.3).

Ariès (1981, p.276) vincula esse rompimento ao “reaparecimento no início dos tempos modernos da preocupação com a educação”. No entanto, diferentemente dos anos 1800, essa apreensão estava fundada na preparação desse contingente etário para o mercado de trabalho em constante ascensão, principalmente dos filhos das classes mais empobrecidas.

A alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares. No final do século XX, o trabalho infantil continua sendo visto pelas camadas subalternas como a ‘melhor escola’ (DEL PRIORE, 2000, p.10).

Historicamente, a estrutura social brasileira difere muito da europeia, o que provoca diferenciações nos modos de interpretação das relações das crianças com a sociedade. Desde a filha do dono de engenho, acostumada não a ser mandada por adultos, mas a dar ordens aos escravos do seu pai, até as vítimas de trabalho infantil nos semáforos das metrópoles atuais, situações incomuns na Europa, o perfil social da infância e adolescência no Brasil dificulta sua análise sob a ótica dos autores europeus (ARIÈS, 1981).

Em conformidade com o pensamento de Leite (2001, p.20), a abordagem da população infantil nos anos 1800 é dificultada “pela escassez de estudos de demografia histórica”. Tanto nesse período quanto nos anteriores, a falta de critérios estatísticos e de um sistema universal de levantamento de dados impede o aprofundamento do tema no âmbito da história brasileira. Porém, a situação da infância e da adolescência na contemporaneidade no país, principalmente a partir do século XX, pode ser estudada de maneira um pouco mais aprofundada.

### **3.3.2 Sociedade contemporânea**

Salles (2005, p.34) assume como pressuposto de seu trabalho que “a criança e o adolescente só podem ser compreendidos no contexto da sociedade em que estão inseridos, pois indivíduo e sociedade estão entrelaçados”. Para tanto, faz-se necessária a interpretação desmembrada da participação dessas pessoas na estrutura social, já que seus papéis são diferentes.

Conforme Andrade (1998, p.161), “a sociedade contemporânea desenvolveu uma concepção de infância, instituída tanto pelo estado moderno como pelas teorias psicológicas de desenvolvimento, em que a criança é vista como um ‘ainda não’”. Trata-se, portanto, de um fenômeno de “infantilização” do indivíduo, no qual é destituído de autonomia e visto como um ser inacabado, incapaz de opinar ou de decidir sobre o seu futuro.

No entanto, tem-se presenciado, recentemente, a preocupação com a inserção da criança nesse processo decisório de construção de futuro. Andrade (1998, p.161) confirma que “efetivar esta participação implica em um outro modo de conceptualização da infância, em que a criança é potencializada como agente de instituição e transformação da sociedade em que está inserida”.

Os estudos contemporâneos, nos quais podem ser citados os realizados pela sociologia da infância, trazem como tese principal o fato de que as crianças participam coletivamente na sociedade e são dela sujeitos ativos e não meramente passivos. Ou seja, trazem uma proposta de estudar a infância por si própria, rompendo com o “adultocentrismo”, entendendo a criança como um ser social e histórico, produtor de cultura (CASTRO, 2007, p.8).

Por sua vez, Salles (2005, p.35) recorda que “a identidade da criança e do adolescente é construída hoje numa cultura caracterizada pela existência de uma indústria da informação, de bens culturais, de lazer e de consumo onde a ênfase está no presente [...]”.

Segundo Oliveira et al. (2003, p.61), “a ampliação do universo social pela inserção em novos grupos é uma característica da adolescência, propiciando a experimentação de novas alternativas sócio-afetivas, e o desenvolvimento global do adolescente”. Sua conjuntura de transição entre a criança e o adulto faz com que este seja um “período de experimentação de valores, de papéis sociais e de identidades” (SALLES, 2005, p.37).

Salles (2005, p.37) identifica que “hoje, parece-nos que existe uma tendência a se promover o estabelecimento de relações mais igualitárias entre adultos, crianças e adolescentes”. Às segundas se dá espaço para opinar sobre sua própria vida; aos últimos se concede mais autonomia, diminuindo o controle paterno, em uma revisão do cenário tradicional de se ver esses seres a partir dos olhos dos primeiros.

Outras características da infância e da adolescência na sociedade atual são apontadas por Sales (2005, p.40), que elenca:

o prolongamento da adolescência principalmente nas camadas médias da população, o nível de acesso ao consumo permitido às crianças e aos adolescentes, a informação não controlada, o nível de simetria das relações entre crianças, adolescentes e adultos e na relação pais e filhos, a insegurança dos pais quanto à imposição de limites [...].

De fato, a juventude passa a ser um modelo ideal de vida, baseado numa sociedade que valoriza o culto à aparência e à beleza, características comuns dessa fase. A hierarquia geracional é substituída por tentativas de aproximação para prevenção de conflitos, com flexibilização de limites, a qual provoca tumultos nas relações entre gerações, ainda que o controle paterno seja exercido.

Assim, esse questionamento ao “adultocentrismo” vem aliado ao reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos para moldar o perfil da infância e adolescência na sociedade atual.

### **3.3.3 Direitos fundamentais**

Em seu conceito mais amplo, direito pode ser entendido como “a expressão de uma fidelidade da sociedade à dignidade de cada um dos seus membros” (VANISTENDAEL, 2012, p.15), sendo resultante do reconhecimento, por parte da sociedade, de algumas necessidades pessoais e particulares que devem ser atendidas independentemente de situações contextuais adversas.

Vanistendael (2012) elucida a existência de dois tipos de direitos: os morais, baseados em princípios sociais, e os jurídicos, que podem ser, caso necessário, aplicados à força pelo Estado. Segundo o autor, podem se sobrepor em algumas situações, uma vez que alguns direitos morais podem ser garantidos por meio de legislação.

Após a Segunda Guerra Mundial, com o advento da necessidade da mão de obra feminina nas indústrias/fábricas, o adolescente passou a ocupar uma posição no cenário da violência, uma vez que as crianças ficavam em situação de abandono, e mais tarde, quando adolescentes, formavam gangues por atitudes de revolta e opressão (JATAHY, 2011, p.1.404).

Do ponto de vista da evolução histórica na promoção dos direitos individuais, entende-se que:

alguns anos após a finalização da segunda guerra mundial, diante das barbáries que se apresentaram e a vulnerabilidade das populações de todos os países, as Nações Unidas desenvolveram um sistema e um conjunto de instrumentos jurídicos orientados à promoção dos direitos humanos. Sua manifestação concreta foi em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (RMS, 2010, p.3).

Cabe esclarecer que o termo “direitos humanos” diz respeito a “um conjunto de atributos universais que visam à dignidade e integridade humanas e regulam as relações existentes entre os Estados, os indivíduos e a coletividade” (RMS, 2010, p.3).

Uma primeira tratativa para o seu reconhecimento em relação à infância e à juventude compreende a Declaração sobre os Direitos da Criança de Genebra (DDC), de 1924. No entanto, o documento não teve a força de um acordo internacional, tendo apenas valor moral e reduzido impacto prático (FRANCO, 2008).

Após 35 anos de promulgação da DDC, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC) que, ainda que também não possua caráter vinculativo entre os Estados-membros, representa um grande avanço ao substituir a visão da criança como objeto de direitos (presente no DDC) para a ótica de sujeito de direitos civis. Conforme Franco (2008, p.91), a “ideia da criança como sujeito de direitos admite como certo que ela não é apenas alguém em um estado latente de desenvolvimento que, aos poucos, vai se tornando adulta, mas alguém que desde o seu nascimento já é uma pessoa”

Apenas na década de 1980, a comunidade internacional percebeu que a criança e o adolescente, por suas condições únicas de desenvolvimento, deveriam ser alvos de um documento particular voltado à sua proteção e que tivesse caráter prático entre seus Estados-membros. Surgiu, assim, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDC), promulgada em 1989 (RMS, 2010), caracterizada por Roberti Junior (2012, p.114) como um “grande avanço”.

Rosemberg e Mariano (2010, p.699) apontam que a Convenção de 1989 “inovou, não só por sua extensão, mas porque reconhece à criança (até os 18 anos) todos os direitos e todas as liberdades inscritas na Declaração dos Direitos Humanos”.

Simultaneamente no Brasil, os movimentos sociais voltados à luta pelos direitos desse segmento da sociedade tomaram forma também na década de 1980 (IANISKI, 2009), resultando na inserção da seguinte prescrição na Constituição Federal:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Artigo 227).

Na sequência, em 1990, foi instituído o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) como um desdobramento dos supramencionados movimentos populares (RMS, 2010). Digiácomo e Digiácomo (2011, p.13) afirmam que “é reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados diplomas legais dedicados à garantia dos direitos da população infanto-juvenil”.

Nas disposições preliminares do ECA, tem-se que

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990, Artigo 3°).

O texto da lei elenca os seguintes direitos fundamentais da criança e do adolescente:

- a) à vida e à saúde;
- b) à liberdade, ao respeito e à dignidade;
- c) à convivência familiar e comunitária;
- d) à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;
- e) à profissionalização e à proteção no trabalho.

O direito à liberdade pressupõe o “ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais” (BRASIL, 1990, Artigo 16, Parágrafo I). Em relação à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, a lei estabelece que “os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude” (BRASIL, 1990, Artigo 59).

À parte dos direitos fundamentais estabelecidos em lei, cabe destaque à inclusão ao de “brincar” na discussão mais específica das necessidades básicas das crianças. Rodrigues (2009, p.18) o entende como uma atividade de criação, na qual “imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos” (RODRIGUES, 2009 p.18). O direito de brincar se interliga com o próprio direito à infância e à liberdade, por se tratar de manifestação da individualidade intrínseca à faixa etária e fundamental ao desenvolvimento do indivíduo (FRANCO, 2008).

De fato, informações da DUDC (ONU, 1959) já apontavam o brincar como uma questão essencial às crianças, associando-o à liberdade. A CDC de 1989 expressa claramente, em seu Artigo 31, o seu direito ao descanso e ao lazer, bem como às atividades recreativas comuns à essa idade. No Brasil, essa questão é reforçada pelo ECA, incluindo-a como elemento componente do direito à liberdade da criança e do adolescente.

A leitura do brincar na sociedade atual apresenta uma mudança de padrões, migrando do espaço público (notadamente a rua) para o privado. Rodrigues afirma que “com a evolução da cultura lúdica surgiram novos brinquedos. E foram por estes brinquedos que as brincadeiras de rua foram substituídas” (RODRIGUES, 2009 p.26). O autor aponta a violência e a vida urbana agitada como alguns dos causadores dessa alteração.

Nesse contexto, os espaços livres têm papel fundamental no resgate do brincar no espaço público como atendimento a um direito fundamental. Esse público alvo, como sujeito de direitos, deve ter a autonomia necessária para a devida apropriação dessas áreas, usando-as como ferramentas para o seu pleno desenvolvimento.

Cabe ressaltar que, junto aos direitos, o ECA também apresenta as diretrizes para responsabilização do adolescente quanto aos atos infracionais por este praticados. A partir deste importante marco legal, as crianças e jovens não são mais vistos apenas como vítimas dos problemas sociais, passando a ser responsabilizados pelas suas ações, segundo normas específicas (SIERRA; MESQUITA, 2006). Assim, o aumento da sua autonomia carrega consigo restrições

a privilégios e à tolerância com infrações, que colocam o próprio indivíduo em situação de risco.

### 3.3.4 Risco, vulnerabilidade e drogadição

O conceito de vulnerabilidade surgiu no fim do século passado, vinculado aos estudos sobre situações e comportamentos de risco de populações sujeitas ao vírus da *acquired immunodeficiency syndrome* – AIDS (síndrome da imunodeficiência adquirida – SIDA) (PAULILO; JEOLÁS, 2000).

Na sequência, tal conceito passou a não se restringir à saúde pública, encontrando aderência em pesquisas das mais diversas áreas, destacando-se a geografia e a sociologia. Ayres et al. (1999) ampliam-no ao não restringi-lo à análise individual, mas coletiva, impactada pelo contexto social da população de análise.

Assim, a vulnerabilidade diz respeito à exposição de determinado grupo a um dado risco e à sua incapacidade de reagir, evitar ou se adaptar a essa situação (KAMINSKI, 2012). O risco, por sua vez, representa a probabilidade desse evento adverso ocorrer e flagelar o grupo (ACSELRAD, 2006).

A adolescência é consensualmente apontada como a fase de maior suscetibilidade do indivíduo a comportamentos de risco. Tal situação se deve a algumas características comuns à idade, tais como:

[ser um] momento de transitoriedade e, portanto, de ambiguidade (nem criança, nem adulto); autonomia e responsabilidade relativas; conflito com o mundo adulto (necessidade de opor-se para auto afirmar-se no processo de construção de identidade); crise potencial com emergência de um novo corpo, nova imagem de si mesmo e vivência da sexualidade; sentimento de invulnerabilidade e potencialidade para autodestruição; ansiedade frente às exigências pouco definidas e às demandas difíceis de serem cumpridas em relação à família, trabalho, lazer e consumo. (PAULILO; JEOLÁS, 2000, p.1)

Destaca-se, para esse grupo, a vulnerabilidade com relação às drogas. Segundo pesquisa realizada nas 108 maiores cidades do país, cerca de 55% dos adolescentes de 12 a 17 anos já fizeram uso de álcool, enquanto 18,4% afirmaram já terem experimentado tabaco (CARLINI et al., 2005). A maconha foi assumida por 3,6% dos entrevistados, com exclusividade para o sexo masculino. Outro dado interessante é que, à exceção desta substância, as demais não apresentaram diferenciação de percentual de uso por gênero, com homens e mulheres revelando números semelhantes (CARLINI et al., 2005).

Outra fonte de dados importante é o Relatório Brasileiro Sobre Drogas (DUARTE et al.,2009), que apresenta um estudo feito com crianças dos ensinos fundamental e médio nas principais cidades brasileiras, no qual é questionado o tipo e a frequência de uso de substâncias psicoativas, excetuando-se o álcool e o tabaco. A Tabela 4 apresenta os resultados da pesquisa para Curitiba.

Tabela 4: Porcentagem de estudantes do ensino fundamental e médio de Curitiba declarantes de utilização de substâncias psicoativas, por frequência, gênero e faixa etária – 2004

Frequência	Gênero			Faixa etária				TOTAL	
	Masculino	Feminino	Ignorado	10-12	13-15	16-18	>18		Ignorada
Na vida	20,7	23,7	22,3	10,8	23,2	32,5	38,8	28,6	22,2
No ano	18,1	20,4	20,2	10,0	20,7	29,1	27,6	25,2	19,3
No mês	13,8	13,8	15,8	6,8	13,7	21,6	21,6	23,4	13,9
Frequente	3,4	2,4	3,2	0,4	2,9	6,5	6,5	5,0	2,9
Pesado	2,2	1,6	3,2	0,4	1,9	3,2	3,2	5,0	2,0

Fonte: Baseado em Duarte et al. (2009).

Pelas informações da tabela, depreende-se que realmente não há importante variação do uso entre homens e mulheres. Entretanto, há constante crescimento dos percentuais com o aumento da faixa etária, denotando a elevação da vulnerabilidade às drogas nos estágios mais avançados da adolescência, o que evidencia que as políticas de enfrentamento à drogadição não estão conseguindo recuperar o indivíduo que já está fazendo uso dessas substâncias. Cabe destaque, também, à informação de que praticamente um em cada quatro entrevistados já utilizou algum tipo de droga, e não apenas álcool e tabaco, ao menos uma vez na vida.

Uma ressalva importante a ser feita é o fato de que a pesquisa se concentrou apenas no público escolar. Assim, não foram considerados aqueles que não frequentam regularmente a escola, grupo que, por esse motivo, tende a estar mais suscetível à sedução das drogas.

É notável que a utilização de substâncias psicoativas está diretamente relacionada com a propensão à realização de atos ilícitos, seja no âmbito de crimes cometidos sob sua influência, especialmente para manter o vício, ou relacionados ao funcionamento dos mercados ilegais (MEDEIROS et al., 2013; TEIXEIRA, 1994). Também foram encontradas associações entre seu uso e a inconsistência na utilização de preservativos, outra importante situação de risco que demonstra a suscetibilidade dessa população (BERTONI et al., 2009). Assim, a vulnerabilidade à

drogadição, além de consistir em um problema por si só, denota um comportamento que leva a outras situações de risco, comuns a essa faixa etária.

Apesar do foco da pesquisa se voltar ao uso de substâncias psicoativas, é importante entender que casos mais sérios de violações de direitos ocorrem dentro de casa, pois a criança e o adolescente são menos protegido onde são menos visíveis. Portanto, deve-se valorizar não apenas a qualidade dos relacionamentos, mas também dos espaços públicos que são utilizados pela infância e adolescência, destacando-se aqueles disponíveis na cidade, os quais são apropriados de forma muito específica por esta população.

### **3.3.5 Uso de espaços livres**

As mudanças de paradigma da cidade moderna, cada vez menos voltada ao convívio e às práticas espontâneas, fizeram com que a criança seja “progressivamente associada ao domínio privado da vida social, circunscrita aos espaços da família e da escola” (LANSKY, 2006, p.2). Tal ideia é apoiada por Pizzol (2005, p.95), que evidencia que “o desenvolvimento tecnológico alterou o estilo de vida, o consumo e, conseqüentemente, a forma de ocupação espacial, afetando assim, os espaços destinados à interação e provisão da vida comunitária”.

Essas modificações geram impactos diretos nas maneiras pelas quais as pessoas de menos idade lidam com as áreas livres na cidade. Conforme Lansky (2008, p.8), “a diminuição dos espaços de encontro e de brincadeira altera as formas como as crianças veem o espaço urbano, sua noção de lúdico e seus comportamentos”.

“A brincadeira é uma das interações habituais da infância que transforma, por meio da imaginação, o espaço vivido como espaço afetivo” (COELHO et al., 2006, p.77). Lansky (2006, p.2) também considera a diversão infantil “como atividade cultural, característica de um grupo geracional que toma como cena a cidade e seus espaços”. Tal atividade estimula, na criança, o sentido de domínio espacial, permitindo que:

conheça melhor a si mesma, o que lhe possibilita desenvolver sua auto estima e estabilidade emocional. O espaço, como um dos agentes construtores, contribui nesse processo com as diversas possibilidades de apropriação vividas em brincadeiras, e que são despertadas no imaginário infantil (COELHO et al., 2006, p.77).

Abbud (2006, p.37) sugere que crianças menores, na faixa etária dos cinco aos dez anos, preferem “brincadeiras mais agitadas em trepa-trepas, escadas horizontais, escorregadores altos, pontes pênseis de corda, castelos e fortes sobre palafitas, com tubo para escorregas, ao modo dos bombeiros”. Portanto, as áreas disponíveis para esse público devem conter “elementos para desenvolver a criatividade, como dunas gramadas que lembram montanhas; trezinchos e barcos, onde são feitas ‘viagens imaginárias’; caixas de areia, que recordam a praia, instigam a construção de castelos e muitas outras invenções” (ABBUD, 2006, p.37).

Segundo Flores (2011), até os oito anos, os indivíduos gostam de estar em associação, porém ainda realizam atividades solitárias. Apenas a partir dessa idade, começa a surgir o sentimento de lealdade a um grupo e as atividades passam a ser desenvolvidas em conjunto. A autora, em sua pesquisa, aplicou questionários e desenhos a crianças de diversas faixas etárias, indagando o tipo de atividades preferidas para prática nos espaços livres escolares, com cerca de 70% dos respondentes até dez anos apontando a alternativa “brincar”. Outro resultado interessante é que os entrevistados até oito anos indicavam prioritariamente o parquinho (atividade individual) como elemento principal.

Coelho et al. (2006), em seu estudo sobre formas de apropriação por crianças de espaços livres situados em um assentamento precário, avaliaram os modos de utilização de praças de variadas configurações, morfológicas e políticas. Os autores constataram que as opções variam de acordo com regras não escritas de funcionamento do local e com a sensação de segurança transmitida pelo lugar. Os diversos espaços e infraestruturas disponíveis são utilizados de modo espontâneo. Uma quadra de futebol, por exemplo, é considerado um lugar ideal para a soltura de pipa ou para brincadeira de “pique”. Igualmente, elementos de uso mais “rígido”, como os playgrounds, são intensamente frequentados.

A partir do momento em que a criança se aproxima da adolescência, notadamente na faixa dos 10 aos 12 anos, o contato social passa a ser mais valorizado e as atividades realizadas no espaço tendem a ser mais contidas (FLORES, 2011). Ainda há interesse por playgrounds, porém o número de indivíduos que afirmam que passam seus intervalos escolares “brincando” cai drasticamente, dando lugar à prática esportiva (atividade em conjunto) (FLORES, 2011).

Reitera-se, dessa maneira, a necessidade de disposição espacial de elementos que permitam o desenvolvimento físico e mecânico das crianças e adolescentes.

A partir da adolescência, as interações pessoais se conformam como a principal atividade desenvolvida ao ar livre, ao mesmo tempo em que diminui o interesse pelo lazer ativo (FLORES, 2011). Efetivamente, Oliveira (2006, p.91) confirma que a área pública “é o espaço onde tem lugar uma parte significativa das relações sociais dos jovens”, especialmente dos relacionamentos com outros adolescentes.

Num nível diferente de uso do espaço, mais prosaico, os adolescentes usam-no de modo semelhante às restantes pessoas: sentam-se nos bancos e nas esplanadas, deitam-se na relva. São por vezes mais informais e/ou criativos, quando se agrupam num brinquedo num parque infantil ou quando se sentam, não só no assento, mas também nas costas de um banco público, mas isso também pode resultar de terem que se adaptar aos espaços existentes, por estes não responderem às suas necessidades (OLIVEIRA, 2006, p.91).

Para este público alvo, os espaços livres não necessitam de estruturas variadas e especializadas, devendo “permitir a integração, a prática de esportes diversos e – sempre – a educação ambiental. Mas já não é necessário pensar elementos diversos que permitam o desenvolvimento físico e sensorial” (FLORES, 2011, p.148).

Em pesquisa sobre o que os adolescentes fazem em seu horário livre, aplicada por meio de questionários e entrevistas com o público alvo, Sarriera et al. (2007) concluíram que apenas 4,7% dos entrevistados utilizam os espaços livres para práticas recreativas ou esportivas em dias de semana. Entretanto, esse número aumenta para significativos 15,8% nos sábados e domingos. Todavia, essas atividades ainda perdem para “assistir televisão” (24,2% em dias úteis e 17,7% nos finais de semana) (SARRIERA et al., 2007).

Oliveira (2006, p.93) comunica que “os desejos, qualidades e defeitos que os adolescentes identificam nos espaços públicos completam-se e confirmam-se mutuamente”. Como defeitos, os adolescentes apontam o sentimento de insegurança, a falta de manutenção, a precariedade da limpeza e a existência de vandalismo. Por outro lado, indicam como pontos positivos, a variedade de lugares,

a multifuncionalidade dos locais, a privacidade de alguns pontos e a presença de áreas verdes. Também é destacada a importância da facilidade de acesso, bem como a possibilidade de integração com outras faixas etárias, principalmente adultos, já que o adolescente está em uma fase de busca de pertencimento à uma comunidade (OLIVEIRA, 2006).

Depreende-se, portanto, que para atender às demandas do público alvo, os espaços livres devem garantir a multifuncionalidade de seus compartimentos, permitindo às crianças, ludicamente, a sua apropriação da maneira desejada. Vale lembrar que esses indivíduos apresentam perfis distintos de uso de acordo com suas faixas etárias, preferindo atividades mais isoladas até os oito anos e iniciando seu interesse por atividades coletivas a partir dessa idade. O espaço, então, deve propiciar o seu desenvolvimento como ser social ao permitir que se conheça a das configurações espaciais, interagindo com outros indivíduos (FLORES, 2011).

No caso dos adolescentes, a multifuncionalidade também deve ser garantida, mas com outros usos. O lazer ativo perde espaço para o passivo e o encontro, demandando locais que permitam a realização dessas atividades e que possibilitem a sua inserção espacial, exercendo a sua criatividade e expondo as suas atitudes (OLIVEIRA, 2006).

Portanto, para ambos os perfis, deve ser evitada a rigidez formal e projetual, aceitando o fato de que funções estabelecidas não correspondem, necessariamente, a usos explicitados. Ainda que existam alguns elementos funcionais mais “rígidos” (bancos e playground, por exemplo), devem prevalecer as relações socioespaciais com as demais áreas, bem como a sua correta manutenção.

## 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Estruturada conforme os resultados obtidos em cada uma das fases metodológicas, à exceção da formulação do referencial teórico, anteriormente apresentado, esta subseção é subdividida na contextualização da área de estudo, na classificação de qualidade dos espaços de análise, nos resultados sobre o perfil da sua utilização por crianças e adolescentes e, por último, na relação entre estes dois últimos itens.

### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

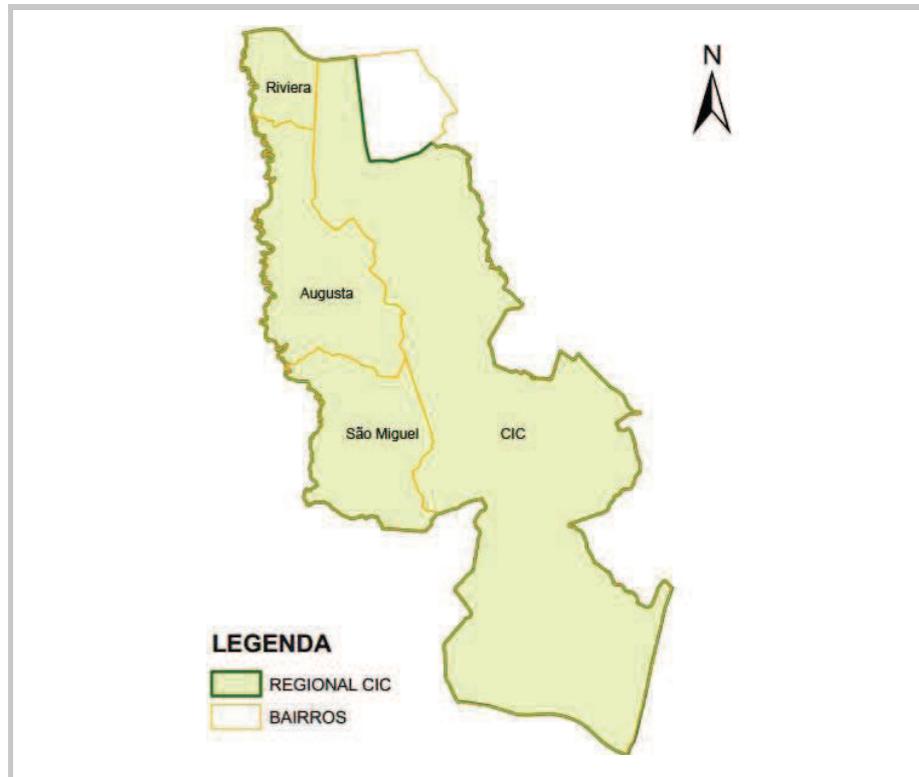
Este tópico apresenta os resultados sobre a área selecionada para estudo, a partir da sua contextualização nas escalas do bairro e da regional administrativa, com subsequente análise específica do compartimento definido para interpretação pormenorizada.

De acordo com a sua disponibilidade, as informações são apresentadas por bairro ou por região administrativa. De modo geral, essa opção metodológica não interfere na compreensão da realidade local, uma vez que o bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) é preponderante nos dados socioeconômicos da Regional CIC, também formada pelos bairros Riviera, Augusta e São Miguel (Figura 8).

Pelo conceito anteriormente mencionado de Hardt (2000) acerca da constituição da paisagem urbana por elementos originados das condições da natureza e das intervenções introduzidas pelo ser humano, o sistema antrópico diz respeito ao homem e às atividades que desempenha no meio, enquanto o sistema natural está relacionado com os componentes abióticos (clima, ar, água, solo e subsolo) e bióticos (flora e fauna) (HARDT; HARDT, 2004). A soma destes dois sistemas forma o ecossistema urbano.

Com base nesses preceitos, a estrutura da contextualização é formada por três tópicos principais: breve histórico da formação da Cidade Industrial como bairro planejado de Curitiba; aspectos antrópicos de caracterização do território; e características naturais de formação do espaço.

Figura 8: Mapa de bairros integrantes da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



Fonte: IPPUC (2013)

#### 4.1.1 Histórico da Cidade Industrial de Curitiba

O plano para a CIC surgiu em um contexto de forte industrialização nacional, impulsionado pela política industrial dos governos militares e pelo forte crescimento econômico ao redor do planeta (DUDEQUE, 2010).

O projeto ficou a cargo do arquiteto Jorge Wilhelm, que, em conjunto com Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e com a então Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS), desenvolveu-o no segundo semestre de 1972.

Segundo Chiapetti (1994), os objetivos da CIC eram:

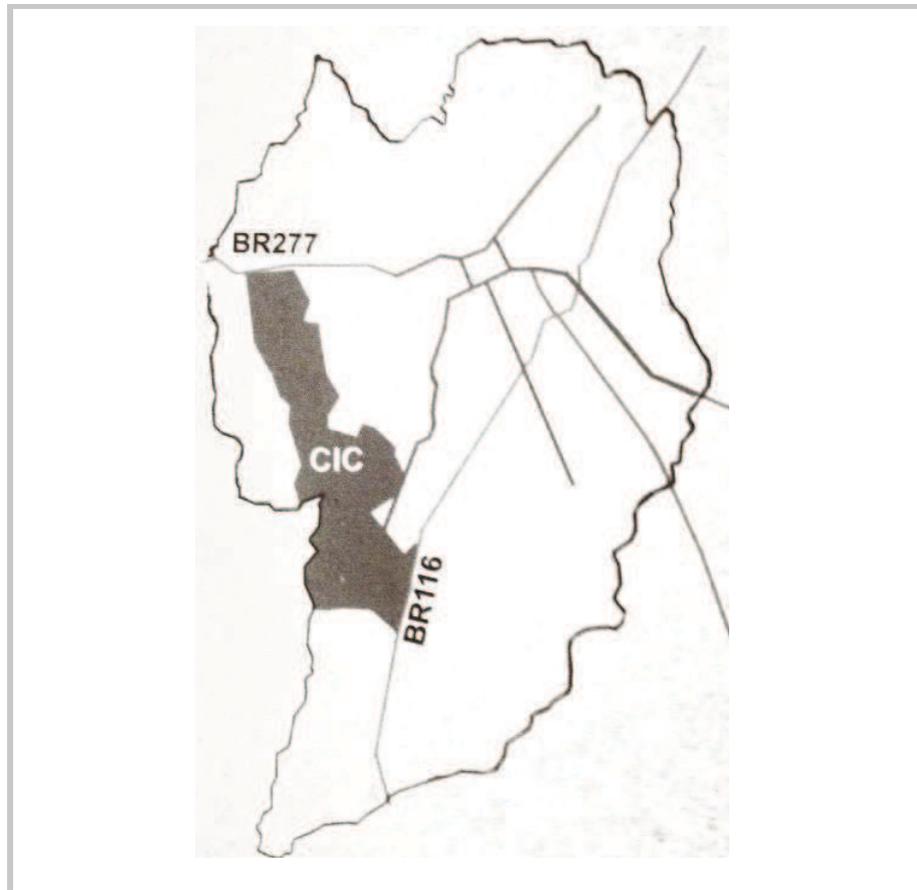
- a) relocar as indústrias existentes em Curitiba;
- b) modernizar as indústrias do estado;
- c) aumentar a arrecadação de impostos;
- d) concentrar atividades industriais em áreas preparadas;
- e) integrar a cidade e a indústria;
- f) aumentar a oferta de empregos;
- g) assegurar o processo de desenvolvimento urbano;
- h) aproveitar o potencial técnico da cidade;
- i) promover indústrias de beneficiamento com objetivo de exportação;
- j) incorporar novos processos tecnológicos;
- k) instalar parque industrial complementar à Refinaria de Araucária.

Além disso, Dudeque (2010) aponta que a CIC também foi uma tentativa de guiar o crescimento urbano da capital para a região oeste, evitando a expansão de Curitiba para a porção sul, local de áreas inundáveis do rio Iguaçu. Tal meta, no entanto, não foi alcançada.

Assim, a CIC foi instalada naquela região, ocupando cerca de 10% do território curitibano, totalizando mais de 43 km<sup>2</sup> (AGÊNCIA CURITIBA, 2014). Segundo Dudeque (2010, p.322), “o projeto abrangia a maior anexação de áreas rurais ao espaço urbano em toda a história de Curitiba”, conforme pode ser visto na Figura 9.

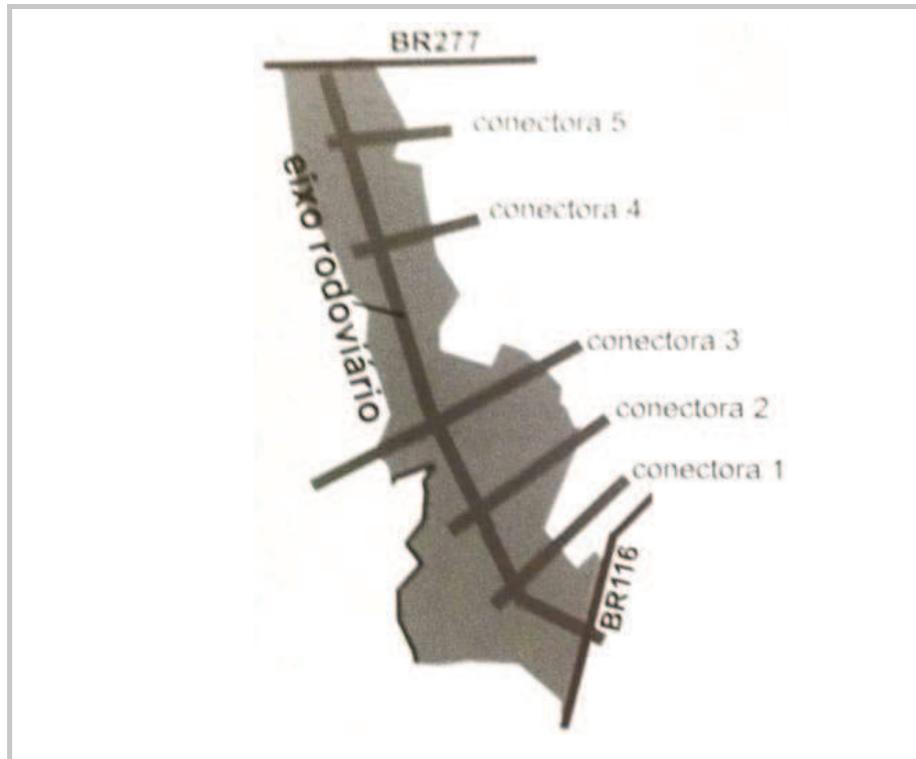
O projeto previa a extensão da CIC entre duas importantes rodovias federais (BR-277 e BR-116), interligadas por um eixo rodoviário, a partir do qual cinco conectoras fazem a ligação da CIC com o restante da cidade (Figura 10).

Figura 9: Mapa esquemático de localização da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no território municipal



Fonte: DUDEQUE (2010)

Figura 10: Esquema geral de implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



Fonte: DUDEQUE (2010)

Inicialmente, o projeto previa apenas o uso industrial para o bairro, o que foi modificado apenas em 1981, quando cerca de 15% da área foi destinada para uso residencial (Tabela 5). Segundo Chiapetti (1994), essa mudança veio ao encontro da filosofia de concepção da CIC, que visava a integração entre homem, indústria e cidade.

Tabela 5: Distribuição de usos da terra por superfície e proporcionalidade na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) de acordo com o zoneamento urbano de 1981

<b>Uso da terra</b>	<b>Superfície (ha)</b>	<b>Proporção (%)</b>
Área para indústrias	2.500	57,2
Área para habitações	670	15,3
Sistema viário	386	8,8
Áreas verdes	514	11,8
Áreas mistas – habitações e serviços	160	3,7
Áreas de serviços	140	3,2
<b>TOTAL</b>	<b>4.370</b>	<b>100,0</b>

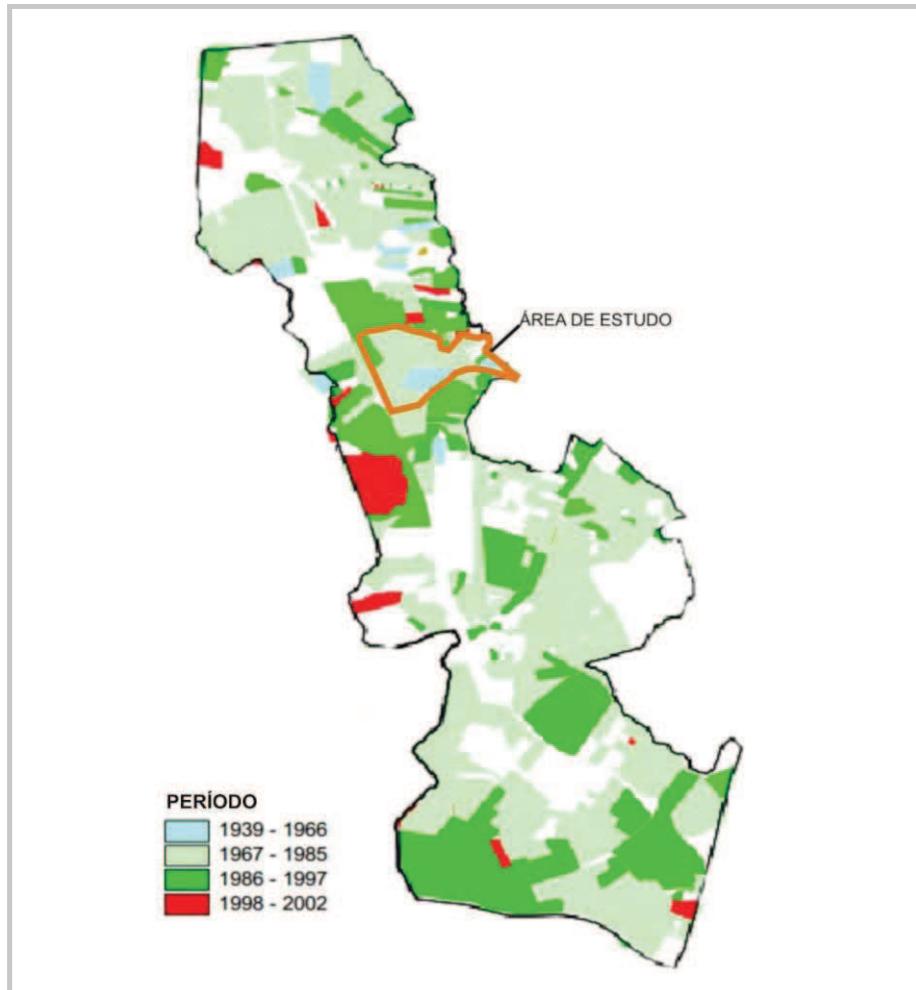
Fonte: CHIAPETTI (1994)

Se, por um lado, a primeira década de existência da CIC foi marcada pela opulência financeira do projeto, bancada pelo forte apoio institucional nos âmbitos federal, estadual e municipal, e pela empolgação oriunda da vinda de várias empresas para a região, as décadas seguintes mostraram uma realidade totalmente oposta. Crises financeiras, nacionais e internacionais, e uma política local de repúdio ao capital estrangeiro fizeram com que o projeto fosse refreado (DUDEQUE, 2010).

A maior parte dos loteamentos do bairro CIC foi aprovada entre o final de década de 1960 e o final dos anos 1990. Os loteamentos da área de estudo, datam, em sua maioria, deste mesmo período (Figura 11).

A extensa área desabitada, somada ao “abandono” por falta de investimentos e de continuidade de ocupação, promoveu a apropriação irregular de diversas partes do tecido do bairro. “Como a CIC era o maior estoque de terra urbanizada e sem uso de Curitiba, multiplicaram-se as invasões de terra e as favelas” (DUDEQUE, 2010 p.332), gerando sérias questões sociais ligadas à qualidade de vida e ressaltando, assim, a relevância de aspectos antrópicos na configuração da regional.

Figura 11: Mapa de loteamentos aprovados no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) de 1939 a 2002



Fonte: IPPUC (2013)

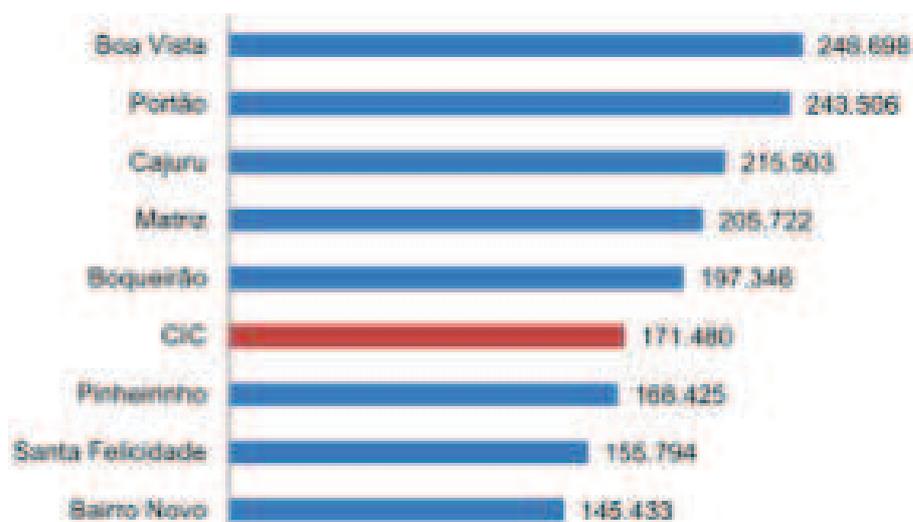
#### 4.1.2 Aspectos antrópicos

Neste tópico, são apresentadas questões pertinentes a atividades humanas mais relevantes na regional e no bairro, relacionadas essencialmente à área de estudo.

#### 4.1.2.1 Demografia

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), a Regional CIC abrigava, em 2010, 171.480 habitantes, correspondendo a cerca de 10% da população total do município, fazendo com que fosse a sexta mais populosa de Curitiba (Figura 12).

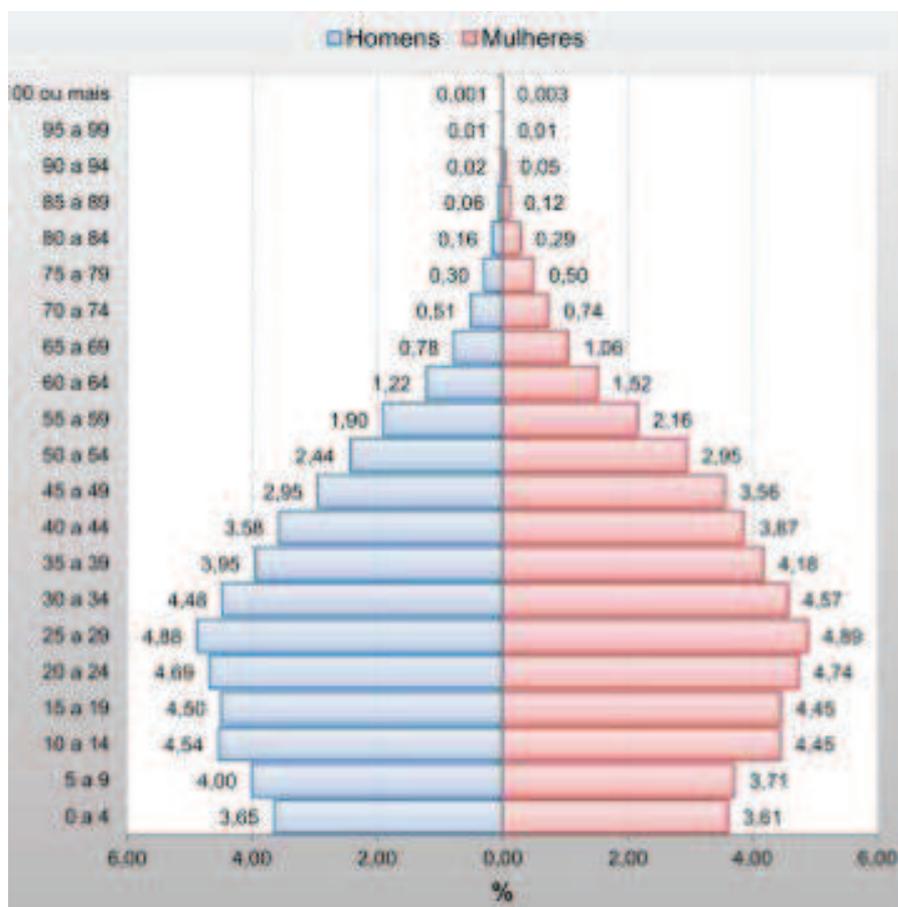
Figura 12: Gráfico de população por regionais administrativas de Curitiba em 2010



Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).

A pirâmide populacional da Regional CIC, baseada no Censo Demográfico de 2010, mostra uma base relativamente estreita, com predomínio das faixas etárias entre 10 e 34 anos (Figura 13). Ainda assim, as crianças e adolescentes, público alvo da presente pesquisa, representavam cerca de 32% da população total. As pessoas acima de 60 anos, consideradas idosas, correspondiam a aproximadamente 7% dos residentes na regional.

Figura 13: Pirâmide etária da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010

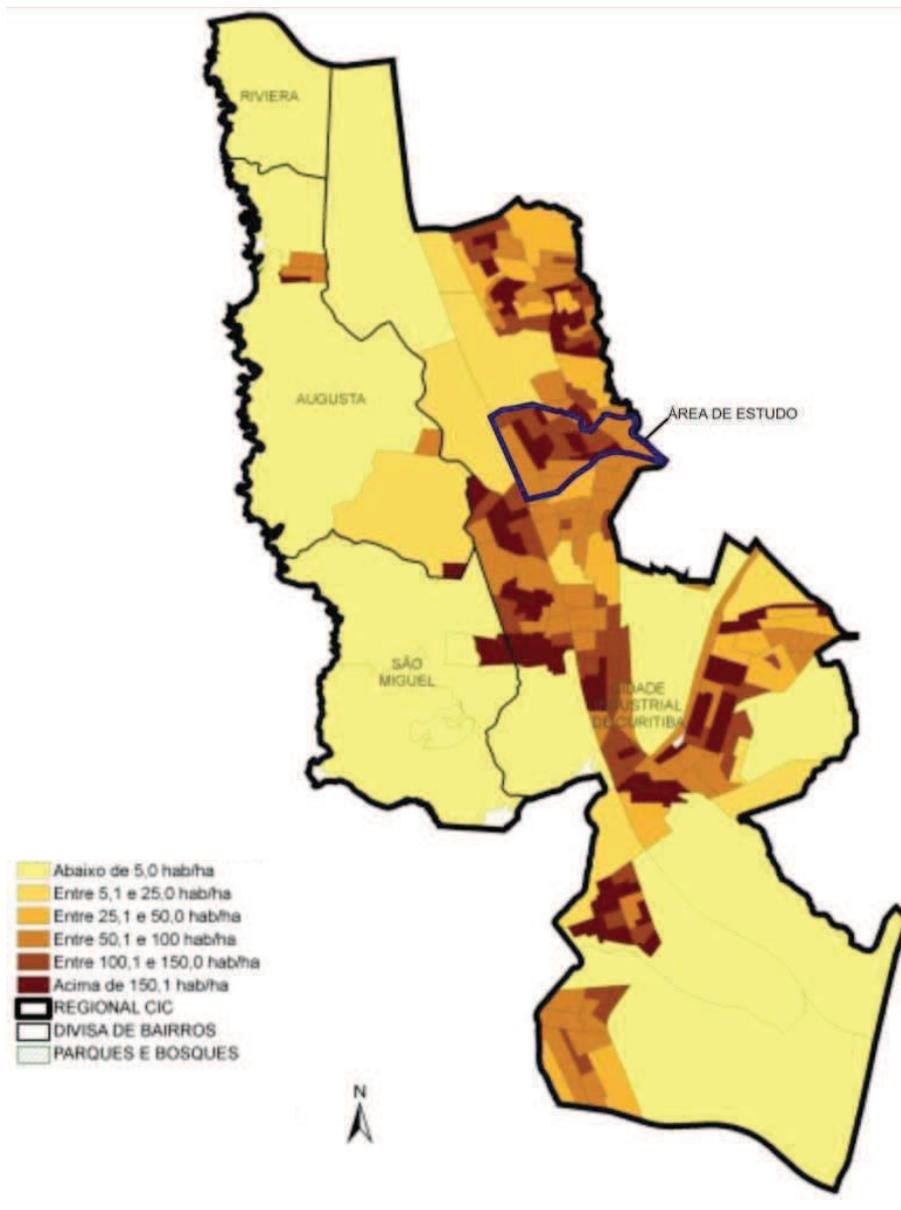


Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).

Com um crescimento populacional entre 2000 e 2010 de 12,1%, maior que o do município (10,4%), a Regional CIC chegou a uma densidade populacional de 28,56 hab./ha, sensivelmente menor que a média de Curitiba (40,30 hab./ha). Na Figura 14, que apresenta a densidade populacional por setor censitário, nota-se que, apesar da maior parte da regional possuir setores com densidade inferior a 5 hab./ha, a área de estudo concentrava regiões densamente habitadas, possuindo até mesmo setores com mais de 150 hab./ha e nenhum abaixo de 50 hab./ha.

Dessa forma, percebe-se a importância da rede de espaços livres objetos deste estudo como locais de amenização de um espaço altamente urbanizado e adensado, assim como sujeito a problemáticas relacionadas à baixa renda de parte da sua população.

Figura 14: Mapa de densidade populacional por setor censitário na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010



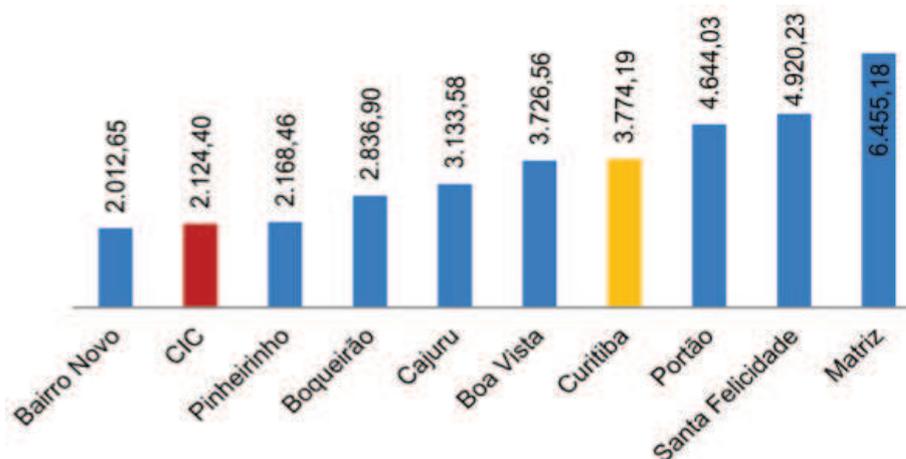
Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).

#### 4.1.2.2 Renda e pobreza

O rendimento médio por domicílio na Regional CIC foi de R\$ 2.124,40 em 2010. Este valor é aproximadamente 45% menor que o de Curitiba no mesmo ano (R\$ 3.774,19), representando a segunda pior média do município, perdendo apenas

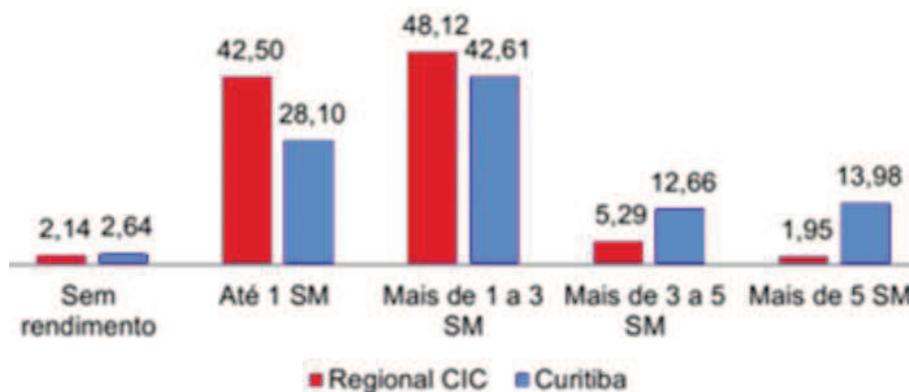
para a Regional Bairro Novo (Figura 15). A organização das informações por classe de renda também mostra uma séria desvantagem da Regional CIC em relação à Curitiba, pois as faixas predominantes eram as de um e de um a três salários mínimos, atingindo mais de 90% dos domicílios particulares (Figura 16).

Figura 15: Gráfico de rendimento domiciliar médio por regionais administrativas de Curitiba em 2010



Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).  
Nota: Valores em reais.

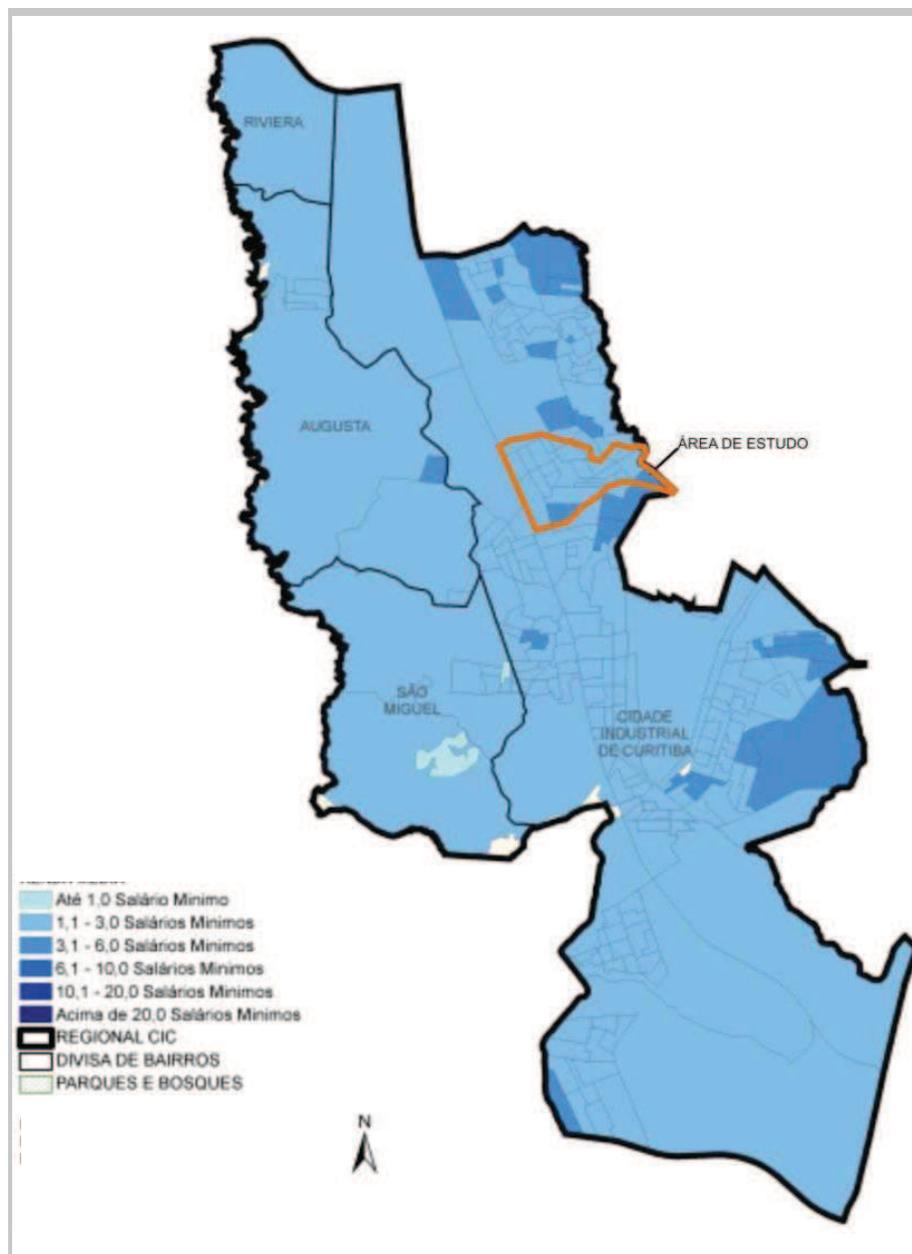
Figura 16: Gráfico de distribuição percentual dos domicílios por classe de renda per capita na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e no município em 2010



Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).  
Nota: SM = salário mínimo

De fato, pela espacialização por setores censitários das informações de renda média dos responsáveis pelos domicílios, nota-se o predomínio das faixas mais baixas, principalmente naquela entre um e três salários mínimos. A área de estudo não foge a essa realidade (Figura 17).

Figura 17: Mapa de distribuição por setor censitário de faixas de renda média por responsável do domicílio na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010



Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).

O indicador de extrema pobreza está relacionado com domicílios cujo rendimento nominal per capita é de até R\$ 70,00 por mês, ou de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010), seja fruto apenas de benefícios sociais. A partir disso, foram identificados 496 domicílios em situação de extrema pobreza na regional, representando cerca de 9% do total daqueles nesta mesma situação no município. Tal percentual corresponde a 1.606 habitantes (IPPUC, 2013) (Figura 18).

Figura 18: Gráfico de número de domicílios em situação de extrema pobreza por regionais administrativas de Curitiba em 2010



Fonte: Elaborada por IPPUC (2013) com base em IBGE (2010).

O gráfico mostra que, apesar de sua condição de renda mais baixa, a CIC apresenta um número relativamente reduzido de moradias em situação de extrema pobreza se comparado às demais regionais do município. Esse dado é ainda mais relevante diante da dimensão populacional do bairro, à qual devem ser relacionadas às condições de atendimento por serviços de interesse social.

#### 4.1.2.3 Serviços sociais

Este tópico é voltado essencialmente à interpretação dos serviços de educação, saúde e segurança. Em relação aos primeiros, a Regional CIC contava, em 2012, com 25 escolas municipais, as quais atendiam 89,8% das crianças em idade escolar, constituindo o maior percentual de atendimento do município (IPPUC, 2013). Além disso, possuía 40 centros municipais de educação infantil (CMEIs) públicos e outros nove conveniados. As unidades de educação integral somavam 11 estabelecimentos (Tabela 6 e Figura 19).

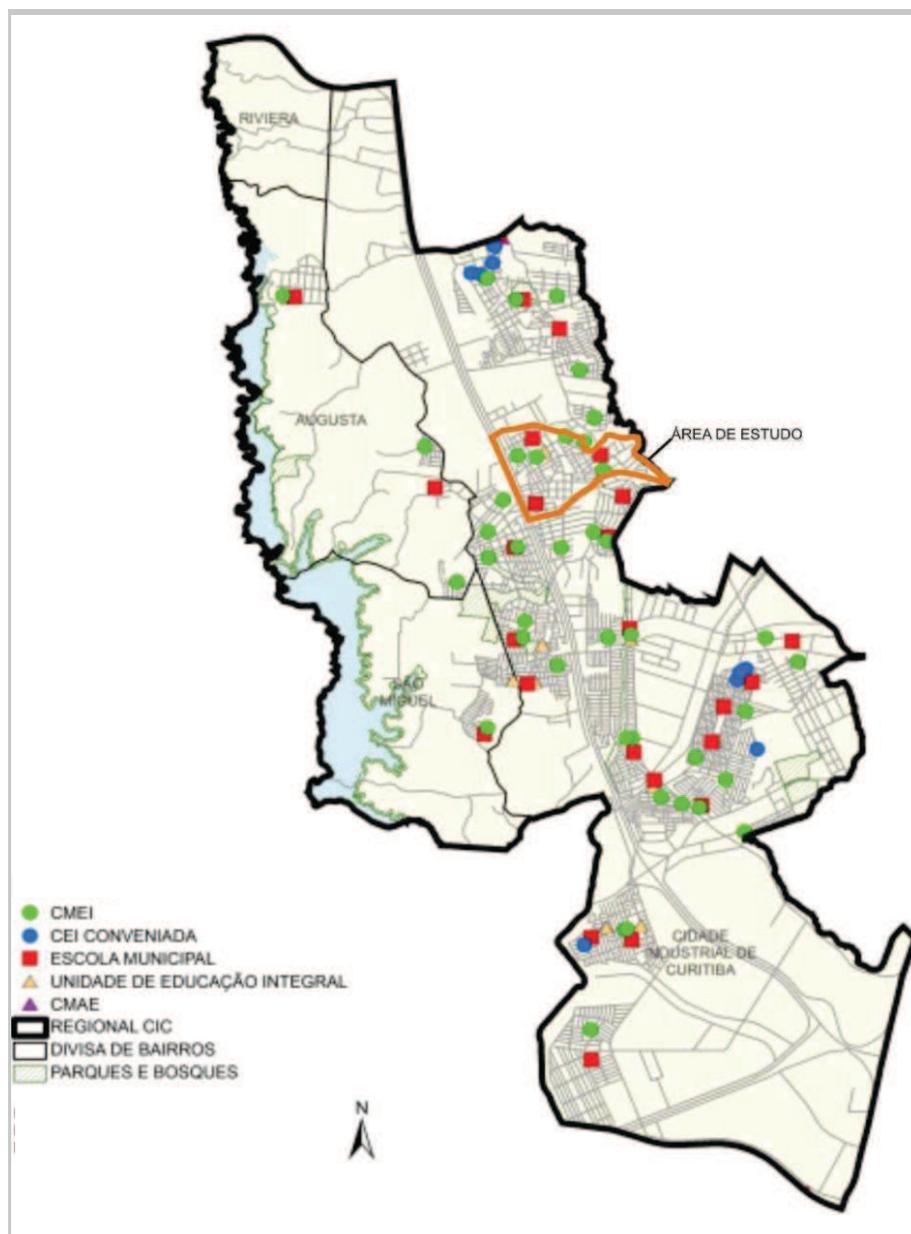
Tabela 6: Quantidade de unidades de ensino por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012

Unidade de ensino	Quantidade
CMEI	40
CMEI conveniado	09
Escola municipal	25
Unidade de educação integral	11

Fonte: IPPUC (2013)

Nota: CMEI = centro municipal de educação infantil

Figura 19: Mapa de unidades de ensino por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012



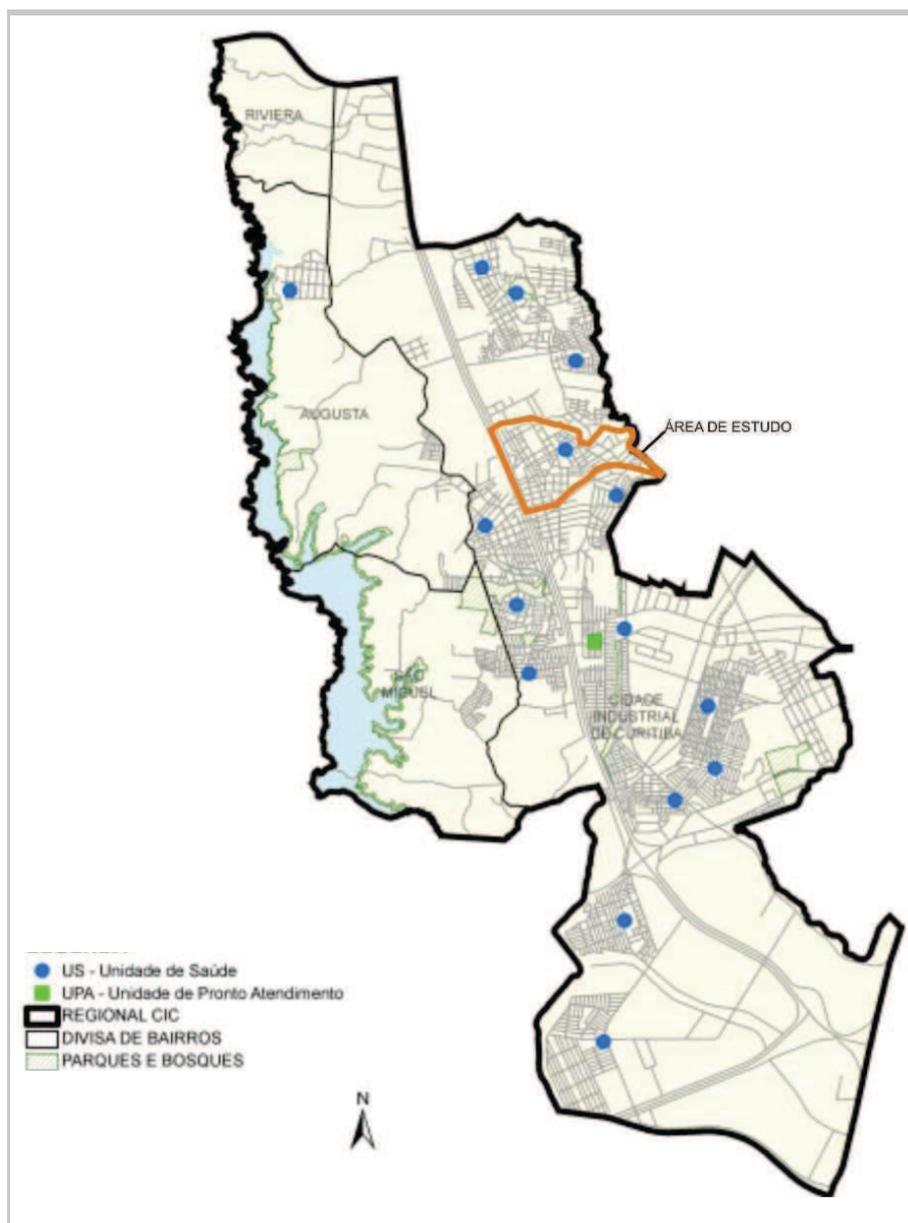
Fonte: IPPUC (2013)

Notas: CMEI = centro municipal de educação infantil  
 CEI = centro de educação infantil  
 CMAE = centro municipal de atendimento especializado

Pela imagem, é possível notar que a área de estudo contava com cinco CMEIs (sendo que um deles está inserido dentro de um dos espaços livres selecionados para análise específica), três escolas municipais e duas unidades de educação integral. Além disso, o próprio Centro Marista atua como importante equipamento de educação e inclusão social na área.

No âmbito dos segundos serviços, a Regional CIC possuía, em 2012, 15 unidades de saúde da família e uma de pronto atendimento (Figura 20). Também conta com dois outros hospitais privados. A área de estudo, por sua vez, abriga apenas uma das primeiras unidades.

Figura 20: Mapa de unidades de saúde por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012



Fonte: IPPUC (2013)

Dados da Secretaria Municipal de Segurança Pública revelam que, em 2012, o bairro CIC registrou 109 homicídios dolosos (IPPUC, 2013), correspondente a 17% do total mencionado para Curitiba no mesmo período. Em sua grande maioria, o método utilizado foi a arma de fogo, que respondeu por cerca de 83% dos casos (Tabela 7 e Figura 21).

Tabela 7: Quantidade e proporcionalidade de ocorrências de homicídios dolosos por método no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012

<b>Método</b>	<b>Total por método</b>	<b>Proporção (%)</b>
Arma de fogo	91	83,5
Força corporal	6	5,5
Objeto cortante/penetrante	12	11,0
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPPUC (2013)

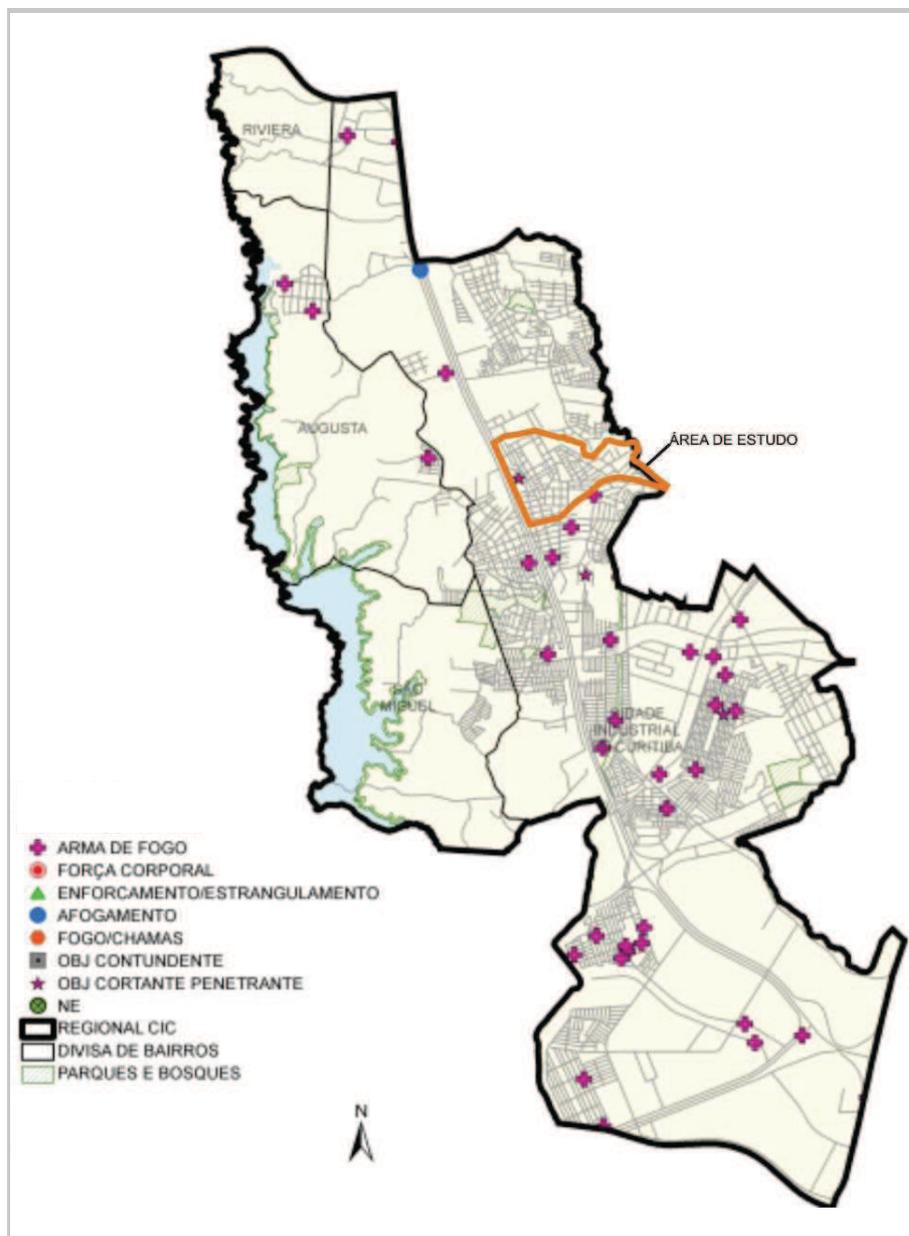
A faixa etária que mais sofreu com homicídios dolosos em 2012 é a compreendida entre 25 e 59 anos (56 ocorrências), seguida pela de 15 a 24 anos (44 ocorrências). Houve um homicídio na classe dos 5 aos 14 anos e três na acima de 60 anos. Além disso, a idade é ignorada para outros cinco. Tais dados mostram que o público alvo da pesquisa é, frequentemente, ameaçado por esse tipo de ocorrência. Nesse cenário, vale mencionar que a regional possuía, em 2012, apenas seis equipamentos relacionados à segurança pública (IPPUC, 2013) (Tabela 8 e Figura 22).

Tabela 8: Quantidade de equipamentos de segurança por corporação na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012

<b>Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
Módulo da Guarda Municipal	3
Batalhão da Polícia Militar	1
Quartel do Corpo de Bombeiros	1
Delegacia de Polícia Civil	1

Fonte: IPPUC (2013)

Figura 21: Mapa de localização dos homicídios dolosos por método na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012



Fonte: IPPUC (2013)

Figura 22: Mapa de localização de equipamentos de segurança pública da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012



Fonte: IPPUC (2013)

Nota-se que nenhum equipamento está localizado dentro da área de estudo, ainda que exista um módulo nas proximidades, pertencente à Regional do Portão. Não apenas essas questões sociais caracterizam o bairro, cabendo ressaltar condições habitacionais formais e informais.

#### 4.1.2.4 Habitação e ocupação irregular

O primeiro conjunto habitacional de monta na região da CIC foi o Nossa Senhora da Luz, obra pioneira desse gênero na capital, datado de 1966 e empreendido pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB-CT) (PILOTTO, 2010). Com cerca de 2.100 residências e instalado em região até então não urbanizada, esse empreendimento antecedeu a própria inauguração da CIC. Seu objetivo era zerar o número de moradias irregulares do município (que na época correspondia a apenas 2% do montante habitacional da capital), mas não foi bem sucedido pelo fato de famílias morando em situação informal não atenderem aos requisitos mínimos do programa (ALBUQUERQUE, 2007).

Historicamente, o bairro tem sido o principal repositório habitacional, promovido pela COHAB-CT, de todo o município. Dentre os principais bairros selecionados para receberem projetos de moradias populares, destaca-se com quase 26 mil unidades entre as décadas de 1970 e 1990. Esse montante corresponde a mais de 30% do total do município para o mesmo período, conforme apresentado na Tabela 9.

Tabela 9: Produção habitacional por regionais administrativas de Curitiba entre as décadas de 1970 e 1990

Regional	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990	TOTAL
Bairro Novo	1.003	2.922	17.332	21.257
Boa Vista	1.117	2.014	457	3.588
Boqueirão	1.982	2.772	1.807	6.561
Cajuru	813	3.973	4.007	8.793
Cidade Industrial de Curitiba (CIC)	2.221	9.884	13.601	25.706
Matriz	0	608	56	664
Pinheirinho	250	1.375	8.784	10.409
Portão	664	2.104	823	3.591
Santa Felicidade	446	918	1.409	2.773
Vários (unidades isoladas)	0	434	278	712

Fonte: Adaptada de Albuquerque (2007).

Mais especificamente no bairro CIC, o perfil de produção habitacional foi variado neste mesmo período. Enquanto na década de 1970 prevaleceu a produção de casas, na de 1980 predominou o número de apartamentos, enquanto na de 1990 preponderou o número de lotes (Tabela 10).

Tabela 10: Produção habitacional do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) por tipologia entre as décadas de 1970 e 1990

<b>Década</b>	<b>Apartamento</b>	<b>Casa</b>	<b>Lote</b>	<b>Total</b>
1970	560	1.660	1	2.221
1980	5.232	1.052	3.600	9.884
1990	2.200	1.477	9.924	13.601

Fonte: Adaptada de Albuquerque (2007).

Esses números refletem a heterogeneidade da ocupação do território, marcado por processos de regularização fundiária e por grandes condomínios de habitação popular.

Albuquerque (2007) comenta que a produção de novos espaços habitacionais na capital no período mencionado foi marcada por um processo de periferização, com locais de urbanização precária e objetos de segregação espacial. Ainda para esta autora, esse modelo, institucionalizado pelos órgãos públicos responsáveis, manteve-se baseado no baixo custo da terra e na autoconstrução, realizada, principalmente, pela população de renda mais baixa. Tal processo só foi interrompido recentemente, devido à escassez de novas áreas dentro do município, o que levou a um aumento do custo da terra. De fato, segundo Pilotto (2010), Atuba, CIC, Campo Comprido, Fazendinha, Campina do Siqueira e Capão da Imbuía foram, depois do Centro e de seus bairros limítrofes, aqueles que mais tiveram seus terrenos valorizados no período entre 1998 e 2007, aumentando seu valor médio em mais de quatro vezes.

Em 2010, a Regional CIC comportava um total de 52.482 domicílios particulares permanentes (IBGE, 2010), representando cerca de 9% do total do município. Entre os períodos de 2010 e 2012, a Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) forneceu alvarás de construção para mais 13.496 imóveis, dos quais 85% são para uso residencial (IPPUC, 2013).

Assim, esse é o bairro curitibano que mais recebeu novas construções de residências nesse período. Em números absolutos, também é o com maior número de domicílios na capital desde a década de 1990 (Figura 23).

Segundo dados da COHAB-CT, disponibilizados pelo IPPUC (2013), a Regional CIC possuía, em 2012, 63 ocupações irregulares, das quais 52 estão localizadas no bairro CIC. Destas, 25 estavam em processo de regularização em 2010 (IPPUC, 2013) (Tabela 11 e Figura 24).

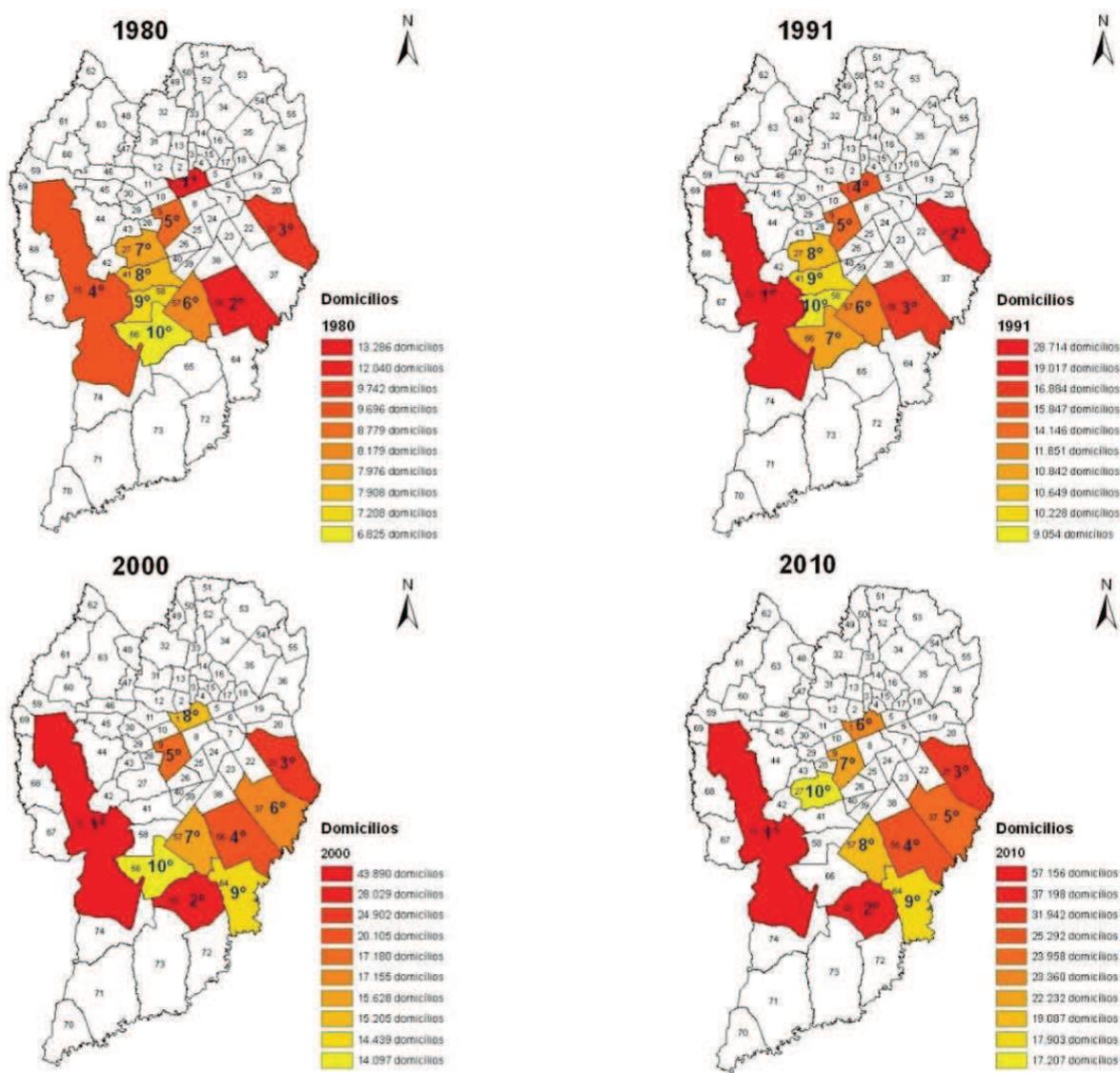
Tabela 11: Quantidade de ocupações irregulares por categoria no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2010

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Assentamento em regularização	22
Loteamento clandestino em regularização	3
Assentamento sem regularização	19
Loteamento clandestino sem regularização	8
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>

Fonte: IPPUC (2013)

Nota-se que, ainda que a Regional CIC seja uma das principais em número de ocupações irregulares, a área de estudo não possui nenhum assentamento desse tipo em seu interior.

Figura 23: Mapas de bairros com maior número de domicílios em Curitiba no período de 1980 a 2010



Fonte: IPPUC (2013)

Figura 24: Mapa de áreas irregulares por categoria na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012

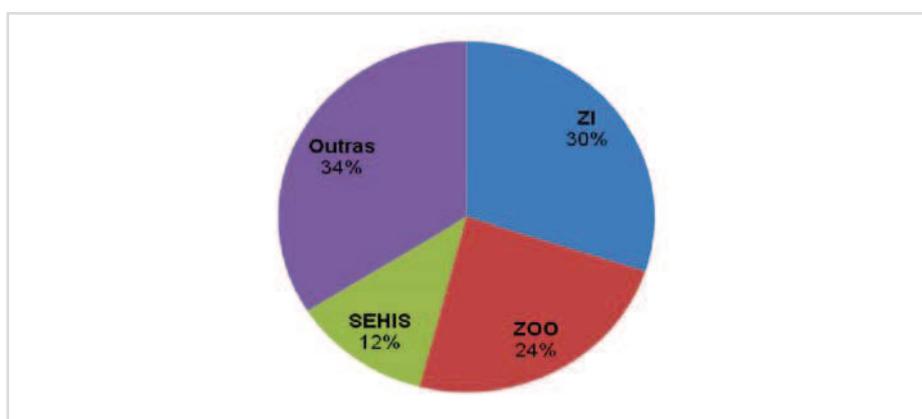


Fonte: IPPUC (2013)

#### 4.1.2.5 Zoneamento de uso e ocupação do solo

A Regional CIC compreende 17 zonas e setores, com predomínio das zonas Industrial (ZI) e de Ocupação Orientada (ZOO), bem como do Setor Especial de Habitação de Interesse social (SEHIS). Juntos, esses compartimentos são responsáveis por aproximadamente 66% do território da regional (Figura 25).

Figura 25: Proporção das zonas urbanísticas dentro da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



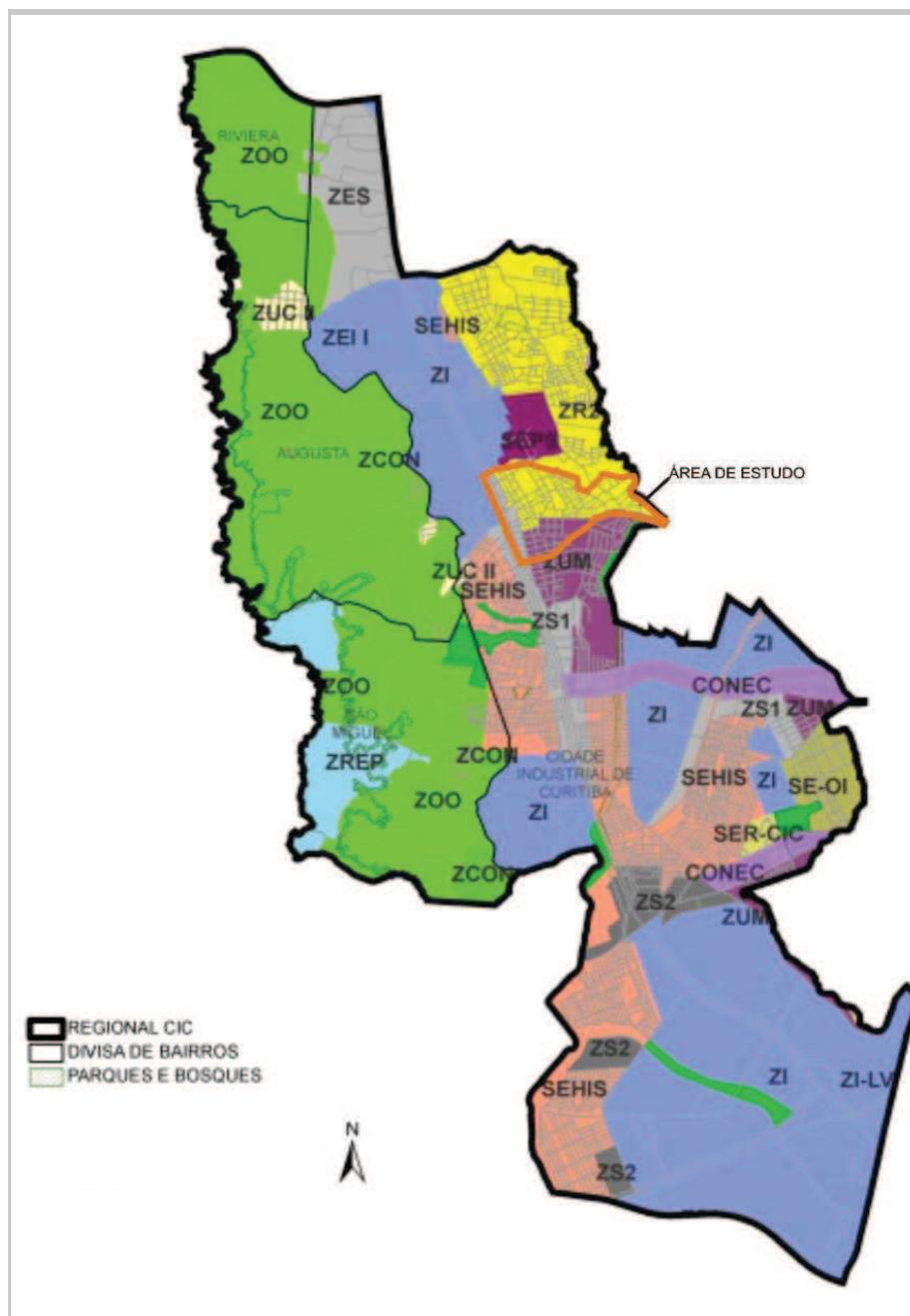
Fonte: IPPUC (2013)

Notas:  
 SEHIS = Setor Especial da Habitação de Interesse Social  
 ZI = Zona Industrial  
 ZOO = Zona de Ocupação Orientada

A proporção apresentada evidencia o caráter da CIC de bairro industrial, conforme o planejado, e de repositório da cidade de provisão habitacional de interesse social, comum às áreas periféricas das grandes metrópoles. A área específica de estudo está dividida em três zonas distintas (Figura 26):

- a) Zona Residencial 2 (ZR2) – de baixa densidade, com foco na habitação unifamiliar simples ou em série, respeitando o máximo de 80 habitações/ha;
- b) Zona de Uso Misto (ZUM) – de apoio às zonas industriais, permitindo média densidade e prevendo a implantação de habitações coletivas e institucionais;
- c) Zona de Serviços 1 (ZS1) – para atividades de menor porte, permite habitação transitória, comércio e serviço de diversas categorias e usos comunitários.

Figura 26: Mapa de zoneamento de uso e ocupação do solo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



Fonte: IPPUC (2013)

#### 4.1.2.6 Morfologia urbana e paisagem

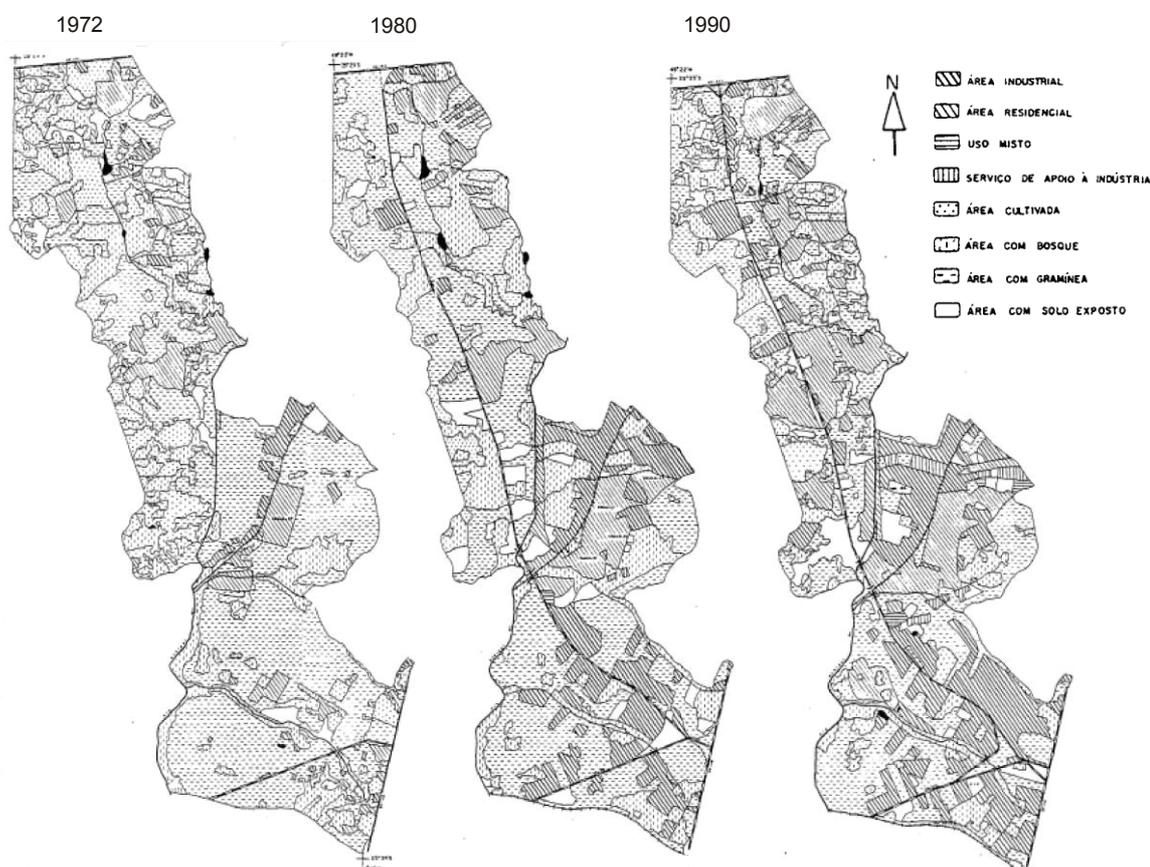
A morfologia urbana pode ser entendida como o estudo da forma da cidade a partir das suas características físicas e da sua evolução ao longo do tempo (LAMAS, 2007). Portanto, para sua análise relacionada ao bairro CIC e à sua paisagem, faz-se necessário entender de que maneira o bairro foi ocupado ao longo do tempo.

Como já visto, foi um bairro planejado para se tornar um importante polo industrial de escala nacional, mesclando o uso residencial com a produção econômica de larga escala. O objetivo era aproximar o trabalhador da indústria, o que era viável graças às grandes dimensões da CIC. A evolução da ocupação urbana da região no período de 1972 a 1990 mostra a pressão da ocupação das regiões de vegetação rasteira, que são divididas quase de maneira equânime entre o uso residencial e industrial, complementadas por áreas de apoio à indústria e de uso misto.

A partir da imagem ilustrada na Figura 27, é possível inferir que, na década de 1970, quando a CIC ainda estava em fase inicial de implantação, a região era ocupada apenas por pequenas vilas espalhadas por todo o território e o uso industrial era restrito. Nesta época, já existia o conjunto Nossa Senhora da Luz dos Pinhais e ainda era possível a identificação de áreas de cultivo, principalmente próximo às várzeas do rio Barigui.

Na década de 1980, surgiram diversos loteamentos industriais, concentrados na faixa sul da região, conforme previsto pelo plano de ocupação da CIC. Além disso, o relevo mais acidentado da porção norte dificultava a instalação de indústrias. O aumento do uso industrial e do processo de urbanização praticamente dizimou os locais de cultivo e diminuiu acentuadamente as áreas arborizadas, principalmente bosques e matas ciliares.

Figura 27: Mapas de evolução da ocupação urbana do bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) no período de 1972 a 1990



Fonte: Adaptada de Chiapetti (1994).

A década de 1990 apresentou uma contínua instalação industrial na porção sul do território, juntamente com o adensamento residencial e industrial da parcela norte. Nesse período, surgiram diversos conjuntos habitacionais, horizontais e verticais, como parte do plano perpetrado pelo município de ocupação da região por habitações para populações de mais baixa renda. Somou-se a isso, um forte estabelecimento de assentamentos irregulares, principalmente nas várzeas do rio Barigui, gerando mais pressão sobre os remanescentes florestais.

Mais recentemente, é notável o adensamento da ocupação verticalizada na porção norte do território, com o surgimento de prédios residenciais voltados às classes de renda mais alta. Também se deve ressaltar os projetos de remoção ou regularização das regiões ocupadas irregularmente, notadamente na calha do rio Barigui e seus afluentes. As demais áreas residenciais previamente ocupadas já se encontram consolidadas.

A preservação e a recuperação dos remanescentes florestais foram beneficiadas pelo uso industrial extensivo, que se viu obrigado a conservá-los intramuros. No caso das áreas residenciais, a vegetação existente foi acentuadamente suprimida, principalmente na porção sul do território.

Conforme visto, o uso residencial se destaca por duas tipologias de conjuntos residenciais, os horizontais e os verticais, estes com blocos de quatro pavimentos, sendo ambas frutos de programas governamentais de moradias populares. Cada uma delas apresenta diferentes impactos paisagísticos.

No primeiro caso, ainda que inicialmente os conjuntos residenciais horizontais possuam uma forte padronização inicial, com parâmetros construtivos e de ocupação uniformes para todas as unidades, há forte tendência de personalização das edificações após algum tempo. Ainda que na maioria das vezes essas modificações não estejam de acordo com a legislação no tocante aos limites de ocupação do lote, gabaritos e afastamentos permitem maior dinamicidade na paisagem pela variação de formas, cores e tamanhos das edificações. Soma-se a isso, a possibilidade de novos usos serem incorporados às residências, em especial pequenos comércios de atendimento à vizinhança.

Por outro lado, os condomínios residenciais verticais tendem a gerar grande uniformização e padronização da paisagem, devido à incapacidade de alterações maiores na forma de ocupação do lote pelas edificações. Geralmente, as regras condominiais são restritivas à personalização das áreas privativas.

O projeto da CIC previu uma hierarquia viária vinculada ao uso do solo. Assim, além das grandes conectoras que fazem a ligação do bairro com o restante da cidade, algumas vias de menor nível hierárquico possuem importante função de ligação interna e de concentração de usos comerciais e mistos. Tais vias ligam as áreas de uso predominante residencial e comportam importantes polos comerciais do bairro, possuindo grande variedade de estabelecimentos de comércio e serviços.

Assim, pode-se entender a paisagem da CIC como um misto de áreas residenciais com diferentes graus de homogeneidade, conectadas por vias estruturantes, tanto da mobilidade quanto do comércio da região, e permeadas por grandes extensões de uso industrial intensivo.

A conexão do bairro com a cidade é garantida pelas vias conectoras propostas e pelas rodovias que cruzam a região, ao longo das quais estão concentrados os usos industriais mais pesados.

Os remanescentes florestais permeiam os demais usos, com maior concentração nas áreas industriais e ao longo dos fundos de vale da região. Esse e outros componentes de ordem natural são mais detalhados a partir da próxima subseção.

#### **4.1.3 Aspectos naturais**

Nos tópicos seguintes, são apresentadas as questões mais relevantes para a pesquisa no que diz respeito aos aspectos naturais da regional e da área de estudo.

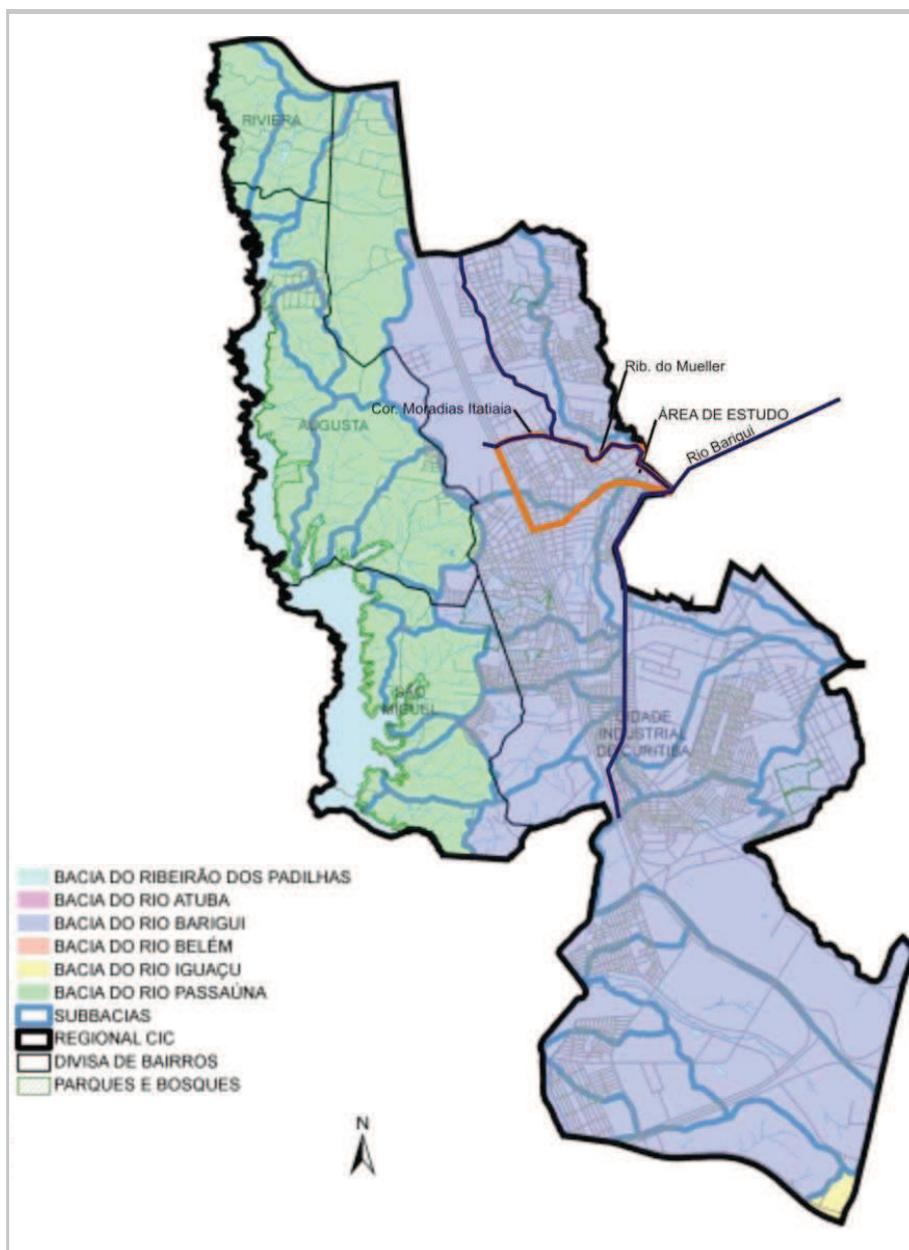
##### **4.1.3.1 Componentes físicos**

A Regional CIC está inserida em três bacias hidrográficas distintas, do Barigui, compreendendo a maior parte do território (65,8%), do Passaúna (33,8%) e do Iguaçu, esta representada, ao sul, por um pequeno trecho (0,4%) da sua região de contribuição (IPPUC, 2013). A área específica de estudo é contemplada por três corpos hídricos pertencentes à primeira bacia: córrego Moradias Itatiaia, ribeirão dos Mueller e rio Barigui (Figura 28), sendo o primeiro afluente direto do segundo, o qual, por sua vez, é tributário do último.

O suporte geológico da Regional CIC é formado por três unidades distintas – sedimentos inconsolidados; migmatitos, gnaisses e quartzitos; e argilitos, arcósios, margas, arenitos e conglomerados (IPPUC, 2013) – da Formação Guabirota, representante de cerca de 45% do seu território, sendo caracterizada por áreas de alta suscetibilidade à erosão, o que pode trazer riscos à população ali assentada.

De modo geral, a porção norte da regional é detentora de aclives mais acentuados e maior variação de cotas. A parcela sul, localizada junto às várzeas do rio Barigui, possui terrenos mais planos e em cotas mais baixas.

Figura 28: Mapa de hidrografia da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)

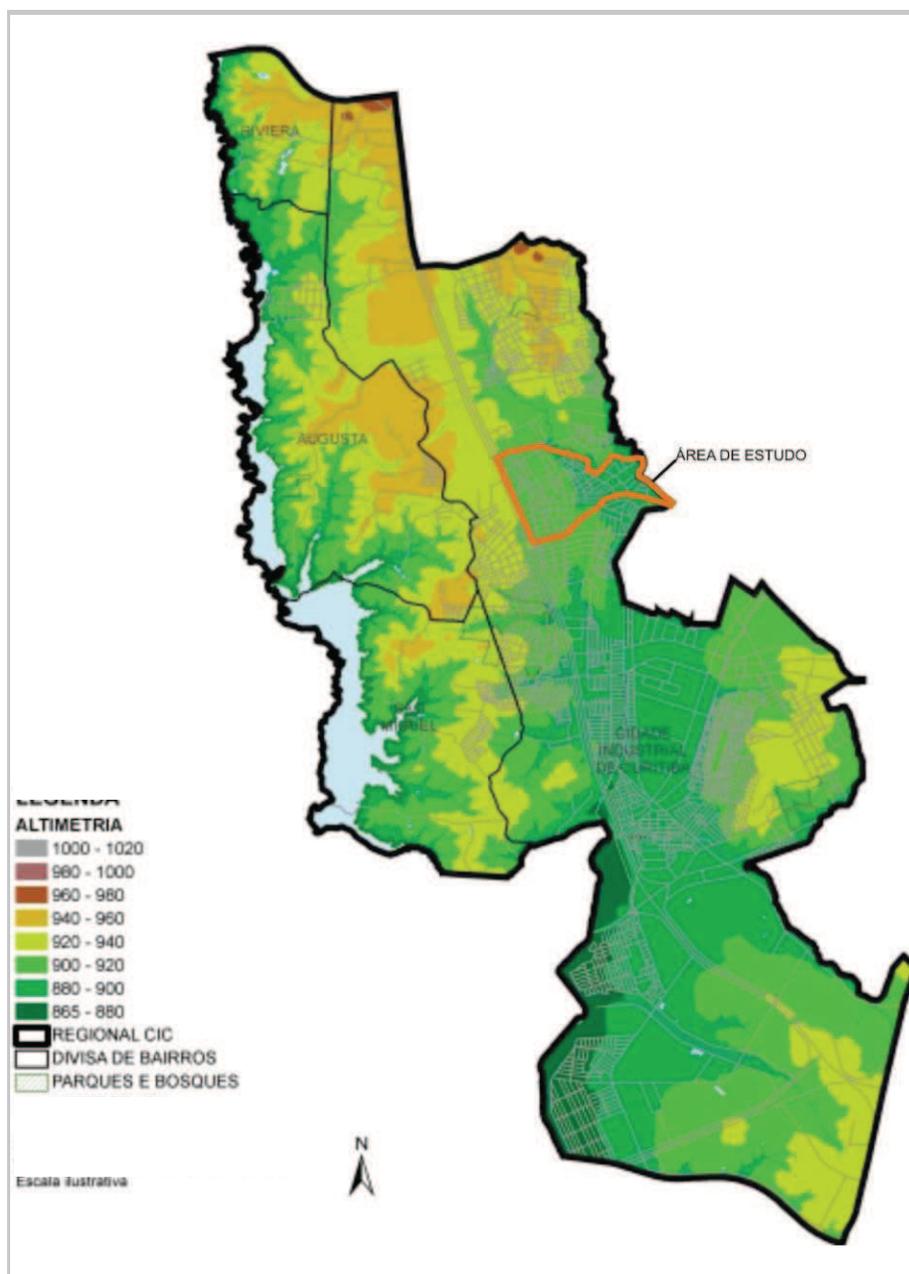


Fonte: IPPUC (2013)

Por estar muito próxima do leito desse curso d'água, a área de estudo possui cotas relativamente baixas, entre os níveis 865 e 900 (Figura 29). Segundo as informações disponibilizadas por IPPUC (2013), os principais pontos de recorrência de alagamento ocorrem nas calhas do Rio Barigui, situação que tem sido tratada mediante a remoção das habitações em áreas de risco. No entanto, a área

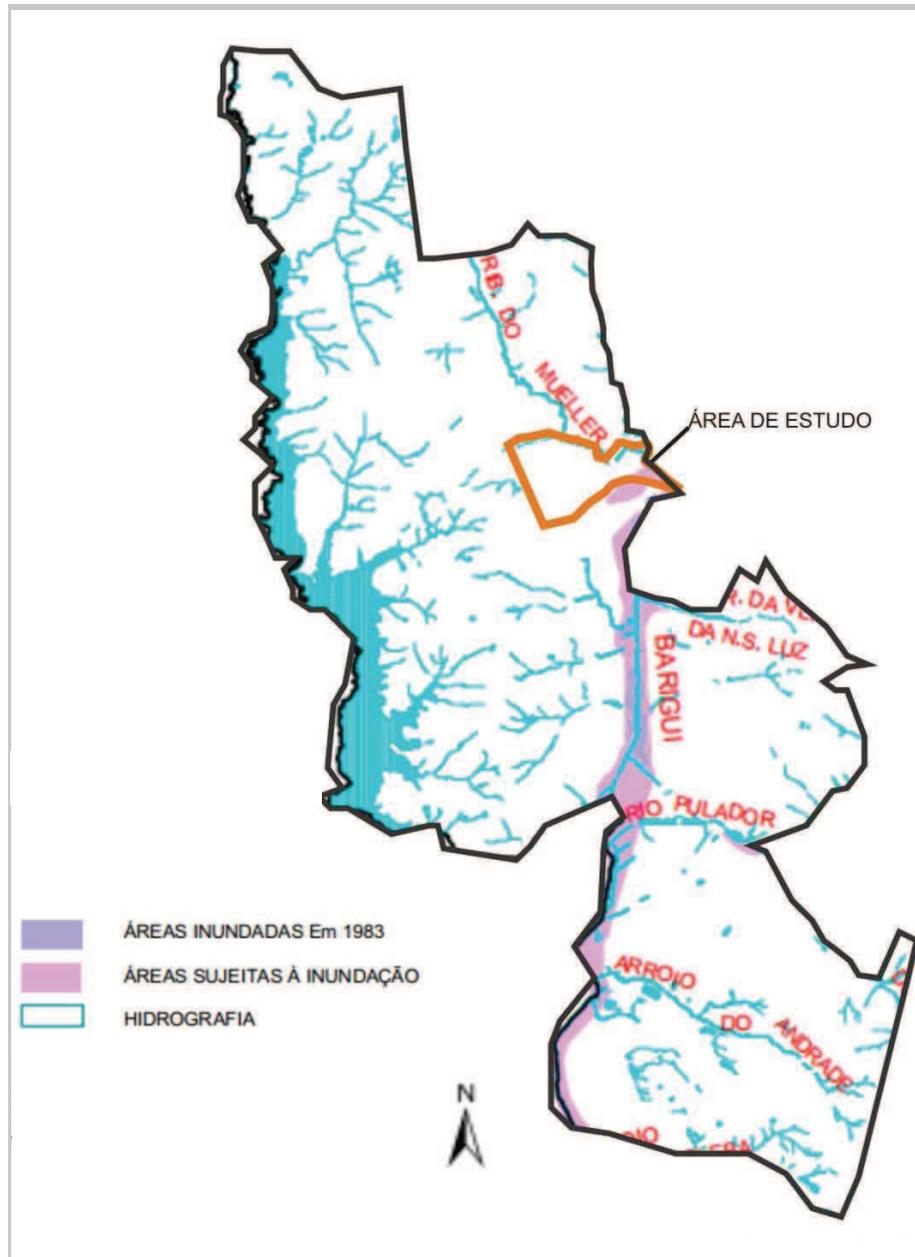
específica de intervenção apresenta indicativo de ocorrência de cheias junto à foz do Ribeirão do Mueller, porção leste do local de estudo (Figura 30)

Figura 29: Mapa de altimetria da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)



Fonte: IPPUC (2013)

Figura 30: Mapa de ocorrência de cheias da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC)

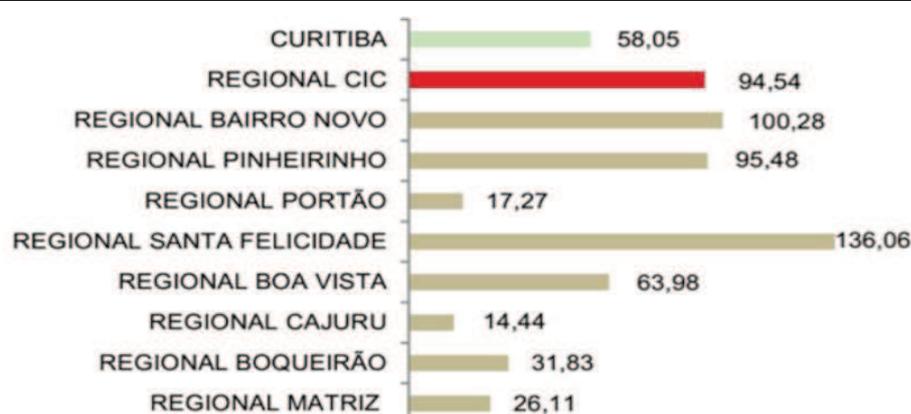


Fonte: IPPUC (2013)

#### 4.1.3.2 Componentes biológicos

Em 2012, o total de áreas verdes públicas e privadas da Regional CIC era de 16.210.955 m<sup>2</sup>, o que correspondia a cerca de 16% do total do município (IPPUC, 2013). Da divisão desse valor pela população da Regional, chega-se a uma média de 94,54 m<sup>2</sup> por habitante, significativamente superior à de Curitiba (58,05 m<sup>2</sup>/hab). (Figura 31).

Figura 31: Gráfico de área verde por habitantes das Regionais de Curitiba em 2010



Fonte: IPPUC (2013)

A Regional CIC é atendida por 98 espaços livres públicos (Tabela 12) sendo que dois são considerados de grande porte, compreendendo os parques Passaúna e dos Tropeiros (IPPUC, 2013).

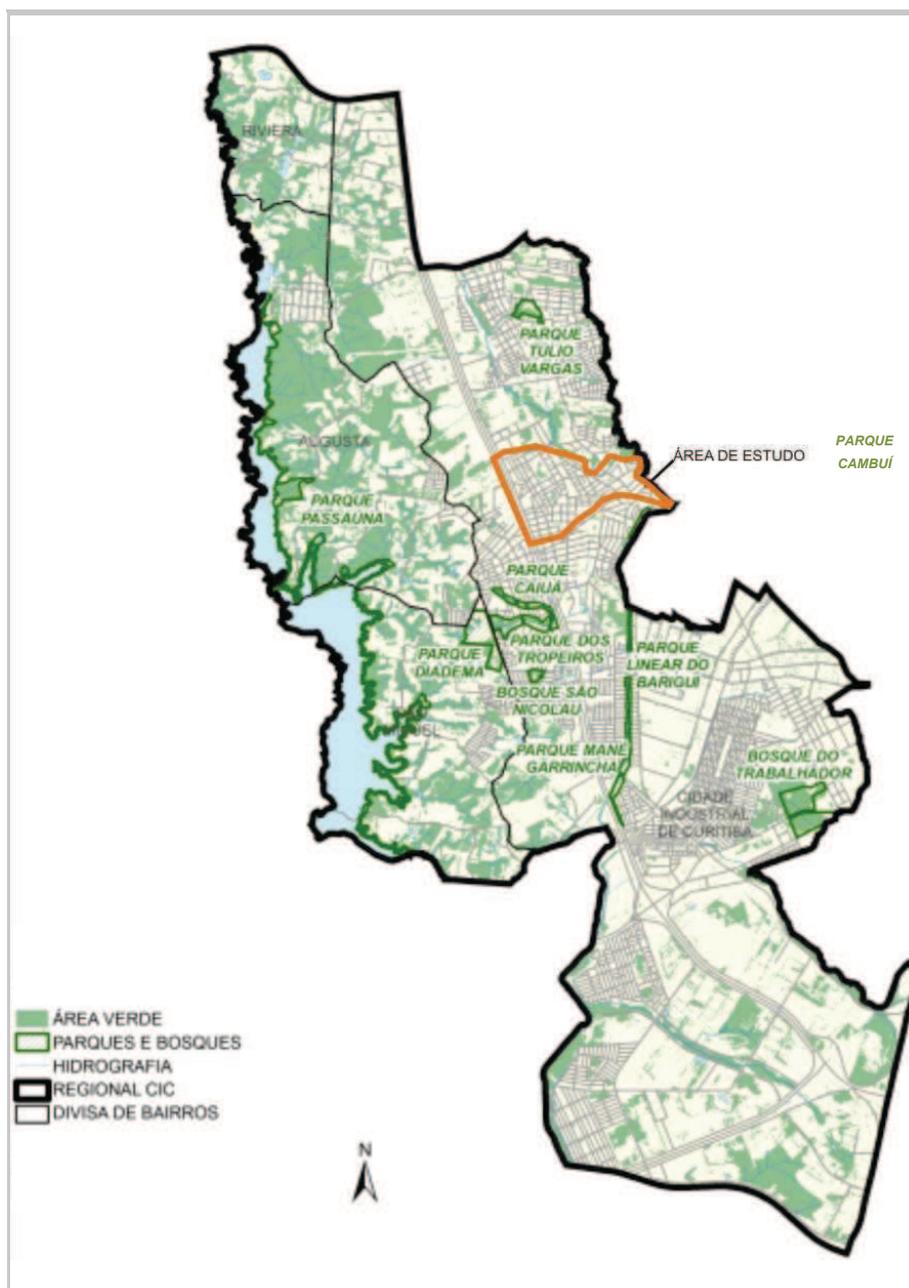
Tabela 12: Quantidade de espaços livres públicos por tipo na Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012

Tipo de espaço livre público	Quantidade
Bosques de preservação	0
Bosques	2
Eixos de animação	1
Jardinetes	32
Jardim ambiental	0
Largos	0
Núcleos ambientais	0
Parques	5
Praças	58
<b>TOTAL</b>	<b>98</b>

Fonte: IPPUC (2013)

A área de estudo conta com um parque (Cambuí) e com as sete praças (incluindo jardinetes) objetos de estudo do presente trabalho (Figura 32), os quais possuem níveis diferenciados de qualidade espacial, conforme exposto na próxima subseção.

Figura 32: Mapa de espaços livres públicos da Regional Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 2012



Fonte: IPPUC (2013)

## 4.2 QUALIDADE DOS ESPAÇOS LIVRES SELECIONADOS

Os procedimentos de classificação de qualidade dos oito espaços de estudo (ver subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta) foram aplicados durante o mês de novembro de 2014 e seus resultados são adiante apresentados por área específica, mostrando as classes obtidas por seus componentes e equipamentos, assim como de forma geral, considerando o conjunto das áreas analisadas.

### 4.2.1 Espaço livre 01 – Praça Vale Verde

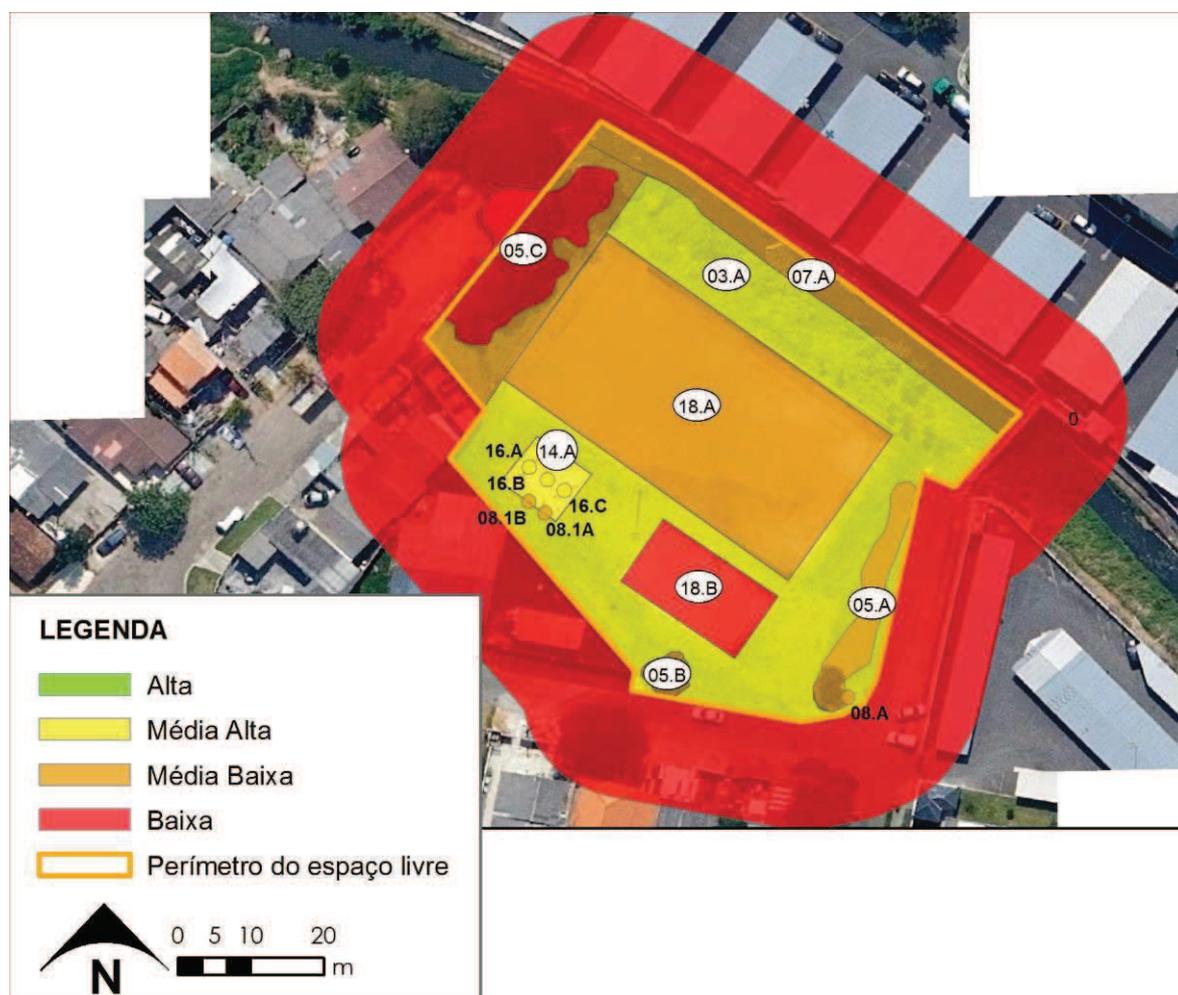
Com base na avaliação dos seus componentes (Quadro 5), este espaço livre apresenta, de modo geral, qualidade oscilando entre média baixa e baixa. Ainda que os equipamentos do *playground* apresentem boas características, os irrelevantes atributos do entorno e das áreas arborizadas reduzem as condições qualitativas do espaço como um todo. A Figura 33 apresenta a espacialização dessas classes.

Quadro 5: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 01 – Praça Vale Verde

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	03.A	Espaço aberto	Média alta
	05.A	Área arborizada	Média baixa
	05.B	Área arborizada	Média baixa
	05.C	Área arborizada	Baixa
	07.A	Rio	Média baixa
	14.A	<i>Playground</i> (piso)	Média alta
Equipamentos	08.A	Banco	Média baixa
	08.1A	Banco	Média baixa
	08.1B	Banco	Média baixa
	16.A	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	16.B	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	16.C	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
Outros	-	Entorno imediato	Baixa

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 33: Imagem aérea com mapeamento de classes de qualidade do espaço livre 01 – Praça Vale Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Notas: Ver significado dos códigos no quadro anterior.  
Classe alta inexistente neste espaço..

Esta área apresenta forte característica de espaço periférico nos moldes descritos por De Paoli (2005), por possuir marcantes aspectos residuais, notadamente à beira do rio e nos fundos do loteamento, Praticamente todo o entorno, o qual também é mal avaliado, não tem conexão clara com a praça. Conforme Lima (2005), esse caráter residual provoca um sentimento de não apropriação do espaço pela população, o que fica comprovado pela pouca utilização deste espaço, conforme identificado na subseção 4.3.2.1.

Além disso, o padrão de ocupação de parte do entorno, dominado por condomínios fechados, auxilia na exclusão da praça como espaço de convívio por se configurarem como enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000).

#### **4.2.2 Espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski**

Esta praça apresenta uma grande quantidade de compartimentos, ainda que não possua tantos equipamentos (Quadro 6).

Nota-se que os elementos de melhor enquadramento qualitativo localizam-se na porção leste, enquanto o lado oeste possui piores condições tanto de equipamentos quanto de compartimentos. De modo geral, os primeiros possuem qualidade mais baixa do que os segundos (Figura 34).

De acordo com Costa (1995), pode-se entender que duas porções de um mesmo espaço livre podem possuir diferentes funções. Enquanto a área oeste tem um perfil mais dedicado à circulação e conexão entre outras regiões urbanizadas do bairro, a leste possui um caráter de recreação.

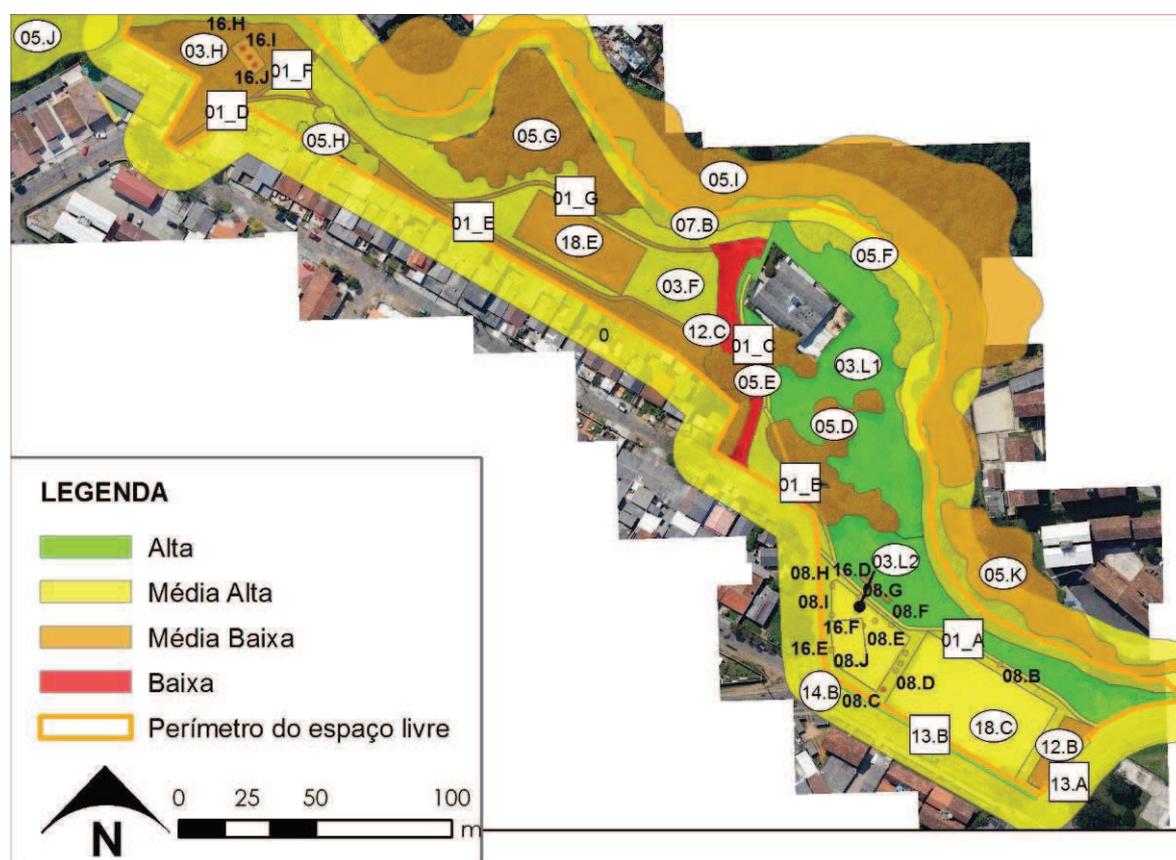
Estes perfis ficam claros pela diferenciação qualitativa entre os dois locais, uma vez que a parcela oriental da praça possui mais diversidade de elementos, com maior nível de qualidade. A faixa ocidental, relegada apenas à circulação, possui equipamentos de recreação, todos de qualidade mais baixa.

Quadro 6: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	03.H	Espaço livre	Média baixa
	03.F	Espaço livre	Média alta
	03.L1	Espaço livre	Alta
	03.L2	Espaço livre	Alta
	05.E	Área arborizada	Média baixa
	05.H	Área arborizada	Média alta
	05.J	Área arborizada	Média alta
	05.I	Área arborizada	Média baixa
	05.G	Área arborizada	Média baixa
	05.F	Área arborizada	Média alta
	05.D	Área arborizada	Média baixa
	05.K	Área arborizada	Média baixa
	07.B	Rio	Média alta
	12.B	Estacionamento	Média baixa
	12.C	Estacionamento	Baixa
	13.A	Calçada adjacente	Média alta
	13.B	Calçada adjacente	Alta
	14.B	Playground (piso)	Média alta
14.C	Playground (piso)	Média baixa	
Equipamentos	01.A	Trilha pavimentada	Média alta
	01.B	Trilha pavimentada	Média alta
	01.C	Trilha pavimentada	Média alta
	01.D	Trilha pavimentada	Média baixa
	01.E	Trilha pavimentada	Média baixa
	01.F	Trilha pavimentada	Média baixa
	01.G	Trilha pavimentada	Média baixa
	11.A	Lixeira	Média baixa
	11.B	Lixeira	Média baixa
	16.E	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.F	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.H	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	16.I	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	16.J	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	17.A	Exercício de força	Média baixa
	18.C	Cancha de esporte	Média alta
	18.D	Cancha de esporte	Média alta
	18.E	Cancha de esporte	Média baixa
	08.B	Banco	Média baixa
	08.C	Banco	Baixa
	08.D	Banco	Média baixa
08.E	Banco	Média baixa	
08.F	Banco	Média baixa	
08.G	Banco	Média baixa	
08.H	Banco	Média baixa	
08.I	Banco	Média baixa	
08.J	Banco	Média baixa	
Outros	-	Entorno imediato	Média alta

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 34: Imagem aérea com mapeamento de classes de qualidade do espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres seleccionados: observação direta.

Nota: Ver significado dos códigos no quadro anterior.

### 4.2.3 Espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo

Esta praça possui um número relativamente baixo de equipamentos e compartimentos (Quadro 7), apresentando quase todos os seus elementos na classificação de qualidade média baixa. Destoam desta classe apenas um brinquedo do *playground* e uma cancha esportiva, que receberam nota baixa, e o entorno imediato, que, por apresentar um padrão qualitativo um pouco maior, foi enquadrado na faixa média alta (Figura 35).

Quadro 7: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	03.N	Espaço aberto	Média baixa
	05.L	Área arborizada	Média baixa
	05.M	Área arborizada	Média baixa
	14.D	<i>Playground</i> (piso)	Média baixa
Equipamentos	16.L	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	16.M	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.K	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	17.3A	Exercícios de força	Média baixa
	18.F	Cancha esportiva	Média baixa
	18.G	Cancha esportiva	Baixa
Outros	-	Entorno imediato	Média alta

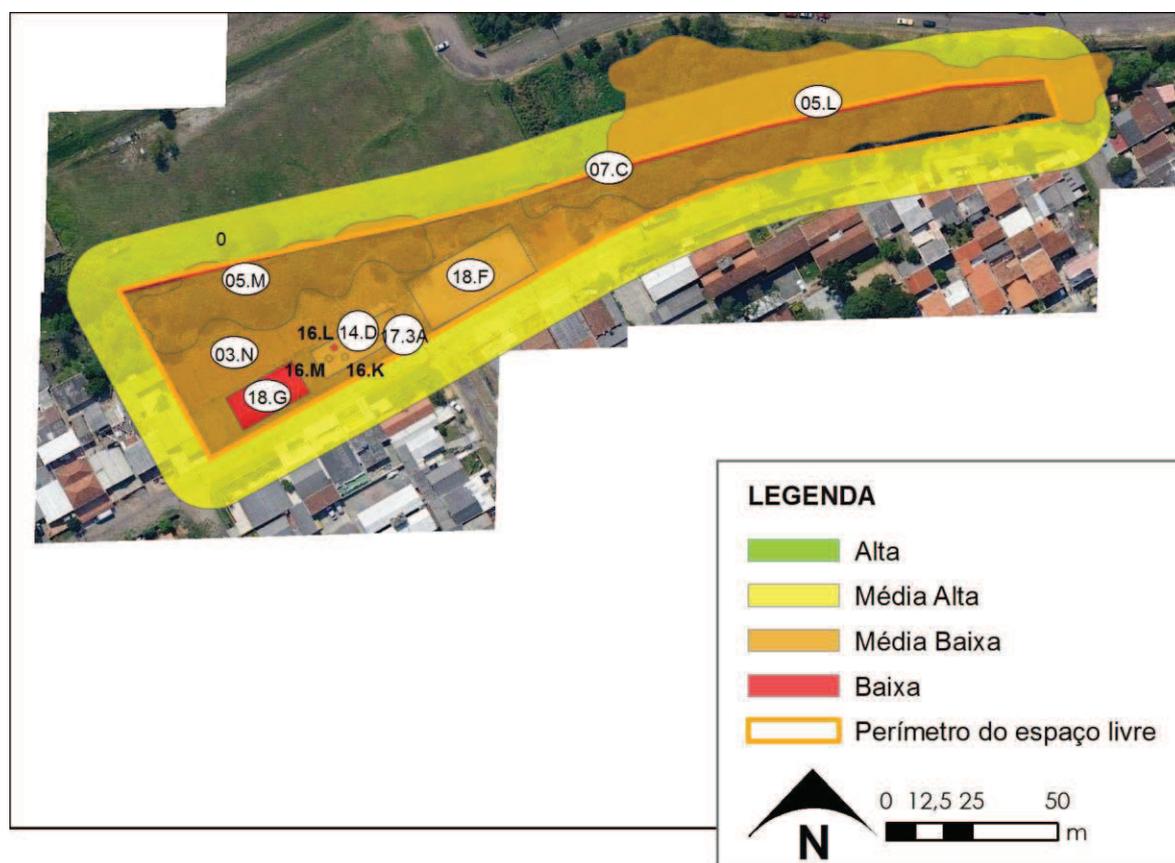
Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Assim como no caso do espaço livre 01 (Praça Verde Vale), esta área possui forte caráter residual (DE PAOLI, 2005), ainda que a relação com o entorno seja mais forte.

A praça possui quantidade razoável de equipamentos em comparação com a sua área, mas, conforme Cassou (2009) e Gomes (2012), essa maior quantidade não significa necessariamente mais elevado nível de qualidade, o que fica claro pelos resultados obtidos.

Por outro lado, Alex (2011) afirma que os espaços devem permitir diferentes formas de apropriação pelos usuários e isto está presente na concepção desta praça, que possui algumas áreas que permitem diversas opções de utilização.

Figura 35: Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Notas: Ver significado dos códigos no quadro anterior.  
Classe alta inexistente neste espaço.

#### 4.2.4 Espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos

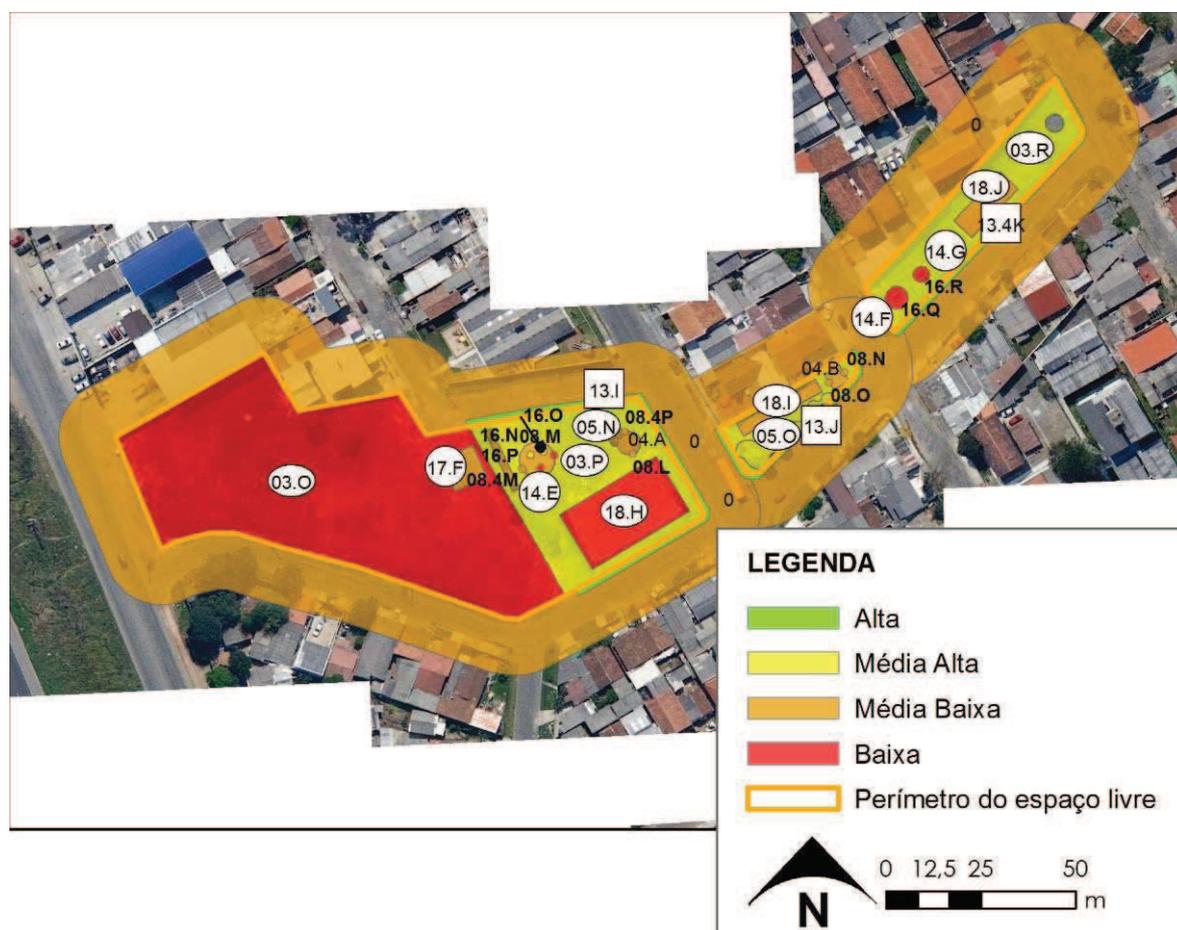
Os elementos presentes nesta praça (Quadro 8) determinam expressiva variação de qualidade entre compartimentos e equipamentos do mesmo tipo. Alguns componentes espaciais importantes, como a cancha esportiva, os bancos disponíveis e um grande espaço livre, recebem o conceito de baixa qualidade, o que impacta negativamente a análise da espacialização dos atributos (Figura 36).

Quadro 8: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	03.O	Espaço livre	Baixa
	03.P	Espaço livre	Média alta
	03.R	Espaço livre	Média alta
	04.A	Espaço de convivência	Média baixa
	04.B	Espaço de convivência	Média baixa
	05.N	Área arborizada	Média baixa
	05.O	Área arborizada	Média alta
	14.E	<i>Playground</i> (piso)	Média baixa
Equipamentos	13.I	Calçada adjacente	Alta
	13.J	Calçada adjacente	Alta
	13.4K	Calçada adjacente	Alta
	16.N	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	16.O	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	16.P	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	16.Q	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	16.R	Brinquedo <i>Playground</i>	Baixa
	17.B	Exercício de força	Média baixa
	17.F	Exercício de força	Média baixa
	18.H	Cancha esportiva	Baixa
	18.I	Cancha esportiva	Média baixa
	18.J	Cancha esportiva	Média baixa
	08.L	Banco	Média baixa
	08.M	Banco	Baixa
	08.N	Banco	Média baixa
	08.O	Banco	Média baixa
	08.4M	Banco	Média baixa
08.4P	Banco	Média baixa	
Outros	-	Entorno imediato	Média baixa

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 36: Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Ver significado dos códigos no quadro anterior.

Alex (2011) aponta que a utilização dos espaços se relaciona com a acessibilidade dos usuários, impactando diretamente na sua qualidade. Enquanto as áreas centrais e mais a leste da praça possuem forte relação com o entorno e com o sistema viário, a porção oeste, considerada de baixa qualidade, não tem boas condições de acessibilidade, fazendo fundos para diversos lotes e sem equipamentos que promovam o seu uso.

Esta praça possui diversos equipamentos, porém vários se encontram em níveis mais baixos de qualidade, corroborando a afirmação de Cassou (2009) e Gomes (2012), que afirmam que a quantidade de elementos não está relacionada com a qualidade espacial.

Gonçalves (2002) vincula a questão da manutenção à inserção espacial da praça em área periférica, onde tende a receber um tratamento menos eficiente e constante que as regiões centrais.

Lansky (2006) corrobora essa condição ao afirmar que as áreas centrais sofrem constante processo de renovação e valorização, enquanto as praças da periferia não possuem o mesmo nível de atenção do poder público.

#### 4.2.5 Espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas

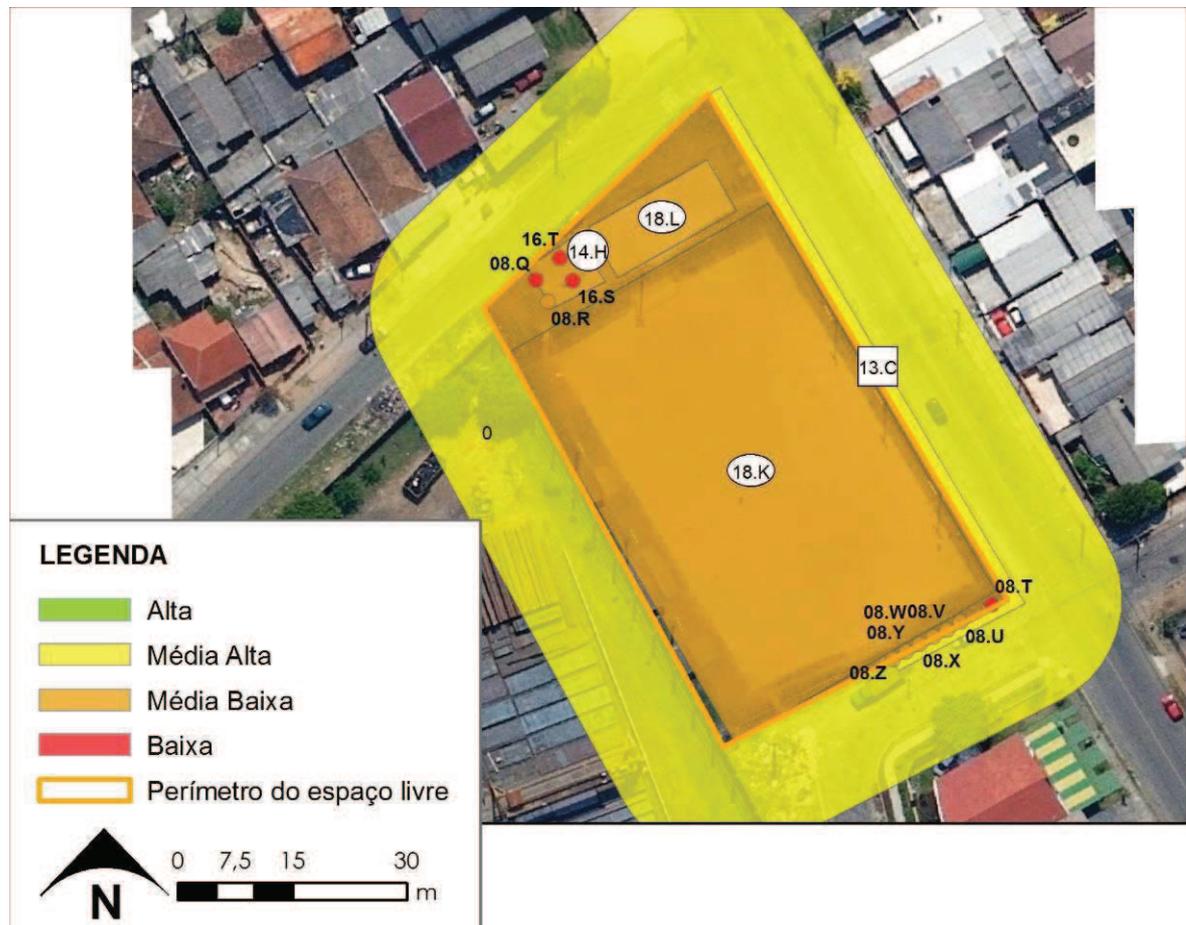
Os elementos analisados neste espaço (Quadro 9) apresentam desempenho desfavorável na análise qualitativa. Apenas ambientes externos ao seu perímetro (calçadas adjacentes e entorno imediato) recebem conceito médio alto. Os elementos internos à praça são classificados como de qualidade média baixa ou baixa (Figura 37).

Quadro 9: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	14.H	<i>Playground (Piso)</i>	Média baixa
Equipamentos	08.Q	Banco	Baixa
	08.R	Banco	Média baixa
	08.T	Banco	Baixa
	08.U	Banco	Média baixa
	08.V	Banco	Média baixa
	08.W	Banco	Média baixa
	08.X	Banco	Média baixa
	08.Y	Banco	Média baixa
	08.Z	Banco	Média baixa
	16.T	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	16.S	Brinquedo <i>playground</i>	Baixa
	18.K	Cancha esportiva	Média baixa
	18.L	Cancha esportiva	Média baixa
	13.C	Calçada adjacente	Média alta
Outros	-	Entorno imediato	Média alta

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 37: Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Notas: Ver significado dos códigos no quadro anterior.  
Classe alta inexistente neste espaço.

Cabe destacar que esta praça revela problemas em diversos itens que Bedimo-Rung et al. (2005) apontam como importantes para um espaço de qualidade. Além de possuir poucos elementos com claro caráter de uso, as condições de manutenção dos equipamentos existentes deixam muito a desejar.

Em termos gerais, o espaço possui pouca qualidade estética por conta dos seus elementos construídos e possui problemas de segurança. Essas características, aliadas à reduzida capacidade de adaptabilidade espacial a novos usos (ALEX, 2011), minimizam, de modo geral, os seus níveis qualitativos.

#### 4.2.6 Espaço livre 06 – Praça São Rafael

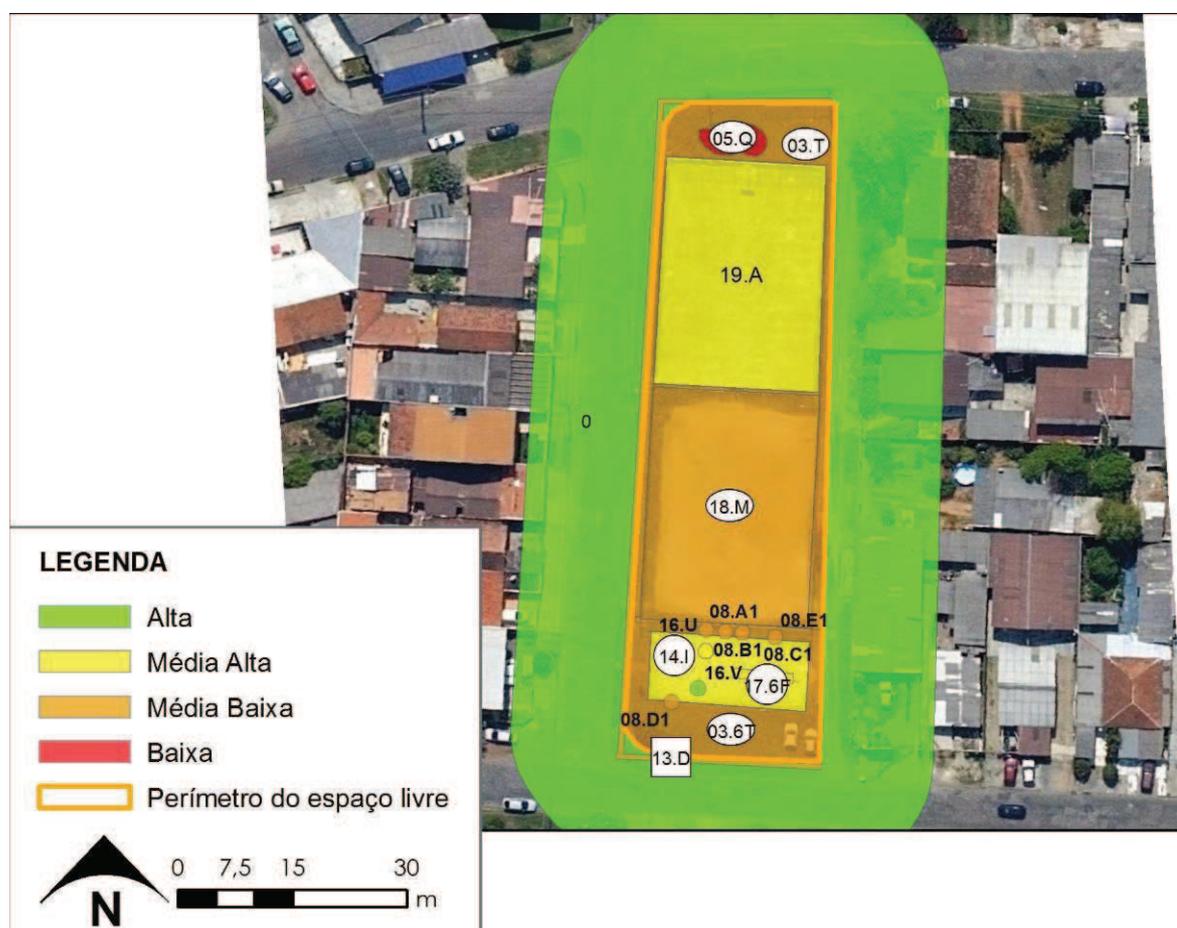
Vários elementos formadores deste espaço (Quadro 10) possuem bons resultados qualitativos, com vários itens enquadrados na classe média alta e outros na alta. Divergem dessa realidade, os bancos e a área arborizada presente na praça, que foram classificados como de média baixa qualidade (Figura 38).

Quadro 10: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 06 – Praça São Rafael

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	03.T	Espaço aberto	Média baixa
	03.6T	Espaço aberto	Média baixa
	05.Q	Área arborizada	Baixa
	14.I	<i>Playground</i> (piso)	Média alta
Equipamentos	13.D	Calçadas adjacentes	Média baixa
	16.U	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	16.V	Brinquedo <i>playground</i>	Alta
	17.6F	Exercício de força	Média alta
	18.M	Cancha esportiva	Média baixa
	19.A	Quadra esportiva	Média alta
	08.A1	Banco	Média baixa
	08.B1	Banco	Média baixa
	08.C1	Banco	Média baixa
	08.D1	Banco	Média baixa
	08.E1	Banco	Média baixa
Outros	-	Entorno imediato	Alta

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 38: Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 06 – Praça São Rafael



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Ver significado dos códigos no quadro anterior.

Neste espaço livre, destaca-se a maior qualidade de entorno que, embora aparentemente não interfira na condição interna, influencia seu nível de utilização, conforme evidenciado na subseção 4.3.2.6.

#### 4.2.7 Espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

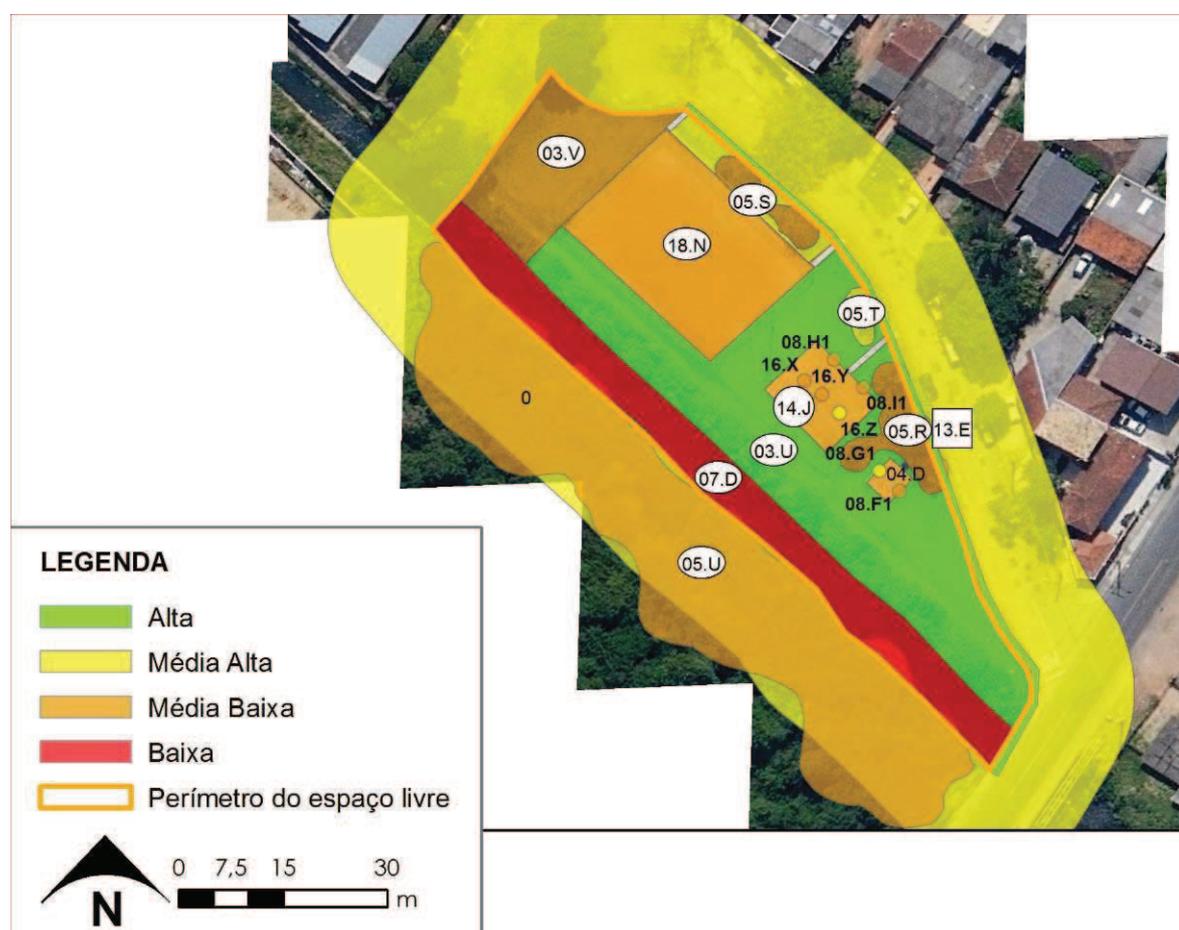
Ainda que o espaço aberto principal que configura esta praça e as calçadas adjacentes tenha um bom conceito, os demais equipamentos recebem reduzida qualificação (Quadro 11). Cabe destaque ao impacto negativo do rio neste trecho, com baixa classificação de qualidade (Figura 39), devido a problemas de qualidade da água e relações do corpo d'água com o espaço, tanto em questões visuais quanto de acesso.

Quadro 11: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	03.U	Espaço aberto	Alta
	03.V	Espaço aberto	Média baixa
	05.R	Área arborizada	Média baixa
	05.S	Área arborizada	Média baixa
	05.T	Área arborizada	Média alta
	05.U	Área arborizada	Média baixa
	07.D	Rio	Baixa
	04.D	Espaço de convivência	Média baixa
	14.J	<i>Playground</i> (piso)	Média baixa
Equipamentos	13.E	Calçada adjacente	Alta
	16.X	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.Y	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.Z	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	18.N	Cancha esportiva	Média baixa
	08.F1	Banco	Média baixa
	08.G1	Banco	Média alta
	08.H1	Banco	Média baixa
	08.I1	Banco	Média baixa
Outros	-	Entorno imediato	Média alta

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 39: Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Ver significado dos códigos no quadro anterior.

Esta área é um exemplo de espaço fragmentado conforme descrito por Medeiros et al. (2008), por possuir fortes barreiras entre classes sociais diversas, além de elementos naturais que reforçam essa segregação espacial.

#### 4.2.8 Espaço livre 08 – Parque Cambuí

De modo geral, o Parque Cambuí apresenta bons resultados de avaliação, tanto para seus equipamentos quanto para seus compartimentos (Quadro 12). De fato, diferenciam-se desses índices apenas alguns elementos pontuais carentes de manutenção e o próprio entorno (Figura 40).

Quadro 12: Classes de qualidade dos compartimentos e equipamentos disponíveis no espaço livre 08 – Parque Cambuí

Item	Código	Descrição	Qualidade
Compartimentos	01.H	Trilha pavimentada	Média alta
	01.I	Trilha pavimentada	Média alta
	01.K	Trilha pavimentada	Média alta
	01.L	Trilha pavimentada	Média alta
	01.M	Trilha pavimentada	Média alta
	01.N	Trilha pavimentada	Média alta
	01.O	Trilha pavimentada	Média alta
	01.P	Trilha pavimentada	Média alta
	01.Q	Trilha pavimentada	Média alta
	01.R	Trilha pavimentada	Média alta
	02.E	Caminhos	Alta
	02.F	Caminhos	Alta
	02.G	Caminhos	Alta
	03.Y	Espaço aberto	Alta
	03.Z	Espaço aberto	Alta
	03.A1	Espaço aberto	Alta
	03.B1	Espaço aberto	Alta
	03.C1	Espaço aberto	Alta
	03.D1	Espaço aberto	Alta
	03.E1	Espaço aberto	Alta
	03.F1	Espaço aberto	Média alta
	03.G1	Espaço aberto	Média alta
	03.H1	Espaço aberto	Média alta
	03.I1	Espaço aberto	Média alta
	03.J1	Espaço aberto	Média alta
	03.K1	Espaço aberto	Média alta
	03.L1	Espaço aberto	Média alta
	03.M1	Espaço aberto	Média alta
	03.N1	Espaço aberto	Média alta
	03.O1	Espaço aberto	Alta
	03.P1	Espaço aberto	Alta
	03.Q1	Espaço aberto	Média alta
	03.R1	Espaço aberto	Média alta
03.S1	Espaço aberto	Média baixa	
03.T1	Espaço aberto	Alta	

(Continua)

Fonte: Elaborado com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

(Continuação do Quadro 12)

Item	Código	Descrição	Qualidade
	03.U1	Espaço aberto	Média alta
	03.V1	Espaço aberto	Média alta
	03.W1	Espaço aberto	Média alta
	03.X1	Espaço aberto	Média alta
	03.Y1	Espaço aberto	Média alta
	03.Z1	Espaço aberto	Média alta
	04.E	Espaço de convivência	Média alta
	06.A	Lago	Média alta
	05.V	Área arborizada	Média alta
	05.W	Área arborizada	Média alta
	05.X	Área arborizada	Alta
	05.Y	Área arborizada	Média alta
	05.Z	Área arborizada	Alta
	05.A1	Área arborizada	Média alta
	05.B1	Área arborizada	Média alta
	05.C1	Área arborizada	Média alta
	05.D1	Área arborizada	Média alta
	05.E1	Área arborizada	Média baixa
	05.F1	Área arborizada	Média baixa
	07.E	Rio	Média baixa
	09.A	Vegetação não arbórea	Média baixa
	09.B	Vegetação não arbórea	Média baixa
	09.C	Vegetação não arbórea	Média baixa
	09.D	Vegetação não arbórea	Média baixa
	09.E	Vegetação não arbórea	Média baixa
	09.F	Vegetação não arbórea	Média baixa
	12.A	Estacionamento	Alta
	14.H	<i>Playground (piso)</i>	Média baixa
Equipamentos	11.C	Lixeira	Baixa
	11.D	Lixeira	Baixa
	11.E	Lixeira	Média baixa
	11.F	Lixeira	Média baixa
	11.G	Lixeira	Média baixa
	11.H	Lixeira	Média baixa
	11.G1	Lixeira	Média alta
	11.H1	Lixeira	Baixa
	11.F1	Lixeira	Média baixa
	13.F	Calçada adjacente	Alta
	13.H	Calçada adjacente	Alta

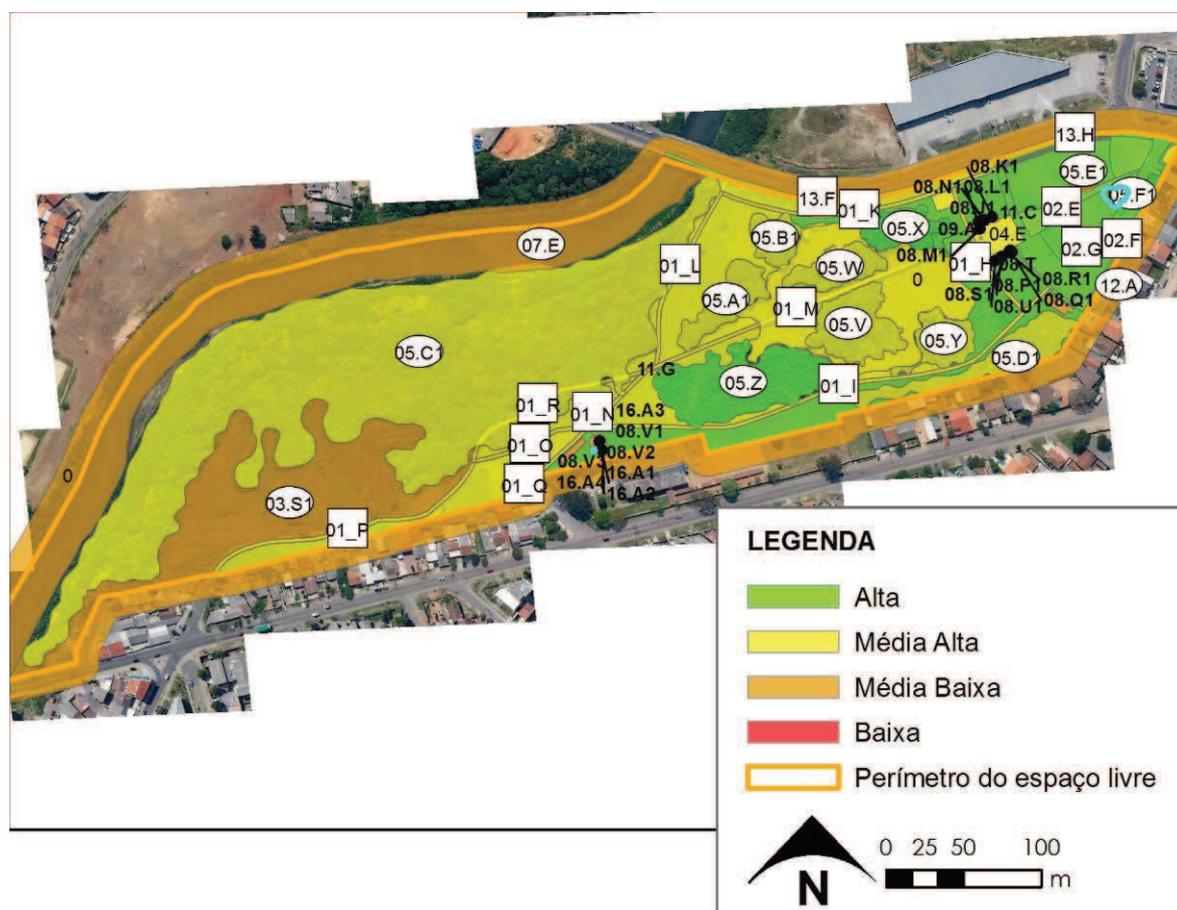
(Continua)

(Continuação do Quadro 12)

Item	Código	Descrição	Qualidade
	16.A1	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.A2	Brinquedo <i>playground</i>	Média baixa
	16.A3	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	16.A4	Brinquedo <i>playground</i>	Média alta
	17.C	Exercício de força	Média baixa
	17.D	Exercício de força	Média baixa
	17.E	Exercício de força	Média alta
	08.J1	Banco	Média alta
	08.K1	Banco	Média alta
	08.L1	Banco	Média alta
	08.M1	Banco	Média alta
	08.N1	Banco	Média alta
	08.P1	Banco	Média alta
	08.Q1	Banco	Média alta
	08.R1	Banco	Média alta
	08.S1	Banco	Média alta
	08.T	Banco	Média alta
	08.U1	Banco	Média alta
	08.V1	Banco	Média baixa
	08.V2	Banco	Média baixa
	08.V3	Banco	Média baixa
Outros	-	Entorno imediato	Média baixa

(Conclusão)

Figura 40: Imagem aérea com mapeamento de classificação de qualidade do espaço livre 08 – Parque Cambuí



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Ver significado dos códigos no quadro anterior.

O parque possui uma grande adaptação de usos dentro de seus espaços, o que auxilia na conformação de um espaço de qualidade (ALEX, 2011; GOMES, 2012). As áreas de maior qualidade possuem uma forte interação entre os espaços e equipamentos, colaborando positivamente na percepção de qualidade da área (BEDIMO-RUNG et al., 2005). As áreas de menor qualidade não possuem esse mesmo nível de interação nem de possibilidade de apropriação pelos usuários.

#### 4.2.9 Classificação geral

Quando todos os espaços são analisados em conjunto, classificados como compartimentos ou como equipamentos, sobressaem os níveis intermediários de qualidade.

Na comparação entre as duas tipologias analisadas, melhores posições foram registradas para os compartimentos, com 61,4% dos elementos nas classes média alta e alta.

No caso dos equipamentos, essa proporção cai para 30,6%. Quando os dois itens são somados, há destaque da classificação na faixa média baixa, responsável por 45,0% do total. A Tabela 13 apresenta a somatória e os percentuais por nível de qualidade dos compartimentos e equipamentos analisados.

Tabela 13: Classificação geral de qualidade dos espaços livres por compartimentos, equipamentos e total

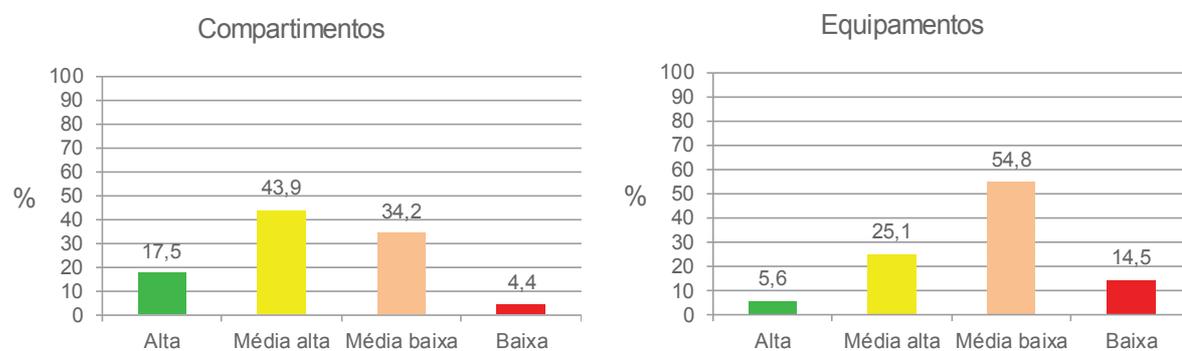
Qualidade	Compartimentos	%	Equipamentos	%	TOTAL	%
Alta	20	17,5	7	5,6	27	11,3
Média alta	50	43,9	31	25,1	81	34,0
Média baixa	39	34,2	68	54,8	107	45,0
Baixa	5	4,4	18	14,5	23	9,7
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>100,0</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>	<b>238</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Analisando os itens individualmente (Figura 41), percebe-se, para os compartimentos, tendência de concentração da qualidade nas faixas intermediárias, notadamente média alta e média baixa, as quais respondem, respectivamente, por aproximadamente 43,9% e 34,2% do total.

No caso dos equipamentos, ainda que a classe média alta continue representativa, o aumento considerável no número de elementos inseridos na baixa e a forte representatividade da média baixa apontam para a redução do nível qualitativo geral, conforme gráficos de classificação de ambos os elementos apresentados na Figura 41.

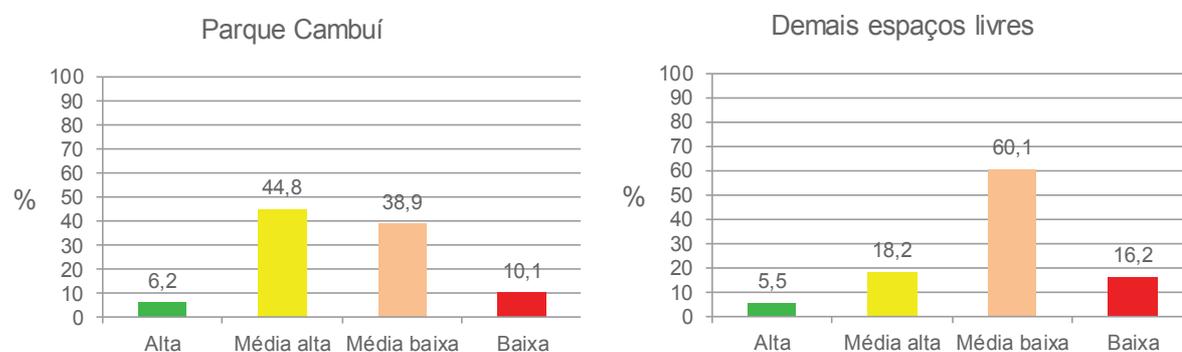
Figura 41: Gráficos de classificação geral de qualidade dos espaços livres selecionados por compartimentos e equipamentos



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Quando separados os resultados de classificação do Parque Cambuí do restante dos espaços livres, nota-se acentuada discrepância de qualidade espacial, pois este local possui indicadores mais elevados de alto e médio alto padrões qualitativos, enquanto os demais apresentam maior quantidade de compartimentos e equipamentos de média baixa e baixa classificação (Figura 42).

Figura 42: Gráficos de classificação de qualidade do Parque Cambuí e dos demais espaços livres



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.2 – Qualificação dos espaços livres selecionados: observação direta.

Assim, é possível inferir que a qualidade espacial, associada a outros fatores, está diretamente relacionada com o nível de utilização dos locais. Conforme consta na próxima subseção da pesquisa (4.3 – Utilização dos espaços livres selecionados), o Parque Cambuí é, proporcionalmente, muito mais frequentado do que os demais espaços.

Pode-se vincular a maior qualidade do Parque Cambuí à sua melhor legibilidade espacial nos moldes do conceito proposto por Lynch (2011). De fato, em

comparação com os demais espaços livres, o parque também possui melhores condições de estrutura e significado, com maior relevância no contexto do sistema de espaços livres da região.

Em uma visão sistêmica, Leite (2011) identifica uma relação entre espaços livres baseada nos processos sociais ocorrentes no território e nas interações entre o público e o privado. Fica nítido o maior valor atribuído ao parque neste sistema, por parte tanto do poder público quanto dos usuários.

Assim, ainda que não esteja em um local elitizado, o parque pode ser visto como um lugar privilegiado no contexto das áreas analisadas pela presente pesquisa, sendo alvo de maior cuidado pelos gestores públicos, o que vem ao encontro das acepções de De Paoli (2005), Gonçalves (2002) e Lansky (2006). Para estes autores, espaços mais referenciais tendem a receber mais atenção que aqueles de menor importância.

Essa situação gera uma um círculo virtuoso nas condições espaciais: um maior grau de utilização reflete uma melhor qualidade, e uma melhor qualidade reflete um maior grau de utilização. Conforme White (1980), locais de maiores níveis qualitativos atraem mais pessoas, as quais, por sua vez, ainda atraem outras. Com vistas à interpretação desse contexto, o tópico seguinte aborda o padrão de utilização dos espaços selecionados.

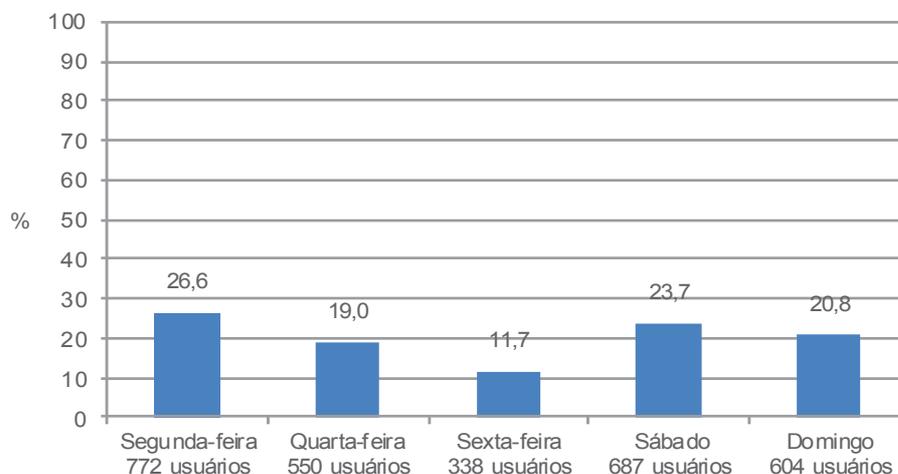
#### 4.3 UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES SELECIONADOS

Conforme apresentado na subseção 2.1 – Abrangência, a área de estudo contempla um compartimento do bairro CIC, no qual estão inseridos sete espaços livres (praças, incluindo jardinetes) e um parque. Esta subseção expõe os resultados do levantamento do perfil da sua utilização.

##### 4.3.1 Perfil geral

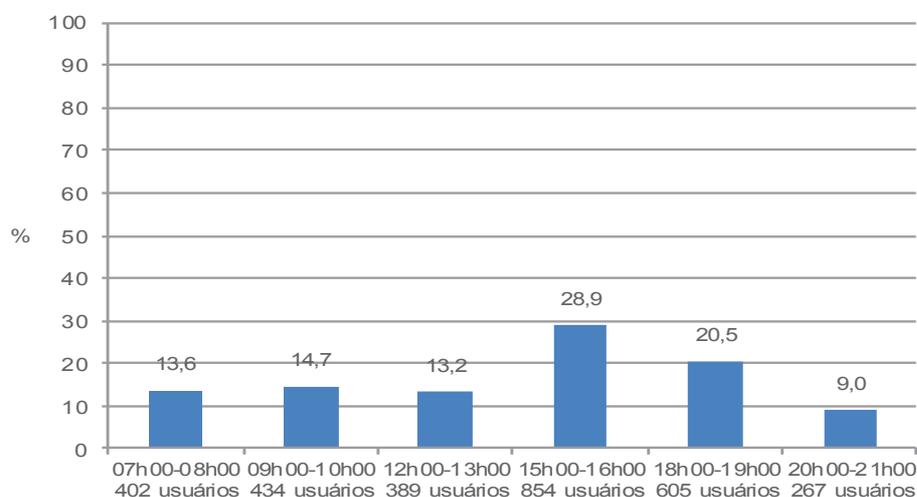
No total, foram levantados 2.951 usuários nos oito espaços durante os cinco dias (Figura 43) e nos seis horários de levantamento (Figura 44).

Figura 43: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários dos espaços livres selecionados por dia de utilização



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Figura 44: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários dos espaços livres selecionados por horário de utilização



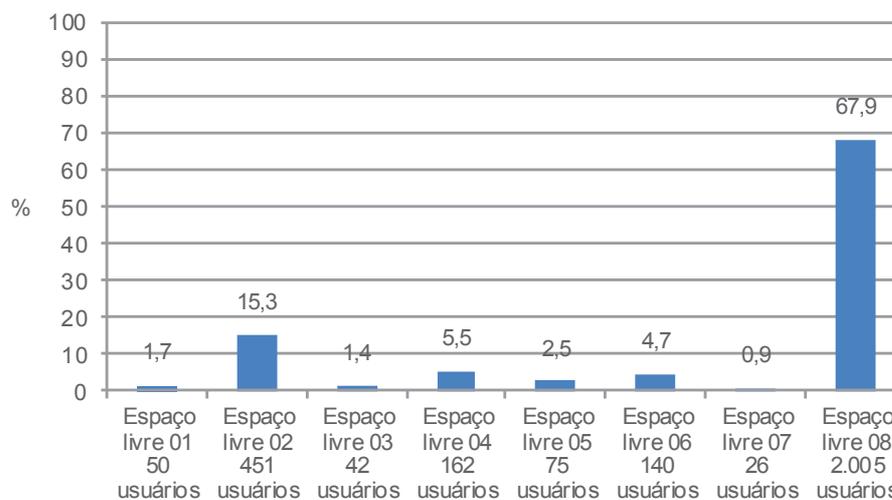
Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

É interessante notar que, ao contrário ao que se poderia esperar, a segunda-feira se destaca no número de usuários, seguida pelos dias de fim de semana, estes praticamente empatados.

Com relação aos horários de utilização, predominam os períodos vespertinos que, somados, chegam a praticamente metade de todos os visitantes. Conforme White (1980), a preferência pelo horário de frequência está relacionada com a conformação do entorno. Nota-se que o perfil residencial das vizinhanças dos espaços de análise impacta na sua maior utilização nos períodos da tarde e da noite. Isso se dá pelo perfil do bairro de habitação voltada às classes trabalhadoras relacionadas com a indústria, que têm seu tempo livre fora do horário comercial ou nos finais de semana.

A quantidade de usuários varia significativamente de acordo com o espaço livre estudado. Como esperado, o Parque Cambuí concentra a grande maioria dos usuários. Por outro lado, em alguns locais, surpreende o reduzido número de visitantes, a exemplo do 01 – Praça Vale Verde, do 03 – Praça Jocelina Dias de Melo – e do 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira.

Figura 45: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de usuários levantados por espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Notas:

- Espaço livre 01 = Praça Vale Verde
- Espaço livre 02 = Praça Gregório Piatkowski
- Espaço livre 03 = Praça Jocelina Dias de Melo
- Espaço livre 04 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
- Espaço livre 05 = Praça da Rua Darci Vargas
- Espaço livre 06 = Praça São Rafael
- Espaço livre 07 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira
- Espaço livre 08 = Parque Cambuí

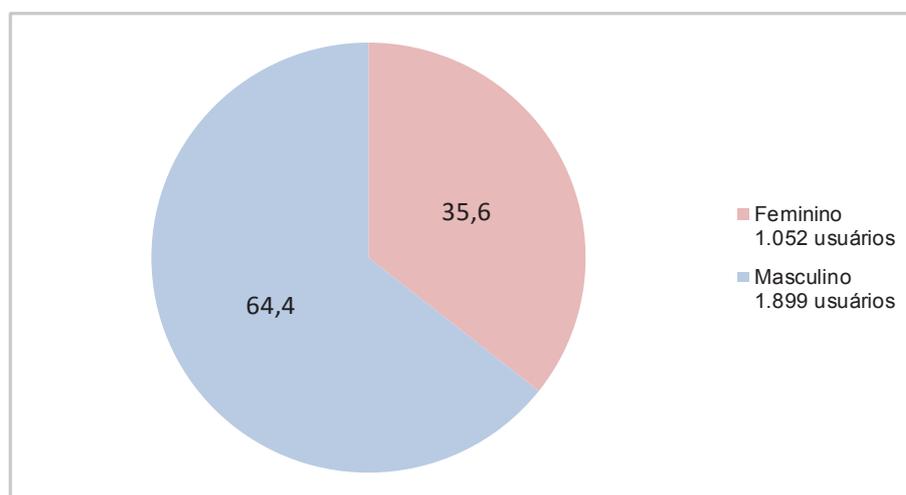
Conforme diagnosticado no item 4.2.9 – Classificação geral, o Parque Cambuí possui maior relevância no contexto do sistema de espaços livres da região, fazendo com que tenha público mais expressivo. Excetuando-se este caso, destaca-se o grande número de usuários do espaço livre 02 (Praça Gregório Pietkowski).

Essa situação pode ser explicada pelo fato deste local englobar alguns dos itens apontados por Bedimo-Rung et al. (2005) como importantes para que um lugar seja frequentado: boa variação de elementos com usos diferentes (canchas esportivas, *playground* etc.); área mais utilizada com razoável nível de manutenção; existência de vários acessos; e recepção de alguns eventos promovidos pela administração pública que ajudam na atração de pessoas para a praça.

Ainda que não atenda integralmente os itens propostos por Bedimo-Rung et al. (2005), este espaço é capaz de contemplar um número de elementos muito maior que os demais em análise.

A classificação por gênero apresenta forte predomínio do público masculino, que responde por mais de 64% de todos os usuários dos espaços (Figura 46).

Figura 46: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros dos usuários dos espaços livres selecionados



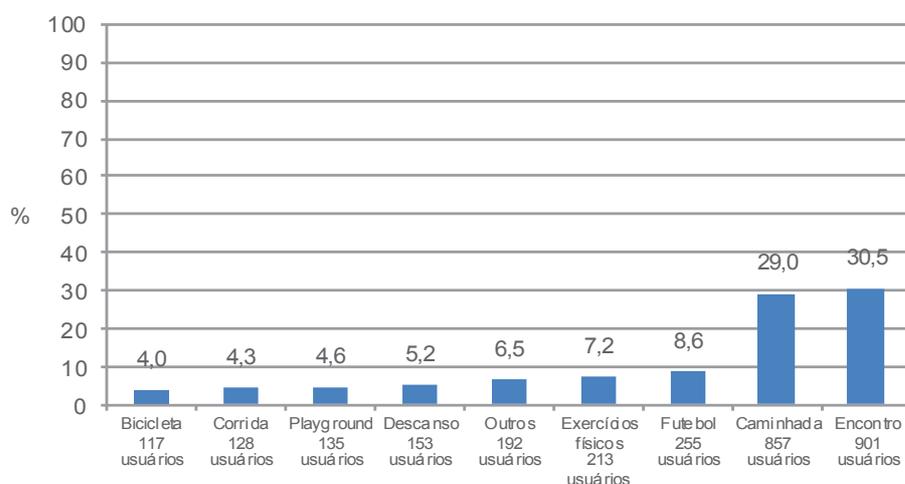
Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

White (1980) expõe que as mulheres tendem a ser mais seletivas na escolha dos locais que frequentam, sendo mais sensíveis aos problemas neles ocorrentes. Assim, os de maior grau qualidade tendem a ser mais usados pelo

gênero feminino. Por decorrência, este é mais um indício da reduzida qualidade dos espaços de análise.

Na etapa de levantamentos de campo, foram identificadas 23 atividades diferentes realizadas nos espaços livres, diagnosticando-se os fortes predomínios do encontro e da caminhada. Entre os usos esportivos, destaca-se o futebol (Figura 47).

Figura 47: Gráfico de quantidade e proporcionalidade das principais atividades realizadas pelos usuários nos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

White (1980) aponta a tradicional vocação dos espaços livres como áreas de encontro, o qual ocorre de diversas maneiras e por variados grupos. Lynch (2007) também entende as praças como os principais locais de reunião e de práticas sociais. Os espaços livres estudados mantêm essas aptidões, porém incorporam outras atividades de lazer, comuns às praças e parques concebidos sob o pensamento vigente no século XX de multifuncionalidade (COSTA, 2011). Assim, destacam-se os usos para lazer e atividades físicas diversas, em áreas que, por sua conformação espacial e importância para a população, são ideais para essas práticas (CASSOU, 2009).

Outro dado relevante identificado a partir dos levantamentos de campo diz respeito à atividade predominante dos usuários no espaço livre, tanto adultos quanto crianças e adolescentes, sujeitos ao consumo de drogas (lícitas e ilícitas). Em todas as 247 situações de risco levantadas, os frequentadores se apropriavam do local para encontros. Nenhuma prática de lazer ativo ocorreu acompanhada do consumo

dessas substâncias. Nota-se, também, que, em nenhum momento, foram identificados indivíduos consumindo drogas sozinhos, mostrando a preferência pela sua utilização em grupos.

A classificação por faixa etária identifica o predomínio de uso dos espaços por adultos. Ainda assim, o público alvo da presente pesquisa (crianças e adolescentes) responde por 46,0% do total de usuários (Tabela 14), equivalendo, praticamente, à proporção do grupo anterior.

Tabela 14: Quantidade e proporcionalidade de faixas etárias dos usuários dos espaços livres selecionados

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Proporção (%)</b>
Crianças (0 a 12 anos)	565	19,2
Adolescentes (12 a 18 anos)	792	26,8
Adultos (18 a 60 anos)	1.392	47,2
Idosos (acima de 60 anos)	202	6,8
<b>TOTAL</b>	<b>2.951</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

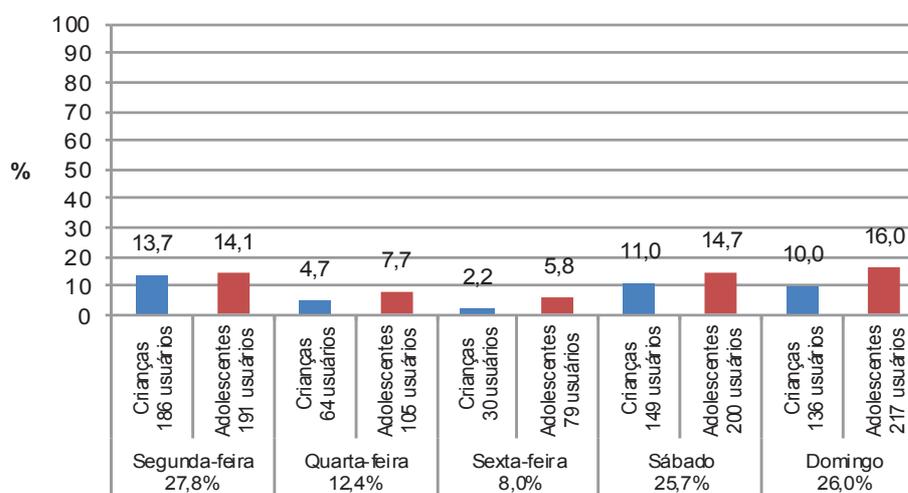
De fato, os espaços livres se apresentam como *loci* importantes para o desenvolvimento das relações sociais das crianças e adolescentes (OLIVEIRA, 2006), o que explica a sua grande proporção nos locais em estudo. Destaca-se, também, a importância das praças e parques na garantia de direitos fundamentais do público alvo. Nesse âmbito, cabe ressaltar o de “brincar”, que, diretamente relacionado com o direito à infância e à liberdade (FRANCO, 2008), encontra meio para se fazer presente nos espaços livres, ainda que esta atividade esteja sofrendo um processo de migração do ambiente público para o privado (RODRIGUES, 2009).

Atendendo ao objetivo geral da pesquisa, o tópico seguinte expõe o detalhamento da análise de padrões de uso dos espaços livres por crianças e adolescentes.

### 4.3.2 Perfil de crianças e adolescentes

Conforme já apresentado, a contagem de usuários dos espaços livres identificou 1.357 crianças e adolescentes frequentando as praças e o parque nos dias de levantamento, sendo a maior utilização correspondente à segunda-feira, ao domingo e ao sábado (Figura 48).

Figura 48: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes usuários dos espaços livres selecionados por dia de utilização

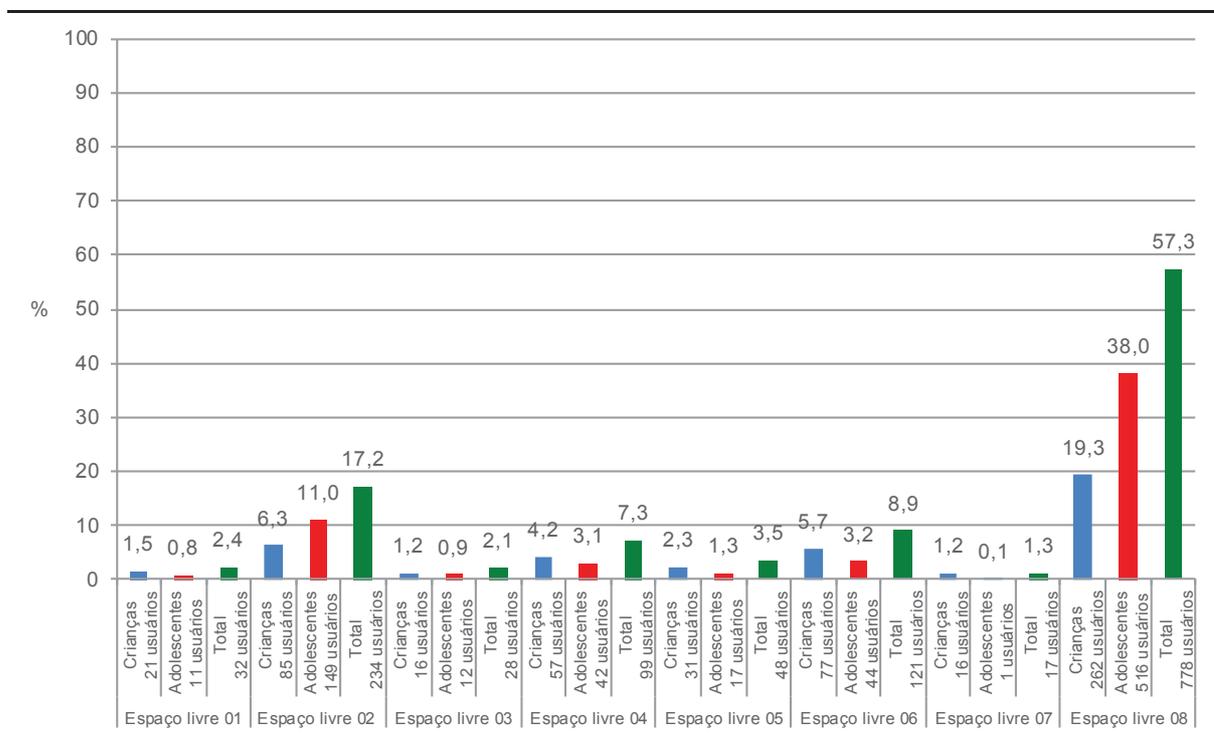


Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Notas: Terça-feira e quinta-feira não incluídas no levantamento (ver subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta).  
Valores em porcentagem inseridos sob o dia de utilização: referentes às duas faixas etárias.

Ainda que a segunda-feira tenha se destacado como um importante dia de utilização por crianças e adolescentes, o fim de semana ainda responde por cerca de 52% das ocorrências de uso. A distribuição de crianças e adolescentes pelos espaços objetos de estudo segue o mesmo padrão do público geral, com predomínio de utilização do Parque Cambuí, seguido pelos espaços livres 02 – Praça Gregório Piatkowski – e 06 – Praça São Rafael.

Figura 49: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes identificados nos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

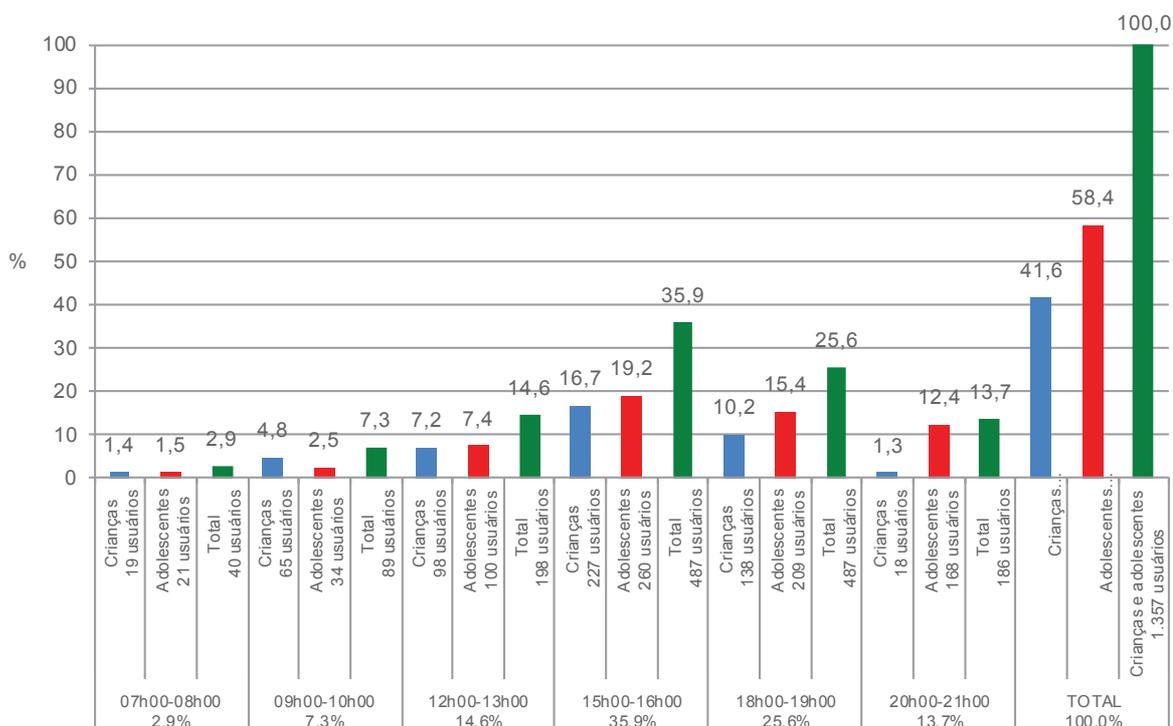
Notas:

- Espaço livre 01 = Praça Vale Verde
- Espaço livre 02 = Praça Gregório Piatkowski
- Espaço livre 03 = Praça Jocelina Dias de Melo
- Espaço livre 04 = Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos
- Espaço livre 05 = Praça da Rua Darci Vargas
- Espaço livre 06 = Praça São Rafael
- Espaço livre 07 = Praça da Rua Joana Maria Ferreira
- Espaço livre 08 = Parque Cambuí

No que diz respeito aos horários de utilização, há uma diferença importante no perfil de crianças e adolescentes. Enquanto as primeiras tendem ao uso vespertino, os adolescentes o estendem até a noite (Figura 50). Além disso, os períodos matutinos foram os menos demarcados, tanto para crianças quanto para adolescentes, chegando a cerca de 10% do total.

A classificação por gênero mostra a continuidade do padrão de utilização predominantemente masculina. Tanto no caso das crianças quanto dos adolescentes, o número de usuários desse sexo é muito superior que o feminino, com a diferença chegando a quase o triplo no caso dos últimos (Figura 51).

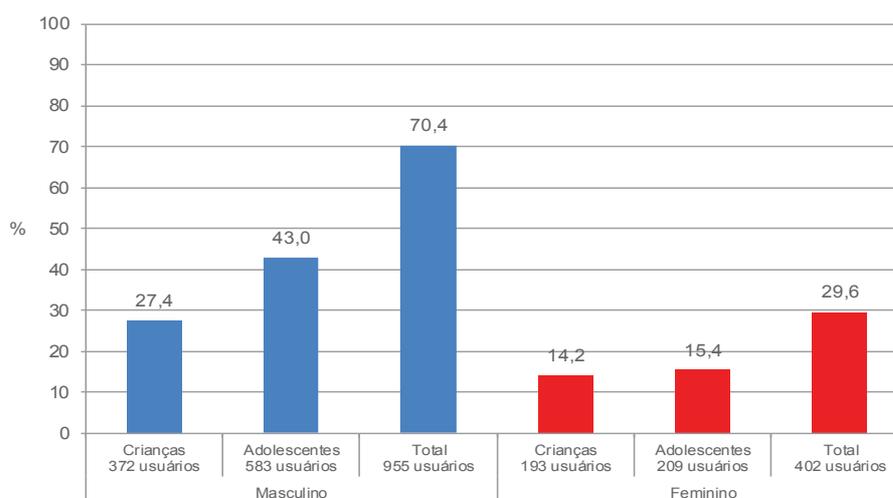
Figura 50: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes usuários dos espaços livres selecionados por horário de utilização



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Valores em porcentagem inseridos sob o horário de utilização: referentes às duas faixas etárias.

Figura 51: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de gêneros de crianças e adolescentes usuários dos espaços livres selecionados

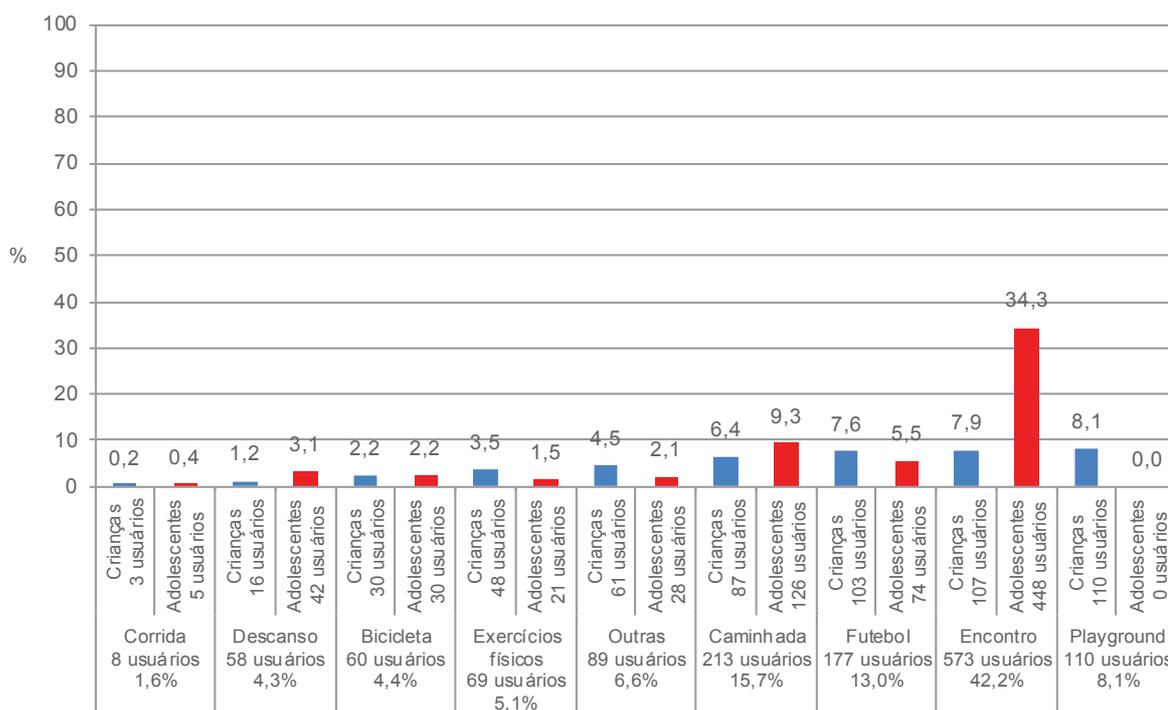


Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Destaca-se mais uma vez a predominância de homens nos espaços livres de análise, a despeito da pirâmide etária da regional apresentar equilíbrio populacional entre os dois gêneros. Retomando o conceito de White (1980), este resultado mostra que há algum problema com o espaço que faz com que crianças e adolescentes do sexo feminino não se sintam confortáveis para frequentá-los.

O levantamento das atividades realizadas pela população alvo traz alguns resultados interessantes. Para as crianças, estão mais diluídas, com quatro usos se destacando: *playground* (8,1%), encontro (7,9%), futebol (7,6%) e caminhada (6,4%). No caso dos adolescentes, um item se sobrepõe sobremaneira dos demais, pois a utilização dos espaços para encontros com outros indivíduos somou 34,3%; na sequência, aparecem a caminhada (9,3%) e o futebol (5,5%) (Figura 52).

Figura 52: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de atividades praticadas por crianças e adolescentes nos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Valores em porcentagem inseridos sob as atividades praticadas: referentes às duas faixas etárias.

A ênfase na atividade de encontro por parte dos adolescentes está relacionada com o perfil dessa faixa etária, que interpreta os espaços livres como locais de interação social com seus pares (OLIVEIRA, 2006).

No caso das crianças, a evidência do uso de *playground* é explicada pela preferência dos indivíduos até dez anos em brincadeiras nesse tipo de local (ABBUD, 2006; FLORES, 2011).

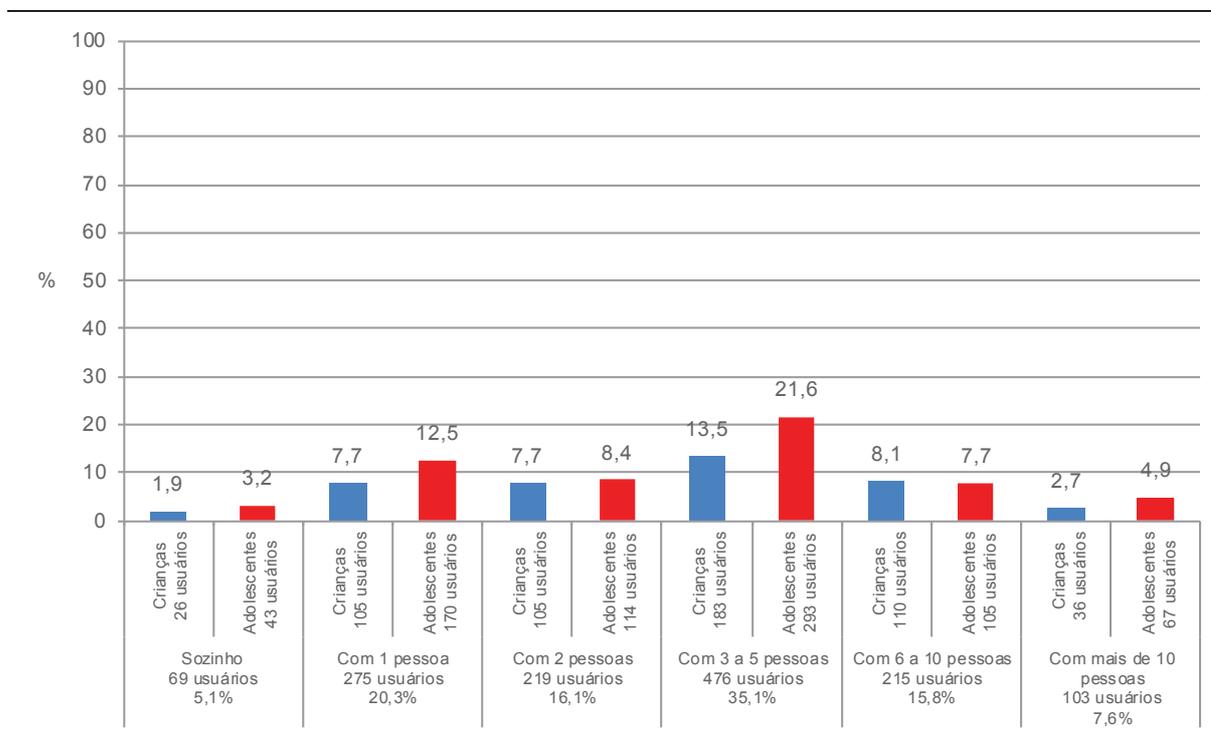
O futebol aparece como atividade física intensamente realizada por crianças e adolescentes. De fato, o interesse por atividades físicas surge na faixa dos dez aos doze anos e se prolonga por toda a adolescência (FLORES, 2011).

Cabe, também, a avaliação da variedade de atividades realizadas pelo público alvo nos espaços de análise. A forma como as crianças se apropriam das áreas tende a não seguir muitas regras de utilização, uma vez que são mais propensas a adaptar os ambientes ludicamente às suas brincadeiras (COELHO et al., 2006).

Os adolescentes, por sua vez, tendem a adaptar os locais à sua necessidade de encontro. Assim, *playgrounds*, escadarias ou floreiras podem se tornar importantes para reunião desses grupos (OLIVEIRA, 2006).

O destaque da utilização espacial para encontros condiz com os resultados obtidos sobre o nível de sociabilidade dos indivíduos, obtidos por meio de levantamentos do número de crianças e adolescentes que o utilizam sozinhas ou acompanhadas, bem como da quantidade de indivíduos nos grupos. Tanto para crianças quanto para adolescentes, é reduzida a proporção de usuários desacompanhados. Além disso, no caso dos segundos, são comuns conjuntos numerosos, ou seja, com mais de dez elementos (Figura 53).

Figura 53: Gráficos de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes segundo condição de acompanhamento nos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nota: Valores em porcentagem inseridos sob a condição de acompanhamento: referentes às duas faixas etárias.

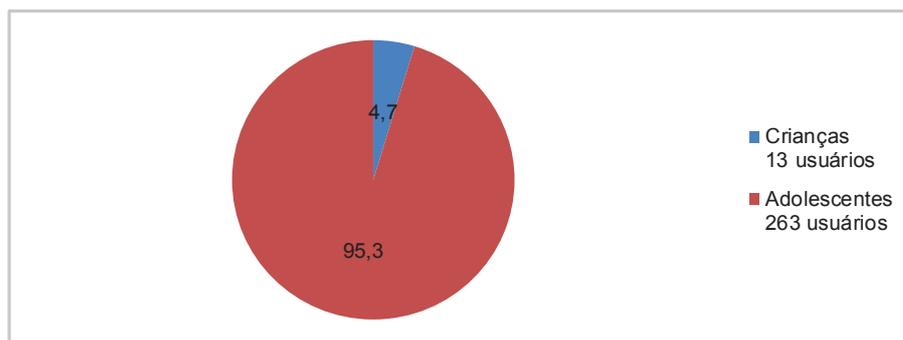
O predomínio de atividades do público alvo em grupo pode ser explicado pela sua necessidade de se agregar com seus pares, principalmente no caso dos adolescentes (FLORES, 2011).

As crianças até oito anos preferem atividades mais solitárias, mas gostam de estar em grupo e necessitam de supervisão. Flores (2011) também afirma que há um período de transição, que ocorre dos dez aos doze anos de idade, onde a criança passa a valorizar mais o contato social em detrimento das atividades individuais, ao mesmo tempo em que passa a se interessar mais por práticas esportivas.

Os adolescentes, por sua vez, entendem o espaço livre como áreas oportunas para se relacionar com os seus pares (OLIVEIRA, 2006). O baixo número de pessoas que frequentam sozinhas o espaço também pode ser explicado pela relativa sensação de insegurança em muitos dos locais analisados.

No que diz respeito à identificação de situações de risco nos espaços livres, os resultados também diferem muito entre crianças e adolescentes. Em termos proporcionais à população estudada, percebe-se um claro predomínio de situações de risco entre os adolescentes (Figura 54).

Figura 54: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de crianças e adolescentes em situação de risco nos espaços livres selecionados

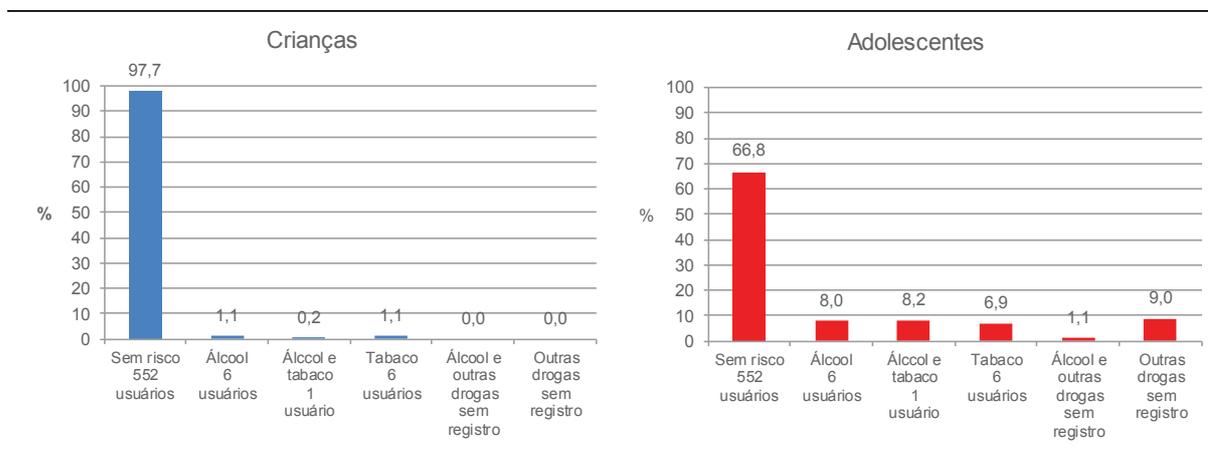


Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Praticamente um terço desses últimos se encontra relacionado à utilização de substâncias psicoativas. Para aquelas, este número corresponde a menos de 3% do total.

A Figura 55 apresenta a diferenciação de uso das substâncias psicoativas por crianças e adolescentes nos espaços livres de estudo. Verifica-se que, entre as primeiras, foi identificado apenas o consumo de álcool e tabaco, associados ou não. Entre os segundos, aparecem outros tipos de drogas, respondendo por mais de 10% das ocorrências registradas. Ao se comparar este valor com o resultado obtido pela Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, com foco na população em idade escolar nas principais capitais nacionais, nota-se que há relativa proximidade com o índice nacional (7,3%), ao mesmo tempo em que o valor encontrado pela presente pesquisa se encontra pouco abaixo da média de Curitiba (14,4%) (IBGE, 2013). Essa diferença revela um indício de que os espaços livres não contribuem, necessariamente, para o aumento da atividade de consumo de substâncias ilícitas, independente da sua qualidade, a qual acontece nesses locais do mesmo modo e intensidade que ocorre em outras áreas da cidade.

Figura 55: Gráfico de proporcionalidade de atividades de risco envolvendo o uso de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes nos espaços livres selecionados



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Mais uma questão pertinente a ser destacada é que a ampla maioria dessas práticas envolve a utilização do álcool, isoladamente ou associada a outro tipo de droga. No caso das crianças, esteve presente em pouco mais da metade das situações constatadas, enquanto entre os adolescentes foi diagnosticada em quase 52% das atividades de risco levantadas.

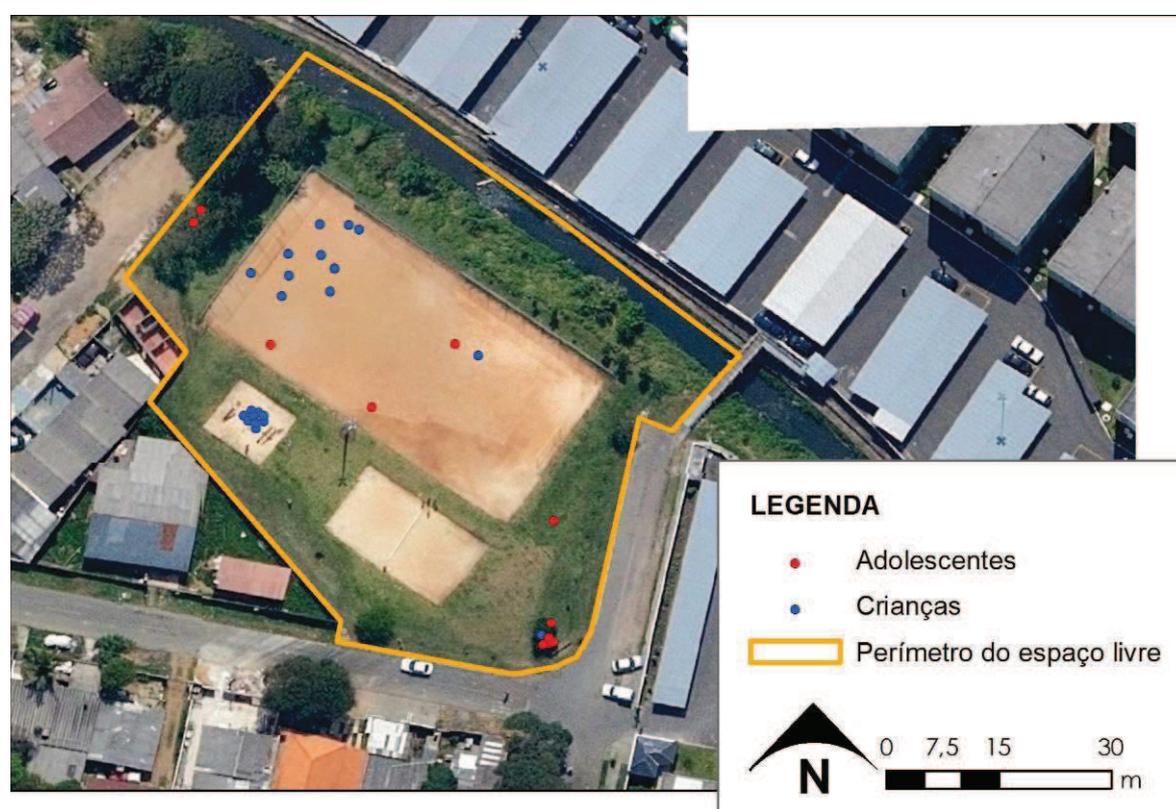
A elevada utilização de substâncias psicoativas por crianças e adolescentes é explicada por Paulilo e Jeolás (2000), que identificam essas faixas etárias, principalmente a segunda, como aquelas em que os indivíduos mais se sujeitam a comportamentos de risco.

Para análise mais aprofundada dos resultados e adequada caracterização da relação entre o público alvo e os locais em análise, os tópicos seguintes apresentam a espacialização dos pontos referentes aos usuários por espaço livre e de acordo com características de uso e risco.

#### 4.3.2.1 Espaço livre 01 – Praça Vale Verde

Este espaço foi um dos menos utilizados pelo público alvo no período de levantamento, contabilizando apenas 21 crianças e 11 adolescentes. De maneira geral, a concentração das primeiras ocorre no equipamento esportivo (canha de areia) e no de lazer (*playground*), enquanto os segundos apresentam um comportamento mais disperso (Figura 56)

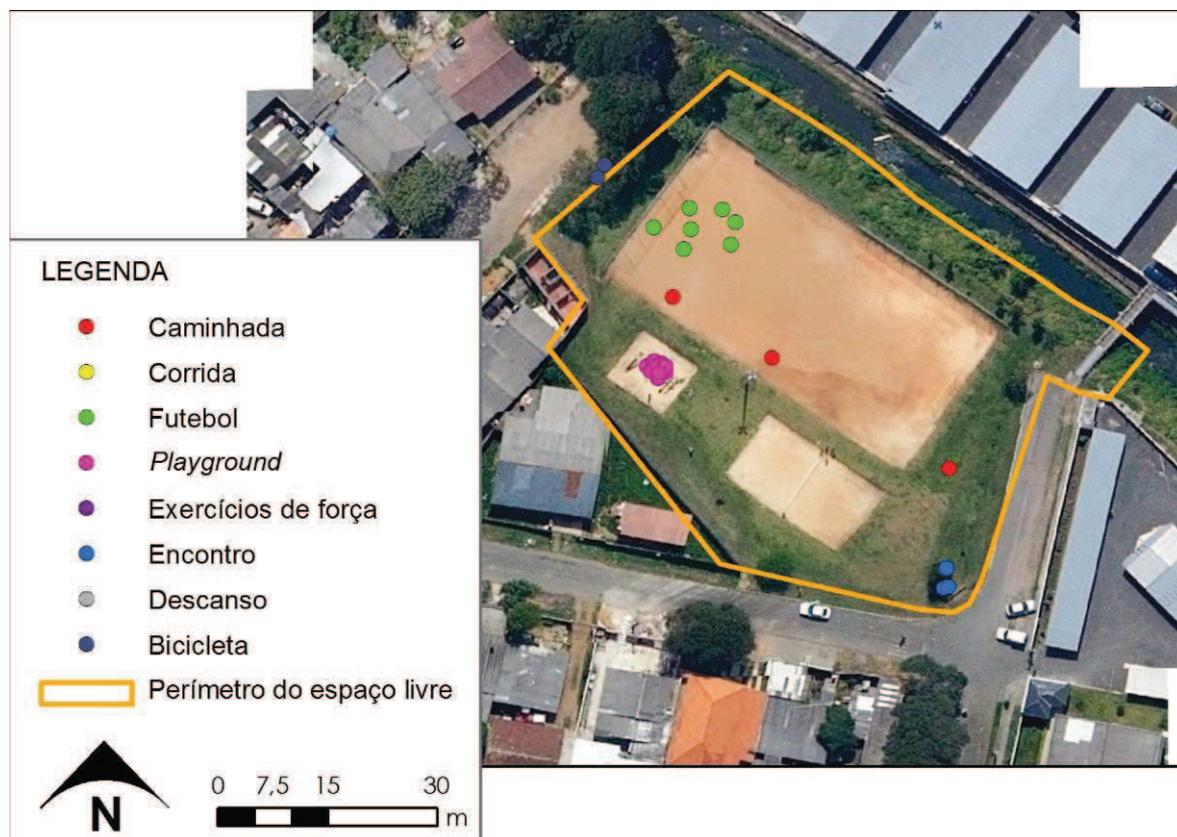
Figura 56: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 01 – Praça Vale Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Especificamente, as atividades desenvolvidas nesta praça se concentram no uso do *playground* pelas crianças e em prática esporádica de futebol pelos adolescentes. Os poucos encontros, comuns aos últimos, ocorrem sob a sombra de um pequeno maciço arbóreo localizado na porção sul (Figura 57).

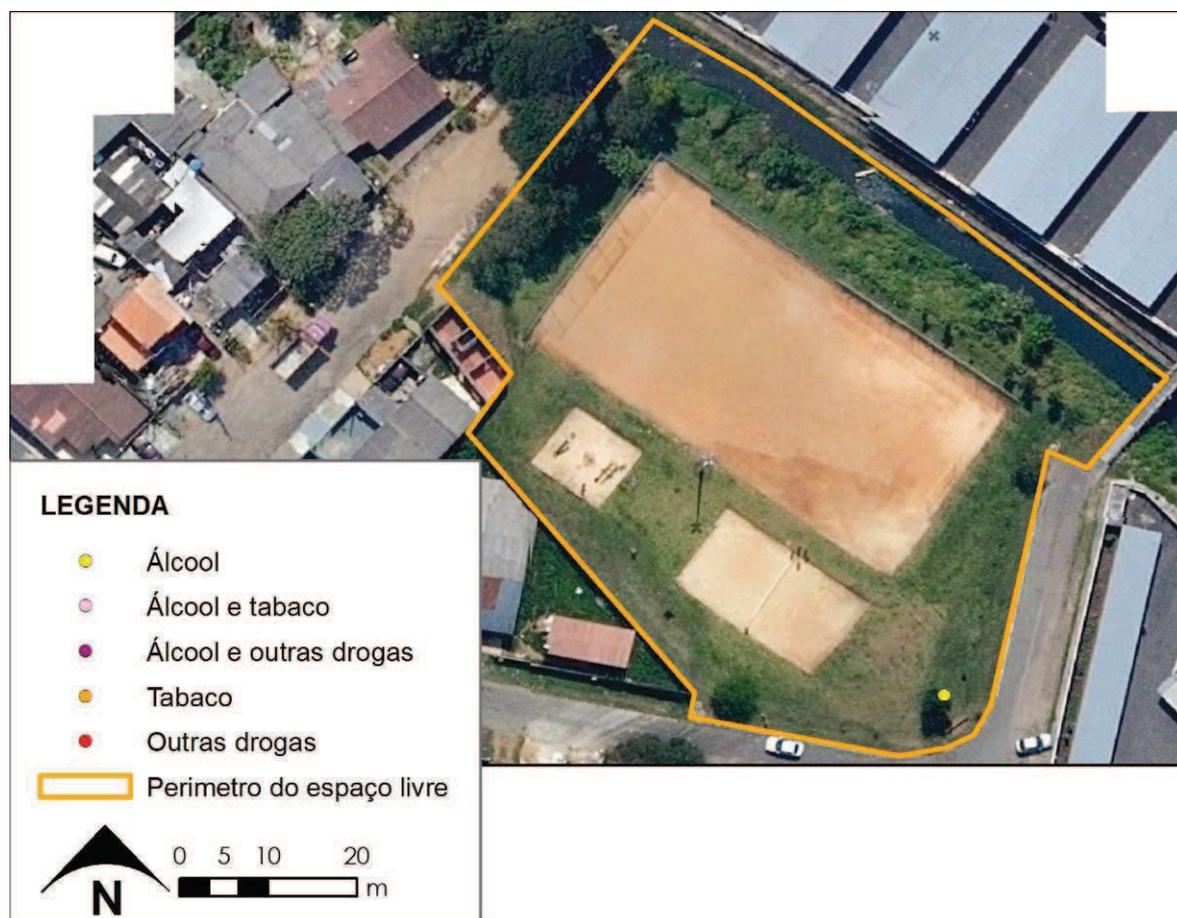
Figura 57: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 01 – Praça Vale Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Com relação às atividades de risco, é identificada apenas uma situação, protagonizada por um adolescente do sexo masculino, na atividade de encontro antes mencionada. O fato levantado ocorreu no horário das 18h00 às 19h00 de uma segunda-feira e a localização deste ponto está apresentada na Figura 58.

Figura 58: Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 01 – Praça Vale Verde

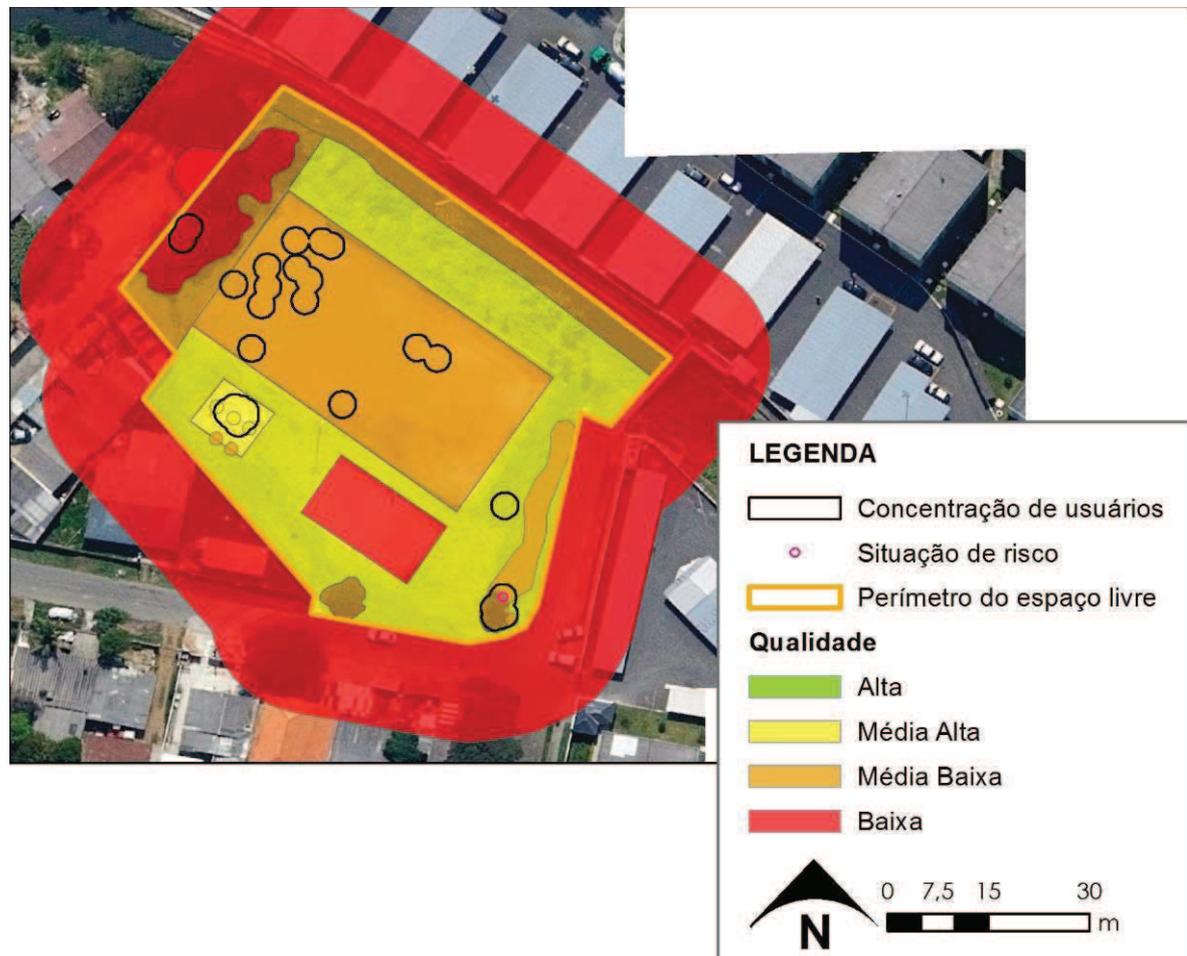


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nesta praça, a concentração de usuários ocorre, principalmente, na cancha esportiva (média baixa qualidade) e no *playground* (média alta) (Figura 59). O reduzido nível qualitativo do espaço como um todo é refletido no seu diminuto número de usuários e na sua centralização em locais com funções bem definidas. Não há utilização do espaço como área de permanência e convívio por haver poucos compartimentos espaciais e equipamentos compatíveis com esse uso, sem expressiva atratividade.

O único ponto identificado referente às atividades de risco está localizado sob uma área arborizada de média baixa qualidade. Por se tratar de apenas uma ocorrência, não é possível relacioná-la claramente com os aspectos de infraestrutura.

Figura 59: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 01 – Praça Vale Verde



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres selecionados: análise relacional.

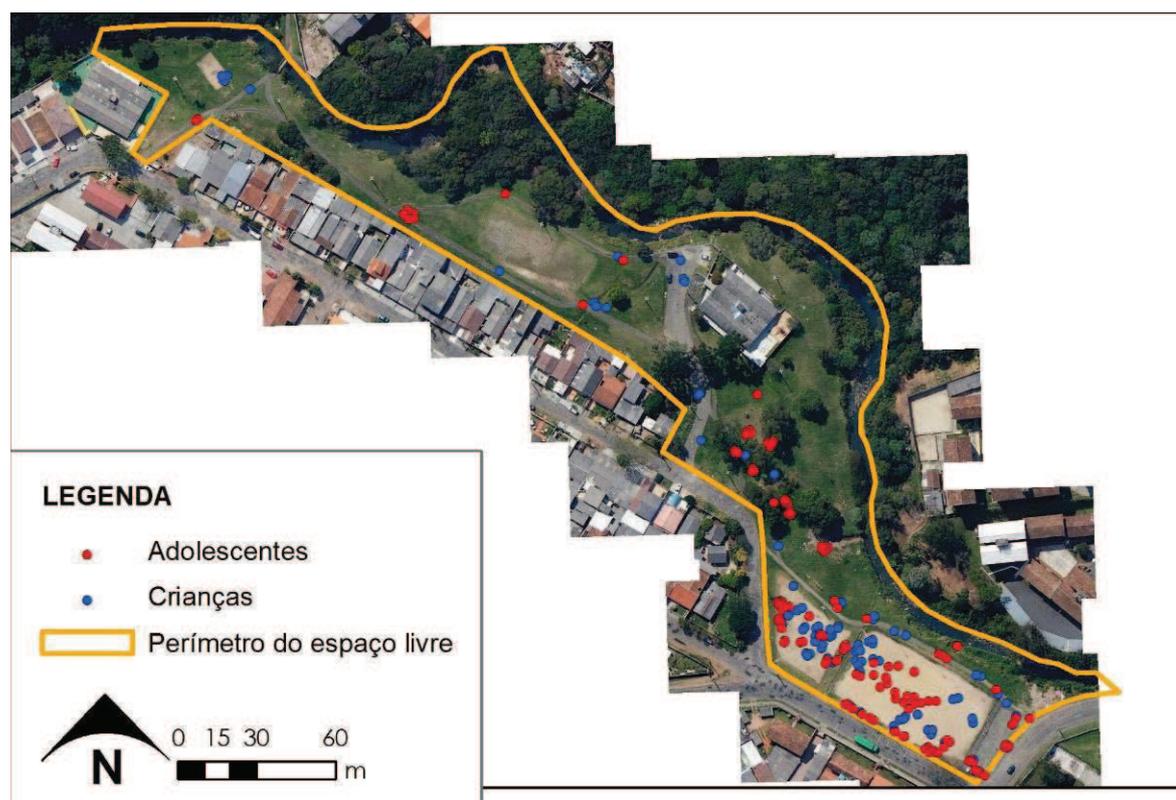
É possível inferir que a baixa utilização da praça está relacionada com a sua pouca relação com o entorno. Trata-se de um ambiente enclausurado, com praticamente todas as suas testadas se abrindo para fundos de lotes e muros de condomínio, sendo perceptível a ausência dos “olhos da rua” (JACOBS, 2000). Assim, a reduzida frequência de jovens e adolescentes pode estar relacionada com a sensação de insegurança e problemas de manutenção do espaço, além da ausência de áreas de integração entre os usuários, questões que Oliveira (2006) aponta como fundamentais para a definição da utilização ou não de espaços livres por crianças e adolescentes.

#### 4.3.2.2 Espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski

Depois do Parque Cambuí, esta praça é a mais frequentada dentre as analisadas pelo presente estudo. Com efeito, foi o único espaço, junto com o parque, que não apresentou, em nenhum dia ou horário de levantamento, a situação de “vazio”.

As crianças e os adolescentes também a utilizam com intensidade, com os usos se concentrando na porção leste, onde há maior disponibilidade de compartimentos variados e equipamentos, bem como maior fluxo no entorno. Por outro lado, a parcela oeste é pouco frequentada (Figura 60).

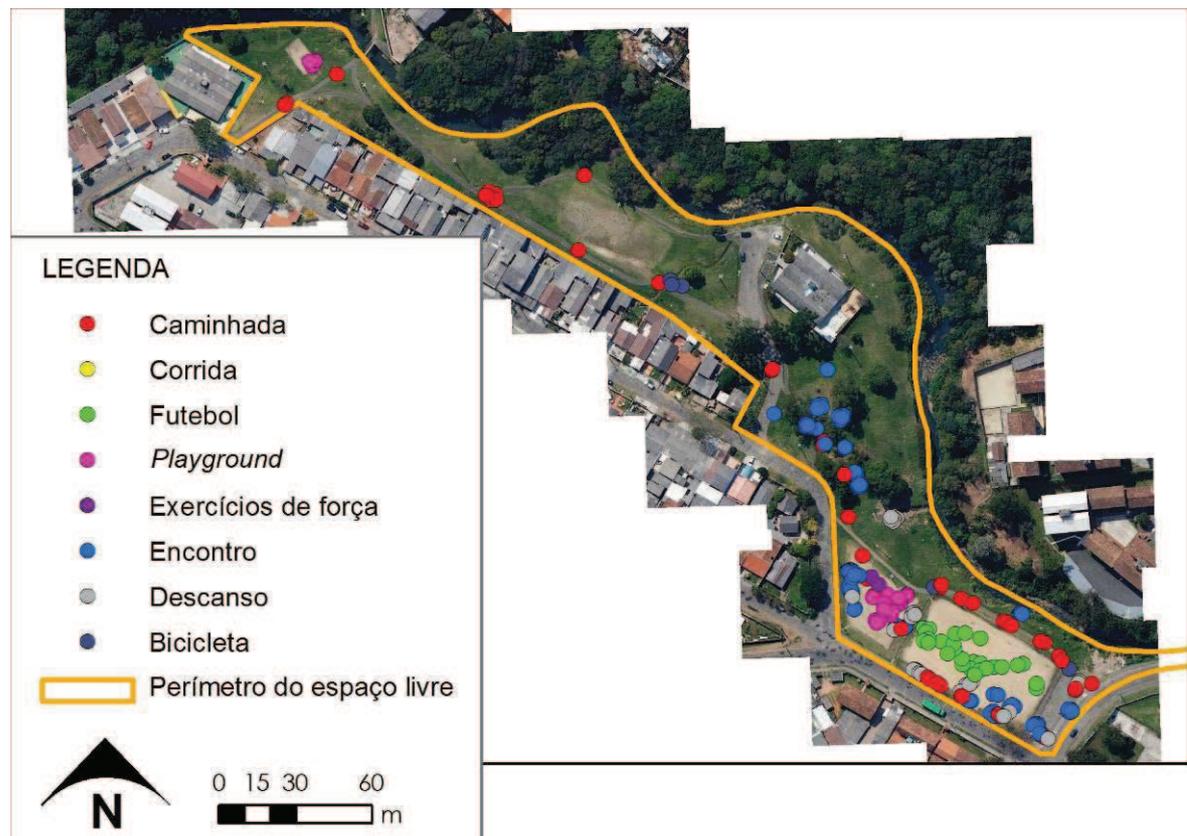
Figura 60: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

As atividades identificadas são variadas e ajustadas às estruturas disponibilizadas pela praça (Figura 61). Além das práticas esportivas e usos de lazer infantil proporcionados pelo *playground* e pela cancha de areia, é possível identificar três áreas intensamente utilizadas para encontro, ainda que não disponham de infraestrutura adequada para tal finalidade: o estacionamento, a cancha de vôlei e uma área arborizada localizada na porção central.

Figura 53: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski



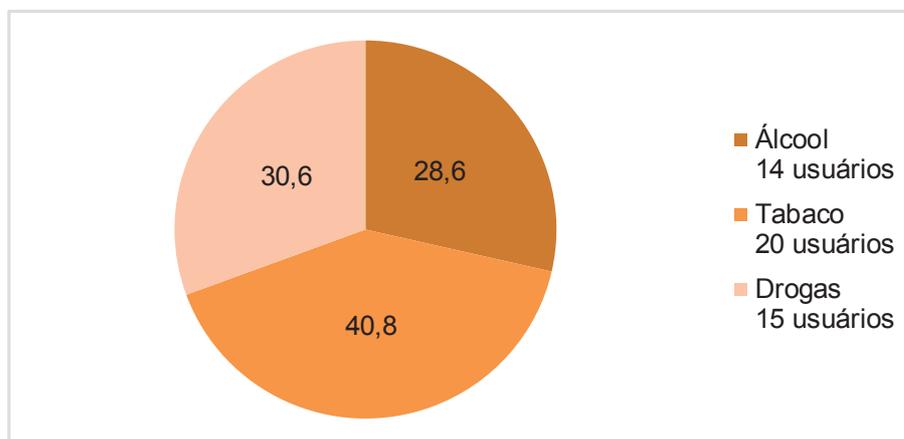
Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Também é nítido o uso da praça como ligação entre diversas áreas do bairro, percebido por meio da identificação de caminhadas pelas trilhas pavimentadas.

Outro sinal de disparidade entre as porções leste e oeste é a restrita utilização do *playground* disponível no seu limite setentrional. Apenas em uma visita a campo foi identificado um grupo de crianças utilizando este equipamento.

Como era previsível, o fato de este espaço livre ser mais utilizado por crianças e adolescentes reflete em um maior número de situações de risco identificadas, num total de 49, distribuídas conforme a Figura 62.

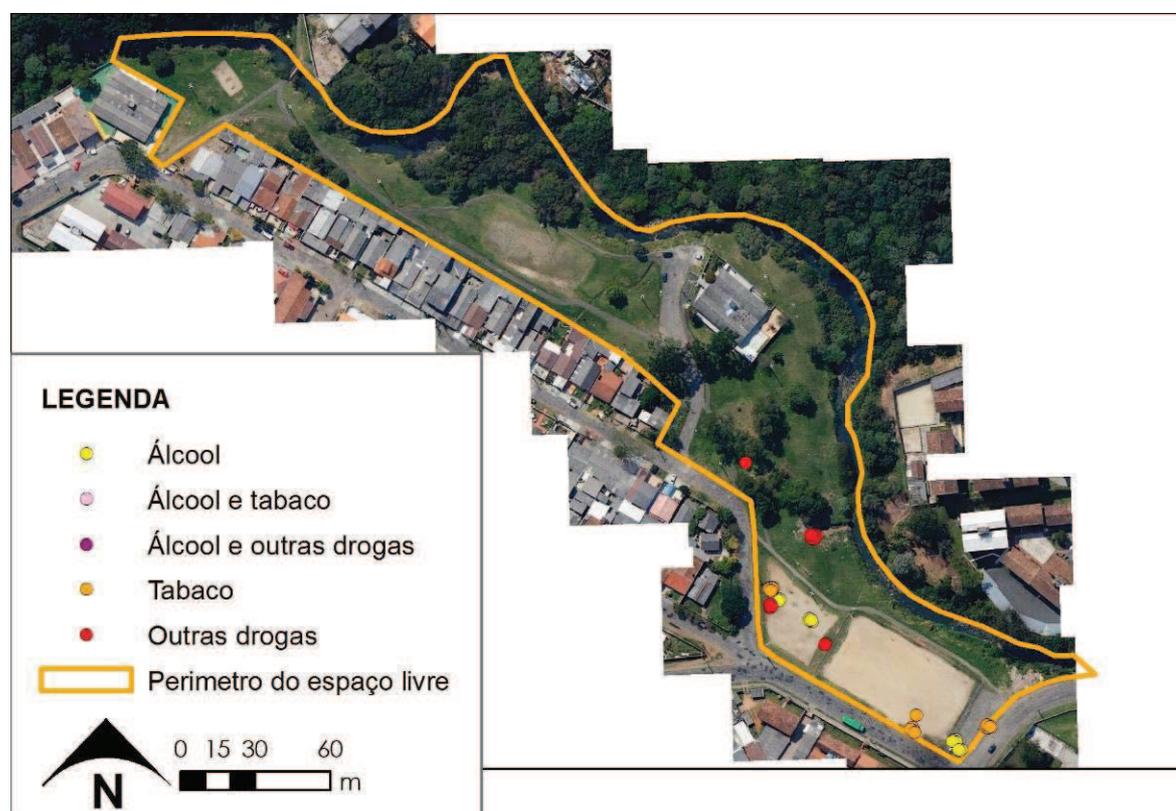
Figura 62: Gráfico de quantidade e proporcionalidade de atividades de risco para crianças e adolescentes identificadas no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

A espacialização dessas informações evidencia a concentração de atividades ilícitas nos pontos de encontro do público alvo. Tais resultados demonstram que, ao contrário do que se poderia esperar, não são as áreas mais inóspitas e abandonadas as preferidas para essa prática, mas justamente os as mais frequentadas (Figura 63).

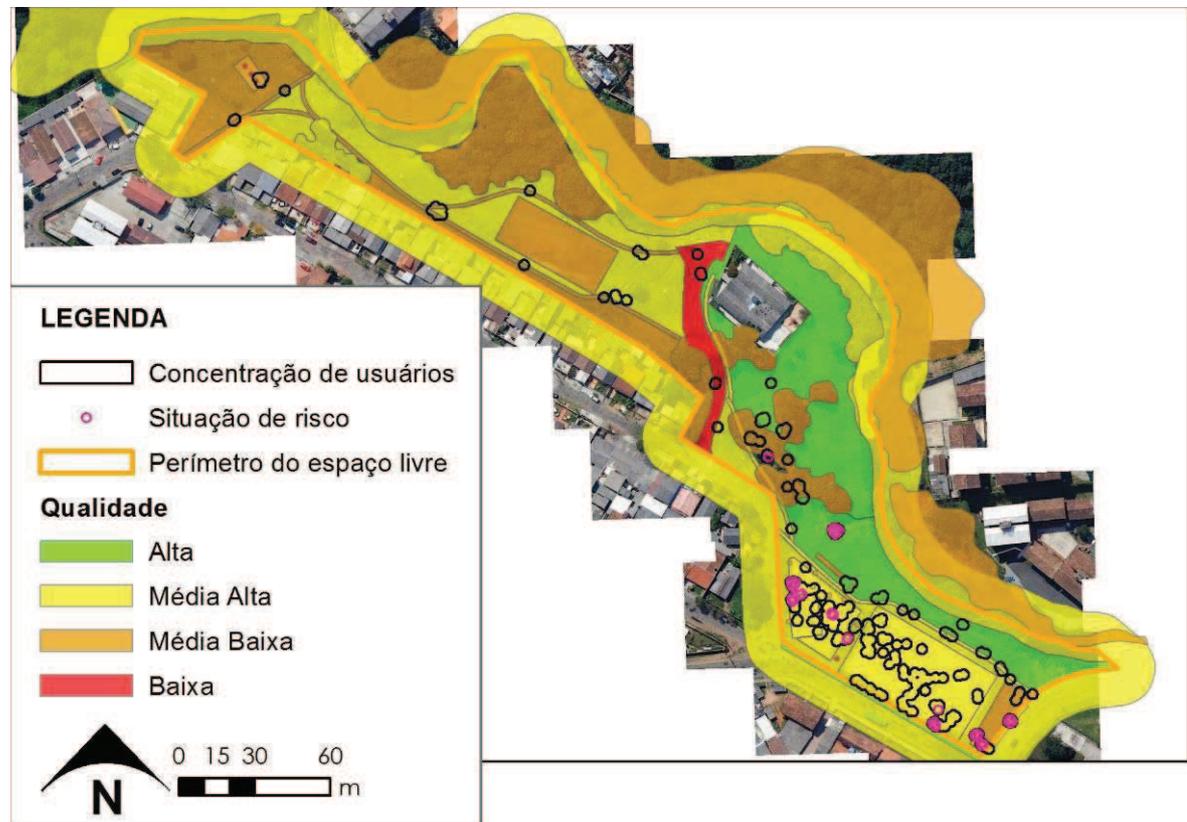
Figura 63: Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Nesta praça, é clara a aglomeração de usuários nos locais de maior qualidade, localizados na porção leste (Figura 64). Não apenas os equipamentos funcionais apresentam intenso uso, mas também as áreas livres e os ambientes arborizados, os quais são utilizados principalmente para encontro, independente do seu nível qualitativo.

Figura 64: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 02 – Praça Gregório Piatkowski



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres selecionados: análise relacional.

As atividades de risco seguem o mesmo padrão: sendo praticadas nas áreas de melhor qualidade, onde são concentradas mais pessoas. O fato de tais locais terem melhor visibilidade e fluxo de usuários não inibe essas práticas. Pelo contrário, aparentemente esses transeuntes se valem da adequada condição paisagística desses lugares para o desenvolvimento das suas atividades.

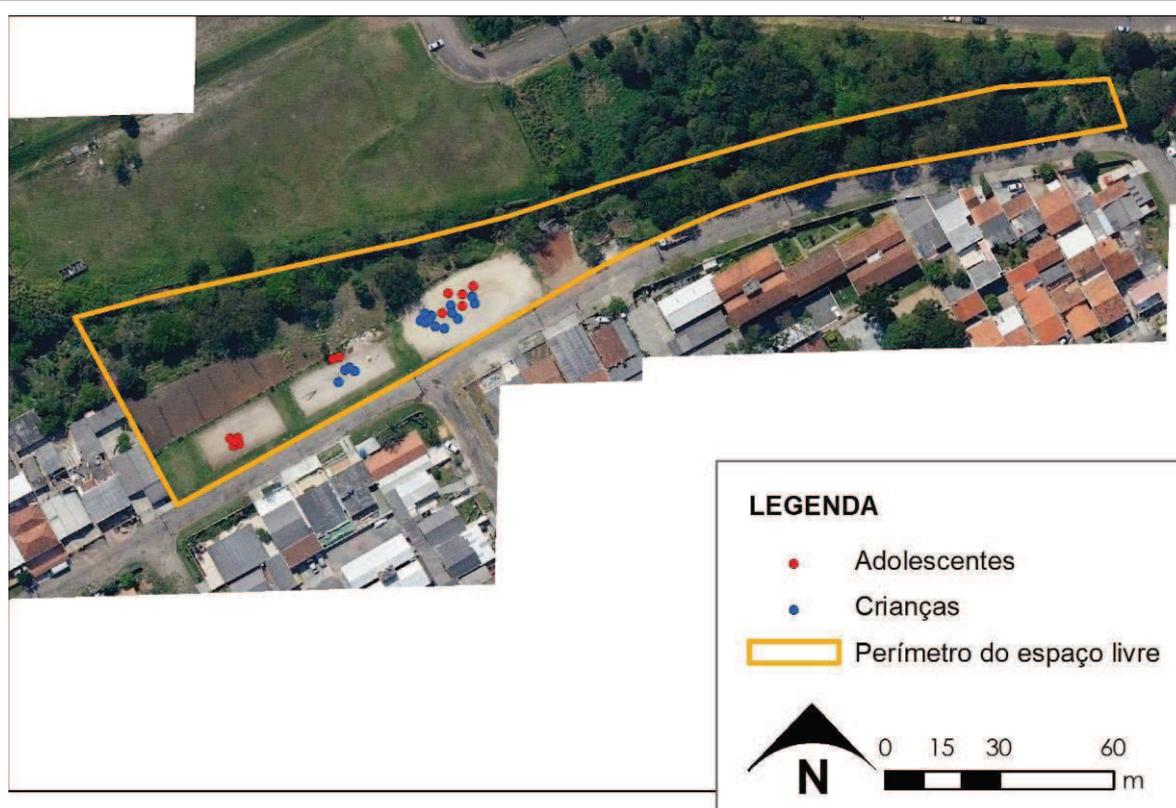
Neste espaço, fica clara a diferenciação de perfil de apropriação espacial por crianças e adolescentes. A atividade de encontro se destaca no uso dos adolescentes, conforme já apontado por Flores (2011) e Oliveira (2006). As crianças, por sua vez, alternam suas atividades entre diversas práticas de lazer ativo (futebol, *playground* etc.), o que vem ao encontro das palavras de Abbud (2006). Também nota-se a concentração de adolescentes em áreas destinadas à permanência, enquanto as crianças se apropriam mais livremente da praça (OLIVEIRA, 2006).

#### 4.3.2.3 Espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo

Esta praça apresentou uma contagem total de apenas 16 crianças e 12 adolescentes em todos os eventos de levantamento em campo, revelando diversas situações de “vazio” nas visitas. Por exemplo, em nenhum dos seis horários de ida a campo na sexta-feira foi encontrada alguma criança ou adolescente utilizando o espaço.

Seu uso pelo público identificado é concentrado na porção oeste, onde existem alguns equipamentos disponíveis, principalmente de cunho esportivo e de lazer infantil. As duas canchas de areia e o *playground* receberam a presença de frequentadores em algum momento do levantamento (Figura 65).

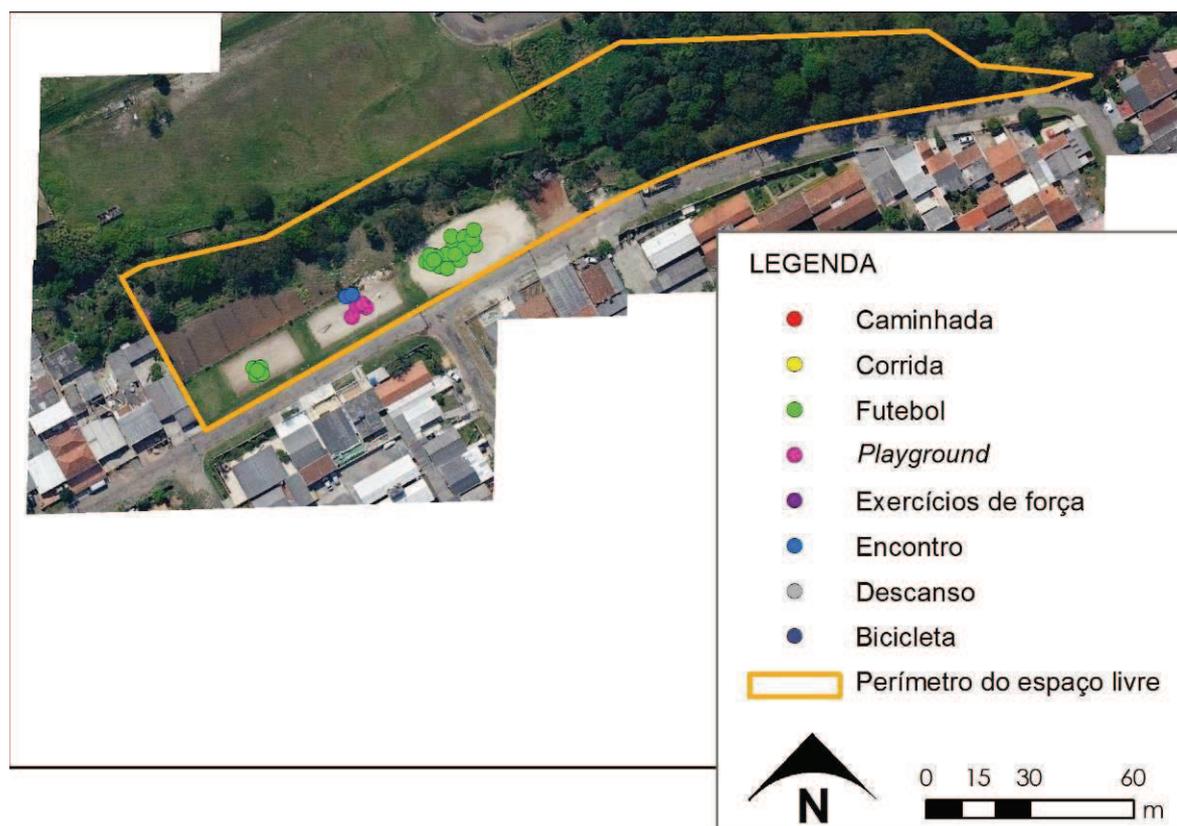
Figura 65: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres seleccionados: observação direta.

As atividades praticadas se relacionam com os locais de concentração dos usuários: prática de futebol nas canchas e utilização do *playground* por crianças. O uso do espaço para encontro foi identificado apenas uma vez, por dois adolescentes, em área próxima ao parque infantil (Figura 66).

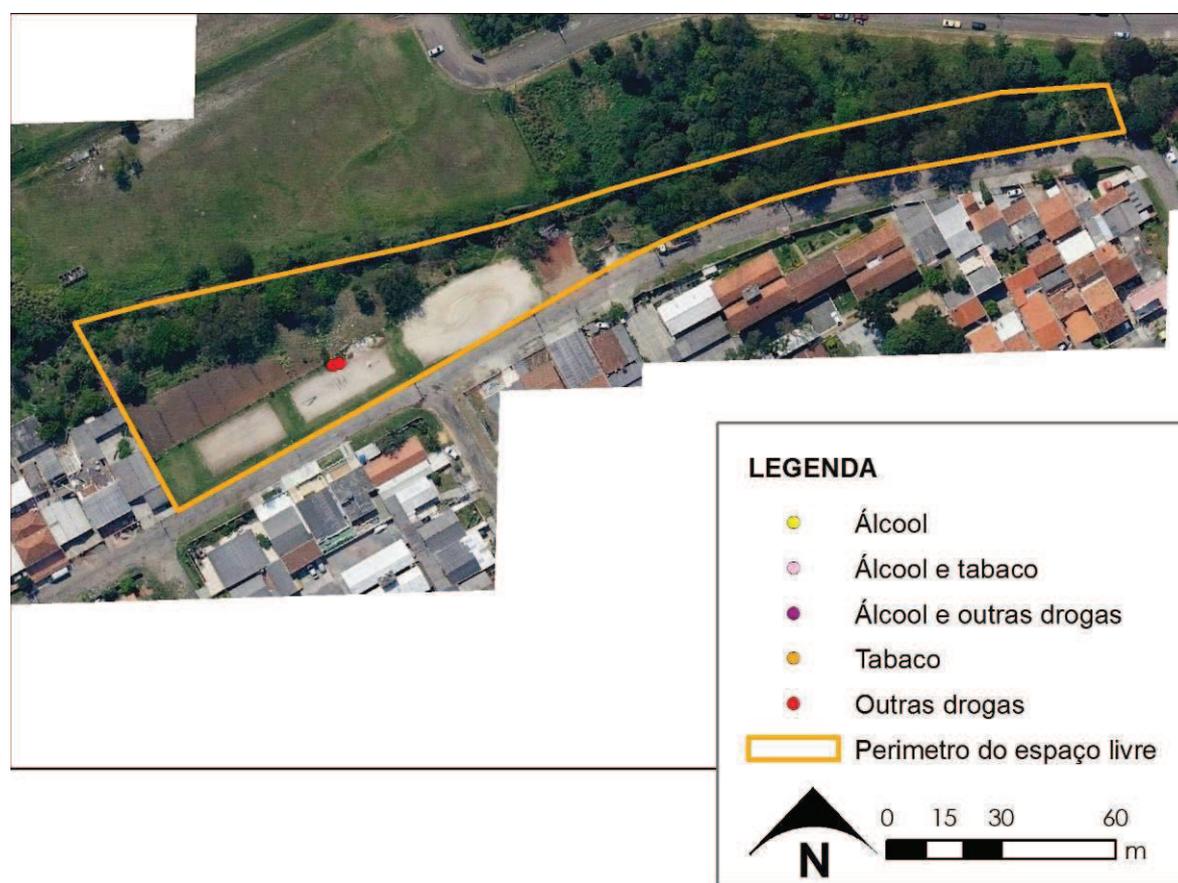
Figura 66: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Esses mesmos adolescentes que utilizaram o espaço para a atividade de encontro o fizeram sob circunstância de risco pelo uso de drogas. Tal evento foi identificado durante o último horário de levantamento (20h00 as 21h00) de segunda-feira (Figura 67).

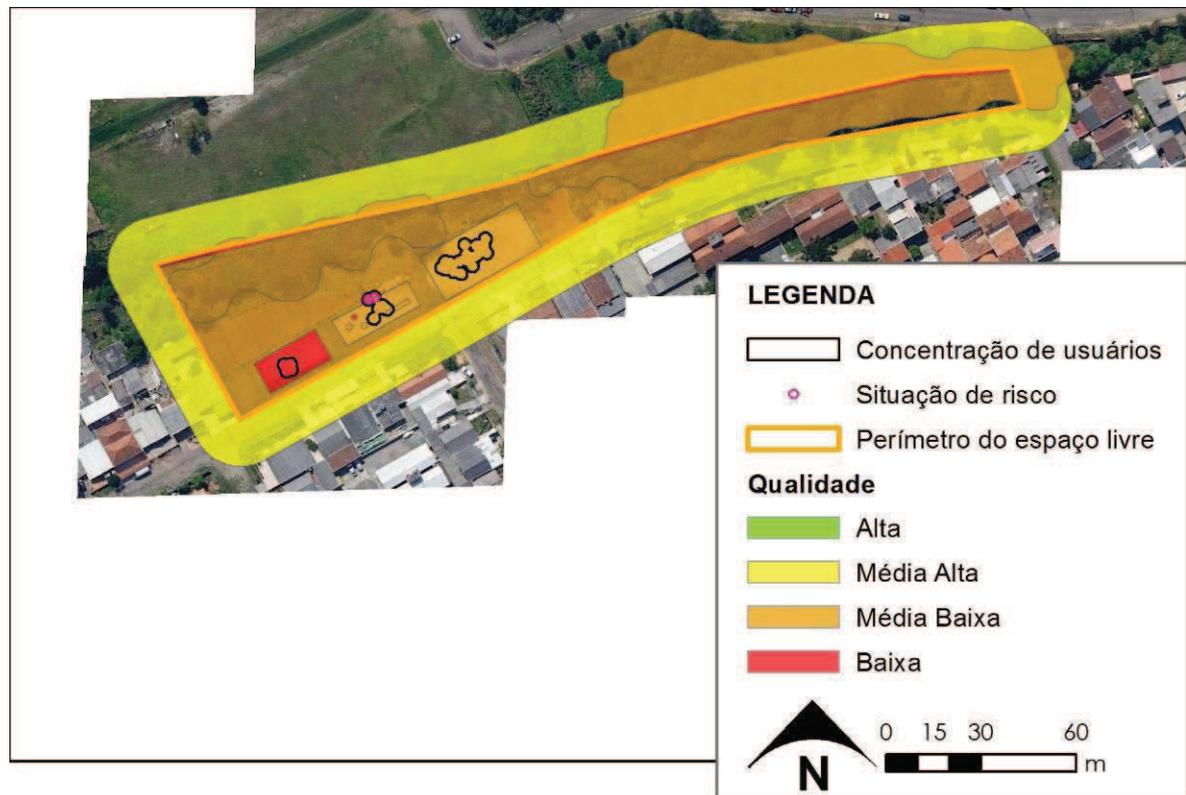
Figura 67: Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

A situação desta praça se assemelha à realidade do espaço livre 01 (Praça Vale Verde), ou seja, de modo geral, de baixa qualidade, com poucos usuários (Figura 68). O uso também é concentrado em equipamentos funcionais (canha esportiva e *playground*), de baixo ou médio baixo padrão qualitativo. Aparentemente, assim como no 01, o reduzido número de transeuntes é reflexo da baixa qualidade espacial.

Figura 68: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 03 – Praça Jocelina Dias de Melo



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres selecionados: análise relacional.

As situações de risco, também em diminuto número, são centralizadas próximas a uma área de média baixa qualidade; porém, não é possível relacioná-las diretamente com as condições paisagísticas. Assim como no caso do espaço livre 01 (Praça Vale Verde), a baixa utilização do local dificulta uma análise mais aprofundada à luz do referencial teórico sobre o modo de apropriação espacial. No entanto, a praça pode ser interpretada sob a ótica de um território desfuncionalizado, no qual a ausência de “olhos da rua” (JACOBS, 2000) se mostra evidente.

O entorno carece de estruturas que permitam a circulação constante e segura de pedestres, diminuindo a vigilância natural do espaço, conforme preconizado por Ricardo et al. (2013). Além disso, o ambiente apresenta problemas de demarcação clara entre locais públicos e privados, uma vez que possui algumas áreas isoladas e cercadas por alguns indivíduos, além de receber usos privados incompatíveis em partes de seu território (como depósito de lixo e estacionamento).

#### 4.3.2.4 Espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos

Este espaço foi delimitado pela agregação de três áreas que, apesar de oficialmente constituírem logradouros diferentes, possuem forte relação de proximidade entre si. A localização das crianças e adolescentes é concentrada no ambiente de maiores dimensões, onde estão dispostos os principais equipamentos esportivos e de lazer (canha de futebol, academia ao ar livre, estação de exercícios e *playground*). A área central, onde há uma canha de bocha e um local de convívio, não recebeu nenhuma criança ou adolescente nos períodos estudados. A porção leste revela uma disposição errática do público alvo, não configurando nenhum padrão (Figura 69).

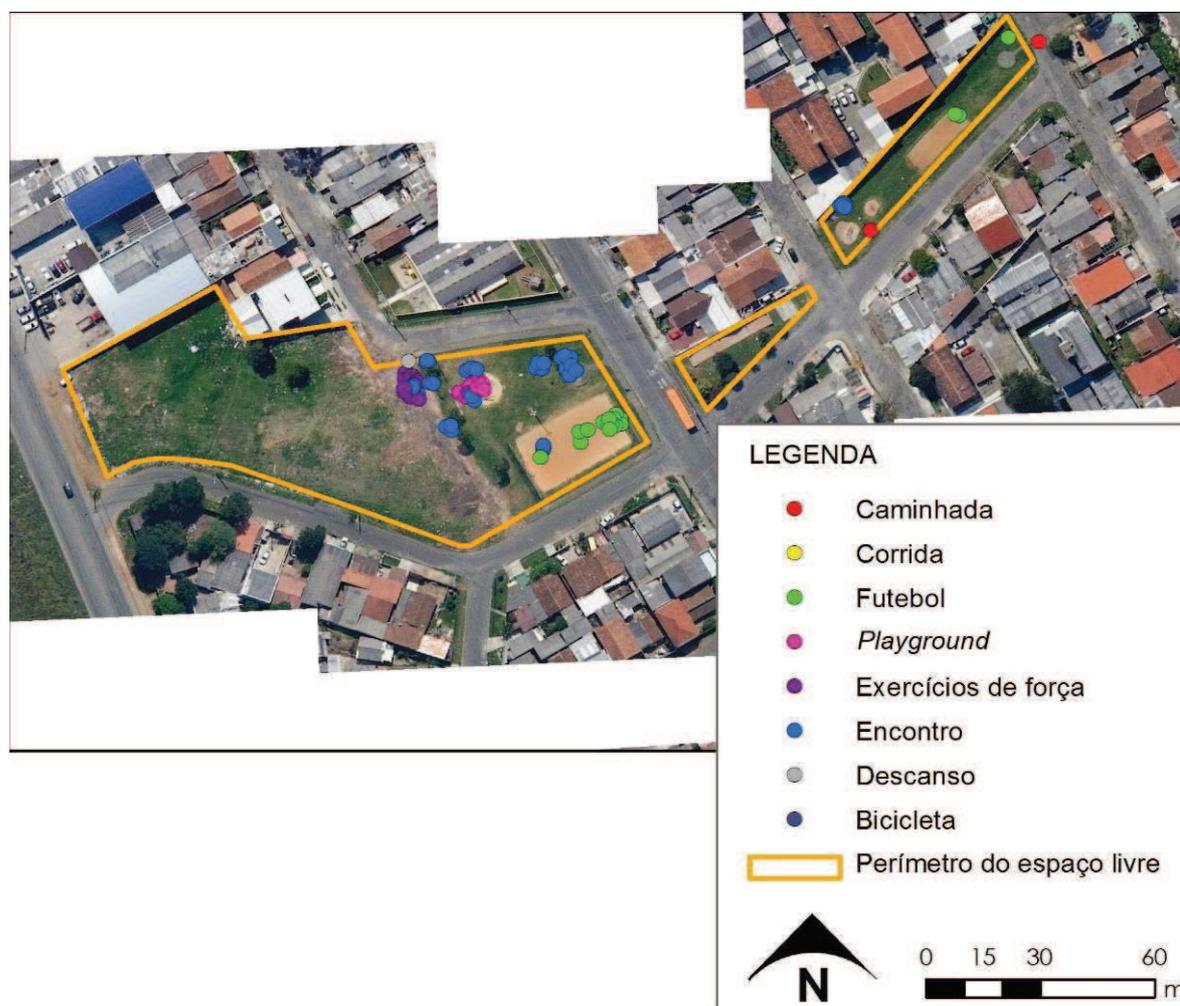
Figura 69: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

As atividades desenvolvidas se relacionam com equipamentos e compartimentos disponíveis aos visitantes. Há concentração de prática de futebol na cancha de areia maior, de exercícios de força na academia ao ar livre e de uso do *playground* infantil. O encontro ocorre de maneira mais dispersa, em torno desses equipamentos principais e em uma área de convívio localizada próximo do núcleo principal. Os equipamentos fora deste núcleo têm pouco uso, porém relacionados com a sua função. A cancha de bocha e outro local de encontro existentes na porção central não apresentaram uso em nenhum momento do levantamento (Figura 70).

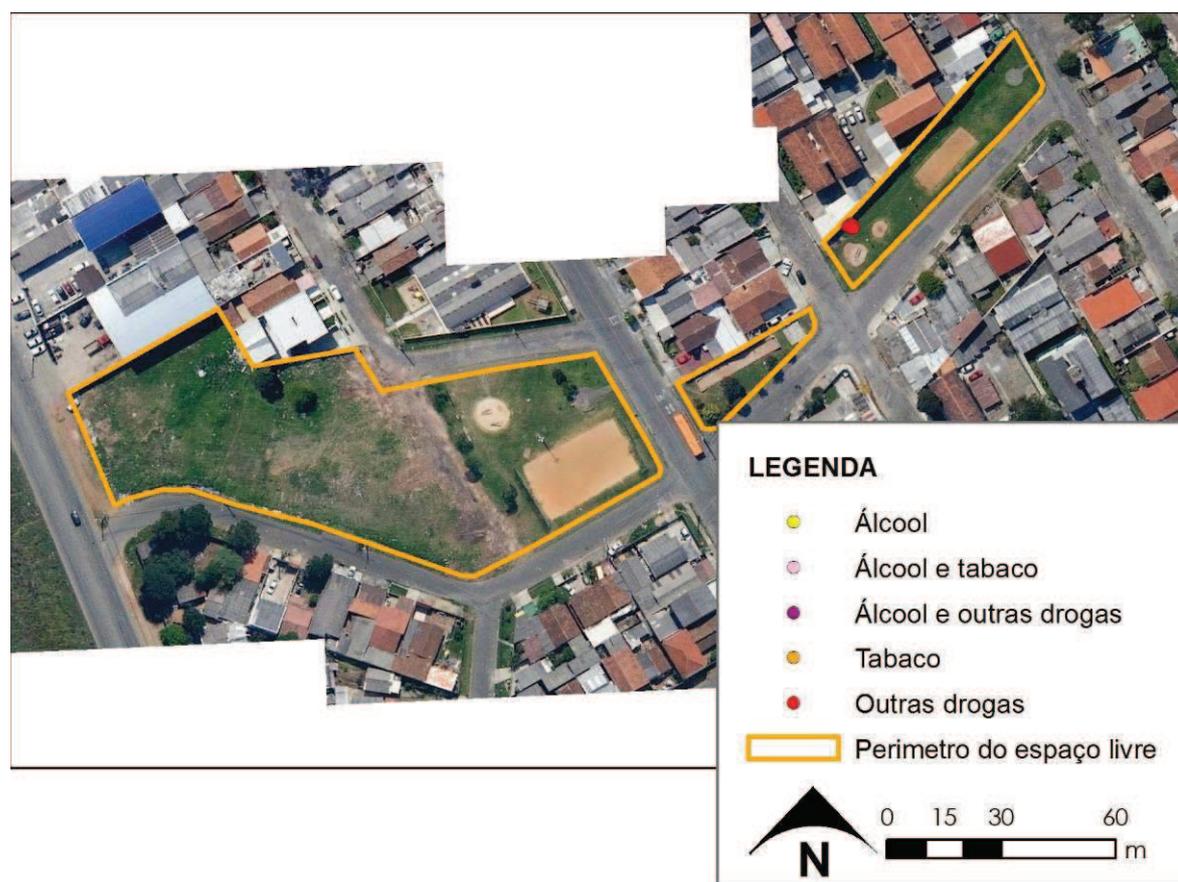
Figura 70: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Na porção leste, foi identificado um grupo de adolescentes – composto de cinco homens e uma mulher – fazendo uso de drogas ilícitas durante o quarto horário de levantamento (15h00 às 16h00) de segunda-feira. A área utilizada para tal finalidade, ainda que não pertença ao núcleo principal de equipamentos desta praça, possui ampla visibilidade e constante fluxo de pedestres (Figura 71).

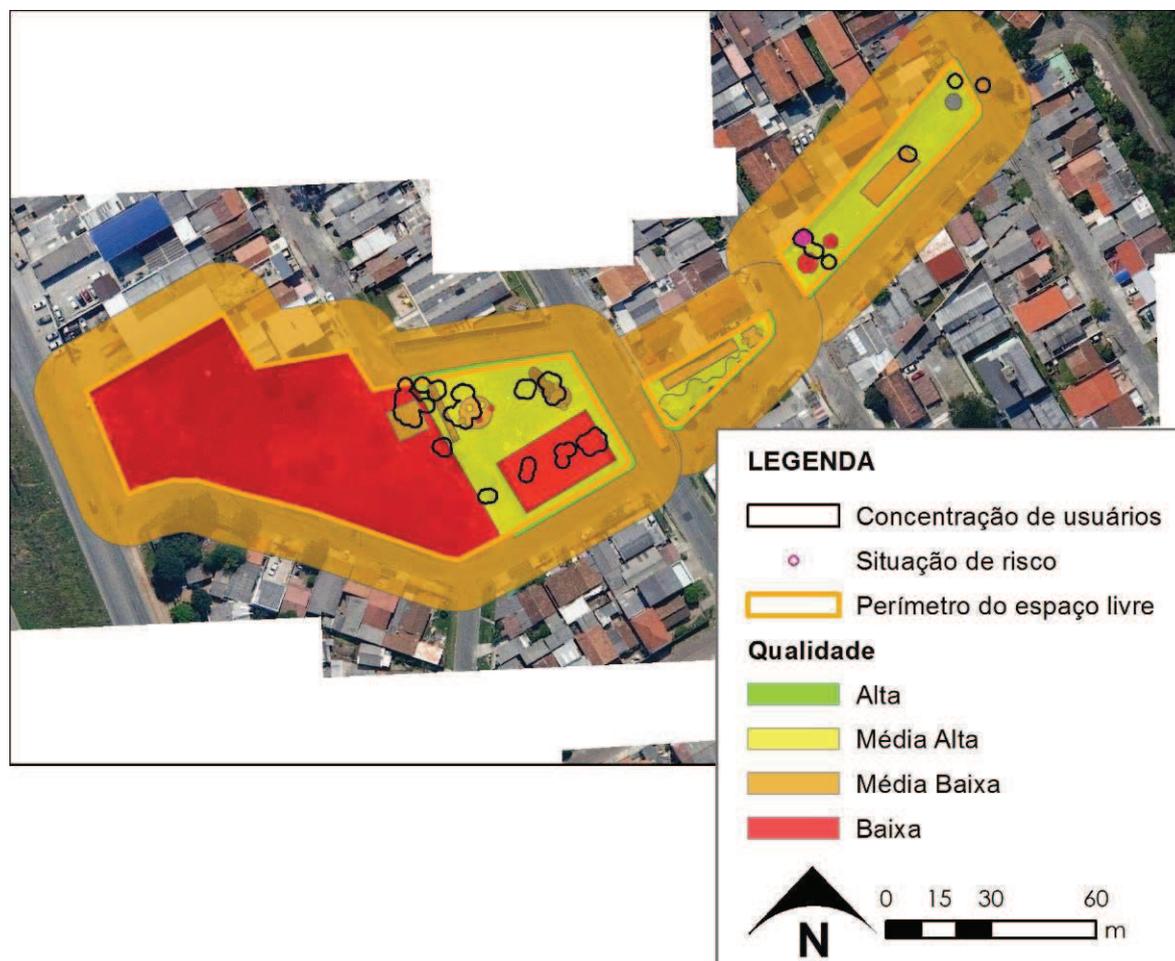
Figura 71: Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

A concentração de usuários acontece junto aos seus equipamentos funcionais (academia ao ar livre, *playground* e cancha esportiva), mesmo que estes sejam enquadrados nas classes de baixa ou média baixa qualidade (Figura 72). Normalmente, os compartimentos de reduzido grau qualitativo quase não recebem usuários. Já os de média alta qualidade apresentam algumas aglomerações, principalmente para encontros.

Figura 72: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 04 – Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres seleccionados: análise relacional.

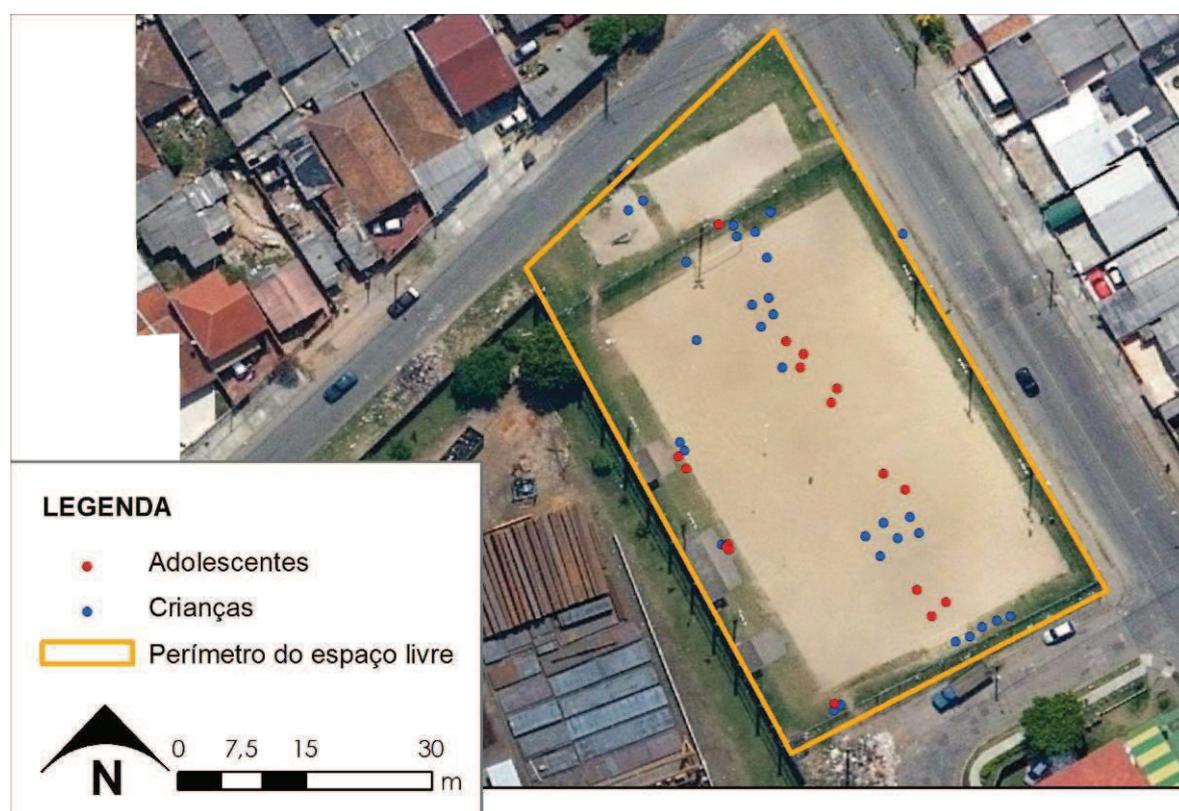
As situações de risco identificadas ocorreram em locais de média alta qualidade, próximos a equipamento funcional (*playground*). Todavia, de maneira diferente do espaço livre 02 (Praça Gregório Piatkowski), o comportamento ilícito acontece distanciado da área de maior afluência de usuários.

Nesta praça, fica clara a importância da relação com o entorno para o grau de utilização espacial. Os frequentadores se concentram nas regiões que, além de dotadas de maior infraestrutura, são mais visíveis da e para a rua (JACOBS, 2000), transmitindo maior sensação de segurança e vigilância do espaço (RICARDO et al., 2013).

#### 4.3.2.5 Espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas

Este espaço apresenta forte concentração de crianças e adolescentes na sua cancha de futebol, que é o principal equipamento do local. As outras áreas disponíveis, principalmente o *playground* e a cancha de vôlei, praticamente não receberam usuários nos períodos de levantamento (Figura 73).

Figura 73: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas

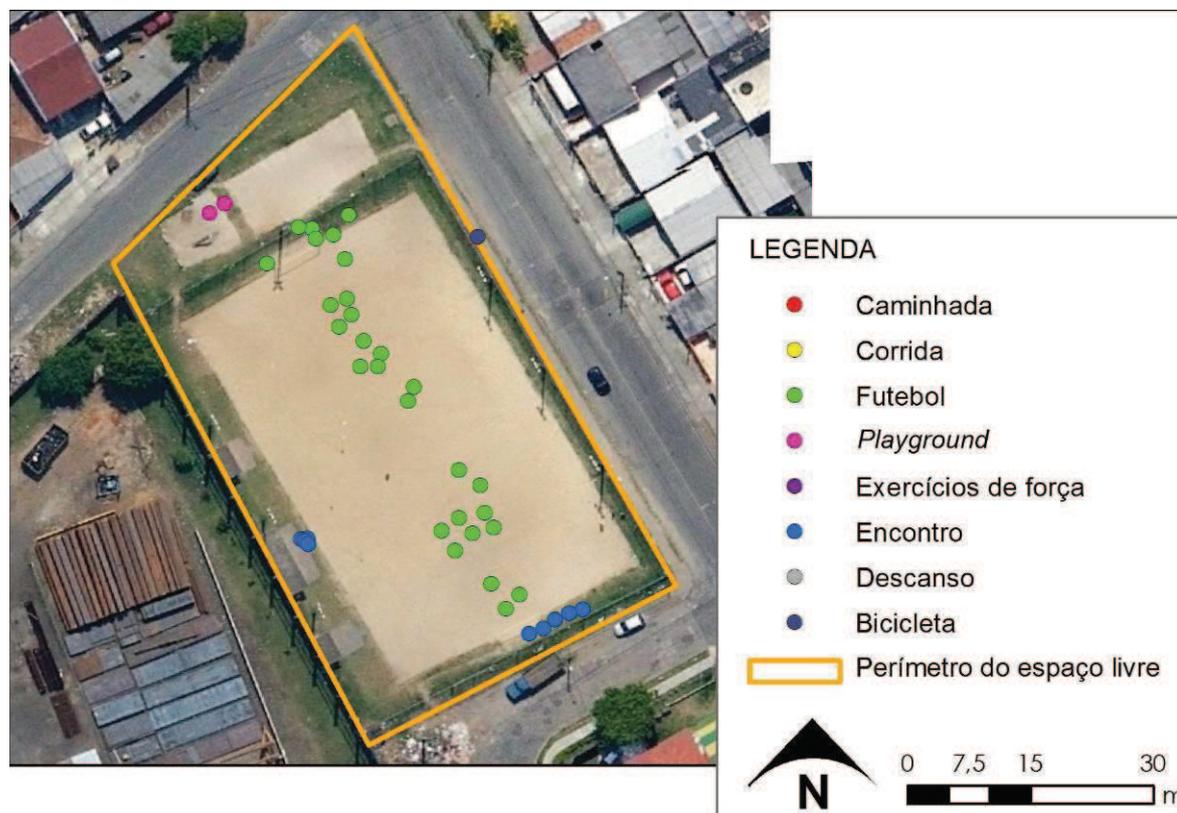


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

O uso deste ambiente se concentra quase que exclusivamente na atividade de futebol praticada na grande cancha disponível. Fora isso, durante os levantamentos apenas duas crianças fizeram uso do *playground* e outros dois grupos foram identificados em atividade de encontro: um na própria cancha e outro em alguns bancos disponíveis na porção sul (Figura 74).

Em todos os períodos de trabalhos em campo, não foi identificada nenhuma situação de risco envolvendo crianças e adolescentes neste espaço.

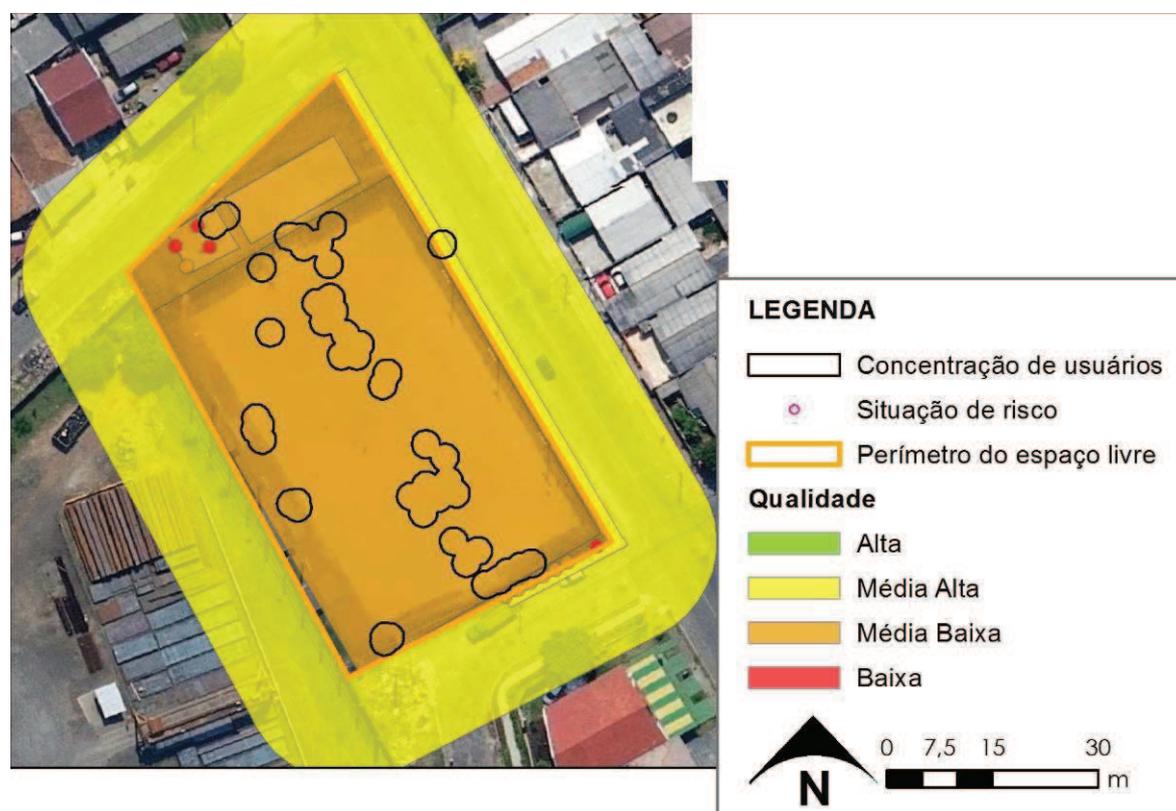
Figura 74: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Neste local, a ausência de áreas abertas que permitam outros usos faz com que os usuários se concentrem nos equipamentos esportivos e de lazer infantil. A homogeneidade qualitativa do espaço, classificado quase em sua totalidade como de média baixa qualidade, não permite relacionar a apropriação com a classificação dos atributos espaciais. Neste espaço, não foram identificadas atividades de risco envolvendo crianças e adolescentes (Figura 75).

Figura 75: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 05 – Praça da Rua Darci Vargas



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres selecionados: análise relacional.

Apesar da sua boa localização, em frente a uma rua com caráter de uso misto, relativamente movimentada e com infraestrutura de circulação de pedestres em adequadas condições, este local possui problemas relacionados à infraestrutura interna, notadamente em termos de manutenção, fundamental para que os indivíduos e os grupos sociais se sintam à vontade para frequentá-los (RICARDO et al., 2013). Além disso, percebe-se forte rigidez formal na praça, que não possui alternativas de uso e áreas de apropriação diversificada para os seus visitantes, tornando-se um espaço estático (DARODA, 2012).

#### 4.3.2.6 Espaço livre 06 – Praça São Rafael

Este espaço tem expressivo uso por crianças e adolescentes, tanto nos locais de *playground* e de encontro, quanto na área esportiva. Os pontos de levantamento apontam grande concentração das primeiras junto aos equipamentos infantis, enquanto os segundos aparecem mais distribuídos no ambiente (Figura 76).

Figura 76: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 06 – Praça São Rafael

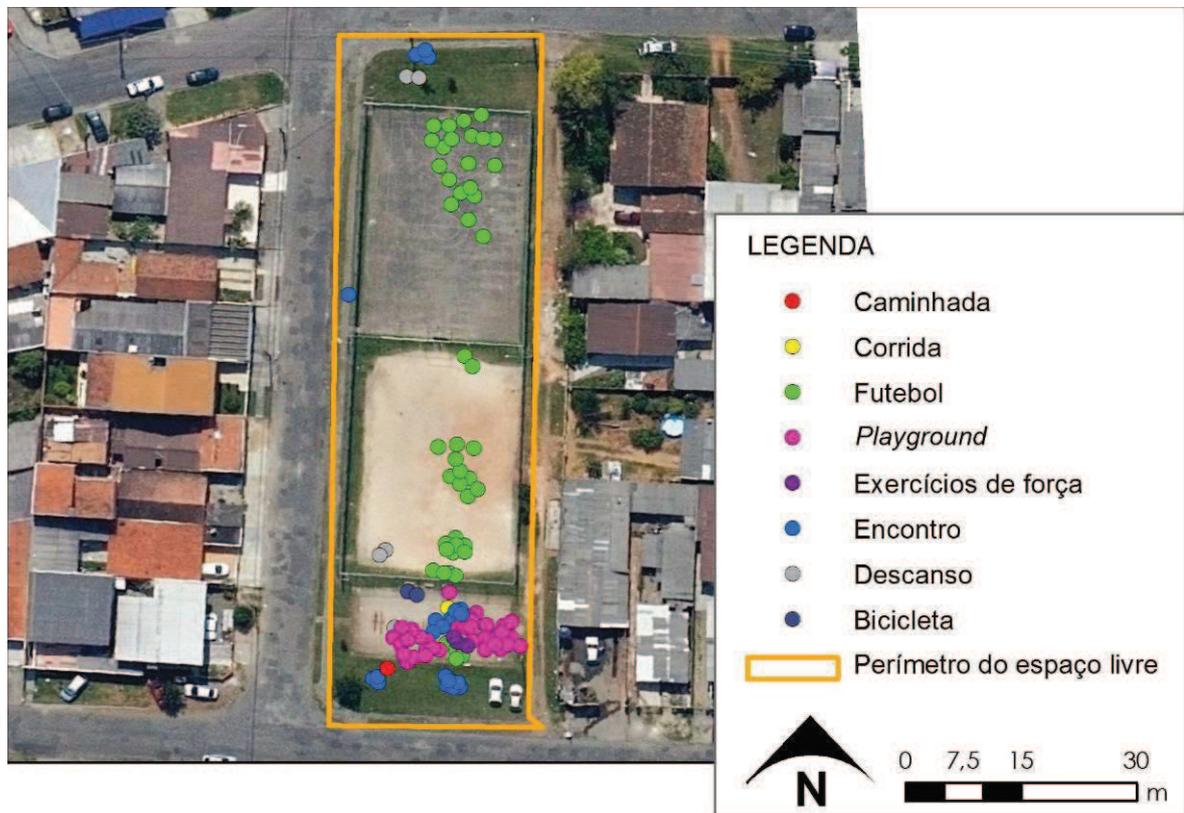


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

As atividades identificadas se voltam principalmente à prática de futebol nos equipamentos esportivos e à recreação infantil e ao encontro na área do *playground*. Também foram constatados alguns adolescentes utilizando os equipamentos disponíveis para realização de exercícios (Figura 77).

Apesar da forte presença de crianças e adolescentes, não foi inventariada nenhuma atividade considerada de risco nos períodos de levantamento.

Figura 77: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 06 – Praça São Rafael

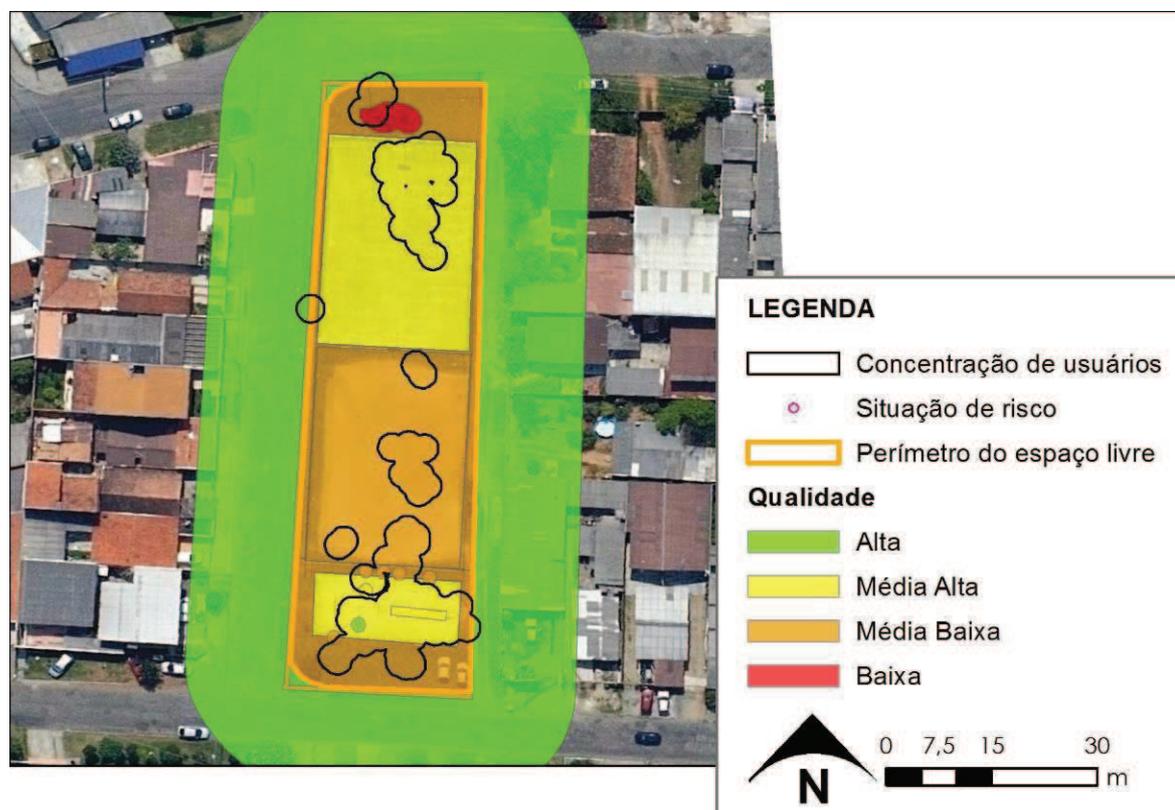


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Neste espaço livre, depreende-se a concentração de usuários em alguns locais de qualidade média alta, enquanto os referentes às classes média baixa e baixa recebem menor público (Figura 78). Destaca-se a polarização na área de *playground* (de média alta qualidade e com elementos de elevado valor qualitativo) e na quadra esportiva (classificação média alta).

Aqui também não foram identificadas situações de risco nos períodos de levantamento da pesquisa.

Figura 78: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 06 – Praça São Rafael



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres seleccionados: análise relacional.

É interessante notar que, apesar de não apresentar nenhuma diferenciação significativa em termos de estrutura interna e de elementos disponíveis se comparada aos espaços livres pouco utilizados, esta praça revela um notável grau de utilização por crianças e adolescentes.

Essa situação pode ser explicada pela relação do local com seu entorno. Trata-se de uma região de predominância residencial, na qual todos os lotes que fazem frente para a praça possuem aberturas e comunicação direta com o espaço, garantindo a sensação de segurança provocada pela vigilância constante do ambiente (RICARDO et al., 2013).

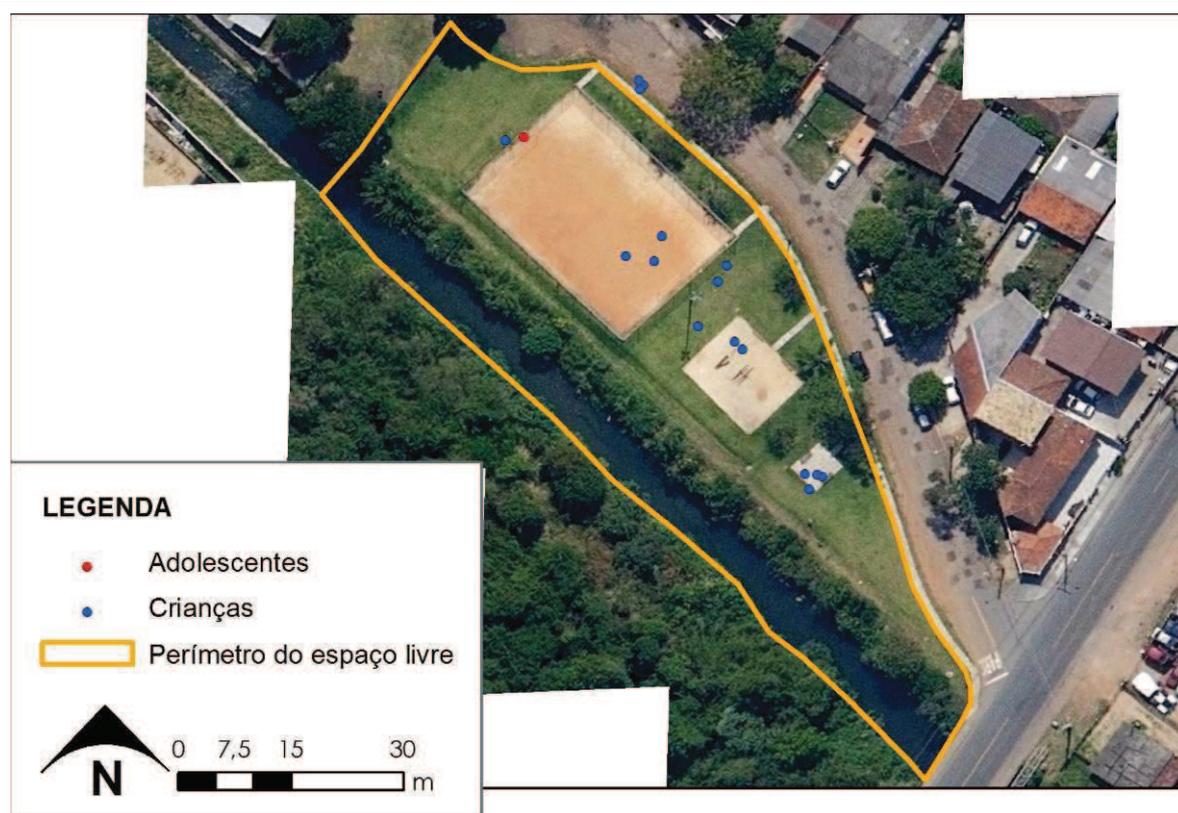
Além disso, é clara a separação do público e do privado, uma vez que as funções da praça são muito bem definidas. Seu setor sul se mostra como um meio versátil, recebendo atividades variadas como *playground*, exercícios de força e encontro, configurando sua multifuncionalidade (DARODA, 2012; SCHJETNAN et

al., 2008), apropriado à geração de novas territorialidades (HAESBAERT, 2004; 2005).

#### 4.3.2.7 Espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira

Apesar da adequada disponibilidade de equipamentos e do bom nível de manutenção, este espaço surpreende pela sua reduzida utilização. Apenas 18 usuários foram encontrados, sendo 17 crianças e um adolescente. O baixo número de visitantes dificulta o estabelecimento de um padrão de localização, porém é possível notar alguma concentração na área de convívio e nas proximidades da cancha de futebol (Figura 79).

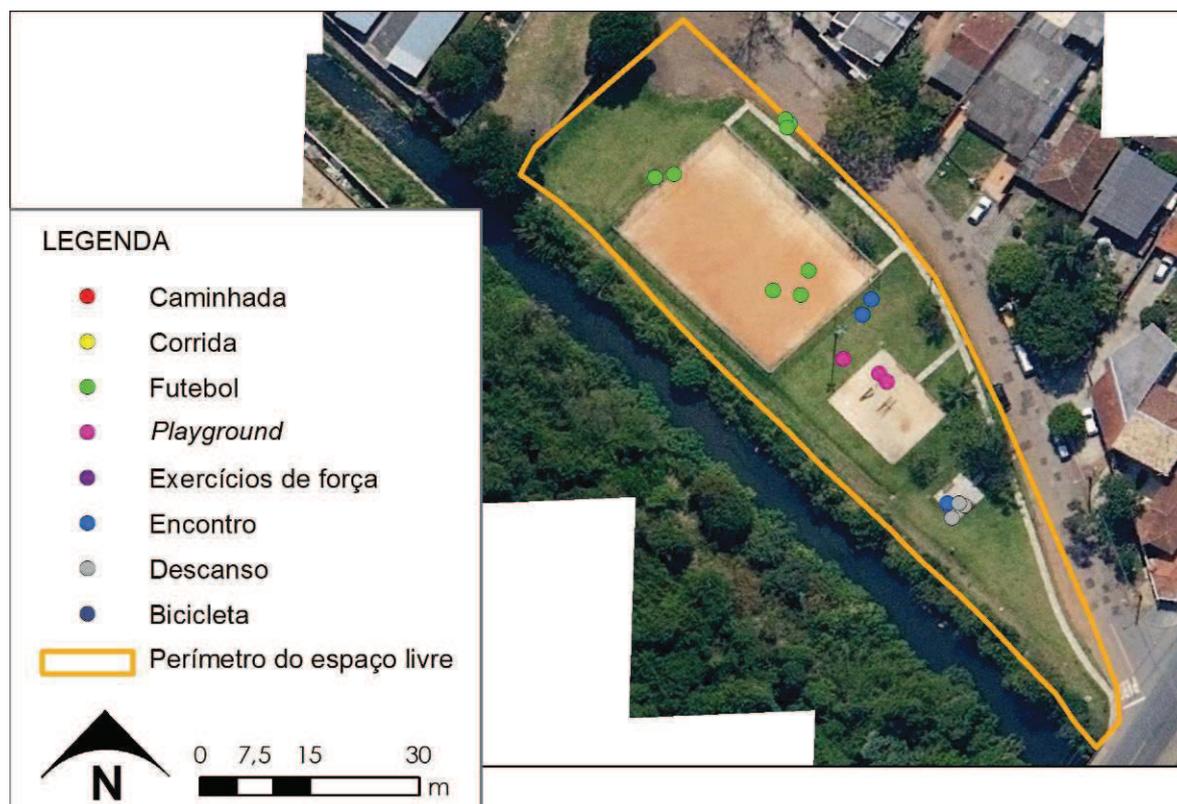
Figura 79: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres seleccionados: observação direta.

Neste espaço, são identificadas apenas atividades relacionadas à prática de futebol (nove usuários), ao uso do *playground* (três), a encontros (três) e a descanso (quatro) (Figura 80).

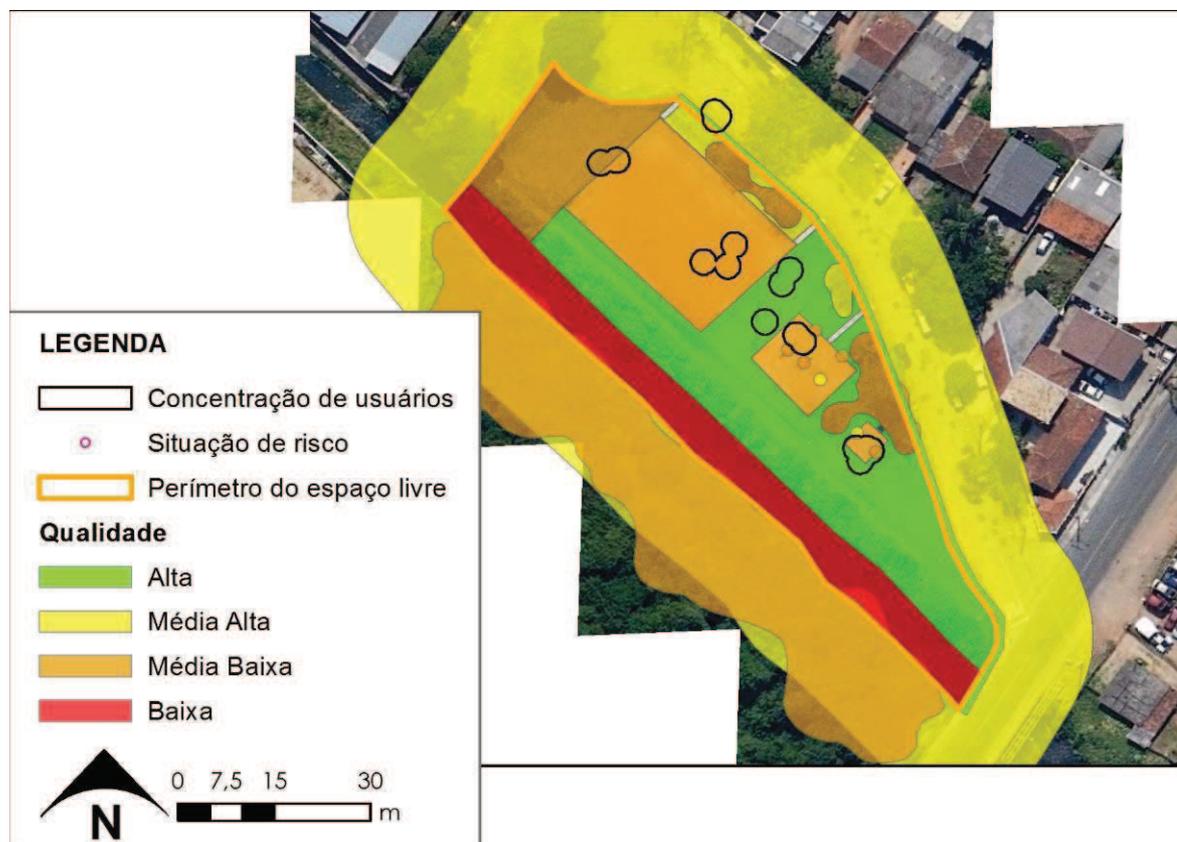
Figura 80: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

A pequena quantidade de pessoas encontradas dificulta a sua análise cruzada com os itens de compartimentos e equipamentos. É possível identificar a utilização de locais de média baixa qualidade (cancha esportiva e área de convivência), porém há também algum uso em ambientes de alta qualidade (Figura 81).

Figura 81: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 07 – Praça da Rua Joana Maria Ferreira



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres selecionados: análise relacional.

Para o espaço em questão, não foram registradas situações de risco praticadas por seus usuários nos períodos de levantamento.

A situação desta praça se assemelha muito à do espaço livre 01 (Praça Vale Verde) no contexto de inserção urbana. Diferencia-se, no entanto, nos quesitos de qualidade de infraestrutura.

Trata-se de um local com fortes restrições de acesso e permeabilidade visual com seu entorno, o qual não se relaciona com a praça, à exceção da área residencial na porção nordeste.

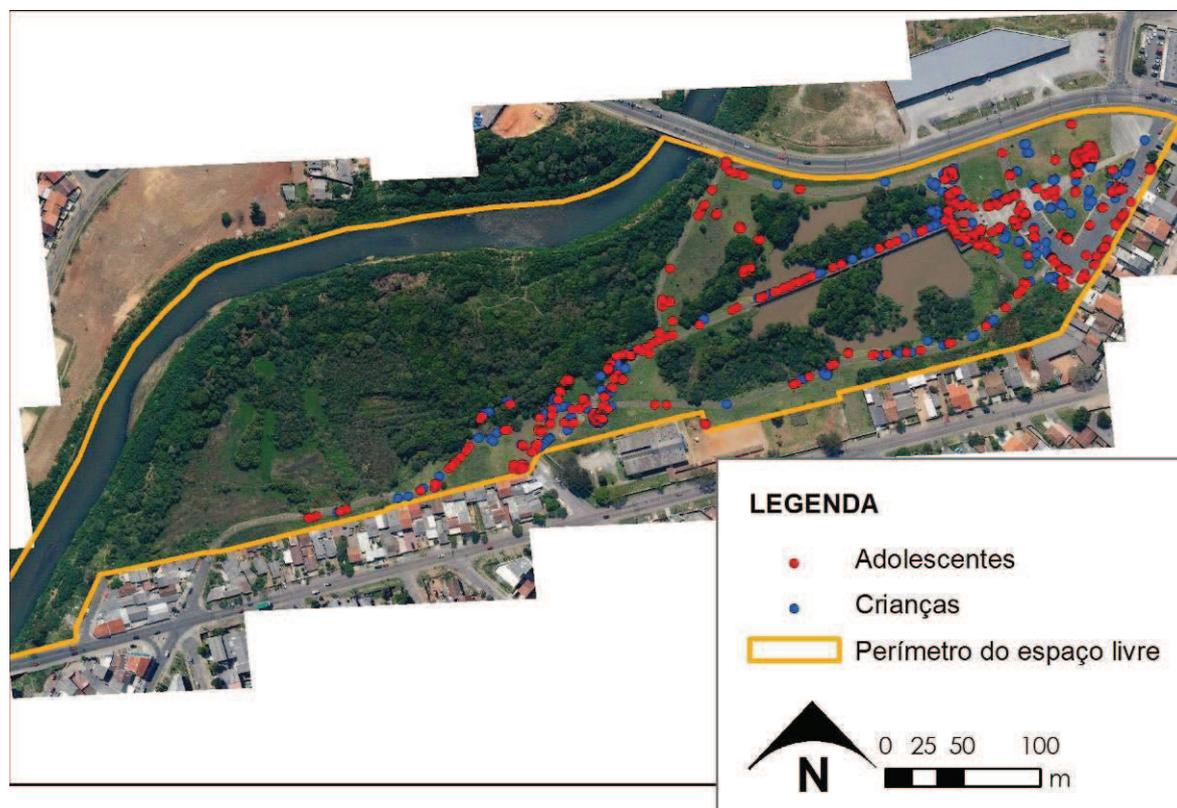
Assim, ainda que a região voltada às moradias permita certo nível de relação, tanto em critérios de visualização (JACOBS, 2000) quanto em questões de uso (RICARDO et al., 2013), e que o ambiente possua um bom nível de manutenção e disponibilidade de infraestrutura, aparentemente o espaço não é capaz de responder às demandas da população vizinha, possivelmente porque esta, como comentam Schjetnan et al. (2008), não o percebe como um lugar para o seu usufruto.

#### 4.3.2.8 Espaço livre 08 – Parque Cambuí

Como previsto, o parque apresenta um número de frequentadores muito acima dos outros espaços livres do presente estudo. Foram registrados, no total, 262 crianças e 516 adolescentes no período de levantamento.

A localização dos pontos (Figura 82) revela uma distribuição ao longo das trilhas pavimentadas que permeiam o espaço e alguma concentração, principalmente de adolescentes, nas áreas de convívio próximas à entrada. As crianças usam mais intensamente as áreas verdes e os gramados. Outro fator interessante é o agrupamento de adolescentes ao longo do estacionamento, onde era comum o encontro de pessoas que se mantinham dentro ou próximas dos seus veículos.

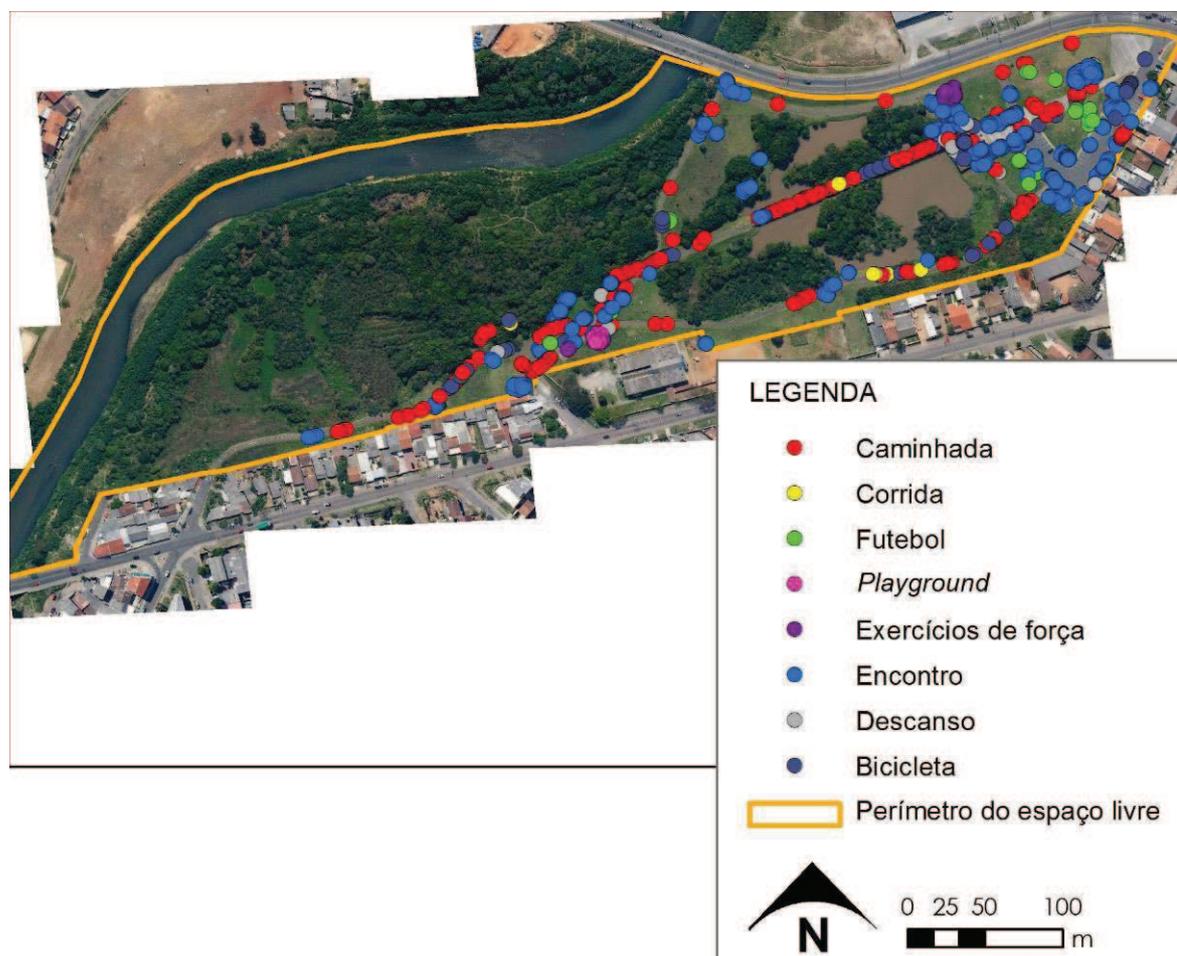
Figura 82: Imagem aérea com mapeamento de localização de crianças e adolescentes no espaço livre 08 – Parque Cambuí



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

As atividades identificadas no parque foram variadas (Figura 83), destacando-se duas como as mais realizadas no local: a caminhada, principalmente ao longo do eixo central de circulação, e o encontro, focado nas áreas de convívio próximas à entrada, no estacionamento e nos gramados situados na posição central. Os exercícios de força também são marcantes, porém muito mais presentes na academia ao ar livre do que na estação própria. Por não contar com equipamentos esportivos para prática de futebol, esta atividade é exercida, principalmente por crianças, nas áreas gramadas próximas ao acesso principal. O *playground* interno tem alguma concentração de uso, porém proporcionalmente menos intensa que em outros espaços livres. Outras utilizações identificadas nos levantamentos foram: corrida, bicicleta e descanso.

Figura 83: Imagem aérea com mapeamento de principais atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes no espaço livre 08 – Parque Cambuí

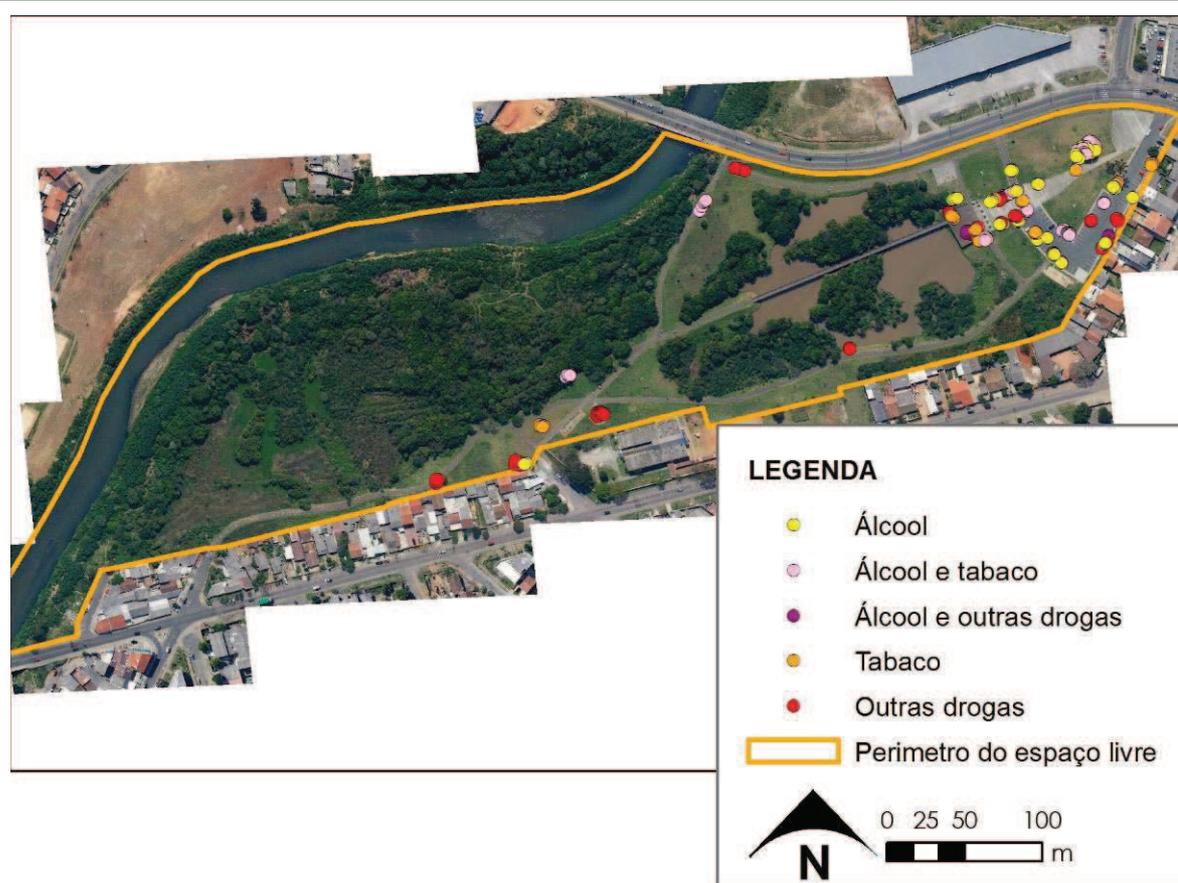


Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

Foi identificada uma gama variada de atividades de risco envolvendo crianças e adolescentes no Parque Cambuí. No total, foram levantadas 218 dessas situações, a grande maioria envolvendo álcool (54 ocorrências), tabaco (40) ou a combinação dos dois (68). A identificação de uso de outras drogas por crianças ou adolescentes somou 49 situações e o uso destas, somado a bebidas alcoólicas, totalizou outros 7 episódios.

É interessante notar que a grande maioria das ocorrências foi identificada nas áreas mais qualificadas do espaço, onde há maior fluxo de pessoas e melhores condições de infraestrutura, como, por exemplo, iluminação. As porções mais internas, mais “escondidas” e isoladas, não se caracterizaram por forte presença de atividades de risco durante a pesquisa de campo (Figura 84).

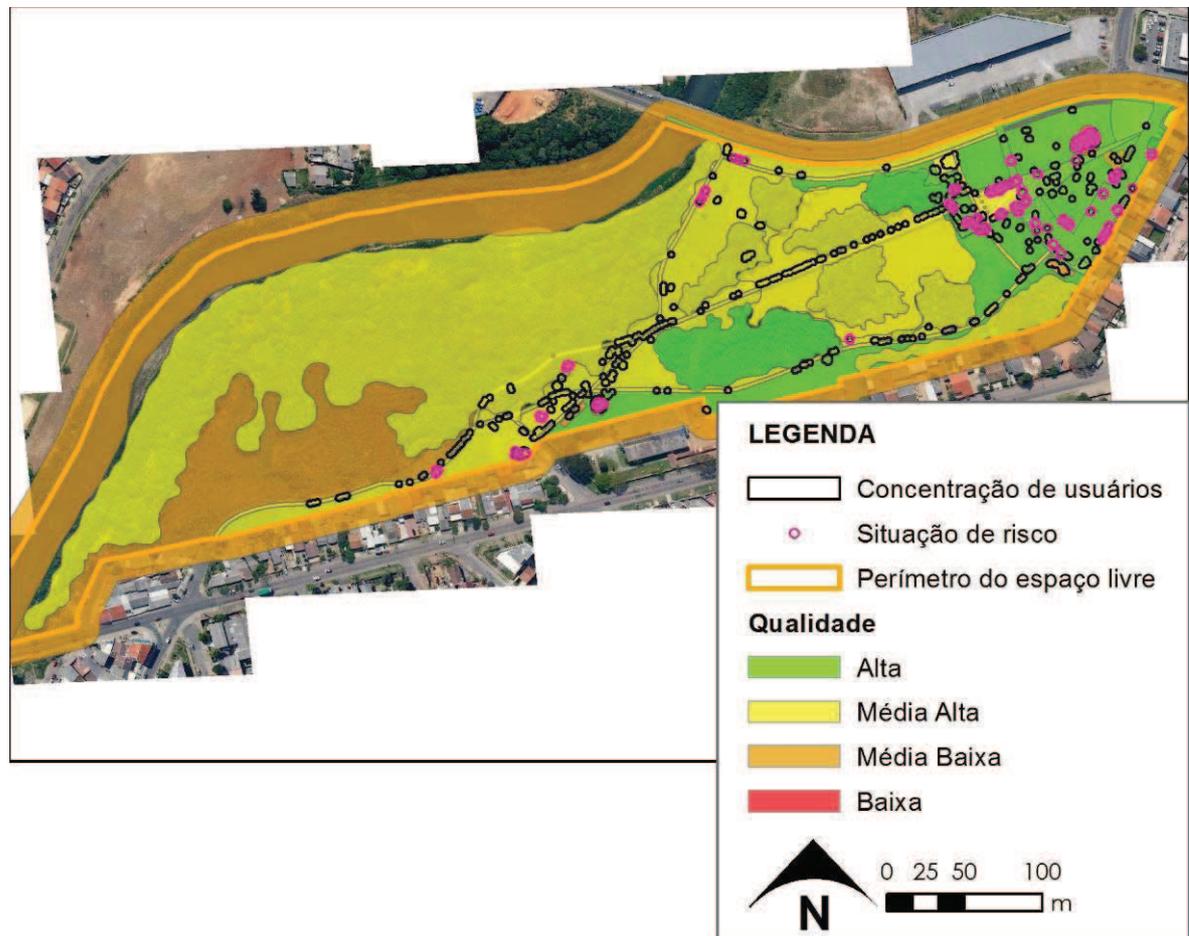
Figura 84: Imagem aérea com mapeamento de identificação de atividades de risco para crianças e adolescentes no espaço livre 08 – Parque Cambuí



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.3 – Utilização dos espaços livres selecionados: observação direta.

O parque apresenta forte concentração de usuários em seus locais de média alta e alta qualidade, que formam a maior parte do espaço (Figura 85). As amplas áreas livres e ambientes arborizados na porção leste, de elevado grau qualitativo, recebem grande número de frequentadores, dispersos por praticamente toda a sua extensão. Diferentemente de outros locais analisados, a boa qualidade em geral reflete na significativa quantidade de visitantes identificada.

Figura 85: Imagem aérea com mapeamento de concentração de usuários e classificação de qualidade do espaço livre 08 – Parque Cambuí



Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2014) e nos procedimentos metodológicos apresentados na subseção 2.2.2.4 – Relações entre padrões de utilização e qualidade dos espaços livres selecionados: análise relacional.

Ainda que as situações de risco estejam dispersas por todo o parque, é possível perceber maior concentração na área leste, onde são encontradas as áreas de maior qualidade. Destaca-se a sua ocorrência nos locais de encontro, no estacionamento e nas áreas arborizadas próximas à entrada.

O Parque Cambuí apresenta expressiva característica de multifuncionalidade, notadamente na porção leste, o que faz com que tais regiões sejam utilizadas das mais diversas maneiras pelos usuários, conforme pressuposto apontado por Daroda (2012).

Destaca-se, ainda, a grande utilização das áreas gramadas, onde os indivíduos e os grupos sociais se sentem à vontade para a apropriação da forma que

melhor lhes couber, criando seus próprios e efêmeros territórios (HAESBAERT, 2012; 2013).

A partir dessas análises de utilização dos espaços livres selecionados e dos resultados obtidos no estudo da sua qualidade, torna-se possível a síntese integrada dessas variáveis, visando à formulação de fundamentos à gestão de espaços livres urbanos, dos seus sistemas específicos e da própria cidade.

#### 4.4 AVALIAÇÃO INTEGRADA

Não obstante as peculiaridades de cada aspecto interpretado por espaço livre, os principais resultados apresentados nas subseções anteriores são sintetizados, de forma integrada, no Quadro 13, o qual relaciona as variáveis de análise, identificando suas possíveis interações.

Entre os oito espaços livres estudados, cinco apresentam classificação idêntica entre qualidade espacial e nível de utilização por crianças e adolescentes. Este resultado aponta a relação direta entre essas duas variáveis, o que corrobora a assertiva de Cassou (2009), que vincula a qualidade do ambiente à frequência de uso. Alex (2011) também identifica a variedade e adaptabilidade espacial como fatores importantes para a potencialização da frequência. Assim, é possível diagnosticar que espaços de maior nível qualitativo tendem a uma utilização mais intensa por parte de crianças e adolescentes.

Por outro lado, a relação direta não é confirmada quando se analisa a qualidade da praça e as situações de risco envolvendo a drogadição. De fato, apenas uma delas possui classificação semelhante entre essas duas variáveis. Também não é possível identificar relação inversa, já que em apenas três das áreas analisadas os resultados foram totalmente díspares entre esses dos parâmetros.

Quadro 13: Matriz de síntese de classes gerais de qualidade e de utilização dos espaços livres selecionados associadas à classificação de riscos envolvendo crianças e adolescentes usuários dos locais

Espaços livres		Qualidade	Utilização	Riscos
01 Praça Vale Verde		Yellow	Red	Light Green
02 Praça Gregório Piatkowski		Yellow	Yellow	Yellow
03 Praça Jocelina Dias de Melo		Red	Red	Light Green
04 Praça Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos		Yellow	Yellow	Light Green
05 Praça da Rua Darci Vargas		Red	Red	Light Green
06 Praça São Rafael		Yellow	Light Green	Light Green
07 Praça da Rua Joana Maria Ferreira		Yellow	Red	Light Green
08 Parque Cambuí		Light Green	Light Green	Red

Fonte: Elaborado com base nos resultados apresentados nas subseções 4.2 – Qualidade – e 4.3 – Utilização dos espaços livres selecionados.

Notas: classes gerais:

 = superior

 = intermediária

 = inferior

No caso dos riscos, a classe alta representa menor grau de vulnerabilidade.

Quando se relaciona grau de utilização e situações de risco, percebe-se a inversão da relação entre as duas variáveis, uma vez que quatro espaços livres considerados de baixa classificação de nível de uso receberam a classe mais alta na análise do risco à drogadição. Isso pode ser entendido como a tendência de locais de menor frequência à sua menor apropriação para o consumo de substâncias psicoativas.

Para adequada compreensão dessa relação, torna-se fundamental a identificação do perfil do usuário sob ameaça no espaço livre. Conforme avaliado por Paulilo e Jeolás (2000), os adolescentes podem ser considerados o grupo etário sob maior suscetibilidade ao comportamento de risco, além de estarem em uma fase de necessidade de afirmação perante seus pares. Aliam-se a esse fato, as palavras de Flores (2011) e Oliveira (2006), que identificam as atividades de encontro como as predominantes entre esses indivíduos, principalmente nos espaços livres, possibilitando o entendimento das razões pelas quais os espaços utilizados mais frequentemente também tendem a ser os que apontam maiores índices de drogadição.

A partir da apreciação da matriz e dos tópicos anteriores, depreendem-se as seguintes análises que podem ser generalizadas para toda a área de estudo e que permitem o correspondente traçado de subsídios ao processo de planejamento, projeto e gestão de espaços livres em situações de periferia urbana:

- a) é possível relacionar o nível de utilização com a qualidade dos espaços livres, ainda que esta não seja a única variável que determina o modo e a intensidade de uso de determinada área. Assim, os projetos desses locais devem primar por soluções voltadas à (re)qualificação espacial, em associação com o atendimento dos anseios dos seus atuais ou potenciais usuários;
- b) não foi possível associar qualidade do espaço com propensão à exposição a situações de risco, a qual parece estar muito mais vinculada à atividade e à faixa etária, ocorrendo com frequência entre adolescentes que utilizavam os espaços de estudo para o encontro. Esse fato não significa, obviamente, que esta atividade não deva ser fomentada, porém o processo de planejamento e

- gestão desses espaços deve contemplar outras alternativas que auxiliem na mitigação de riscos sociais;
- c) quando diferentes usos se aproximam fisicamente na praça ou no parque, tais compartimentos tendem à maior concentração de usuários. Portanto, a disponibilização de equipamentos nesses locais deve permitir a integração entre funções, garantindo a multifuncionalidade espacial;
  - d) a ineficiente conservação de determinados equipamentos ou compartimentos é mais prejudicial à qualidade da área como um todo do que a sua inexistência. Por exemplo, um *playground* em estado precário, além de não ser utilizado, deprime a qualidade de seu entorno imediato e, conseqüentemente, de todo o espaço livre. Portanto, tão importante quanto a disponibilização desses elementos à população, é a previsão do correto gerenciamento das suas condições para seu usufruto;
  - e) de modo geral, crianças tendem a se apropriar de todo o espaço livre para o lazer ativo, utilizando *playgrounds*, áreas abertas e equipamentos esportivos para uma grande diversidade de brincadeiras. Conseqüentemente, essa característica deve ser considerada na concepção projetual de parques e praças de modo a garantir um dos seus mais importantes direitos fundamentais;
  - f) os adolescentes, de forma genérica, tendem a utilizar o espaço livre para o encontro com seu grupo específico. Logo, concentram-se em lugares de permanência ou em locais arborizados. Por decorrência, deve ser prevista a implementação de tais setores nos projetos dessas áreas, os quais devem estar relacionados com os demais compartimentos e equipamentos da praça ou parque;
  - g) tanto crianças quanto adolescentes convergem sua permanência no espaço livre para o período vespertino. Porém, os últimos tendem a permanecer no espaço até os horários da noite, quando se tornam a faixa etária predominante nas praças e parques. Dessa maneira, além de garantir a segurança noturna, a gestão do espaço pode se

valer dessa característica para a promoção de ações referentes a esse público alvo nesses horários;

- h) da comparação dos índices de uso de substâncias psicoativas nos espaços livres com os referentes a todo o município, percebe-se que não há maior grau de situações de risco na área de estudo do que em qualquer outro ponto da cidade, com o consumo de drogas ocorrendo da mesma forma que no restante da malha urbana.

O processo de planejamento e projeto de tais áreas deve, fundamentalmente, estar atrelado a um robusto diagnóstico do entorno, analisando as efetivas necessidades da população e suas possíveis formas de apropriação espacial, buscando soluções vinculadas à realidade local ao invés da adoção de projetos padronizados, adotados na maioria das praças de periferia.

Da mesma forma que o espaço livre deve atender a padrões elevados de qualidade, assim deve ser com o tratamento dispensado ao seu entorno, com vistas não somente à garantia de acessos e circulações facilitados, bem como à correta integração visual e funcional entre locais públicos e privados, ampliando a sensação de segurança e vigilância da área.

Em síntese, o espaço livre deve ser o mais multifuncional possível, permitindo diversas formas de apropriação e territorialidade, por meio do atendimento de diversos grupos sociais.

## 5 CONCLUSÃO

Os termos-chave da **fundamentação teórica** – espaços livres, crianças e adolescentes, e paisagens urbanas periféricas – são assuntos amplamente debatidos no meio acadêmico. No entanto, algumas considerações se fazem necessárias quando do aprofundamento desses temas:

Ainda que os espaços livres possuam vasta documentação no que se refere aos seus conceitos fundamentais e à sua evolução histórica, carecem de maior profundidade em trabalhos de formulação de indicadores de qualidade, seja de infraestrutura, seja de uso ou de paisagem.

Do mesmo modo, o estudo sobre infância e juventude é extensivamente detalhado em seus aspectos sociais, psicológicos e biológicos. Todavia, aqueles que eventualmente interpretam relações estabelecidas entre estes públicos específicos e os espaços livres não alcançam níveis de maior pormenorização. Quando existentes, baseiam-se, quase exclusivamente, na percepção e na experiência do pesquisador, carecendo, muitas vezes, de desenvolvimento metodológico passível de validação e replicação.

A pesquisa bibliográfica sobre áreas periféricas e suas interações com os outros dois itens – crianças e adolescentes, e espaços livres – revelou larga variedade conceitual, porém quase sempre associando o termo “periferia” à ocupação irregular ou extremamente empobrecida, às margens da cidade legal. Há, portanto, uma importante lacuna na apreciação das associações entre as outras regiões periféricas urbanas e seus locais de uso comum.

Esse hiato dificultou sobremaneira a avaliação da importância desses espaços, que, apesar de ainda considerados periféricos em um contexto social e geográfico, possuem suas necessidades mínimas atendidas e, portanto, apresentam novas demandas em seus lugares coletivos.

Com possibilidade de replicação de métodos e técnicas em estudos futuros, entende-se que os **procedimentos metodológicos** adotados foram adequados para o alcance do objetivo geral estipulado, tornando possível a avaliação das relações existentes entre a qualidade de espaços livres inseridos em paisagens periféricas e os padrões de sua utilização, especialmente por crianças e

adolescentes, ainda que não tenha sido estabelecido o estreito vínculo entre níveis qualitativos espaciais e a concentração de atividades de risco desses grupos etários, notadamente no que se refere ao consumo de substâncias psicoativas.

A partir do cumprimento do primeiro objetivo específico, voltado à contextualização da área de estudo – rede de sete praças e um parque no bairro Cidade Industrial de Curitiba (CIC) –, por meio de seus aspectos históricos, antrópicos e naturais, identificando suas características de região periférica no contexto da capital paranaense, a adaptação de técnicas de levantamento e análise de informações sobre padrões de uso e qualidade dos espaços foi eficaz para a interpretação dos relacionamentos entre estas duas variáveis principais.

O método de qualificação da infraestrutura dos locais selecionados, adaptado de metodologia similar utilizada em parques norte-americanos, mostrou-se consistente e abrangente, obtendo resultados fundamentais à concretização do segundo objetivo específico, principalmente pela capacidade de avaliação dos espaços e seus equipamentos, não apenas por suas condições de manutenção, mas também pela sua recíproca associação e proximidade.

A identificação dos perfis de uso espacial – geral e específico de crianças e adolescentes –, consiste no ponto mais relevante da presente pesquisa, referente ao terceiro objetivo específico. A metodologia original, destinada à análise das atividades físicas realizadas em praças e parques, foi insuficiente para a produção de resultados passíveis de serem confrontados com a qualidade desses ambientes. Sua alteração, incluindo a localização do indivíduo e dos grupos de usuários, gerou um método capaz de analisar conjuntamente as questões sociais e espaciais, relacionando o modo de apropriação do local às suas próprias condições morfológicas, viabilizando a consecução do quarto objetivo específico.

A avaliação integrada dos **resultados alcançados** com vistas à sistematização de fundamentos para gestão urbana – pertinente ao quinto e último objetivo específico – evidencia que, assim como nas áreas centrais, o processo de planejamento, projeto e gestão dos espaços livres nas periferias urbanas deve contemplar aspectos peculiares dessa realidade, a partir de diagnóstico detalhado dos seus futuros frequentadores, da morfologia do seu entorno e das suas características intrínsecas.

Conforme apresentado no início desta seção, a produção científica sobre espaços livres carece de metodologias capazes de ponderar a sua qualidade de infraestrutura e as formas de sua apropriação pelos usuários. Assim, infere-se que uma das contribuições mais relevantes desta pesquisa reside na construção de métodos de avaliação destas duas variáveis, baseados em critérios mais inerentes e tangíveis, passíveis de replicação em quaisquer outros setores urbanos, sem necessidade de extensivos ajustes.

Assim como as características espaciais próprias, as condições do entorno conformam variáveis impactantes no nível de utilização das praças e parques pelos diversos indivíduos e grupos sociais, tanto em termos de infraestrutura quanto com relação ao significado coletivo desses ambientes.

Por outro lado, tem-se ciência de que os procedimentos adotados focam apenas aspectos interiores ao espaço de análise e às vizinhanças próximas, sendo a área de inserção estudada a partir da contextualização de seus principais elementos. Assim, recomenda-se que trabalhos futuros invistam em desenvolvimento metodológico para investigação dos impactos – positivos e negativos – relacionados aos entornos imediato e ampliado, em termos tanto de qualidade espacial quanto de uso funcional.

Ao complementar os métodos indicados neste trabalho, outras pesquisas possibilitariam o entendimento mais abrangente da situação da rede de espaços analisados. Outra possibilidade interessante consiste na aplicação das técnicas utilizadas em regiões de contexto socioeconômico diverso, o que, controladas as variáveis intervenientes, permitiria a comparação entre interferências das circunvizinhanças na área de estudo.

Vale mencionar, ainda, a comprovação, pelos resultados da pesquisa, da hipótese de que espaços livres com qualidade mais elevada tendem a atrair maior contingente de crianças e adolescentes, especificamente em periferias socialmente deprimidas.

Todavia, depreende-se que a variável qualitativa não é a única condicionante da modalidade e da intensidade de utilização desses locais. Mesmo com o público alvo tendendo à concentração em lugares de maior qualidade, investigações complementares poderiam tratar outras variáveis interferentes nas opções de uso dos espaços livres.

Também se verifica a inexistência de relação direta entre a qualidade espacial e a exposição de crianças e adolescentes a situações de riscos, inclusive aquelas pertinentes ao consumo de substâncias psicoativas, frente ao fato de que esta prática é prioritariamente vinculada a atividades sociais e apenas secundariamente a características físicas do local.

Por fim, cabe lembrar que a presente pesquisa é parte integrante de investigação mais ampla, que apresenta outras visões sobre o tema, a partir de variados projetos em nível *stricto* e *lato sensu*, assim como no âmbito da iniciação científica e do desenvolvimento tecnológico e inovação. A união dessas diferentes óticas e dos seus diferenciados resultados pode gerar bases para diagnósticos mais ampliados sobre paisagens socializadas, fomentando o aperfeiçoamento do processo de gestão socioespacial e urbana a partir de diretrizes para o enfrentamento da problemática dos espaços livres e seus modos de apropriação pelos diversos grupos sociais, em especial as crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

- ABBUD, Benedito. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. São Paulo: Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, 2006.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, II, Rio de Janeiro, 2006. **Comunicações...** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 2006. p.1-5.
- ANDRADE, Ângela Andrade Nobre de. A criança na sociedade contemporânea: do ‘ainda não’ ao cidadão em exercício. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, v.11, n.1, p.161-174, 1998.
- AGÊNCIA CURITIBA. **Histórico de Curitiba**. 2014. Disponível em: <<http://www.agencia.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo.aspx?codigo=222>>. Acesso em: 08 jan. 2015.
- ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade-modelo”**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2007.
- ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. 2.ed. São Paulo: Editora do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo – SENAC-SP, 2011.
- ALVAREZ, Karla Lopez Blanco. **O projeto de espaços públicos na periferia de São Paulo: uma questão sócio-ambiental**. 2008. 219f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, São Paulo, 2008.
- ANDRADE, Valci Rubens Oliveira de. **Antonio Lemos e as obras de melhoramentos urbanos em Belém: a Praça da República como estudo de caso**. 2003. 195f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AYRES, José Ricardo Carvalho Mesquita; FRANÇA JÚNIOR, Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALLETI FILHO, Haraldo César. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, Regina Maria; PARKER Richard. (Orgs.) **Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p.50-71.

BAPTISTA, Maria Elisa. A construção de um espaço de fronteiras: espaço público e cidadania. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.) **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte, C/Arte, 2003. p.97-108.

BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de; MAMMARELLA, Rosetta. **O significado dos condomínios fechados no processo de segregação espacial nas metrópoles**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – FEE – Siegfried Emanuel Heuser, 2007. (Textos para Discussão FEE n.19)

BEDIMO-RUNG, Ariane L.; MOWEN, Andrew J.; COHEN, Deborah A. The significance of parks to physical activity and public health: a conceptual model. **American Journal of Preventive Medicine**. Oxford: Oxford University Press, v.28, p.159-168, 2005.

BEDIMO-RUNG, Ariane L. **Environmental determinants of physical activity in parks**. –BRAT – Direct Observation Reference Manual. LSU School of Public Health, New Orleans, 2007.

BERTONI, Neilane; BASTOS, Francisco; MELLO, Maeve Brito; MAKUCH, Maria Yolanda; SOUZA, Maria Helena; OSIS, Maria José; FAÚNDES, Aníbal. Uso de álcool e drogas e sua influência sobre as práticas sexuais de adolescentes de Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP-FIOCRUZ), v.25, n.6, p.1350-1360, jun. 2009.

BONAMETTI, João Henrique. A paisagem urbana como produto de poder. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.2, n.2, p.259-273, jul.-dez. 2010.

BORGES, William Antonio; ROCHA, Marcio Mendes. A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho. **Geografia**, Rio Claro, SP: Associação de Geografia Teorética – AGETEO, v.29, n.3, p.383-400. set.-dez. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988.

BRASIL. Lei Federal N° 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jul. 1990.

BRASIL. Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Artigo 255, Parágrafo 1º, Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

BRASIL. Lei Federal N° 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

CALDEIRA, Junia Marques. **A praça brasileira** – trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. 432f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2000.

CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. **Por dentro de Copacabana: descobrindo os espaços livres do bairro**. 2010. 193f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CARLINI, Elisaldo Luiz de Araujo; GALDURÓZ, José Carlos Fernandes, NOTO, Ana Regina; NAPPO Solange Aparecida. **II Levantamento Domiciliar de Drogas Psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país** – 2005. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, 2005.

CASSOU, Ana Carina Naldino. **Características ambientais, frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba, PR**. 2009. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Rosineide Venancio Majer, v.1, 6.ed. São Paulo: Terra e Paz, 2002.

CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas, v.13, n.14, p.53-73, dez. 2006.

CASTRO, Michele Guedes Bredel de. Noção de criança e infância: diálogos, reflexões, interlocuções. In: Congresso de Leitura do Brasil – COLE, 16°, Campinas, 2007. **Anais...** Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH – da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2007. s.p.

CECILIA, Bruno Santa. Edificações e espaços livres: dois recortes da arquitetura de Minas Gerais. **Arq.Urb – Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo: Universidade São Judas Tadeu – USJT, n.1, p.56-69, 2008.

CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira. **Evolução da ocupação urbana da Cidade Industrial de Curitiba – CIC**. 1994. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1994.

CHIESA, Paulo; BARNABÉ, Paulo Marcos Mottos; ROSANELI, Alessandro Filla; GOMES, Cláudio José Menna Barreto. O sistema de espaços livres e a paisagem urbana em Curitiba - PR. In: CAMPOS, Ana Cecília Arruda; QUEIROGA, Eugênio Fernandes; GALENDER, Fany; DEGREAS, Helena Napoleon; AKAMINE, Rogério; MACEDO, Sílvio Soares; CUSTÓDIO, Vanderli (Orgs.) **Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, 2012. p.45-72.

COELHO, Glauci; DUARTE, Cristiane Rose; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. A criança e o espaço vivido favela: a complexidade do espaço nas interações da infância. **Oculum Ensaios**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, n.6, p.74-87, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.

COSTA, Geraldo Roberto Martins. Urbanismo e paisagismo na concepção de praças. In: Encontro Nacional de Estudos do Meio Ambiente – ENEMA, 4º, Cuiabá, 1993. **Anais...** Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso – ICHS/UFMT, 1993. p.241-249.

COSTA, Danielle de Oliveira. **Parâmetros normativos para a gestão de parques urbanos no Distrito Federal**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2011.

COSTA, Lucia Maria Sá Antunes. Parque do Flamengo: a construção cotidiana de um espaço democrático. **Paisagem e Ambiente: ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/ USP, n.8, p.211-232, dez. 1995.

COUTO, Beatriz. A Barra [da Tijuca] e a morte anunciada da cidade [maravilhosa]: o capital imobiliário, os urbanistas e a vida urbana no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.) **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte, C/Arte, 2003. p.112-142.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CUNHA, Rita Dione Araújo. Os espaços públicos abertos e as leis de uso e ocupação do solo: uma questão de qualidade para ambientes sustentáveis. In: Encontro nacional sobre edificações e comunidades sustentáveis – ENECS 2003, São Carlos, 2003. **Anais...** São Carlos: Universidade de São Paulo – USP, 2003. s.p.

CUNHA, Rita Dione; ORTH, Dora Maria. Praças e áreas de lazer como ambiente construído influenciando na qualidade de vida urbana. In: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC 2000, Salvador, 2000. **Anais...** Salvador: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ANTAC, 2000. p.474-475.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2012.

DE PAOLI, Paula. Do resíduo à figura: o projeto do espaço público nas periferias cariocas. In: Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura – Projetar 2005, II, Rio de Janeiro, 2005. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005. s.p.

DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000. p.7-18.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1997.

DESCHAMPS, Marley Vanice. **Vulnerabilidade socioambiental na Região Metropolitana de Curitiba / PR**. 2004. 192f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2004.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**: anotado e interpretado. 2.ed. São Paulo: FTD, 2011.

DUARTE, Paulina do Carmo Arruda Vieira; STEMPLIUK, Vladimir de Andrade; BARROSO, Lúcia Pereira (Orgs.) **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, 2009.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – NESA-UERJ, v.2, n.2, p.6-7, jun. 2005.

FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos**: O caso do Passeio Público da Cidade do Rio de Janeiro. 2005. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2005.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa Ferreira; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; PENNA, Nelba de Azevedo. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XVI, Caxambu, MG, 2008. **Anais...** Caxambu-MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2008. p.1-18.

FLORES, Laís Regina. O uso dos espaços livres escolares nas diferentes idades. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.29, p.137-152, 2011.

FORMAN, Richard T. T.; GODRON, Michael. **Landscape ecology**. New York: John Wiley & Sons, 1986.

FRANCO, Raquel Rodrigues. **A fundamentação jurídica do direito de brincar**. 2008. 253f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina, 2008.

GADENS, Letícia Nerone; HARDT, Letícia Peret Antunes; FREY, Klaus. Das práticas de gestão de grandes projetos urbanos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, v.21, p.21-32, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Maria Rosângela. A praça pública como indicador dos problemas socioambientais na cidade de Natal/RN. **Sociedade e Território**, v.24, n.1, p.134-145, Natal, jan./jun. 2012.

GONÇALVES, Fábio Mariz. Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos. **Paisagem e Ambiente – Paisagem Urbana**, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.15, p.9-33, 2002.

GOOGLE EARTH. **Imagem aérea de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2014.

GROSBAUM, Márcia. **O espaço público no processo de urbanização de favelas**. 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL, X, São Paulo, 2005. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2005. p.6.774-6.792.

HAESBAERT, Rogério. Diásporas e migrantes: da transterritorialidade à contenção dos novos muros. **Humanidades**, Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UNB, v.59, p.54-65, 2012.

HAESBAERT, Rogério. De espaço e território, estrutura e processo. **Economía, Sociedad y Territorio**, Zinacantepec: El Colegio Mexiquense, v.43, p.805-815, 2013.

HARDT, Letícia Peret Antunes. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana: aplicação a Curitiba** – PR. 2000. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba. 2000.

HARDT, Letícia Peret Antunes. Ecologia da paisagem: fundamentos à gestão do espaço urbano. **Olam Ciência e Tecnologia**. Rio Claro, SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP, v.4, n.1, p.597-612, abr. 2004.

HARDT, Letícia Peret Antunes HARDT, Carlos. Subsídios à formulação de políticas de gestão do desenvolvimento metropolitano sustentável. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, II, 2004. **Anais...** Indaiatuba, SP: ANPPAS, 2004. p.1-14.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Contexto histórico de intervenção na paisagem e espaços urbanos. In: **Paisagem e Ambiente: Ensaios**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.23, p.101-107, 2007.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. Gestão da qualidade da paisagem e de vida da população urbana: ensaio metodológico aplicado a Curitiba, Paraná. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XIV, Caxambu, MG, 2008. **Anais...** Caxambu-MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2008. p.1-16.

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos; PELLIZZARO, Patrícia Costa; RODERJAN, Carlos Vellozo. **Paisagem Protegida: gestão de unidades de conservação em áreas urbanas**. Curitiba: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2011. (Relatório de pesquisa)

HARDT, Letícia Peret Antunes; HARDT, Carlos. **Paisagem Socializada: grupos sociais resgatados em espaços esquecidos**. Curitiba: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, 2015. (Relatório de pesquisa)

HUET, Bernard. Espaços públicos, espaços residuais. In: MEYER, Regina Maria Proserpi. **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para uma cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2001. p.147-151

IANISKI, Gicéli Maria. A criança e seu espaço na sociedade contemporânea. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, IX; Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, III, **Anais...** Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, 2009. p.3048- 3060.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar: 2012**. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Curitiba em dados: mapas temáticos**. 2012. Disponível em: <[http://ippucweb.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba\\_em\\_dados\\_Pesquisa.htm](http://ippucweb.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm)>. Acesso em: 07 jan. 2015.

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **A cidade que queremos**: Regional CIC. Curitiba, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JATAHY, Larissa Albano. A criança e o adolescente na sociedade contemporânea. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí: Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, v.6, n.3, p.1400-1414. 2011.

JEFFERY, C. Ray. **Crime prevention trought enviromental design**. Beverly Hills, CA: Sage, 1971.

KAMINSKI, Gustavo. **Avaliação da vulnerabilidade socioambiental em ambientes urbanos sensíveis**. 2012. 288f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2012.

KLIASS, Rosa Grena. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KLIASS, Rosa Grena. MAGNOLI, Miranda Martinelli. Áreas verdes de recreação. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, n.21, p.245-256, 2006.

KOOLHAAS, Rem. **Rem Koolhaas: três textos sobre a cidade**. Tradução de Luis Santiago Baptista. Barcelona: Gustavo Gili, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LANSKY, Samy. Circuitos da infância urbana. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. 32°, Caxambu, MG, 2008. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2008. p.1-22.

LANSKY, Samy. **Praça Jerimum: cultura infantil no espaço público**. 2006. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de Cortez (Org.) **História social da infância no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.179-201

LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. Um sistema de espaços livres para São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA-USP, v.25, n.71. p.159-174. jan.-abr. 2011.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira; CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João. Carlos; SOUSA, Maria Alice de Lourdes Bueno; FIALHO, Nilva de Oliveira; DEL PICCHIA, Paulo Celso Dornelles. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana – CBAU, 2, 1994. São Luiz, MA. **Anais...** São Luiz, MA: Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU; Imprensa da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão – EMATER-MA, 1994. p.1-14.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. A reconquista dos espaços públicos: um processo urbano e social. In: Seminário de Arquitetura Latinoamericano – SAL, XI, Oaxtepec Morelos, México, 2005. **Anais...** Oaxtepec Morelos, México: Universidade Autônoma Metropolitana – UAM, 2005. p.1-16.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, v.1, n.1, p.125-139, jan./jun. 2005.

LOPES, Wilza Gomes Reis; MATOS, Karenina Cardoso; LEITE, Nícia Bezerra Formiga. **A paisagem urbana e o sistema de espaços livres da cidade de Teresina, Piauí**. Disponível em: [silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-16.pdf](http://silviomacedo.files.wordpress.com/2011/11/artigo-16.pdf). Acesso em: 26 jan. 2015.

LYNCH, Kevin Andrew. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LYNCH, Kevin Andrew. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, 1999.

MACEDO, Sílvio Soares; ROBBA, Fábio. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

MACEDO, Sílvio Soares; SAKATA, Francine. Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2003.

MAGNOLI, Miranda Martinelli. **Espaços livres e urbanização**: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. 1982. 116f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, São Paulo, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo** – desigualdade, ilegalidade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades – o caso da cidade Porto. **Observatorium – Revista Electrónica de Geografia**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – UFB, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.

McKENZIE, Thomas L.; COHEN, Debora A. **SOPARC (System for Observing Play and Recreation in Communities)** – Descriptions and procedure manual. 2006. Active living Research. Disponível em: <http://activelivingresearch.org/soparc-system-observing-play-and-recreation-communities>. Acesso em: 15 out. 2014.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Salto para o futuro** – Edição especial: história da infância e direitos da criança. Rio de Janeiro, 2009.

MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado; FERREIRA, Alessandra Paulina. Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. REA – **Revista Eletrônica de Administração**, Franca: Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Universitário de Franca – UNI-FACEF, v.11, n.12, p.1-21, jan.-jul. 2008.

MEDEIROS, Fernanda Cavalcanti; PAIVA, Ilana Lemos; BEZERRA, Marlos Alves. A relação drogadição-violência sob a perspectiva dos jovens da periferia de Natal / RN. In: PAIVA, Ilana Lemos; BEZERRA, Marlos Alves; SILVA, Geórgia Sibeles Nogueira; NASCIMENTO, Périson Dantas (Orgs.) **Infância e Juventude em contextos de vulnerabilidade e resistências**. São Paulo: Zagodoni, 2013. p.239-252.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriação do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, v.7, n.2, p.296-306, ago. 2007.

MENEGAT, Elizete. **Do espaço público ao espaço urbano**: uma ontologia tentativa. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo – SHCU, VI, Natal, 2000. **Anais...** Natal: p.1-12. 2000.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NASCIMENTO, Périson Dantas do. Marionetes, mamulengos, fantoches, papangus – compreendendo a constituição do lugar social de “tumulto para as juventudes. In: PAIVA, Ilana Lemos de; BEZERRA, Marlos Alves; SILVA, Geórgia Sibeles Nogueira da; NASCIMENTO, Périson Dantas do. (Orgs.). **Infância e juventude em contextos de vulnerabilidades e resistências**. São Paulo: Zagodoni, 2013. p.81-109.

OJIMA, Ricardo; MONTEIRO, Felipe Ferreira; NASCIMENTO, Tiago Carlos Lima do. Urbanização dispersa e mobilidade no contexto metropolitano de Natal: a dinâmica da população e a ampliação do espaço de vida. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PPGTU-PUCPR, v.7, n.1, p.9-20, jan.-abr. 2015,

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. **O papel da praça na cidade: aspectos ambientais, de uso e de percepção.** 2005. 266f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, 2005.

OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; CAMILO, Adriana Almeida; ASSUNÇÃO, Cristina Valadares. Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: relação com pares e negociação de diferenças. **Temas em Psicologia da SBP**, Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP, v.11, n.1, p.61-75, 2003.

OLIVEIRA, Sérgio. **Os adolescentes e o espaço público: um estudo na Amora (Seixal – Portugal).** 2006. 156f. Dissertação (Mestrado em Desenho Urbano) - Universitat de Barcelona – UB, Barcelona, 2006.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos da Criança.** United Nations Children's Fund – UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 1959.

ONU – Organização das Nações Unidas. **A Convenção dos Direitos da Criança.** S.I.: United Nations Children's Fund – UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), 1989.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João Almeida. **Metodologia científica.** 2.ed. São Paulo: Cengage, 2012.

PAULILO, Maria Ângela Silveira; JEOLÁS, Leila Solberger. Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximação teórica. **Serviço Social em Revista**, Londrina: Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, v.3, n.1, p.39-60, jul./dez. 2000.

PAVIANI, Aldo. Periferização urbana. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Metropolização e urbanização – a gestão dos conflitos em Brasília.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília – UNB, 1987. p.33-49.

PAVIANI, Aldo. A lógica de periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação.** 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p.182-190.

PEREIRA, Maria Madalena Dias Calhau Esquível. **Praças públicas sustentáveis: caso de renovação das praças.** 2008. 142f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Técnica de Lisboa – UTL, Lisboa, 2008.

PILOTTO, Ângela Seixas. **Área metropolitana de Curitiba: um estudo a partir do espaço intra-urbano.** 2010. 196f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2010.

PINTO, Renata Inês Burlacchini Passos da Silva. **A praça na história da cidade: o caso da Praça da Sé – suas faces durante o século XX (1933/1999).** 2003. 219f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2003.

PIRES, Antônio Geraldo Magalhães Gomes; SANTOS, José Antônio Gazabin dos. Ruas, praças e parques: um mergulho em espaços públicos marginalizados. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista: Fontoura, v.7, n.1, p.439-446, 2008.

PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. **Uso e apropriação dos espaços livres públicos e informais de uma área urbana em João Pessoa – PB**. 2005. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2005.

PRETO, Maria Helena de Fátima. **Sistema de espaços livres públicos: uma contribuição ao planejamento local**. 2009. 273f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009.

RELPH, Edward. **A paisagem urbana moderna**. Tradução de Ana MacDonald de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1990.

REZENDE, Patrícia Soares; SOUZA, Josimar dos Reis de; SILVA, Gustavo Oliveira; RAMOS, Renata Ribeiro; SANTOS, Douglas Gomes dos. Qualidade ambiental em parques urbanos: levantamento e análise de aspectos positivos e negativos do Parque Municipal Victório Siquierolli – Uberlândia – MG. **Observatorium – Revista Electrónica de Geografia**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia – UFB, v.4, n.10, p.53-73, ago. 2012.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e segmentação social: o “efeito vizinhança” na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**. São Paulo: Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – EDUC-PUCSP, n.13, p.47-70, 2005.

RICARDO, Carolina de Mattos; SIQUEIRA, Paloma Padilha; MARQUES, Cristina Redivo. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, v.7, n.1, p.200-216, 2013.

RMS – Rede Marista de Solidariedade. **Referências sobre direitos da criança e do adolescente – I**. 2010. Disponível em: <<http://www.solmarista.org.br/UPLOAD/Downloads/8608.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. **Revista da UNIFEBE**, Brusque: Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, v.10, p.105-122, jan.-jun., 2012.

RODRIGUES, Luzia Maria. **A criança e o brincar**. 2009. 43f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ROLINK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Carmem Lúcia Sussel. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC, v.40, n.141, p.693-728, set.-dez. 2010.

SALLES, Leila Maria Ferreira. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. **Estudos de Psicologia**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PPGP-PUC-Campinas, v.22 n.1, p.33-41, jan.-mar. 2005.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**. O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5.ed. São Paulo: Nobel, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

SARRIERA, Jorge Castellá; TATIM, Denise Carvalho; COELHO, Regina Paula Schell; BÜCKER, Joana. Uso do tempo livre por adolescentes de classe popular. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, v.20, n.3, p.361-367, 2007.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba: Universidade Federal do Paraná – UFPR, n.7, p.79-85, 2003.

SCHJETNAN, Mario; PENICHE, Manuel; CALVILLO, Jorge. **Principios de diseño urbano/ambiental**. Ciudad de México: Limusa, 2008.

SCHLEE, Mônica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera Regina. Sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras – um debate conceitual. **Paisagem e Ambiente: Ensaio**, São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, n. 26, p.225-247, 2009.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEHLI, Dyala Assef. **Paisagem socializada**: avaliação perceptual de espaços esquecidos para resgate de grupos sociais de risco na Grande Curitiba. 2015. 288f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba, 2015.

SERPA, Ângelo. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, Eduardo. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p.161-179.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, v.20, n.1, p.148-155, jan./mar. 2006.

SILVA, João Henrique Gomes da. Dinâmica imobiliária e produção do espaço no bairro Planalto, Natal / RN: agente, usos e conflitos. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB, XIII, Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, 2013. p.1-17

SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. **Parques urbanos: a natureza da cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos**. 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2003.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Liberdade assistida: uma polêmica em aberto**. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 1994. (Série Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente)

VANISTENDAEL, Stefan. **Direitos da criança e do adolescente e resiliência: duas abordagens fecundas que se enriquecem mutuamente**. Tradução de Monica Barili. Bruxelas: Bureau International Catholique de l'Enfance – BICE (Escritório Internacional Católico da Infância), 2012. (Cadernos do BICE)

VILLAÇA, Flávio José Magalhães. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Studio Nobel; Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP, 2001.

WHYTE, William Hollingsworth. **The social life of small urban spaces**. New York: Project for Public Spaces, 1980.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE PADRÕES DE  
UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES**

# PRAÇA 01

## PADRÃO DE UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS LIVRES FICHA DE LEVANTAMENTO DE DADOS

data: folha \_\_\_\_\_  
 vazia: \_\_\_\_\_  
 hora: dia \_\_\_\_\_  
 período: I | II | III | IIII | IIIIII | IIIIIII | IIIIIIIII  
 clima temp: ensolarado | nublado | chuvoso  
 0 5 10 20 30

ID	GR	GEN	I	II	IIII	IIIIII	ATV	POS	RIS	ANI

LAZER ATIVO	LAZER PASSIVO	POSIÇÃO	RISCO	PERÍODO
01 Caminhada 02 Corrida 03 Futebol 04 Vôlei 05 Outros esportes de quadra 06 Skate/Patins 07 Playground 08 Jogos físicos de força 09 Bicicleta	00 Leitura 01 Exercícios 02 Descanso 03 Piquenique 04 Vendas	01 Em pé 02 Sentado em móvel 03 Sentado no chão 04 Deitado 05 Veículo 06 Proprio	01 Alcool 02 Drogas 03 Dano 04 Mordedura 05 Abandono	I 7:00 / 8:00 II 10:00/11:00 III 12:00/13:00 IIII 15:00/16:00 IIIIII 18:00/19:00 IIIIIIII 20:00/21:00



















**APÊNDICE B – FICHAS E CRITÉRIOS DE LEVANTAMENTO DE QUALIDADE DE  
INFRAESTRUTURA**



PRAÇA  
**01**

## LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES

0 4,5 9 18 27 m



DATA

FIM

INICIO



PRACA  
**03**

**LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES**



DATA

FIM INICIO




FIM INICIO  
DATA



**LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES**





PRAÇA  
**05**

**LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES**



DATA

FIM

INICIO



PRACA  
**06**

LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES



DATA

FIM INICIO

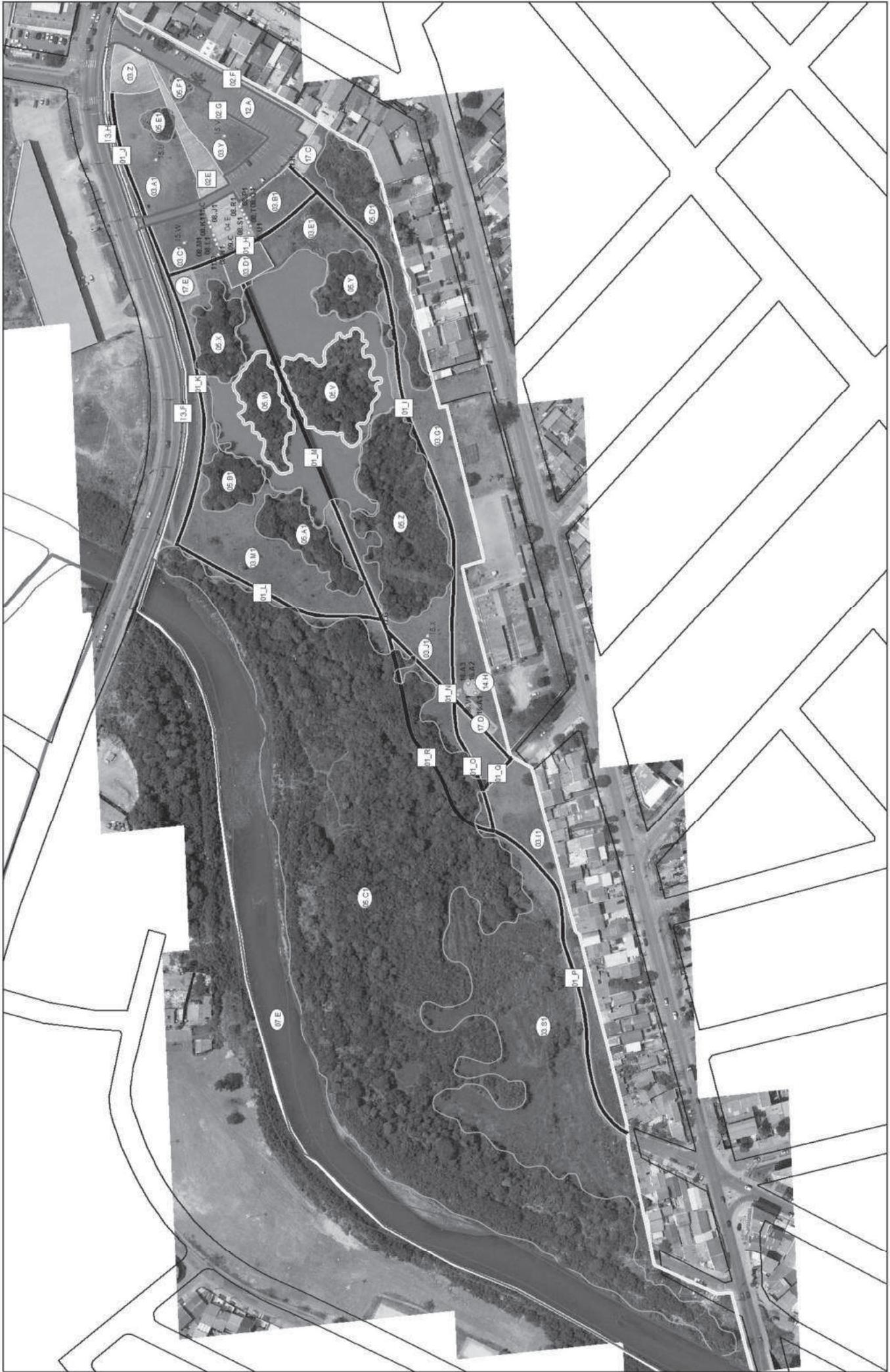




**LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES**



PRAÇA **07**



FIM  
 INICIO  
 DATA



LEVANTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ESPAÇOS LIVRES

PRACA  
**CB**



03	ESPAÇOS ABERTOS	03.A	14.A	15.M	ESC.
03.1	Dimensões				area
03.2	Condição				quali
03.3	Limpeza				quanti
03.4	Niv. elemento de piso				dist
03.5	Prox. Bancos				dist
03.6	Prox. Estac.				dist
03.7	Prox. Via Pública				s/n
03.8	Lago/lagoa adjacente				quali
03.9	Acesso. ao espaço				s/n
03.10	Tilha/caminho adj.				s/n
03.11	Iluminação				s/n

05	ÁREAS ARBORIZADAS	05.A	05.B	05.C	ESC.
05.1	Dimensões				area
05.2	Limpeza				quanti
05.3	Lago/lagoa adjacente				s/n
05.4	Tilha/caminho adj.				s/n
05.5	Formação pedras/rochas				s/n
05.6	Variedade espécies árv. áreas				s/n
05.7	Iluminação				s/n
05.8	Flores silv. estres				s/n
05.9	Fauna				s/n
05.10	Acesso à área				quali

07	RIOS	07.A	07.C	07.E	ESC.
07.1	Largura				larg
07.2	Limpeza				quanti
07.3	Qualidade água				quali
07.4	Movimento da água				quanti
07.5	Disponibilidade bancos				s/n
07.6	Acesso à água				quali
07.7	Profundidade				larg
07.8	Travessia sobre pedras				s/n
07.9	Ausência de mal cheiro				s/n
07.10	Tilha/caminho/Fonte adj.				s/n

08	BANCOS	08.A	16.A	16.B	16.C	ESC.
08.1	Condições					quali
08.2	Conforto					quali
08.3	Poligismo					quali
08.4	Limpeza					quanti
08.5	Largura do banco					larg
08.6	Proximidade a caminho					dist
08.7	Sombreamento					quanti
08.8	Iluminação					s/n

10	ENTORNO MEDIATO	10.A	14.D	14.E	ESC.
10.1	Limpeza				quanti
10.2	Condições				quali
10.3	Possibil. de acesso direto				quanti
10.4	Sensação de segur. entorno				quanti
10.5	Sensação de segur. espaço				quanti
10.6	Vizinh. c/ tráfego constante				s/n
10.7	Visib. do espaço p/ entorno				quanti
10.8	Visib. Do entorno p/ espaço				quanti

15	LUMINÁRIAS	15.A	16.K	16.L	16.M	ESC.
15.1	Limpeza					quanti
15.2	Condições					quali
15.3	Capacidade de iluminação					quanti
15.4	Luz não ofuscante					s/n
15.5	Adequação à função					s/n

14	PLAYGROUND GERAL	14.A	03.N	03.O	ESC.
14.1	Abertura/Visibilidade				dist
14.2	Proximidade a estacionamento.				quali
14.3	Bancos				s/n
14.4	Sombreamento				quanti
14.5	Iluminação				s/n
14.6	Variação cromática				s/n
14.7	Visível a partir da rua				s/n
14.8	Separação de outros áreas				s/n
14.9	Acesso. ao espaço				s/n
14.10	Condições de piso				quali
14.11	Limpeza de piso				quanti
14.12	Niv. elemento de piso				quanti

16	PLAYGROUND BRINQ.	16.A	16.B	16.C	ESC.
16.1	Condições				quali
16.2	Limpeza				quanti
16.3	Maciez "área de pouso"				s/n
16.4	Drenagem "área de pouso"				s/n

18	CAMPOS ESPORTE	18.A	18.B	18.C	ESC.
18.1	Condições de piso				quali
18.2	Limpeza				quanti
18.3	Drenagem				quanti
18.4	Proximidade a playground				dist
18.5	Proximidade a estac.				dist
18.6	Disponibilidade de bancos				s/n
18.7	Sombreamento bancos				s/n
18.8	Proteção de perímetro				quanti
18.9	Presença de componentes				s/n
18.10	Presença de lixeiras				s/n
18.11	Iluminação				quali
18.12	Limpeza das arquibanc.				larg
18.13	Condições das arquibanc.				quanti
18.14	Largura das arquibanc.				larg
18.15	Sombreamento das arquib.				quanti

20	CONDIÇÕES GERAIS	20.A	20.B	20.C	ESC.
20.1	Iluminação geral do espaço				quali
20.2	Manufent. geral do espaço				quali

03	ESPAÇOS ABERTOS	03.N	03.O	03.P	ESC.
03.1	Dimensões				area
03.2	Condição				quali
03.3	Limpeza				quanti
03.4	Niv. elemento de piso				quanti
03.5	Prox. Bancos				dist
03.6	Prox. Estac.				dist
03.7	Prox. Via Pública				dist
03.8	Lago/lagoa adjacente				s/n
03.9	Acesso. ao espaço				quali
03.10	Tilha/caminho adj.				s/n
03.11	Iluminação				s/n

05	ÁREAS ARBORIZADAS	05.L	05.M	05.N	ESC.
05.1	Dimensões				area
05.2	Limpeza				quanti
05.3	Lago/lagoa adjacente				s/n
05.4	Tilha/caminho adj.				s/n
05.5	Formação pedras/rochas				s/n
05.6	Variedade espécies árv. áreas				s/n
05.7	Iluminação				s/n
05.8	Flores silv. estres				s/n
05.9	Fauna				s/n
05.10	Acesso à área				quali

07	RIOS	07.C	07.E	07.F	ESC.
07.1	Largura				larg
07.2	Limpeza				quanti
07.3	Qualidade água				quali
07.4	Movimento da água				quanti
07.5	Disponibilidade bancos				s/n
07.6	Acesso à água				quali
07.7	Profundidade				larg
07.8	Travessia sobre pedras				s/n
07.9	Ausência de mal cheiro				s/n
07.10	Tilha/caminho/Fonte adj.				s/n

10	ENTORNO MEDIATO	10.A	10.B	10.C	10.D	ESC.
10.1	Limpeza					quanti
10.2	Condições					quali
10.3	Possibil. de acesso direto					quanti
10.4	Sensação de segur. entorno					quanti
10.5	Sensação de segur. espaço					quanti
10.6	Vizinh. c/ tráfego constante					s/n
10.7	Visib. do espaço p/ entorno					quanti
10.8	Visib. Do entorno p/ espaço					quanti

14	PLAYGROUND GERAL	14.D	14.E	14.F	14.G	ESC.
14.1	Abertura/Visibilidade					quanti
14.2	Proximidade a estacionamento.					dist
14.3	Bancos					s/n
14.4	Sombreamento					quanti
14.5	Iluminação					s/n
14.6	Variação cromática					s/n
14.7	Visível a partir da rua					s/n
14.8	Separação de outros áreas					s/n
14.9	Separção de outros áreas					s/n
14.10	Condições de piso					quali
14.11	Limpeza de piso					quanti
14.12	Niv. elemento de piso					quanti

15	LUMINÁRIAS	15.M	15.N	15.O	ESC.
15.1	Limpeza				quanti
15.2	Condições				quali
15.3	Capacidade de iluminação				quanti
15.4	Luz não ofuscante				s/n
15.5	Adequação à função				s/n

16	PLAYGROUND BRINQ.	16.K	16.L	16.M	ESC.
16.1	Condições				quali
16.2	Limpeza				quanti
16.3	Maciez "área de pouso"				s/n
16.4	Drenagem "área de pouso"				s/n

18	CAMPOS ESPORTE	18.F	18.G	18.H	ESC.
18.1	Condições de piso				quali
18.2	Limpeza				quanti
18.3	Drenagem				quanti
18.4	Proximidade a playground				dist
18.5	Proximidade a estac.				dist
18.6	Disponibilidade de bancos				s/n
18.7	Sombreamento bancos				quanti
18.8	Proteção de perímetro				quanti
18.9	Presença de componentes				s/n
18.10	Presença de lixeiras				s/n
18.11	Iluminação				s/n
18.12	Limpeza das arquibanc.				quanti
18.13	Condições das arquibanc.				quali
18.14	Largura das arquibanc.				larg
18.15	Sombreamento das arquib.				quanti

20	CONDIÇÕES GERAIS	20.A	20.B	20.C	ESC.
20.1	Iluminação geral do espaço				quali
20.2	Manuten. geral do espaço				quali

# Praça 03

# Praça 01

02	CAMINHOS	02.H	02.I	ESC.	
02.1	Pavimentado			s/n	
02.2	Condição			quali	
02.3	largura			larg	
02.4	Limpeza			quanti	
02.5	Nivelamento de piso			quanti	
02.6	Continuidade			s/n	
02.7	Obstruções			quanti	
02.8	Sombreamento			quanti	
02.9	Proximidade c/ estação.			dist	
02.10	Proximidade com a entrada			dist	
02.11	Proximidade com bancos			dist	
02.12	Barreiras a véculos			quanti	
02.13	Inexist. degraus de acesso			quanti	
02.14	Iluminação			s/n	
<b>03</b>	<b>ESPAÇOS ABERTOS</b>	<b>03.O</b>	<b>03.P</b>	<b>03.Q</b>	<b>03.R</b>
03.1	Dimensões				area
03.2	Condição				quali
03.3	Limpeza				quanti
03.4	Nivelamento de piso				quanti
03.5	Prox. Bancos				dist
03.6	Prox. Estac.				dist
03.7	Prox. Via Pública				s/n
03.8	Lago/lagoo adjacente				quanti
03.9	Acessib. ao espaço				s/n
03.10	Trilha/caminho adj.				s/n
03.11	Iluminação				s/n
<b>04</b>	<b>ESPAÇOS DE CONVÊNIA</b>	<b>04.A</b>	<b>04.B</b>	<b>04.C</b>	<b>04.D</b>
04.1	Dimensões				area
04.2	Limpeza				quanti
04.3	Trilha/caminho adj.				s/n
04.4	Iluminação				s/n
04.5	Sombreamento				quanti
04.6	Condições dos bancos				quali
04.7	Conforto dos bancos				quali
04.8	Paisagismo dos abanços				quanti
04.9	Limpeza dos bancos				quanti
04.10	largura dos bancos				larg
04.11	Proximidade com estac.				dist
04.12	Proximidade com entrada				dist
04.13	Acessos pavimentados				quanti
04.14	Abertura/visibilidade				quanti
04.15	Proximidade c/ playground				dist
04.16	Proteção de áreas de ativ.				quanti
04.17	Estética do entorno imediato				quali
04.18	Presença de elem. de água				dist
04.19	Lixeira				quanti
04.20	Prox. a estações exercicíos				dist
<b>05</b>	<b>ÁREAS ARBORIZADAS</b>	<b>05.N</b>	<b>05.O</b>	<b>05.P</b>	<b>05.Q</b>
05.1	Dimensões				area
05.2	Limpeza				quanti
05.3	Lago/lagoo adjacente				s/n
05.4	Trilha/caminho adj.				s/n
05.5	Formação pedras/rochas				s/n
05.6	Variedade espécies árv ores				s/n
05.7	Iluminação				s/n
05.8	Flóres silv estres				s/n
05.9	Fauna				s/n
05.10	Acessibilidade ao espaço.				quali

10	ENTORNO MEDIATO	10.O	10.P	10.Q	10.R	10.S	10.T	ESC.
10.1	Limpeza							quanti
10.2	Condições							quali
10.3	Possibil. de acesso direto							quanti
10.4	Sensação de segur. entorno							quanti
10.5	Sensação de segur. espaço							quanti
10.6	Vizinh. c/ tráfego constante							s/n
10.7	Visib. do espaço p/ entorno							quanti
10.8	Visib. do entorno p/ espaço							quanti
<b>13</b>	<b>CALÇADAS ADJACENTES</b>	<b>13.I</b>	<b>13.J</b>	<b>13.K</b>	<b>13.L</b>	<b>13.M</b>	<b>13.N</b>	<b>ESC.</b>
13.1	Limpeza							quanti
13.2	Condições							quali
13.3	largura							larg
13.4	Nivelamento de piso							quanti
13.5	Conex. aos caminhos do esp..							quanti
13.6	Calçadas sem obstrução							s/n
13.7	Drenagem							s/n
13.8	iluminação							s/n
<b>14</b>	<b>PLAYGROUND GERAL</b>	<b>14.E</b>	<b>14.F</b>	<b>14.G</b>	<b>14.H</b>	<b>14.I</b>	<b>14.J</b>	<b>ESC.</b>
14.1	Abertura/visibilidade							quanti
14.2	Proximidade a estacionam.							dist
14.3	Bancos							s/n
14.4	Sombreamento							quanti
14.5	iluminação							s/n
14.6	Variação cromática							s/n
14.7	Visível a partir da rua							s/n
14.8	Separação do tráfego							s/n
14.9	Separação de outras áreas							s/n
14.10	Condições de piso							quali
14.11	Limpeza de piso							quanti
14.12	Nivelamento de piso							quanti
<b>15</b>	<b>LUMINÁRIAS</b>	<b>15.N</b>	<b>15.O</b>	<b>15.P</b>	<b>15.Q</b>	<b>15.R</b>	<b>15.S</b>	<b>ESC.</b>
15.1	Limpeza							quanti
15.2	Condições							quali
15.3	Capacidade de iluminação							quanti
15.4	Luz não ofuscante							s/n
15.5	Adequação à função							s/n
<b>16</b>	<b>PLAYGROUND BRNQ.</b>	<b>16.N</b>	<b>16.O</b>	<b>16.P</b>	<b>16.Q</b>	<b>16.R</b>	<b>16.S</b>	<b>ESC.</b>
16.1	Condições							quali
16.2	Limpeza							quanti
16.3	Maciez "área de pouso"							s/n
16.4	Drenagem "área de pouso"							s/n
<b>17</b>	<b>EXERCÍCIOS DE FORÇA</b>	<b>17.B</b>	<b>17.C</b>	<b>17.D</b>	<b>17.E</b>	<b>17.F</b>	<b>17.G</b>	<b>ESC.</b>
17.1	Condição dos equipamentos							quali
17.2	Limpeza dos equipamentos							quanti
17.3	Condição do piso							quali
17.4	Limpeza do piso							quanti
17.5	Abertura/visibilidade							quanti
17.6	Proximidade a estação.							dist
17.7	Presença de bancos							s/n
17.8	Sombreamento							quanti
17.9	iluminação							s/n
17.10	Variação cromática							s/n
17.11	Visível a partir da rua							s/n
17.12	Separação do tráfego							s/n
17.13	Separ. outras áreas atividade							s/n
17.14	Drenagem do piso							s/n

18	CAMPOS ESPORTE	18.H	18.I	18.J	18.K	18.L	18.M	ESC.
18.1	Condições de piso							quali
18.2	Limpeza							quanti
18.3	Drenagem							quanti
18.4	Proximidade a playground							dist
18.5	Proximidade a estac.							dist
18.6	Disponibilidade de bancos							s/n
18.7	Sombreamento bancos							quanti
18.8	Proteção de perimetro							quanti
18.9	Presença de componentes							s/n
18.10	Presença de lixeiras							s/n
18.11	iluminação							s/n
18.12	Limpeza das arquibanc.							quanti
18.13	Condições das arquibanc.							quali
18.14	Largura das arquibanc.							larg
18.15	Sombreamento das arquib.							quanti
<b>20</b>	<b>CONDIÇÕES GERAIS</b>	<b>20.A</b>	<b>20.B</b>	<b>20.C</b>	<b>20.D</b>	<b>20.E</b>	<b>20.F</b>	<b>ESC.</b>
20.1	Iluminação geral do espaço							quali
20.2	Manuten. geral do espaço							quali

